

APRESENTAÇÃO

Em sua 20ª edição, a *Revista Idéias* apresenta o dossiê *Globalização e Ciências Sociais*. Ele foi projetado como um tributo à força intelectual do Professor Octavio Ianni (1926-2004), um dos pioneiros nos estudos sobre a problemática da globalização em nível mundial. Em lugar de confeccionar um volume sobre a obra de Ianni, escolhemos tentar reunir reflexões originais sobre a temática por cujo desenvolvimento Ianni tanto lutou. Nesse sentido, os artigos e a entrevista que compõem este dossiê foram produzidos por autores que ecoam vozes de diferentes partes do mundo, tendo em comum o interesse pela inteligência dos processos de globalização.

Idéias – 20 anos

A *Idéias* – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp – é um periódico que vem alcançando considerável prestígio e projeção dentro da comunidade acadêmica, em níveis regional, nacional e, mais recentemente, também internacional. Foi fundada nesse instituto em 1994, com o objetivo de criar um espaço para o livre debate interdisciplinar, em Ciências Sociais, Filosofia e História.

A revista foi publicada ininterruptamente até 2008, em um formato relativamente fechado, o qual oscilava entre dossiês, miscelâneas e números mistos. Durante todo esse período, foi referência no debate acadêmico brasileiro, adentrando temas como história da América, sociologia do trabalho, questão ambiental, movimentos sociais, pensamento social brasileiro, democracia, conjuntura latino-americana, entre outros.

Entre 2008 e 2010, a revista manteve-se ausente entre as tiragens do Instituto. Tal ausência motivou, no ano de 2009, um movimento voluntário de pesquisadores em formação

e professores de retomada da revista. Os resultados dessa retomada concretizaram-se em 2010, quando foi publicado um número especial que compreendia dois volumes e intitulava-se *Balanço Crítico da Redemocratização no Brasil*. Foi composta uma Comissão Editorial de professores (da UNICAMP e de outras universidades brasileiras e estrangeiras), bem como uma Comissão de Redação, mais restrita, composta pelos professores, pesquisadores doutores e pesquisadores em formação, que trabalham cotidianamente e voluntariamente na editoração da *Revista Idéias*.

A cada nova edição, a ampliação do alcance e dos objetivos gerais da revista, o respeito à sua periodicidade, as inovações em sua estrutura e nas suas propostas, assim como o expressivo aumento no número de artigos, resenhas e traduções submetidos para possível publicação evidenciam o quanto essa retomada tem sido bem-sucedida. Em 2010 a revista passou a operar com base em um modelo híbrido. Nesse formato, há uma seção chamada “livre”, na qual os textos são recebidos a partir de chamadas abertas e divulgadas amplamente, no Brasil e no exterior. Cada uma das duas últimas edições, por exemplo, recebeu cerca de 85 artigos para avaliação, provindos de diversos centros de pesquisa nacionais e internacionais.

Há, no entanto, continuidades. Esse é o caso da seção a que chamados “dossiê”. Nessa, mantivemos o modelo dos convites a pesquisadores brasileiros e estrangeiros experientes e renomados, cujos trabalhos sejam reconhecidamente relevantes para área em que se insere o dossiê. Com o crescimento da *Revista Idéias*, tem sido cada vez mais fácil convidar autores importantes. E houve uma inovação recente. A seção passou a contar com textos em três línguas: além do português e do espanhol, há também textos em inglês. A seção dossiê costuma dar o tom do número em que se encontra, na medida em que é dela que surgem os seminários temáticos que a *Idéias* vem organizando nos últimos anos, e também as entrevistas com grandes nomes do mundo acadêmico.

Na seção dossiê, Luke Martell discute a problemática da austeridade em nível global, buscando identificar alternativas

a ela. Em seguida, Jessé Souza dirige uma reflexão crítica ao uso do prestígio científico pelas ciências que apenas reproduzem, em diversas partes do globo, valores e interesses que se têm mostrado vitoriosos. Tom Dwyer aborda as transformações no cenário geopolítico mundial, tendo em vista a ascensão dos BRICS (em especial da China), e os desafios que elas vêm representando para as ciências sociais no Brasil. Elísio Macamo nos apresenta uma reflexão a respeito da produção e da aplicação de conceitos em nível mundial, suas implicações histórico-contextuais, partindo das agendas de pesquisas sobre contextos africanos, numa situação de globalização. Finalmente, Frédéric Vandenberghe fecha essa seção recuperando dimensões e momentos marcantes do debate sobre os processos de globalização, tendo como ponto de partida a temática da juventude no mundo contemporâneo.

Na seção livre, Felipe dos Santos Durante analisa o lugar da doutrina do direito na obra de Schopenhauer. Humberto José da Rocha avalia a instalação de uma hidrelétrica na Bacia do Uruguai, observando as lutas dos movimentos sociais por direitos das populações locais. Rafael Rodrigues Garcia reflete sobre pensamento mítico, religião, (in)tolerância e diversidade na esfera política mundial, com base em trabalhos de Ernest Cassirer e Jürgen Habermas. Por fim, Luís Francisco Munaro, examina a construção da imprensa periódica luso-brasileira na Inglaterra, entre 1808-1822.

Contamos ainda com duas resenhas. Na primeira delas, Josué Pereira da Silva apresenta o livro *Paradoxos da Modernidade: cultura e conduta na teoria de Max Weber*, de Wolfgang Schluchter (Ed. Unesp, 2011, 384 páginas, traduzido por Roberto Leal Ferreira). Na segunda, Marcelo Augusto de Almeida Teixeira resenha o livro *Sexual Fields: towards a sociology of collective sexual life* (Chicago University Press, 2014, 217 páginas).

Para fechar a edição, temos a honra de publicar uma entrevista generosamente concedida pelo Professor Emérito Roland Robertson, um dos mais significativos nomes dos estudos sobre globalização. A presença dos seus trabalhos pioneiros pode

ser captada em quase todos os autores principais desse campo de pesquisa, cabendo destacar aqui o papel decisivo das ideias robertsonianas nos escritos de Octavio Ianni.

Os Editores

AUSTERITY, GLOBALISATION AND ALTERNATIVES

*Luke Martell**

Resumo: Este artigo sustenta que austeridade não é algo necessário ou externamente determinado, mas um projeto de classe ativo e uma escolha ideológica de elites e dos poderosos. Há alternativas à austeridade. Uma delas baseia-se em igualdade e em direitos sociais e econômicos. Outras envolvem a reestruturação do trabalho para uma sociedade baseada no trabalho precariamente remunerado, e a liberdade de movimento em uma sociedade global de fronteiras abertas. Elas ajudariam a contestar a austeridade, implicando, elas próprias, benefícios.

Palavras-chave: austeridade, globalização, trabalho, movimento livre, igualdade.

Abstract: This article argues that austerity is not necessary or externally determined. It is an active class project and an ideological choice of elites and the powerful. There are alternatives to austerity. One is based around equality and economic and social rights. Others involve the restructuring of work to a society based on less paid work, and freedom of movement in a global society of open borders. These would help counter austerity and have benefits of their own.

Keywords: austerity, globalisation, work, free movement, equality.

This article is about austerity in the context of globalisation and in terms of alternatives. The financial crisis called current global capitalism into question, at least or especially in its neo-liberal forms, perhaps even fundamentally. Yet despite that challenge, ideas of alternative types of economy and society to what we have and to what led to austerity have barely been on the political agenda in a practical sense in the aftermath of the world financial crisis and austerity policies that followed. I am honoured to be able to contribute to this issue for Octavio Ianni and I hope

* Professor of Political Sociology at the University of Sussex, Brighton, United Kingdom. Email: l.martell@sussex.ac.uk.

this discussion of these themes echoes with the global, social and political concerns he pursued in his own career.

Austerity has a lot to do with globalisation, not just in terms of the global nature of the financial crisis, but also the solutions that can be pursued. Global political regulation is not suitable for pursuing an alternative, but in another more marginalised form globalisation is. I wish to discuss three alternatives to austerity. One more mainstream alternative did not become dominant in Europe despite the chances it had as a result of the financial crisis. The other two have been marginal for a long time and shunned by conventional politics. But they offer good alternatives to austerity and so austerity gives us the chance to assess them anew. And they have strong merits in their own right.

Much of the discussion of austerity has focused on Southern European countries, where conditions have been especially harsh and the troika have played a major role. I want to also refer to examples from the UK. This is partly because this is my country and the one I know best. But it is also because austerity policies are being pursued in the UK without the external intervention of the troika. It shows that austerity is not just about external transnational agencies, a kind of political globalisation, undermining national democracy. It is also about national elites being complicit in austerity, and in the southern European countries as well as the UK.

Post-financial crisis policies of austerity in Europe are not a new and unique thing to this time and place. They echo neoliberal policies global agencies and states have pursued in Latin America, in developing countries and many parts of the world, especially since the 1980s. Austerity as a political choice, and the political responses to it, is part of this larger story. It is also a story of power, ideology and inequality.

Discourses of austerity

Austerity has monopolised the political agenda in Europe, and has not gone without a presence or effects in other places. It has done so in a situation where an agenda for equality and rights should have had a chance. The financial crisis provided an opportunity and case for greater regulation of finance and capital, and the taxation of finance for global social ends. This was on the basis of a popular political mood in the aftermath of the crisis against, or at least very questioning of, the banking sector, finance and bankers as individuals.

But this path hasn't been taken because those in power are not ideologically open to it, and are more committed to supporting the interests of corporations and capital than an approach that tries to regulate them or restructure capitalism towards more equal and social goals. Austerity has been presented as a necessity, deficit reduction being required, with no other alternative possible in the post-financial crisis context. It is said to be a technical solution, the choice being between different technocratic political actors.

This has echoes of older discourses about globalisation where neoliberal politics were said to be the only possible way. In these it was argued that capital mobility rules out a social democratic politics of taxation, regulation, welfare and redistribution. Such policies do not serve the interests of capital, which governments need to keep in their countries, and which is deterred by social democracy. But we should have learned from this previous story. Neoliberal politics are not necessitated by economic globalisation. The Latin American left have pursued alternatives in a global context, and not everyone has gone down the route of Anglo-American capitalism. Competition between states in a race to the bottom to attract global capital is not determined (as MOSLEY 2005 has outlined). The same goes now for austerity politics, which are not a necessity but an ideological and class project, pursuing a particular ideological approach because of a political commitment to it, not compulsion, and in support of the interests of specific actors and sectors of society against others.

It's important to look at the discourse of austerity because discourses are used to mobilise people behind projects and create an ideological hegemony for a particular approach. Drawing on Gramsci, Stuart Hall argued for the importance of hegemonic politics in the era of 1980s neoliberalism (HALL; JACQUES, 1983; HALL, 1988). Before then social democratic approaches to do with Keynesianism and welfare had support across the political spectrum. Since the 1970s and '80s neo-liberalism has had more of a hegemonic role in the political sphere¹. It has not been all-dominant and in society has not always swung people behind it. But it has had a leading and increasingly dominant role in the political sphere pulling the political agenda and centre to the right, especially the economically liberal right.

Austerity discourse has tried to take neoliberal hegemony further and extend it into areas where it had not intruded so far before. It represents the private sector, rich and right against the public sector and poor². As such austerity is a class and ideological approach. It sets up the problem behind deficits as spending on a public sector that is too big and bloated. Through welfare and social payments government are seen to be rewarding the inefficient and lazy, and welfare is presented as being given to the undeserving and scrounging. The poor and welfare recipients are divided from people seen as hard-working and deserving. This division between them and the lazy recipients of public sector support, or even its workers, becomes extended to a division between the domestic population and immigrants. It is transported into an anti-immigration discourse in which the home population is hard working and deserving whereas immigrants are after something for nothing, free health and welfare.

In these ways the more powerful and rich who are behind the financial crisis have shifted blame on to the weaker and poorer

¹ Tony Judt (2010) has outlined this history and current circumstances of social democracy well.

² I am drawing on New Economics Foundation's (2013) discussion of austerity and possible anti-austerity discourses here.

who were not its cause. The British Prime Minister has managed to move responsibility for the deficit from finance and the nature of financial capitalism to the previous Labour government who spent to bail out the banks and provide money in the economy to avoid an even greater recession than we got and economic collapse. Labour espouses austerity policies, just slower and less radically, wanting to be seen as a party of cuts and reductions in the public sector and raising doubts about immigration³.

Austerity, Inequalities and Rights

Austerity policies have expanded inequalities and undermined rights. Capital has been bailed out rather than blamed for a crisis rooted in the way finance behaves in an economically liberal capitalism. Regulation and reforms to taxation, including on bankers bonuses and financial transactions, have not been taken up in a structurally significant way. Capital has maintained or even solidified power in a period when it has been under question. Disparities in income have widened, the poorest getting poorer as welfare support declines and incomes are cut, while the rich continue accumulating income and wealth.

Social rights have taken a hit. Areas such as health and education are increasingly marketised and privatised. In the UK the National Health Service is organised more around market principles. In higher education students now pay the full cost of their education and universities are run like businesses oriented around money, under top-down management, students as consumers and staff as the recipients of directives (a good outline of these changes is by COLLINI, 2013). Universities are much less institutions about educational values, based on collegiality and the

³ British Social Attitudes surveys show a mixed response by the UK public to austerity issues, over time and according to policy issue, but with evidence of declining support for social welfare since New Labour came to power – see Park et al (2012, 2013).

citizenship of staff and students. The neoliberalism of the 1980s and after was about deregulating and privatising the economy but austerity policies are now taking privatisation and marketisation into the heart of social democracy, the public sector.

Ideologically conservative and neoliberal ideology is being normalised, and welfare and liberalism in its social and political forms further marginalised. Nowadays preference for the private sector and the market is a default position, which is accepted unless the case can be made otherwise. The case of state welfare or social liberalism is increasingly beyond the norm and mainstream and has to be fought for. Political and civil rights have been under threat, as well as social rights. Protest has been met by heavy-handed policing. In the UK people arrested on protests have been given penalties and sentences harsher than they would have received in a non-political context. Student protestors face arrest and disciplinary charges. To some it appears that an attempt is being made to criminalise dissent.

These kinds of changes are happening in the UK and austerity policies are not just restricted to the southern European countries subject to demands from the troika. In short austerity is not just an issue of pressure from outside national boundaries. Where there is not a troika intervention the class politics of austerity are nevertheless being pursued. Austerity is not reducible to international constraints, it is also an approach of national elites, in the states subjected to troika interventions as well as in those not so.

Equality against austerity

I want to discuss three alternatives to austerity. Popular common sense has shifted to austerity as a norm. So alternatives will have to be fought for. One approach is to renew quite traditional policies. This will involve building a different discourse and account of austerity as the basis for an alternative set of

policies that respond to the financial crisis and its aftermath (see New Economics Foundation, 2013).

In this approach, austerity needs to be explained as an ideological device, being used to justify an attack on the public sector and welfare for political reasons, and on the poor for class reasons. The alternative to austerity needs to say that the political right's objectives and class interests are being pursued and that they are sectional and with a particular agenda, not just technocratic, neutral or necessary. The alternative to austerity should say that we have to put the job of politics in the post-financial crisis era in the hands of a politics that is for the people as a whole.

An alternative discourse should say that the crisis is caused by an economy that encourages short-term, high-risk gambling by finance, unrestrained by regulation, in pursuit of personal gain. Therefore greater regulation is required and the economy needs restructuring for wider human needs. This is also a chance for an alternative discourse to question banks and the way they behave. The alternative can say that banks caused the problems, they set their own rules, yet were exempt from sanctions or responsibility for a crisis their behaviour seemed to be behind. For their failure they have been bailed out and, in fact, bonuses and rewards that bankers receive for the work they do are being maintained. Soon after the crisis hit, this way of explaining it was made widely and echoed with the public consciousness. Those pursuing a right-wing and class politics of austerity have managed to shift the agenda away, and an alternative to austerity needs to rescue this account as the basis for its own policies.

A critical discourse can explain austerity differently to the way its advocates and practitioners do. It's important to tell the story in an alternative way to provide the basis for alternative post-crisis policies.

The crisis is a chance to rediscover egalitarianism. The alternative can argue that the burden needs to be shared by all and not just by the weak, welfare recipients and the public sector who were not the cause behind it. The rich, finance and corporations should take more responsibility. In practice this means fairer taxes,

on wealth and finance and from tax loopholes and havens. Fairer taxation can include financial transactions taxes that make a levy on the area of capitalism behind the crisis and ask it to make a contribution. Tax avoidance by big companies like Google and Amazon has been highlighted following the crisis so there is a basis for tightening and bolstering corporate taxes.

The revenue raised can be used to invest in jobs, infrastructure and the public sector. These are worthwhile areas in themselves that with investment can also boost growth, in the tradition of stimulus economics. A more social Europe can be built. Social democracy across Europe used to be seen as the basis for proliferating social rights and protections. But in power social democracy has tended to focus on economic deregulation across the EU, for instance in the late 1990s when social democratic parties held office across the continent. The social consequences of the crisis allow for the case for a more social Europe.

This is a traditional kind of social democracy but shouldn't be dismissed for being backward looking. The important thing is to do what's right and whether that is something from the past, present or future should not be the basis for judgement. What matters is whether it is the right path to take, not if it is old or new. And an agenda that is about equality could not be more up to date for the current time where inequality is rising. The poor are taking a hit from austerity and getting poorer, the working class have been losing jobs yet the rich accumulating more. The financial crisis and austerity makes equality more relevant than ever and is what distinguishes the left from the right (as BOBBIO 1996 argues). Without it a left approach is not different from the right's⁴.

Who will support such a politics? Guy Standing (2011) has talked about a group called the precariat. This is a class that goes across classes. It comprises those who live an insecure and precarious existence. They are not guaranteed a job for life but face a future of juggling across different kinds of work, and periods

⁴ For statements for such an alternative to austerity see *Alves et al* (2012) and policies of the Party of the European Left highlighted by Nichols (2014).

between jobs and without them. In the in-between periods they have to find ways to live, maybe making money for themselves or finding creative ways of filling their unemployed times, whether watching daytime TV, blogging, writing poetry, protesting, or learning new skills. Some in this group have been part of global protest and occupy (MASON, 2012). And amongst and alongside them are the socially excluded, the non-class of non-workers (GORZ, 1982). These groups want the social rights, public good and equality that were promoted under their parent's generations. Even the most radical of them campaign for a welfare state that older libertarian left generations criticised for its bureaucracy and paternalism.

Restructuring Work

What I have discussed is a traditional alternative of the left. But the crisis gives us the chance to rethink alternatives. A major part of the crisis is unemployment, especially amongst the young. Investment is one solution to unemployment. A less growth-oriented approach is rethinking work and the redistribution of working time. Work can be redistributed from those who have it to those who don't, as a solution to unemployment. This is an alternative that asks many people to work less so others can work. It goes beyond fetishising hard work, by expecting people to value non-work, and puts an emphasis on quality of life⁵.

Rethinking work, its redistribution and value, is not an easy message to sell. The left has been a movement for the working class and a central objective has been jobs and better pay and conditions. Work is often seen as the solution to poverty and exclusion. Marxists focus on overcoming alienation and exploitation through collective ownership of production. The emphasis is on the space where work happens. For many people work is fulfilling and gives us structure, purpose, an income and economic independence.

⁵ An important advocate of this approach has been André Gorz (1982, 1985, 1989).

But for others large parts of their jobs are pointless. Their work is a means to an end. It is compulsion – something that would not be done if it were not an economic necessity. It is a sphere of control where your labour is sold and for that period you are under the domination of an employer and managers. Many would like more time off work, to slow down, go part-time, have a greater sphere of their lives where they are autonomous from ownership and domination by someone else, and where they can do more fulfilling things than their work requires them to do.

Marx, Keynes, Gorz and Bertrand Russell have talked about technological advances and higher productivity that can allow less work (SPENCER, 2014). Technology can be productive enough to permit us to produce more in less time. Instead we use it to produce more and work the same or more to consume more. Less growth and production could help with lowering work hours, and they are also good for reducing carbon emissions, important to greens. Less work allows more time for self-directed, creative or social activities, care, relationships, and political activity. The latter is important for reviving a society of active citizenship and participation. The young precariat are using their enforced spare time to do some of these things⁶.

A society with less work sounds utopian. But utopianism is not a bad thing. It is about looking for a better place that does not yet exist⁷. Movements for working class enfranchisement and rights, and for rights on the basis of gender, sexuality and race seemed to have had impossible dreams, which became more concrete because people pursued their visions. And there are practical means for implementing a society with less work. A universal basic income would allow for more time free from work. Fairer taxes and redistribution can help fund it. Legislation on maximum working hours could be beefed up. There could be a

⁶ New Economics Foundation (2013) is a clear policy-oriented statement of the case for a society with shorter working hours. See also Coote and Franklin (2013).

⁷ There are many good works on utopianism, one of which is by the sociologist Ruth Levitas (1990).

move from a minimum wage to a living wage so work pays better and we don't have to do so much of it.

The reduction in work being advocated is less work for all so the unemployed after the crisis and under austerity have some of that work. Nevertheless overall it involves a lower work society. Less work and lower growth is not right for all time and places. In the short term during austerity and in the developing world growth is important. But we should like redistributed work. It is about equality and solving unemployment. This includes gender equality because men in paid work will have more time for childcare. It allows for more time for involvement in politics and democracy. If you want a healthy public sphere this is important. It can bring quality of life benefits. And it is about the economy meeting human needs, rather than humans being subjected to the logic of the economy.

Who could be the groups to support this? Gorz's non-class of non-workers who have no work but can have some through the redistribution of work, and the modern day precariat, have an interest in a society of redistributed work. The young, disproportionately affected by unemployment and growing up under precarity, could be appealed to.

A reduction of working hours has been tried in France, and a criticism is that it will lower productivity and economic performance. How can you persuade people to accept lower incomes and standards of living, especially in countries under austerity where many workers have been subjected to pay cuts? But this is about long-term change. It is important to look at concrete experiences, but also not be defeated by problems in certain electoral cycles. A low work society requires structural and attitudinal transformation over time. Maintaining productivity should not be a reason against a lower work society when it causes serious ecological problems and restricts time for freedom. A long-term solution involves rethinking productivity.

For the unemployed the restructuring of work would lead to a higher income. Less income for others who work less can

be ameliorated by measures like a basic income so some of the hours of non-work are funded, redistribution, and a living wage. At the same time a long-term shift to a society in rich countries towards lower economic needs and so less income, and based on humansatisfactions beyond consumption, is a shift that needs attitudinal change over time. Maintaining or increasing income as a human goal needs to be questioned long term.

Migration against austerity

There is another way the left can rethink traditional categories to respond to the crisis and austerity. This is to do with the free movement of people. When we discuss globalisation we often talk about the global movement of capital or culture or the impositions of global political power. Yet one of the most undeveloped types of globalisation is the global movement of surely the most important thing – people. Less than 3% of the world's population are migrants, and many of those have crossed the nearest border from one poor country to another, rather than hundreds or thousands of kilometres to the rich North. This kind of globalisation has been restricted by borders and blocks.

The left is not only attached to work but parts promote anti-immigration. They are concerned with their working class base, its jobs, wages and housing. They see this class as within their own national boundaries and not people outside, even though they are also humans and often more needy. This is especially the way the social democratic centre-left sees things. The green and revolutionary left have been more internationalist about migration. Cosmopolitan political theory says we have obligations to all regardless of what political boundaries they live within⁸.

⁸ Cole (2012a; 2012b) provides an ethical case for open borders and free migration. No One Is Illegal (2003) and Hayter (2000) give polemical and political arguments for this perspective.

More immigration can help with the crisis. Immigration contributes to growth. It turns people who were unproductive and unemployed in their country of origin into employed and productive people in the places they go to. Immigrants pay tax, which funds public services and welfare, and supports the costs of an ageing population. Migrants in the UK are less likely to claim benefits than the British, in contrast to false stories that say the opposite. They spend their wages, which creates an economic stimulus, consumption and jobs in the country they have moved to. So immigration, like the redistribution of work, can be a solution to the crisis⁹.

It is argued that immigration can lead to wage cuts at the bottom of the income ladder. But this is done by employers, and is about their power and regulation of the labour market, not done by immigrants. For some the problem with immigration is a cultural and anthropological one and about migrants integrating into receiving cultures. But the history of human societies is of cultural change and progress through movement in and out. Cultural criticisms take the current situation arbitrarily as a fixed moment to stick to, and ignore that it itself came from migration and intermixing.

Migration is a freedom and human rights issue. People have criticised restrictions on the freedom of people in communist states to move out. But inconsistently they do not support the right of people to move into countries. We accept people who move from another region of our country looking for better life chances, but not those who happen to be born outside the boundaries of our state. Many are concerned about human freedoms of speech, assembly, and protest, but not a freedom of the most basic kind, the freedom to move.

Immigration is a global inequality issue about tackling the poverty and disadvantage of migrants and the places they come

⁹ Economic and social arguments for immigration are made by Legrain (2009), Moses (2006) and Harris (2002).

from. These freedom and disadvantage issues are ones we should be concerned about. And borders don't work. People find ways of crossing them. Making this illegal makes it more dangerous as people look for alternative and risky ways of doing it, as we have seen in the Mediterranean and on the US-Mexico border. When borders are relaxed, as in the EU, we don't see tidal waves of migration. With open borders many people would choose not to move, because of roots and expense.

We can open borders to help with austerity. Who would support such a project? In many countries there is majority hostility to immigration and politicians contribute to this to win votes, even though the consequences may be xenophobia and danger for migrants. But in the UK people are less opposed to some kinds of immigration than others. There is less hostility to international students and temporary and skilled migration than to permanent migration and asylum seekers. The young are much less opposed to immigration than the old, and over time the young become the middle-aged and the old. Those in areas with more immigrants are more open to migration. Beliefs about amounts, types and effects of immigration are often inaccurate and can be corrected. There is a social basis for pro-immigration policies which can contribute to growth out of the crisis, tax revenue and to public services that are being run down under austerity¹⁰.

Austerity, lower work and migration are about power, ideology and inequality. Austerity is a class and ideological project against the poor and public sector, disguised by discourse as technocracy. The alternative is an egalitarian project about the needs of all humans. Work is a site of domination and exploitation. Technology and productivity is used to drive up production, consumption and profits for capitalists, rather than give people freedom from compulsion and counter collective ecological crisis. One way to deal with this is through collective ownership and control. Another is by freedom from paid work for greater

¹⁰ On the complexity and mixture of social attitudes to migration see Park *et al.*, (2012) and Oxford Migration Observatory (2011).

autonomy and human needs, and redistribution of working time to beat unemployment under austerity. Migration is a type of freedom and globalisation, inconsistently obstructed by the rich to keep out the poor, on the basis of arbitrary and xenophobic criteria about place of origin, nation or ethnicity and false information on its effects. Allowing free movement of humans helps to achieve liberty and equality and overcome the effects of financial crisis through an alternative to austerity.

There are generational differences in relation to austerity, work and migration. The young face a reduction in life chances compared to their parents because of the financial crisis and austerity policies. They experience especially high rates of unemployment and are more liberal about immigration. An egalitarian politics of anti-austerity, the redistribution of work and migration can appeal especially to the young and incorporate them into politics that many are alienated from.

From here to there

There are difficulties in pursuing anti-austerity as a national alternative. It is argued that a radical alternative politics will lead to capital fleeing and, in the case of traditional left stimulus economics, inflation. There is no doubt that capital's power of exit exerts a significant force over politics and the choices for political parties acting nationally. But this can be exaggerated. Radical alternatives have been pursued in Latin America, in a globalised context where countries rely on international investment, and not been subverted by capital¹¹. It can be argued that this is because states like Venezuela have had resources that give them clout. This may be so, but it does not alter that they were able to follow radical politics in a global capitalist economy without large-scale disinvestment. There is room to move in developed world

¹¹ For useful accounts of the Latin American left see Cameron and Hershberg (2010), Weyland *et al* (2010), Castañeda and Morales (2008) and Barrett *et al* (2008).

economies and a social democratic framework of education, training, health care and other public services financed by taxation can be attractive for capital (MOSLEY, 2005). In a rich continent like Europe, with skilled labour and infrastructure, investment will always be attracted even if egalitarian alternatives are being pursued.

Cross-national collaboration to pursue anti-austerity politics through global governance or world cosmopolitan democracy (e.g. HELD, 2000) is too inclusive. There will be conflicts of interest and ideology between the range of actors involved that make it difficult to agree on political regulation. Stalemate or conflict will be solved by the most powerful holding sway. Climate change and world trade talks show the problems of conflict and power inequalities in global regulation.

Anti-austerity at a regional level, for example through the EU or with a pan-Latin-American scope, relies on a region having likeminded parties in power at the same time. Cross-national collaboration for alternatives to austerity needs to be less regionally-focused, and more ideologically oriented to likeminded others. Chavez sought alliances where he could get them with international actors with whom he had shared views. This was within his region or beyond, and not global where there were too many conflicts of interest and ideology and powerful actors favouring neoliberalism. This approach of alliances beyond the nation-state involves a kind of ideologically selective internationalism¹².

A focus on the political level risks the co-option of agendas by politicians, willing to sacrifice their ideas for power. They can take the discourse of alternatives to austerity and turn them into something different that disarms them. So we need to look also to civil society – through social movements, protest and experiments in alternatives¹³. This can include co-operatives under democratic control. Alternatives to the marketisation of universities exist in free universities, autonomous from the state and market, offering

¹² I have discussed this in more detail in Martell (2011).

¹³ A recent book on alternative forms of organization is Parker *et al* (2014).

education for free, not for profit, and often under co-operative control¹⁴. The occupy movement has been addressing alternatives to finance capitalism and austerity, and in their organisation and practices offer a prefiguring of alternative societies. Anti-austerity needs to build up in civil society independent of the bureaucratisation of political parties, but not without also pursuing chances for influence through party participation in the state.

Conclusion

I have discussed whether the globalised economy prevents national political alternatives to austerity, and I do not think that is the case. Global politics is not a solution, but selective internationalism is an important route. Part of the solution is a type of globalisation that is probably the least developed and the most obstructed – the free movement of people.

Austerity is not necessitated by international financial crisis or by external transnational political agencies. It's a class and ideological project and national elites are complicit or even agents in it and have made an active choice to go down a particular route. They play a part as much as international economics and political forces do.

There are alternatives. Some are old left ones, egalitarian and about economic and social rights, but no less relevant because of that. In fact equality, which distinguishes the left from the right, is more important than ever in a context of class politics and rising inequality. Other alternatives are about freedom from work and to move and require rethinking common assumptions and prejudices. These solutions would help with austerity. They also have benefits of their own.

Alternatives require us to fight back against structures of power, inequality and ideology, for a world that meets human

¹⁴ One example is the Social Sciences Centre in Lincoln, UK, see Bonnett (2013) and Class War University (2013).

needs, and for equality, free movement, and freedom from domination.

Bibliografia

- ALVES, L. P. *et al*, *For a European Socialist Alternative: The Manifesto*, 2012, <http://europeansocialistalternative.blogspot.co.uk/2012/02/le-texte.html>.
- BARRETT, P. *et al* (eds). *The New Latin American Left: Utopia Reborn*. London: Pluto Press, 2008.
- BOBBIO, N. *Left and Right: the Significance of a Political Distinction*. Cambridge: Polity Press, 1996.
- BONNETT, A. 'Something New in Freedom', *Times Higher Education*, 25 May 2013.
- CAMERON, M.; HERSHBERG, E. (eds). *Latin America's Left Turns: Politics, Policies and Trajectories of Change*. London: Lynne Rienner, 2010.
- CASTAÑEDA, J.; MORALES, M. (eds). *Leftovers: Tales of the Latin American Left*. London: Routledge, 2008.
- CLASS WAR UNIVERSITY. 'Occupying the City with the Social Science Centre – an Interview with Mike Neary', *Class War University*, 2nd September 2013, <http://classwaru.org/2013/09/02/occupying-the-city-with-the-social-science-centre/>.
- COLE, P. 'Taking Moral Equality Seriously: Egalitarianism and Immigration Controls', *Journal of International Political Theory*, 8, 1–2, 121–134, 2012a.
- _____. *The Ethics of Open Borders*, Talk delivered for the Conway Hall Ethical Society Sunday Morning Lecture Series, December 9th, 2012b.

- COLLINI, S. 'Sold Out', *London Review of Books*, 35, 20, pp. 3-12, 2013.
- COOTE, A.; FRANKLIN, J. (eds). *Time on our Side: Why We need a Shorter Working Week*. London: New Economics Foundation, 2013.
- GORZ, A. *Farewell to the Working Class*. London: Pluto Press, 1982.
- _____. *Paths to Paradise: On the Liberation from Work*. London: Pluto Press, 1985.
- _____. *Critique of Economic Reason*. London: Verso, 1989.
- HALL, S.; JACQUES, M. *The Politics of Thatcherism*. London: Lawrence and Wishart, 1983.
- HALL, S. *The Hard Road to Renewal: Thatcherism and the Crisis of the Left*. London: Lawrence and Wishart, 1988.
- HARRIS, N. *Thinking the Unthinkable: The Immigration Myth Exposed*. London: I.B. Taurus, 2002.
- HAYTER, T. (2000) *Open Borders: The Case Against Immigration Controls*. London: Pluto Press, 2004.
- HELD, D. 'Regulating Globalization?', *International Sociology*, vol. 15, no. 2, pp. 394-408, 2000.
- JUDT, T. *Ill Fares the Land: A Treatise On Our Present Discontents*. London: Allen Lane, 2010.
- LEGRAIN, P. *Immigrants: Your Country Needs Them*. London: Abacus, 2009.
- LEVITAS, R. *The Concept of Utopia*. Oxford: Peter Lang, 1990.
- MARTELL, L. 'Cosmopolitanism and Global Politics', *Political Quarterly*, 82, 4, pp. 618-27, 2011.
- MASON, P. *Why it's Kicking Off Everywhere: The New Global Revolutions*. London: Verso, 2012.
- MOSES, J. *International Migration: Globalization's Last Frontier*. London: Zed Books, 2006.

MOSLEY, L. 'Globalisation and the State: Still Room to Move?', *New Political Economy*, Vol. 10, N. 3, September 2005.

NEW ECONOMICS FOUNDATION. *Framing the Economy: The Austerity Story*. London: New Economics Foundation, 2013.

NICHOLS, D. 'Party of the European Left's fourth congress: building unity to build hope', *Links: International Journal of Socialist Renewal*, 24th February 2014, <http://networkedblogs.com/U733q>.

NO ONE IS ILLEGAL. *No One is Illegal Manifesto*, 2003, <http://www.noii.org.uk/no-one-is-illegal-manifesto/>.

OXFORD MIGRATION OBSERVATORY. *Thinking Behind the Numbers: Understanding Public Opinion on Immigration in Britain*. Oxford: OMO, 2011.

PARK, A. *et al* (eds). *British Social Attitudes 29*. London: NatCen Social Research, 2012.

_____. *British Social Attitudes 30*. London: NatCen Social Research, 2013.

PARKER, M. *et al* (eds). *The Routledge Companion to Alternative Organization*. Abingdon: Routledge, 2014.

SPENCER, D. 'The Case for Working Less', *The Conversation*, 27 January 2014, <https://theconversation.com/the-case-for-working-less-22454>.

STANDING, G. *The Precariat: The New Dangerous Class*. London: Bloomsbury, 2011.

WEYLAND, K. *et al* (eds). *Leftist Governments in Latin America: Successes and Shortcomings*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MAX WEBER E O “RACISMO CIENTÍFICO” DA SOCIOLOGIA MODERNA

*Jessé Souza**

Resumo: O texto pretende desmascarar o caráter legitimador a que as “ciências da ordem” – ou seja, comprometidas não com a busca da verdade mas com a reprodução dos interesses que estão ganhando – se prestam a interesses fáticos de dominação fazendo uso do “prestígio científico”. A ideia do texto foi usar Max Weber, talvez o autor mais influente das ciências sociais, e demonstrar como sua obra foi utilizada no Brasil e na reflexão da teoria da modernização para a propagação de preconceitos sociais travestidos de conceitos científicos. Como a maior parte da produção contemporânea é ainda influenciada decisivamente pelos pressupostos culturalistas da teoria da modernização – ainda que isso não seja percebido – a tese pretende valer como uma crítica à prática pseudo-científica contemporânea da forma dominante do conteúdo pseudo-científico dentro e fora do Brasil.

Palavras-chave: Racismo científico; ciências da ordem; Max Weber.

Abstract: This paper aims to uncover the legitimizing character of the ‘sciences of order’ – those not committed to the truth but to the reproduction of currently prevailing interests – which are submitted to factual interests of domination through the usage of ‘scientific prestige’. The idea was to use the writes of Max Weber, perhaps the most influential author in the scope of Social Sciences, and to demonstrate how his work has been employed in Brazil and within modernization theory for the spreading of social prejudices hidden behind (scientific) concepts. Since most of contemporary production is still decisively (and maybe undetected) influenced by culturalist assumptions of the theory of modernization, the thesis intend to be a critique to the contemporary pseudo-scientific practice of the dominant form of pseudo-scientific issues in Brazil and elsewhere.

Keywords: Scientific racism; sciences of order; Max Weber.

Para além de toda a importância de Max Weber como um dos pais fundadores da sociologia e também como um dos maiores

* Livre docente em Sociologia. Professor titular de Ciência Política na Universidade Federal Fluminense (UFF) – Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: souza.jesse@uol.com.br.

influenciadores do pensamento crítico do século XX, sua obra também foi utilizada para a prática do que poderíamos chamar de “violência epistemológica”, ou seja, a distorção sistemática da realidade para fins de poder prático, em nome da ciência. Afinal, a ciência herda o prestígio da religião no contexto pré-moderno e assume, em boa parte pelo menos, o papel de explicar o mundo moderno. Não existe tema que seja discutido na esfera pública de qualquer sociedade moderna que não invoque a “palavra do especialista” que fala pela ciência. Assim, o potencial da ciência de produzir efetivo aprendizado individual e coletivo está ligado e muitas vezes decisivamente condicionado, por força de seu prestígio público, a servir de instância legitimadora e primeira e decisiva trincheira da luta social e política pela definição legítima de “boa vida” e “sociedade justa”. Em outras palavras: não existe ordem social moderna sem uma legitimação pretensamente científica desta mesma ordem.

Talvez o uso de Max Weber e de sua obra sejam um dos exemplos mais significativos do caráter bifronte da ciência: tanto como mecanismo de esclarecimento do mundo como quanto mecanismo de encobrimento das relações de poder que permitem a reprodução de privilégios injustos de toda a espécie. É um atestado da singular posição que Weber ocupa no horizonte das ciências sociais perceber que, precisamente por ter captado a “ambiguidade constitutiva” do racionalismo singular ao ocidente (SCHLUCHTER, 1979), ele tenha formulado os dois diagnósticos da época mais importantes para a auto-compreensão do ocidente até nossos dias: uma concepção liberal, afirmativa e triunfalista do racionalismo ocidental; e uma concepção crítica extremamente influente deste mesmo racionalismo, que procura mostrar sua unidimensionalidade e superficialidade.

Para a versão liberal e afirmativa, Weber fornece, por um lado, sua análise da “revolução simbólica” do protestantismo ascético, para ele a efetiva revolução moderna, na medida em que transformou a “consciência” dos indivíduos, e a partir daí a realidade externa, e não o contrário, como na revolução francesa, que termina em restauração do poder monárquico. É a figura do

protestante ascético, que com vontade férrea e com as armas da disciplina e do autocontrole, quem cria o fundamento histórico para a noção do “sujeito moderno” e até mesmo para a noção moderna de “personalidade” enquanto entidade percebida como um todo unitário com fins e motivos conscientes e refletidos.

A grande maioria das versões apologéticas do “sujeito liberal” nutre-se, quase sempre com fundamento empírico na história da pujança econômica e política norte-americana, em maior ou menor grau, na figura do pioneiro protestante weberiano. Além disso, por outro lado, é Weber quem reconstrói sistematicamente a lógica de funcionamento tanto do mercado competitivo capitalista quanto do Estado racional centralizado, de modo a percebê-los como instituições cuja eficiência e “racionalidade” não teriam igual. Ainda que a perspectiva liberal apologética se restrinja ao elogio do mercado, confluem, aqui, os aspectos subjetivos e objetivos (institucionais) que fundamentam, de modo convincente, a afirmação do “dado”, ou seja, do mundo como ele é.

Mas Weber, e nisso reside sua influência e atualidade extraordinárias, também percebia, no entanto, o lado sombrio do racionalismo ocidental. Se o pioneiro protestante ainda possuía perspectivas éticas na sua conduta, seu “filho” e, muito especialmente, seu “neto”, habitante do mundo secularizado, é percebido por Weber de modo bastante diferente. Para descrevê-lo Weber lança mão de dois “tipos ideais”, ou seja, de modelos abstratos, no caso, de modelos abstratos de condução de vida individual, os quais se encontram sempre misturados em proporções diversas na realidade empírica concreta. Esses “tipos ideais” que explicam o indivíduo típico moderno para Weber são, por um lado, o “especialista sem espírito”, que tudo sabe acerca do seu pequeno mundo de atividade e nada sabe (nem quer saber) acerca de contextos mais amplos que determinam seu pequeno mundo, e, por outro lado, o “homem do prazer sem coração”, que tende a amesquinhar seu mundo sentimental e emotivo à busca de prazeres momentâneos e imediatos¹ (ver SOUZA, 1997).

¹ Ver, Souza (1997).

Se a primeira leitura fornece o estofo para a apologia liberal do mercado e do sujeito percebido como independente da sociedade e de valores supra-individuais, a segunda leitura marcou profundamente toda a reflexão crítica até nossos dias. A percepção do indivíduo moderno como suporte das ilusões da independência absoluta e da própria perfeição narcísica, quando, na verdade, realiza, sem saber, todas as virtualidades de uma razão instrumental que termina em consumismo e conformismo político, está na base de grande parte das vertentes mais influentes do assim chamado "marxismo ocidental". O "marxismo ocidental", denominação ampla que se refere às perspectivas intelectuais que procuraram unir o impulso crítico do marxismo com a análise weberiana do racionalismo ocidental enquanto razão instrumental, foi uma das inspirações fundamentais de praticamente todas as grandes concepções críticas do século XX².

Neste texto nosso interesse é examinar de perto o elemento apologético e o uso do prestígio científico weberiano para a afirmação de uma visão distorcida, conformista e superficial da realidade. Minha tese, que pretendo defender nas próximas linhas, é a de que a própria construção de uma oposição substancial entre sociedades avançadas do centro – Europa ocidental e EUA – e sociedades atrasadas da periferia – por exemplo, as sociedades latino-americanas – foi construído, pelo menos em sua versão mais "moderna" e "culturalista", em grande medida com base nas categorias weberianas.

Nesse sentido, as categorias científicas são utilizadas "por debaixo do pano", ou seja, sem que seu real caráter fique efetivamente explícito, como justificação de uma violência simbólica que, ao fim e ao cabo, funcionam como uma espécie de "equivalente funcional" do racismo. Estou consciente aqui que a certos espíritos mais delicados a aproximação entre "racismo"

² De Georgy Lukacs até a escola de Frankfurt, passando por Jürgen Habermas e Pierre Bourdieu é difícil se pensar em um grande expoente da teoria social crítica não influenciado por Max Weber. Ver acerca dessa influência Habermas (1986).

e “ciência” provoca um certo desagrado. Talvez o desagrado seja, como muitas vezes, precisamente o “sintoma” de um problema real. Afinal, para o mesmo Weber que estamos discutindo os ricos e felizes não querem apenas ser ricos e felizes. Eles querem ter o direito de ser ricos e felizes. O ponto que mais marca, para mim, a leitura de Weber como pensador crítico é precisamente sua atenção aos processos que “legitimam” o poder social fático e o tornam “sagrado”, no contexto das grandes religiões analisadas por Weber, e o tornam “científico” no mundo desencantado de hoje.

Assim, do mesmo modo como o “racismo científico”, que possuía projeção internacional até a década de 20 do século passado, partia da superioridade “racial” dos povos brancos e de olhos azuis, a versão “culturalista” do racismo, mais sofisticada, mas, o que é o ponto fundamental, produzida para colher o mesmo efeito, parte da superioridade de “certo estoque cultural” das sociedades do “atlântico norte” como fundamento mesmo da admitida “diferença e superioridade essencial” dessas sociedades. Do mesmo modo que no racismo de fundo “racial” é construída uma separação “ontológica” entre sociedades “qualitativamente distintas” onde as diferenças não são de “grau”, ou seja, não são quantitativas, mas de “essência”, implicando a noção de “sociedade superior” – assim como de “indivíduos superiores” que a compõem - no sentido moral do termo.

É preciso notar, especialmente para certo tipo de leitor que receia uma “extensão indevidamente polêmica” do conceito de racismo que o “procedimento” – a distorção simplificadora da realidade – e o “efeito” – a construção de uma fronteira entre “gente” e “sub-gente” de modo “ontológico” funcionando como uma “pré-compreensão”, uma dimensão não discutida, de grande parte dos conceitos e noções que utilizamos – são precisamente os mesmos do “racismo científico”. Minha tese é, portanto, que a obra de Max Weber foi utilizada em sua versão apologética para conferir “prestígio científico” a uma visão de mundo atrelada a interesses particulares que se mascaram com a universidade e a neutralidade apanágio do prestígio científico. Isso fica claro quando o atributo

de “universal” é atrelado às sociedades centrais, e o atributo de “particular” ou “regional” é reservado às sociedades periféricas. O objetivo deste texto é, nesse sentido, construir a categoria de “racismo culturalista” e demonstrar o caráter de violência simbólica desta visão científica até hoje hegemônica tanto no centro quanto na periferia.

Pretendo defender essa tese em dois passos: 1) reconstruindo o debate central e periférico que usam essas categorias como seu eixo central; e 2) demonstrando o potencial de distorção sistemática da realidade social das teorias até hoje hegemônicas no discurso científico internacional.

O teatro de espelhos da oposição entre confiança/racionalidade e corrupção/afeto

O racismo velado do “culturalismo científico” opõe e separa como configurações qualitativa e substancialmente diferentes as sociedades ditas “avançadas” e as ditas “atrasadas” ou como manda o politicamente correto, as “sociedades em desenvolvimento”. Essa oposição é construída simultaneamente na dimensão cognitiva e moral, ou seja, as sociedades avançadas e por extensão seus membros são percebidos como mais “racionais”, ou seja, o dado cognitivo, assim como “moralmente superiores”, ou seja, o dado moral. Como essas categorias só são compreensíveis na relação especular e dual com suas oposições binárias, as sociedades atrasadas, as sociedades latino-americanas no nosso caso, têm então que serem construídas como negatividade tanto na esfera cognitiva como na esfera moral. E é precisamente o que acontece na realidade. Assim, para fazer a oposição especular perfeita, as sociedades latino-americanas são percebidas por todas as versões hegemônicas deste culturalismo como “afetivas e passionais” e tendencialmente corruptas.

Como o afeto é percebido na hierarquia moral ocidental como o “outro” da razão deste Platão³ – e como a doutrina platônica da virtude foi transformada no caminho da salvação cristã, essa doutrina tornou-se a base cotidiana e inconsciente de toda ética ocidental – ele induz diretamente à ideia de uma “reflexão não distanciada” de afetos primitivos, ou seja, cognitivamente inferior. Em grande parte, como resultante da própria tese da dominação dos afetos temos, também, a ideia de uma suposta orientação “particularista” – a famosa preferência “pessoal” ao invés do domínio da impessoalidade – do comportamento das sociedades latino-americanas que as tornariam essencialmente corruptas. A corrupção ou a desconfiança generalizada também seria, é claro, um apanágio dos habitantes dessas mesmas sociedades.

Como essa oposição é criada e legitimada “cientificamente” e o que isso tem ver com a obra weberiana? Max Weber oferece os conceitos centrais por meio dos quais foram pensados e tornados vida prática essa divisão racista entre “gente” superior, das sociedades avançadas, e “sub-gente” inferior, das sociedades latino-americanas e periféricas. Mais que isso. Max Weber é uma espécie de “chave mestra” que nos permite abrir o registro profundo desse “racismo científico” amplamente dominante em todo lugar, ainda que até hoje inarticulado, mas, por isso mesmo, “naturalizado” e aceito por todos seja na esfera científica seja na esfera prática e cotidiana de todas as sociedades modernas⁴.

Na impossibilidade de tratar de todos os elementos que explicam essa conexão irei escolher os mais representativos e importantes de modo a tornar convincente e plausível meu argumento. Tomemos então três obras representativas que reproduzem com fidelidade o que acabamos de dizer: as obras

³ O argumento que liga a herança platônica à hierarquia moral do ocidente talvez tenha sido melhor desenvolvido em todas as suas consequências por Charles Taylor do que qualquer outro pensador. Ver Taylor (1989).

⁴ Jürgen Habermas utilizou procedimento semelhante no seu “Der philosophische Diskurs der Moderne”, Suhrkamp (2005) ao utilizar Nietzsche como “chave mestra” (Drescheibe) do pensamento pós-moderno.

de Talcott Parsons – o mais importante sociólogo americano do século XX – nos Estados Unidos e as obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque – os fundadores da moderna sociologia brasileira – no Brasil. Weber tanto foi utilizado por Talcott Parsons, a partir dos anos 30, para criar uma imagem idealizada da sociedade americana, especialmente – ainda que não apenas – na construção de seus “pattern variables” que se tornou o eixo teórico central de toda a “teoria da modernização”, influente ainda hoje, ainda que outras roupagens; quanto, também, foi utilizado por teóricos latino americanos, também a partir dos anos 30, para a construção de uma interpretação “orientalizada” da América Latina⁵. O conceito central dessa versão hoje ainda dominante foi e é o conceito de “patrimonialismo”, retirado de modo a-histórico e sem rigor analítico da obra weberiana como iremos ver em maior detalhe a seguir.

Ambas as construções são como imagens no espelho de uma e outra. À construção do predomínio do “primitivo”, “pessoal” e “corrupto”, como marcas da sociedade patrimonialista, temos a afirmação da “modernidade”, “impessoalidade” e “confiança” típicas das sociedades centrais. Esse quadro vigora até hoje nas “ciências da ordem” hegemônicas praticamente sem críticas. Esse ponto para mim é fundamental posto que permite demonstrar que a partir de um fundamento comum; uma leitura unilateral da tese weberiana da especificidade do ocidente, pôde se constituir uma leitura hegemônica das ciências sociais contemporâneas cujo núcleo é um “equivalente funcional” do racismo científico antes dominante. O que antes era legitimado como diferença racial e biológica passa a ser obtido pela noção de “estoque cultural”, num caso, o das sociedades do atlântico Norte, cognitiva e moralmente superior, e no caso exemplar das sociedades latino-americanas, cognitiva e moralmente inferior. É importante sempre notar que não são apenas as sociedades que são “inferiores” nos dois aspectos decisivos da moralidade dominante; o cognitivo e o moral. Também os “habitantes” dessas sociedades passam

⁵ Uso aqui uma adaptação livre do termo cunhado por Edward Said.

a ser vistos como indignos de confiança, basta ver a representação dos mexicanos na imensa maioria dos “westerns” americanos, e potencialmente corruptos.

Mas isso ainda não é o mais importante. Hoje em dia parte-se do pressuposto que a “teoria da modernização” morreu no final da década de 60 (KNÖBL, 2002) quando alguns de seus próprios arautos mais importantes passaram a criticar de forma decidida alguns dos pressupostos centrais dessa teoria. Isso simplesmente não é verdade. Os pressupostos do “racismo cultural” da teoria da modernização continuam a operar até hoje em literalmente todas as grandes teorias sociais que pretendem lidar com a sociedade mundial. Algumas indicações acerca disso serão feitas na segunda parte deste texto.

Como se inicia o “racismo culturalista”, até hoje dominante, e como ele se desdobra em uma versão central e outra periférica? O culturalismo que passa a ser a leitura dominante nas ciências sociais americanas com a crítica ao “racismo científico” em boa parte devido ao prestígio da obra de Franz Boas (STOCKING, 1996) na primeira metade do século XX, não começa com Parsons. Mas Parsons constrói a síntese mais coerente do ponto de vista teórico e mais influente do ponto de vista pragmático/político.

A questão básica da sociologia para Parsons é perceber como a ação social pode ser integrada por meio de valores compartilhados socialmente. Nesse sentido, a questão de perceber como os valores orientam a ação é o objetivo maior da ciência social. A construção das *pattern variables* levada a cabo por Parsons e Edward Shills em “Toward a general theory of action” (PARSONS et al., 1965) espelhava precisamente pares dicotômicos de orientações valorativas que permitiriam determinar o sentido da ação social em qualquer contexto. Os pólos dessas variáveis espelhavam precisamente a oposição entre racional, impessoal e universal, de um lado, e afetivo, personalista e particularista, por outro lado.

A importância deste esquema para as ciências sociais americanas e depois para toda a ciência social do pós-guerra foi retumbante. Não existia praticamente nenhuma área das ciências

sociais que não fosse dominada pela procura da demonstração empírica da validade teórica universal dessas categorias (LATHAM, 2000; GILMAN, 2007). No começo o aspecto mais importante era legitimar científica e politicamente – com farto financiamento das agências estatais americanas nos EUA e fora dele – a superioridade americana em relação a todas as outras sociedades⁶, muito especialmente as do terceiro mundo, de modo a transformar a sociedade americana do pós-guerra em modelo absoluto, concreto e realizado de todas as promessas da modernidade ocidental. A oposição moderno/tradicional utilizada por Weber para explicar a singularidade do ocidente e o “aparecimento do capitalismo apenas no ocidente”, no contexto de seus estudos sobre as grandes religiões mundiais, foi utilizado para o estudo dos “entraves para o desenvolvimento do capitalismo em escala global”.

Toda a ambiguidade de Max Weber em relação tanto ao capitalismo – produtor de seres humanos amesquinados precisamente nas dimensões cognitiva e moral (os especialistas sem espírito e homens do prazer sem coração) – e em relação à própria sociedade americana – seu texto nunca comentado pelos culturalistas sobre a hipocrisia como marca indelével da “confiança” interpessoal utilitária do protestantismo americano (WEBER, 2011) – foi cuidadosamente retirada para o uso pragmático e apologético das categorias weberianas para a percepção da sociedade concreta americana do pós-guerra como exemplo acabado de perfeição. Toda a hierarquia mundial tinha o exemplo concreto americano como modelo máximo e todas as outras sociedades eram percebidas como versões mais ou menos imperfeitas desse modelo.

Os efeitos “políticos” desse modelo tornado hegemônico de pensar o mundo são fáceis de serem identificados. Primeiro o efeito conservador e de acomodação para dentro, dado que se os EUA já são perfeitos exemplos de modernidade realizada então não existe nenhuma mudança desejável para a própria sociedade americana. Segundo, como a modernidade é percebida como um conjunto unitário e homogêneo de orientações valorativas todas

⁶ Por exemplo, os livros clássicos de Banfield (1967) e Almond (1989).

elas apenas positivas, então a legitimação científica da dominação fática dos EUA se torna completa. Novamente, porque a repetição na ciência pode ter a mesma importância que tem na música: esse esquema interpretativo geral não é apenas americano e muito menos limitado ao período do pós-guerra como é sempre muito repetido. Ao contrário, depois da recuperação europeia a partir dos anos 60 e 70 esse esquema continua a ser utilizado apesar das críticas às suas categorias principais com a única diferença que se utiliza agora a palavra “ocidente” como algo restrito às sociedades do “atlântico norte”, ou seja, Europa ocidental e EUA/Canadá. É nesse sentido que – o que sempre surpreende alguns latino-americanos – nesses lugares se fala da América latina como não só não fazendo parte do ocidente, mas, também, como exemplo, aliás, do “outro orientalizado” do ocidente.

Mas que a ciência hegemônica e não crítica nas sociedades afluentes legitime seu próprio poder fático não é muito de se espantar. Afinal a ciência crítica é minoritária em todo lugar. O que causa mais espanto, no entanto, é o fato de que precisamente o mesmo esquema interpretativo foi utilizado também pelas sociedades periféricas – como as latino-americanas – para explicar suas próprias sociedades. Este o fato mais intrigante e o nosso desafio a seguir.

Apesar de Parsons e a teoria da modernização ter exercido e – sempre vale a pena repetir, ainda exercer até hoje – impacto avassalador nas ciências sociais brasileira e latino americana, a gênese do culturalismo brasileiro é operada de modo independente de sua obra. Isso tem a ver com o fato de que os verdadeiros “estratos suporte” – de modo semelhante ao que Weber se referia aos estratos suportes da mensagem religiosa – do liberalismo como interpretação e legitimação da realidade são as classes dominantes de cada sociedade na luta por definir sua própria interpretação particular do mundo como se universal fosse. É apenas a partir dos anos 60 que passa a existir um amálgama entre a interpretação

autóctone no Brasil com a influência parsoniana, especialmente na ciência política, mas, de modo algum restrito a ela⁷.

A interpretação culturalista brasileira foi criada e imediatamente se tornou hegemônica na década de 30 do século passado com a publicação de *Casa Grande e Senzala* por Gilberto Freyre. Essa auto-interpretação realiza, pelo próprio punho dos pensadores periféricos, a mais perfeita relação especular com a definição de modernidade e tradição, este último como apanágio da pré-modernidade, que Parsons e seus colaboradores realizariam mais tarde. Na versão original de Gilberto Freyre inexistia a influência de Max Weber, mas a versão mais poderosa e até hoje francamente hegemônica, se deve a uma reformulação – pretensamente baseada em conceitos weberianos - levada a cabo por Sérgio Buarque a partir da interpretação Freyriana.

Desde a publicação do livro *A modernização Seletiva* (SOUZA, 2000, 2009)⁸ defendi a tese de que a interpretação que se tornou dominante durante o século XX, da realidade social brasileira – certamente generalizável a diversas sociedades latino-americanas⁹-, envolve, na verdade, a articulação das noções de personalismo/patrimonialismo de modo a justificar uma suposta singularidade cultural e social pré-moderna. Essa “pré-modernidade” é o núcleo, nunca na verdade articulado, de noções hoje correntes como “jeitinho brasileiro”; da visão do Brasil e das sociedades latino-americanas como funcionando a partir de uma hierarquia comandada pelo “capital social de relações pessoais” e; portanto, das relações favor/proteção enquanto fundamento da hierarquia social como um todo; assim como da noção de “patrimonialismo”

⁷ O IUPERJ, e nele figuras como Simon Schwartzmann ou Wanderley Guilherme dos Santos, no Rio de Janeiro, passa a ser um centro dessa influência.

⁸ Para a minha percepção inicial da importância da categoria do patrimonialismo na sociologia brasileira, devo muito aos trabalhos seminários de Werneck Vianna sobre o assunto.

⁹ As obras de Octávio Paz no México e de Gino Germani na Argentina demonstram que esses temas não eram apenas brasileiros, mas, também, latino-americanos em sentido amplo.

como fundamento de uma “elite estatal” também pré-moderna. Hoje em dia, a tese da “singularidade cultural” brasileira, *pensada de modo absoluto* como um povo com características únicas e incomparáveis – para o bem e para o mal – é como uma “segunda pele” para todos os brasileiros intelectuais ou não.

A figura de Gilberto Freyre é central neste tema posto que Freyre fundou, literalmente, a forma dominante como o Brasil contemporâneo percebe-se a si mesmo, não apenas neste “romance da identidade nacional” chamado “casa grande e senzala” (FREYRE, 1990), mas em toda a sua obra. Ainda que os temas recorrentes usados na imagem da “identidade” do brasileiro, como “o encontro de raças”, sejam tão velhos quanto a independência do Brasil (MACIEL, 2007) – e conseqüentemente da necessidade prática de fontes alternativas de solidariedade social, além do poder local e pessoal dos donos de terra e gente, para a jovem nação que se constituía – foi apenas quando Freyre inverteu a fórmula “racista científica” que condenava a nação de mestiços a um futuro sombrio, que a “identidade nacional” passou a ser um elemento de extraordinário sucesso tomando coração e mentes de brasileiros de norte a sul. Foi Freyre, afinal, o primeiro a articular a tese do “mestiço is beautiful”, permitindo interpretar a miscigenação visível e palpável da sociedade brasileira como uma “virtude cultural” – quando durante todo o século XIX era considerado por todos como nosso principal defeito – e sinal, “empiricamente verificável nas ruas”, da suposta tolerância e abertura cultural brasileira. Foi Freyre, portanto, quem construiu o “vínculo afetivo” do brasileiro com uma ideia de Brasil, em alguma medida pelo menos, “positiva”, com a qual a nação e os seus indivíduos podiam se identificar e se auto legitimar.

Essa ideia caiu como uma luva nos interesses de arregimentação política do governo industrializante e modernizante de Getúlio Vargas e passou, como política do Estado a ser ensinada nas escolas, e a ser cantada em prosa e verso como fundamento mesmo da “unidade morena” da nação brasileira. Afinal, a miscigenação racial funcionava como “reductor de todas as diferenças”, especialmente das de classe social e prestígio,

além de permitir uma associação “espontânea” com ideias como “calor humano”, hospitalidade, sensualidade, cordialidade e todas as qualidades ambigualmente “pré-modernas” que hoje são patrimônio afetivo de todo brasileiro. Essa ideia é hoje, portanto, “evidência não tematizada”, tornada uma “segunda natureza” e incorporada à identidade individual de todo brasileiro que se imagina, não obstante todos os inegáveis problemas sociais brasileiros, incorporar virtualidades do comportamento humano que só existiriam por essas bandas tropicais.

Mais ainda. Como a identidade nacional necessita não apenas superar seus inimigos internos – como as solidariedades de sangue e de local – mas também seus inimigos “externos”, Freyre jogou todas as suas cartas contra o fantasma presente, de modo implícito ou explícito, na obra de todo intelectual brasileiro¹⁰ dos últimos cem anos: os Estados Unidos. Sendo de tamanho territorial e populacional semelhante ao Brasil, com história colonial e escravista semelhante, os EUA foram e continuam sendo o êmulo de todo brasileiro à procura de um modelo. Como a comparação nos termos da civilização moderna, baseada no cálculo instrumental e na disciplina, ou seja, no domínio do corpo pela “alma” e pela “mente”, nos era e ainda é absolutamente desvantajosa, a construção Freyriana permitia uma “fantasia compensatória”, onde nossa inferioridade seria transformada em virtude pela ambigüidade mesma da civilização ocidental, aproveitada de modo conseqüente e inventivo por Freyre. Afinal, são os valores “dominados” do corpo, como diria Pierre Bourdieu, que celebramos na “brasilidade”, como o calor humano, a sensualidade, a cordialidade, etc. Freyre inventa literalmente a “pré-modernidade” como virtude, ainda que ambígua, e permite o nascimento do “orgulho brasileiro”. Ao construir e sistematizar a auto-imagem “pré-moderna” do Brasil moderno Freyre confere contornos finais a tese da “singularidade cultural brasileira”, pensada nele e em muitos outros como uma “singularidade

¹⁰ Assim como, talvez, por referência ao segundo maior país latino americano, na obra de intelectuais mexicanos, como Octávio Paz, por exemplo.

tendencialmente absoluta”, como se aqui tivesse se produzido, para o bem e para o mal, uma experiência humana singular da vida social neste planeta.

Não existe nenhum grande problema nesta saga nacional. Isso aconteceu em outros lugares de modo muito semelhante e o “mito nacional” não se reduz ao seu “valor como verdade”. Ao contrário, fundamental é seu papel de produtor de solidariedades que permitem sociedades concretas enfrentarem guerras, crises e até guerras civis sem se destruir como nação e até saírem fortificadas desses desastres. A virtude da identidade nacional é, portanto, “pragmática”. Ela serve a uma função fundamental como “*conto de fadas para adultos*” cumprindo um papel semelhante ao das antigas religiões mundiais (ANDERSON, 1991). Problemático mesmo é quando o “mito nacional”, como ocorre no caso brasileiro, passa a ser a base da própria concepção pretensamente científica da sociedade como um todo. Nesse caso, o que ocorre inevitavelmente é a colonização do interesse na procura da verdade pelo interesse pragmático e político que anima o mito nacional.

O mais interessante no nosso contexto é examinar o modo como o mito da brasilidade e sua celebração das virtudes ambíguas da pré-modernidade se transformam em “ciência” conservadora com toda a “aparência de ciência crítica”. Isso nem Parsons e seus colaboradores lograram com tanto sucesso. Esse ponto é fundamental para compreendermos de que maneira as “ideias” dos intelectuais passa a afetar decisivamente a vida prática de uma sociedade legitimando e reproduzindo um cotidiano, como no caso brasileiro ainda hoje, de desigualdade e humilhação. Afinal, no mundo moderno, é a “ciência”, substituindo a função das religiões éticas nas sociedades pré-modernas, que detém a “autoridade legítima” para falar no espaço público sobre qualquer assunto relevante. A esfera política não é exceção. A forma dominante de se perceber a política no Brasil foi produto de intelectuais cujas “ideias” foram associadas, de modo intencional ou não, a “interesses” poderosos. Depois de institucionalizadas, essas ideias ganham vida própria e “esquecem” sua gênese e passam a influenciar a pauta dos jornais e a imaginação dos políticos e homens de ação.

Se quisermos compreender de que modo percepções arbitrárias do mundo se tornam norma de conduta "legítima", inclusive para aqueles que são oprimidos por ela, precisamos "relembrar" sua gênese.

Se pudemos dizer acima que Freyre é o pai-fundador da concepção dominante como o brasileiro se percebe no senso comum, então Sérgio Buarque é o pai-fundador das ciências sociais brasileiras do século XX, e, conseqüentemente – e muito mais importante – o autor da forma dominante como a "sociedade brasileira" contemporânea se compreende até hoje com a chancela e a autoridade "científica". Sérgio Buarque fez sua obra-prima "Raízes do Brasil" em 1936,10 ou seja, três anos depois da publicação de *Casa-grande & senzala* em 1933. Como todos os brasileiros desse período, Buarque foi influenciado decisivamente por Freyre nas ideias pioneiras que desenvolveu neste livro, que me parece, sem sombra de dúvida, o mais influente do pensamento social brasileiro no século XX na medida em que construiu a "ideia-força" (uma ideia articulada a interesses poderosos que permite mascará-los e justificá-los) mais importante da vida política do Brasil moderno.

Qual é a ideia-força que domina a vida política brasileira contemporânea? Minha tese é a de que essa ideia força é uma espécie muito peculiar de perceber a relação entre mercado, Estado e sociedade, onde o Estado é visto, "a priori", como incompetente e inconfiável e o mercado como local da racionalidade e da virtude. O grande sistematizador dessa ideia foi precisamente Sérgio Buarque de Holanda. Buarque toma de Gilberto Freyre a ideia de que o Brasil produziu uma "civilização singular" e "inverte" o diagnóstico positivo de Freyre, defendendo que essa "civilização", e seu "tipo humano", o "homem cordial", é, na verdade, o nosso maior problema social e político.

Na realidade, Buarque assume todos os pressupostos meta teóricos e teóricos da tese de uma sociedade pré-moderna e dominada pela emotividade e personalidade como formulada por Freyre. O que Buarque acrescenta de (aparentemente) novo é transformar a ênfase no personalismo – a emotividade como um dado psico-social que guia as relações interpessoais – da

interpretação freyriana em ênfase no aspecto institucional e político, ou seja, supostamente patrimonial. O patrimonialismo é uma espécie de amálgama institucional do personalismo, de resto compartilhando literalmente todos os seus duvidosos pressupostos inseridos para fins pragmáticos na construção do “mito” freyriano. É isso que confere o aparente “charminho crítico” de sua tese. Afinal, o “homem cordial” é emotivo e particularista e tende a dividir o mundo entre “amigos”, que merecem todos os privilégios, e “inimigos”, que merecem a letra dura da lei. Quem exerce a crítica patrimonialista no Brasil o faz com “ar de denúncia”, fazendo pose de “intelectual crítico”¹¹. O interessante no argumento de Buarque é que, apesar do “homem cordial” estar presente em todas as dimensões da vida, sua atenção se concentra apenas na ação do “homem cordial” no Estado (BUARQUE, 2011).

É o Estado dominado pelo homem cordial e particularista que se tornará o conceito mais importante da vida intelectual e política brasileira até hoje: o “patrimonialismo” do Estado e da “elite” corrupta. Nos inúmeros seguidores de Buarque, parte expressiva da intelectualidade brasileira até hoje, essa oposição se torna ainda mais simplista¹². O Mercado capitalista deixa de ser uma instituição ambivalente – fruto de longo aprendizado histórico, que permite tanto separar o interesse econômico de considerações éticas e com isso produzir riquezas em quantidades inauditas, mas, também, produzir e legitimar desigualdades injustas de todo tipo indefinidamente - para ser apenas o reino da “virtude” por excelência. O Estado, também ambivalente, podendo refletir interesses de todo tipo, sendo ele próprio um campo de lutas intestinas, é “congelado” no lado de uma suposta “elite privilegiada”, a qual, como ninguém a define, se refere a todos e a ninguém e pode ser usada em qualquer contexto ao bel prazer do falante (quase sempre, ele próprio, de alguma “elite”).

¹¹ Em entrevistas empíricas que realizamos mais de 90% dos brasileiros tendem a identificar os problemas sociais brasileiros com a corrupção estatal (SOUZA et al., 2000).

¹² Ver, por exemplo, Schwartzmann (1973) e Faoro (1984).

Mas o “toque de Midas” dessa ideologia, que vai explicar a sua adesão popular, é a associação, efetuada “por baixo do pano” e sem alarde, entre mercado e a sociedade como um todo, nos “convidando” a nos sentirmos tão virtuosos, puros e imaculados como o mercado. A partir daí, como a “recompensa narcísica” é o aspecto decisivo, a associação é tornada “afetiva” e, em grande medida, infensa à crítica racional. É precisamente este aspecto que permite a “adesão popular” de setores que não têm nada a ganhar com a “mercantilização” da sociedade como um todo. Desse modo, os partidos liberais no Brasil que representam interesses de uma elite muito pequena, podem “universalizar” seus interesses particulares ao demonizar a intervenção estatal como sempre ineficiente e corrupta. Foi desse modo que, no governo de Fernando Henrique Cardoso, se logrou privatizar em grande medida a universidade pública brasileira (CÂNDIDO DA SILVEIRA, 2009).

É a partir desse raciocínio que o tema da corrupção política passa a ser um dos temas mais centrais e recorrentes do debate acadêmico e político brasileiro. O que está em jogo, no entanto, não é a melhoria do combate à corrupção por meio do melhor aparelhamento dos órgãos de controle. O que existe é uma dramatização da oposição mercado (virtuoso) e Estado (corrupto) construída como uma suposta evidência da singularidade histórica e cultural brasileira. Como já observado, é apenas o “Estado” que passa a ser percebido como o fundamento material e simbólico do patrimonialismo brasileiro. Ora, se todos somos “cordiais”, porque apenas quando estamos no Estado desenvolvemos as conseqüências patológicas dessa nossa “herança maldita”? Porque o mercado, por exemplo, não é percebido do mesmo modo? E, porque, ao contrário, o mercado é inclusive visto como a principal vítima da ação parasitária estatal?

É que de Max Weber, de onde se retira a autoridade científica e a “palavra” no sentido do “nome” – patrimonialismo – e não do “conceito científico”, para a legitimação científica dessa noção central para a auto-compreensão dos brasileiros, tem-se muito pouco. No Brasil, a influência do pensamento weberiano também é dominado pela mesma leitura liberal apologética que deu origem

a teoria da modernização de inspiração parsoniana. É de Weber que se retira a autoridade científica e a “palavra”, no sentido do “nome” e não do “conceito científico”, para a legitimação científica da noção central, ainda hoje, da sociologia e da ciência política brasileira: a noção de “patrimonialismo”, para indicar uma suposta ação parasitária do Estado e de sua “elite” sobre a sociedade. Entre nós, no entanto, esse conceito perde qualquer contextualização histórica, fundamental no seu uso por Max Weber, e passa a designar uma espécie de “mal de origem” da atuação do Estado enquanto tal em qualquer período histórico.

A discussão weberiana acerca da noção de patrimonialismo é complexa e multifacetada. No sentido mais formal o patrimonialismo é uma variação do tipo de dominação “tradicional” (WEBER, 1985). Ao contrário das formas “primárias” de dominação tradicional como a gerontocracia e o patriarcalismo, caracterizadas pela ausência de um quadro administrativo, o patrimonialismo se caracteriza pela presença de um quadro administrativo o que traz para Weber as consequências mais importantes para o exercício da dominação política (WEBER, 1985: 134-137). É que na estrutura triádica a partir da qual Weber pensa a dinâmica interna às esferas sociais (WEBER, 1985: 245-381)¹³, o campo político se articula e se define enquanto tal a partir do peso relativo da relação triádica entre o líder, o quadro administrativo e os dominados. A entrada, portanto, do quadro administrativo em cena inaugura, de certo modo, a política em toda a sua complexidade. Isso porque entra em cena também o tema central da “delegação do poder”, já que o exercício do poder sobre grande número de pessoas e sobre extenso território exige o quadro administrativo como intermediário entre a liderança e os liderados.

A existência do quadro administrativo é tão importante para Weber que ele irá definir o tipo mais puro do outro tipo – além da dominação tradicional e suas variantes – de dominação

¹³ Ver também o texto primoroso de Pierre Bourdieu (2011: 79-181) acerca da estrutura triádica do campo religioso verificável em várias esferas importantes como a política por exemplo.

permanente e estável¹⁴, a dominação racional-legal, precisamente pela existência de um quadro administrativo burocrático (WEBER, 1985: 126) onde a eficiência técnica e a estrita obediência à liderança se aproxima o máximo do caso concreto. Isso se explica pelo fato de que a necessidade da delegação do poder irá criar as diversas constelações possíveis de exercício mais ou menos efetivo do poder sobre os liderados, do exercício do poder mais ou menos controlado pelo líder, do exercício mais ou menos de fato nas mãos de quem tem a delegação do poder, etc. Por conta disso, Weber irá definir também as diversas subdivisões do subtipo de dominação patrimonial precisamente a partir da maior importância relativa do líder ou do quadro administrativo.

Quando atentamos para a contextualização histórica deste contexto em Weber, queremos, acima e antes de tudo, enfatizar o fato de que o patrimonialismo não é compatível com esferas sociais diferenciadas, ou seja, nas palavras de Weber nas “considerações intermediárias” e como ele preferia se referir “esferas de valor” (*Wertsphären*). As esferas de valor diferenciadas implicam que cada qual possui um princípio valorativo ou critério regulador que lhe é próprio e que serve de padrão para a conduta dos sujeitos nessa esfera. Implica também que todo o conjunto de papéis sociais, expectativas de comportamento, construção organizacional e padrões de institucionalização vão se guiar e ser avaliados precisamente pelo mesmo critério regulador. Toda a sociologia weberiana pode, inclusive, ser compreendida como uma tentativa de explicar de modo genético e causal por que apenas no ocidente moderno logrou-se uma configuração social que não só possibilita, mas, também, estimula a diferenciação entre as diversas esferas sociais e o ganho em eficiência e racionalidade (instrumental) que esta mesma diferenciação implica.

Toda a sua explicação do patrimonialismo em todos os seus casos concretos parte precisamente da impossibilidade da existência de esferas sociais diferenciadas no contexto patrimonial.

¹⁴ A dominação carismática só existiria como “tipo puro” em situações excepcionais (WEBER, 1985: 141- 142).

Isso não quer dizer que não existam “aspectos políticos” ou “aspectos econômicos” da ação social nesses campos, mas essas ações são situadas e contextualizadas, crescendo, por exemplo, em tempos de guerra, para voltar a inexistir em tempos de paz, não desenvolvendo, portanto, todas as virtualidades de um campo diferenciado. Nesse sentido, o patrimonialismo para Weber representa antes de tudo um simples aumento quantitativo da “economia doméstica” (*Hausgemeinschaft*) (WEBER, 1985: 671, 676), ainda que existam pressupostos ideais novos como a necessidade de legitimação carismática do líder patrimonial (WEBER, 1985: 662)¹⁵. Mesmo que o aumento quantitativo de novas conexões e funções para o exercício do poder sejam requeridas nessa “grande comunidade doméstica”, o que acontece, como nota Thomas Schwinn em sua excelente discussão acerca precisamente do caráter necessariamente indiferenciado das esferas sociais no patrimonialismo (WEBER, 1985: 211-302), é a mera substituição do princípio segmentado-horizontal da comunidade doméstica em favor de uma segmentação verticalizada com caráter hierárquico no patrimonialismo (WEBER, 1985: 217).

O aspecto decisivo aqui é que todos os aspectos da vida estão amalgamados de modo radical especialmente, mas não apenas, os aspectos econômicos e políticos. Mesmo que possa existir empreendimentos de grande vulto econômico no contexto patrimonial, como os assegurados por privilégios de monopólio de comércio e manufatura, os mesmos podem ser retirados de modo mais ou menos arbitrário impedindo cálculo e previsibilidade que são indispensáveis à institucionalização da esfera econômica. Está pressuposto no argumento weberiano que é precisamente a irremediável confusão entre as diversas esferas sociais que garante a apropriação do excedente social nos termos patrimoniais: precisamente como “botim livre para a formação de fortunas” dos setores privilegiados (WEBER, 1985: 646, 642).

¹⁵ Ver também Schwinn (2001: 216).

Como a interpretação dominante do suposto “patrimonialismo brasileiro”¹⁶ enfatiza a variante onde o “estamento”(stand), ou seja, onde o quadro administrativo assume a proeminência e o efetivo exercício do poder – em próprio interesse e em desfavor tanto da liderança quanto dos liderados – então nada mais razoável que ilustremos nossa crítica a essa “apropriação indébita” pela comparação com o caso histórico analisado em detalhe por Weber e por ele considerado o caso mais puro de “patrimonialismo estamental” (WEBER, 1985: 650).

Se prestarmos atenção a análise que Weber desenvolve em seu estudo sobre o confucionismo e taoísmo nas suas relações com o império patrimonial chinês (WEBER, 1991), podemos perceber facilmente o quanto seu conceito de patrimonialismo é contextual e historicamente determinado. Como o patrimonialismo jamais se reduz à esfera da política em estrito senso, já que a “esfera política” em sentido diferenciado e estrito ainda não existe, a dominação social implica uma articulação específica de diversos interesses além dos estritamente políticos. Em primeiro lugar, a confusão entre as diversas esferas sociais, da qual o patrimonialismo retira sua própria condição de possibilidade, exige a existência de uma série de fatores sócio-econômicos “externos” ao que chamaríamos hoje em dia de dominação política em sentido estrito. Alguns desses fatores importantes são: a inexistência de uma economia monetária desenvolvida, a existência de um Direito não formal e uma legitimação em grande medida mágico-religiosa do poder político. Todos esses elementos marcam a sociedade chinesa patrimonial.

O ponto central em todos esses casos parece-me a impossibilidade de “cálculo racional” que todos esses fatores envolvem e estimulam reciprocamente. A extração do excedente social concentrado no estamento patrimonial dos literatos só pode ser obtido em um contexto onde não apenas existe enorme dificuldade de controle pela autoridade central, mas, também,

¹⁶ Os dois grandes nomes da recepção weberiana no Brasil são Sérgio Buarque e Raymundo Faoro.

onde a possibilidade de cálculo da atividade econômica e do produto do trabalho, precisamente pelo pouco desenvolvimento da economia monetária é reduzido ao mínimo. Toda a possibilidade de cálculo entre receita e despesa, planejamento e racionalização da vida dependem da existência dessas pré-condições que, no caso chinês, não estavam dadas. As possibilidades de previsibilidade e de cálculo da ação social são, para Weber, os aspectos mais importantes da condução de vida “racional” em qualquer esfera social posto que, na sua ausência, inexistente a possibilidade do cálculo dos meios adequados a dado fim objetivado. Uma parte importante do potencial revolucionário das cidades ocidentais como fator de desestabilização do patrimonialismo ocidental reside precisamente na influência da economia monetária na e para além dos limites da cidade “livre” (SCHWINN, 2001: 259-277).

Como Weber, ao contrário dos seus epígonos, não defende um “culturalismo”, onde a influência da “cultura” se dá de modo independente da eficácia institucional, é necessário, em qualquer caso concreto, que exista uma adequação entre os estímulos institucionais imprescindíveis – sejam eles de natureza econômica, política ou jurídica – e certo tipo de condução de vida prática pelos agentes. O “tipo de dominação patrimonial” pressupõe, no sentido forte do termo, uma configuração institucional específica como sua própria condição de existência. Não atentar a essas pré-condições é utilizar o “conceito”, como mero “nome”, ou seja, uma denominação arbitrária desprovida de qualquer contextualização histórica e de qualquer cuidado conceitual.

Dentre os fatores “internos” à esfera política, temos o fato de que na China o estamento de literatos era o estrato social mais organizado e poderoso ainda que em grande medida ineficaz em relação ao poder local dos clãs e da autoridade paterna familiar. Não só desfrutavam de alto prestígio social como também mantinham comunicação entre si e zelavam cuidadosamente pelo monopólio das condições que garantiam seus privilégios. Além disso, estavam representados por toda a China, sendo efetivamente a única instância de poder real. O “patrimonialismo estamental”, como sabemos, é, para Weber, o exemplo mais claro

de “dominação do quadro administrativo” pela necessidade de delegação do poder, que a expansão dos grandes impérios com grande extensão territorial cria, vinculada simultaneamente à carência dos instrumentos de controle deste mesmo poder fático pelo dominador ou líder. No caso brasileiro, só em meados do século XX se constitui uma verdadeira burocracia com os meios para a atuação em todo território nacional. Mas aqui já num contexto de desenvolvimento capitalista intenso e rápido.

O caso brasileiro era, portanto, muito diferente sob todos os aspectos do caso chinês. Primeiro, tomando como exemplo o caso brasileiro como ilustração, jamais existiu no período colonial qualquer coisa semelhante ao estamento burocrático chinês. A colonização do país foi deixada nas mãos de particulares que eram verdadeiros soberanos nas suas terras onde o Estado português apenas de modo muito tênue conseguia impor sua vontade. Em outras palavras a associação com o feudalismo – que seria também imprecisa – teria mais relação com a realidade do que a ficção patrimonialista. Precisamente a falta de qualquer estrutura de controle e de administração levou a uma forma extremamente descentralizada de desenvolvimento das “capitanias” como eram chamadas então as estruturas descentralizadas. Uma exceção histórica foi o ataque fiscal aos lucros das minas na província de Minas Gerais na segunda metade do século XVII sem que isso tenha levado a constituição de um estamento nacional já que o intuito era meramente fiscal e localizado à região das minas. A partir de 1808 com a abertura dos portos, a economia monetária penetra de modo incipiente no começo, mas com crescente importância e o capitalismo comercial se torna uma realidade interna com cada vez mais importante, implicando a constituição de um sistema bancário e financeiro crescentemente influente nas cidades.

A realidade dos contratos e do Direito formalizado por sua vez, já existia desde a escravidão e convivia com este tendo sempre atraído a atenção de estudiosos do assunto¹⁷. Nunca houve também, no Brasil ou na América latina, legitimação mágica do

¹⁷ Roberto Machado (1995), por exemplo, fez desse tema o seu mote de estudos.

poder político no sentido chinês do termo onde o imperador era a garantia de harmonia no mundo natural e social percebidos como indistintos (WEBER, 1991: 54-79). O caso chinês é típico posto que mostra todas as virtualidades do patrimonialismo como um tipo de dominação e por extensão, quando acompanhando da indistinção de esferas sociais como vimos acima, como um tipo específico de sociedade e de sociabilidade. Toda vez, dado um contexto “tradicional” nos termos weberianos, em que o feudalismo e o poderes locais e descentralizados logram se desenvolver para a forma imperial e centralizada sem os mecanismos modernos de controle do poder burocrático, sem a racionalização da conduta cotidiana, e sem a possibilidade de cálculo econômico racional, o patrimonialismo e seus subtipos tende a se desenvolver como realidade efetiva.

Além disso, entre 1930 e 1980 o Brasil foi o país de maior crescimento econômico no mundo logrando construir um parque industrial significativo sem paralelo na América Latina. Como se pode exibir tamanho dinamismo econômico em um contexto, como o do patrimonialismo, que pressuporia “indiferenciação da esfera econômica” e, portanto, ausência de pressupostos indispensáveis e ausência de estímulos duradouros de toda espécie à atividade econômica? Essa questão por si só seria um desafio intransponível para os defensores do “patrimonialismo brasileiro”. Mas ela nunca é feita. Daí esta noção funcionar como pressuposto central nunca explicitado. Para seus defensores de hoje ela seria tão óbvia que dispensa explicitação (LAMOUNIER; SOUZA, 2009)¹⁸.

Na sociologia brasileira, portanto, o conceito de patrimonialismo perde qualquer contextualização histórica, fundamental no seu uso por Max Weber, e passa a designar uma espécie de “mal de origem” da atuação do Estado enquanto tal em qualquer período histórico. Em Raymundo Faoro (1984), por exemplo, que fez dessa noção seu mote investigativo com extraordinário impacto e influência até hoje - enquanto na maioria

¹⁸ Ver também o “best seller” *A Cabeça do brasileiro* de Alberto Carlos de Almeida (2007).

dos intelectuais brasileiros ela é um pressuposto implícito embora fundamental – a noção de patrimonialismo carece de qualquer precisão histórica e conceitual. Historicamente, na visão de Faoro, existiria patrimonialismo desde o Portugal medieval, onde não havia sequer a noção de “soberania popular” e, portanto, se não havia sequer a ideia da separação entre bem privado (do Rei) e bem público, o Rei e seus prepostos não podiam “roubar” o que já era dele de direito.

Em segundo lugar, no âmbito de suas generalizações sociológicas, o patrimonialismo acaba se transformando, de forma implícita, em um equivalente funcional para a mera intervenção estatal. No decorrer do livro de Faoro, o conceito de patrimonialismo perde crescentemente qualquer vínculo concreto, passando a ser substitutivo da mera noção de intervenção do Estado, seja quando este é furiosamente tributário e dilapidador, por ocasião da exploração das minas no século XVIII, seja quando o mesmo é benignamente interventor, quando D. João cria, no início do século XIX, as pré-condições para o desenvolvimento do comércio e da economia monetária, quadruplicando a receita estatal e introduzindo inúmeras melhorias públicas.

A imprecisão contamina até a noção central de “estamento”, uma suposta “elite” incrustada no Estado, que seria o suporte social do patrimonialismo. O tal “estamento” é composto, afinal, por quem? Pelos juízes, pelo presidente, pelos burocratas? O que dizer do empresariado brasileiro, especialmente o paulista, que foi, no caso brasileiro, o principal beneficiário do processo de industrialização brasileiro financiado pelo Estado interventor desde Vargas? Ele também é parte do “estamento” estatal? Deveria ser, pois foi quem econômica e socialmente mais ganhou com o suposto “Estado patrimonial” brasileiro. Como fica, em vista disso, a falsa oposição entre mercado “idealizado” e Estado “corrupto”?

A noção de patrimonialismo “simplifica” e “distorce” a realidade social de diversas maneiras e sempre em um único sentido: aquele que simplifica e “idealiza” o mercado e subjetiviza e “demoniza” o Estado. Para se amesquinhar ainda mais o horizonte reflexivo e retirar qualquer atenção aos consensos

sociais e inarticulados que constituem a referência última de qualquer ação política, basta personalizar o debate político, de modo conseqüente, ao nível das telenovelas. À personalização, subjetivização e simplificação do Estado na noção de “estamento estatal” todo poderoso, é acrescentada uma teatralização da política como espetáculo bufo: deixamos de ter “interesses e ideias em conflito” e passamos a ter um mundo político dividido entre “honestos” e “corruptos”. O tema do patrimonialismo não só oferece a semântica através da qual toda a sociedade compreende a si própria, mas também coloniza a forma peculiar como o próprio debate político se articula no Brasil e na América latina. O tema do patrimonialismo, precisamente por sua aparência de “crítica radical”, dramatiza um conflito aparente e falso, aquele entre mercado idealizado e um Estado “corrupto”, sob o preço de deixar a sombra todas as contradições sociais de uma sociedade – e nela incluindo tanto seu mercado quanto seu Estado – que naturaliza desigualdades sociais abissais e um cotidiano de carência e exclusão¹⁹. Essa é a efetiva função social da tese do patrimonialismo no Brasil.

O racismo culturalista hoje

As páginas anteriores não são mera reconstrução de "história das ciências", referindo-se a épocas passadas as quais, hoje em dia, lançaríamos um olhar cheio de compreensão histórica a quem não tinha nem poderia ter, dado a certo contexto cognitivo que se impunha a todos, o distanciamento que hoje desfrutaríamos. O contrário disso é verdade. A história que acabamos de resumir é, talvez, a maior história de sucesso das ciência sociais modernas. A teoria da modernização, o filho mais dileto da tradição weberiana apologética, não só não morreu na década de 60 como continua

¹⁹ O meu próprio trabalho recente se concentra na crítica de nossa tradição sociológica dominante e na construção de uma alternativa verdadeiramente crítica. Ver Souza (2003/2006; 2006;2009; 2010).

hoje, certamente com outras máscaras e roupagens, a dominar a discussão mundial.

Assim como se diz da ética protestante que ela se tornou a primeira religião a se tornar "profecia realizada" no mundo prático²⁰, e, ao se tornar realidade prática, "morre" enquanto religião, já que a religião ocidental pressupõe a tensão com a realidade mundana, o mesmo pode se dizer da teoria da modernização. A teoria da modernização, como a realização mais consumada da leitura apologética da interpretação weberiana do ocidente, só "morre" para se transformar no pano de fundo não tematizado de boa parte das grandes teorias sociológicas, com pouquíssimas exceções²¹, que tematizam a sociedade mundial ou a articulação entre sociedades avançadas e sociedades periféricas.

A leitura apologética weberiana tronou-se uma "segunda natureza" para a sociologia dominante e amplamente hegemônica em todo o planeta. Por "sociologia culturalista" eu não penso, portanto, em um ramo dentre outros dentre diversas sociologias, mas o fundo comum das sociologias, centrais e periféricas, que logram ocupar posição de hegemonia. Ela é, inclusive, o pano de fundo não tematizado de sociologias que reivindicam terem ultrapassado o culturalismo tradicional e ter adentrado em uma nova dimensão da reflexão sociológica como a reflexão de Niklas Luhmann por exemplo. Luhmann usa outro "vocabulário" mas a ideia de uma "corrupção estrutural" das sociedades periféricas, como se esta não existisse nas sociedades modernas centrais – que são portanto "idealizadas" e vistas como tendencialmente "perfeitas" de um modo muito próximo como a teoria da modernização clássica fazia – continua a estar presente em toda a sua argumentação²².

²⁰ Por exemplo, Cohn (2002).

²¹ Pierre Bourdieu seria, talvez, uma exceção parcial neste contexto. Infelizmente, Bourdieu não lançou as bases de uma sociologia efetivamente mundial.

²² Ver, por exemplo, Luhmann (2008; 1995).

Isso para não falar em teorias que explicitamente continuam o legado dessa mesma teoria com grande sucesso de público e crítica como Fukuihama ou Ronald Inglehardt²³. Também no Brasil de hoje os maiores *best sellers* das ciências sociais são aqueles que “atualizam” essa mesma leitura do mundo que separa os dignos de confiança e incorruptíveis das sociedades centrais dos corruptos e inconfiáveis das sociedades periféricas. No Brasil, as mesmas categorias, no entanto, servem para mostrar como as classes altas e médias são moral e cognitivamente superiores às classes populares²⁴, reproduzindo uma oposição realizada em termos nacionais e regionais na sociologia mundial.

Na realidade, como a outra versão "reprimida" e "dominada" dentre as possíveis leituras do legado weberiano mostra, a modernidade ocidental é um todo ambíguo e contraditório, seja no centro seja na periferia do sistema, e que funciona segundo critérios que muito mais as aproximam do que as distanciam. É possível demonstrar que tanto a hierarquia social quanto a legitimação dessa mesma hierarquia são realizados de modo muito semelhante em todas as sociedades modernas, sejam elas centrais ou periféricas²⁵. Existe todo um caminho a ser percorrido para a construção de uma sociologia crítica contemporânea que seja capaz de ser fundada em outro terreno que não o do preconceito travestido de evidência científica. Nesse caminho, é o outro Weber, o Weber crítico esquecido pelos culturalistas de ontem e de hoje, precisamente o Weber que dedicou o melhor de seus esforços a tentar perceber os meandros da legitimação de toda forma de dominação social. Talvez, ele percebesse que, hoje em dia, boa parte da legitimação dos interesses que não se podem exercer a luz do dia são legitimados pela própria ciência que deveria denunciá-los.

²³ Ver Inglehart (1990; 1997) e Fukuiama (1992).

²⁴ Um exemplo recente é, Lamounier (2009). Ver também o “best seller” *A Cabeça do brasileiro* de Alberto Carlos de Almeida (2007).

²⁵ Ver Souza (2007; 2009; 2012).

Bibliografia

- ALMEIDA, A. C. *A cabeça do brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic Culture: political attitudes and Democracy in five nations*. Newbury Park/London: Sage, 1989.
- ANDERSON, B. *Imagined Communities*. Londres: Verso books, 1991.
- BANFIELD, E. *The moral basis of a backward society*. New York: The Free Press, 1967.
- BOURDIEU, Pierre. Uma interpretação da teoria da religião de Max Weber. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 79-181.
- BUARQUE, S. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- CÂNDIDO DA SILVEIRA, M. O neoliberalismo e a educação no Brasil de FHC, *Revista Senso Comum*, n. 1, 2009.
- COHN, G. *Crítica e resignação*. S/l: Tao, 2002.
- EISENSTADT, S. *Tradition, Wandel und Modernität*. Berlin: Suhrkamp, 1979.
- FAORO, R. *Os Donos do Poder*. São Paulo: Globo, 1984.
- FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- FUKUIAMA, F. *The end of History and the Last man*. New York: Free Press, 1992.
- GILMAN, N. *Mandarins of the future*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2007.
- HABERMAN, J. *Die theorie des kommunikativen Handelns*, Vol.II. Berlin: Suhrkamp, 1986.
- INGLEHART, R. *Cultural Shift in advanced Societies*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

- _____. *Modernization and Postmodernization*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- LAMOUNIER, Bolivar; SOUZA, Amaury. *A classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 2009.
- LATHAM, M. *Modernization as Ideology*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000.
- LUHMANN, N. Inklusion und Exklusion. In: *Soziologische Aufklärung* 6. Wiesbaden: VS Verlag, 2008.
- _____. Kausalität im Süden. In: *Soziale Systeme* 1, H. 1, 1995, p. 7-28.
- MACHADO, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Editora 34, 1995.
- MACIEL, F. *O Brasil nação como ideologia*. São Paulo: Annablume, 2007.
- KNÖBL, W. *Spielräume der Modernisierung*. Weilerwist: Velbrück, 2002.
- PARSONS, T. et al. *Toward a general Theory of action*. New York: Harper Torchbooks, 1965.
- SCHWINN, Thomas. *Differenzierung ohne Gesellschaft: umstellung eines soziologischen Konzepts*. Weilerwist: Velbrück, 2001, p. 216.
- SCHLUCHTER, W. *Die Entwicklung des okzidentalen Rationalismus*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1979.
- SCHWARTZMAN, S. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo: DIFEL, 1975
- SOUZA, J. (2003/2006). *A construção social da subcidadania*. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- _____. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- _____. *A modernização seletiva*. Brasília: UnB, 2000.

_____. *A ralé brasileira: quem é e como vivem*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

_____. *Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

_____. *Die Naturalisierung der Ungleichheit*. Wiesbaden: VS Verlag, 2007.

_____. *O Brasil além do mito: quem é e como vive a "ralé" brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

_____. *Patologias da modernidade, um diálogo entre Weber e Habermas*. São Paulo: Annablume, 1997.

SOUZA, J. et al. *Valores e Política*. Brasília: UnB, 2000.

STOCKING, G. *Volksgeist as method and ethic: essays on boasian ethnography and the German anthropological tradition*. Madison: Wisconsin University Press, 1996.

TAYLOR, C. *Sources of the self: the making of the modern identity*. Cambridge/London: Harvard University Press, 1989.

WEBER, M. *Die protestantische Sexten und der Geist des Kapitalismus*. München: C. H. Beck, 2011.

_____. *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen: Konfuzianismus und Taoismus*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1991.

_____. *Wirtschaft und Gesellschaft*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1985, p. 130-139.

GLOBALIZAÇÃO E AS CIÊNCIAS SOCIAIS ANOTAÇÕES SOBRE OS DESAFIOS APRESENTADOS PELA ASCENSÃO DOS PAÍSES BRICS¹

*Tom Dwyer**

Resumo: A globalização e as transformações do papel do Brasil no mundo desafiam a sociologia brasileira. Novas questões e atores emergem, e novos temas de pesquisa e ensino se impõem de tal forma que países que antes pareciam irrelevantes ao desenvolvimento brasileiro, com destaque para a China, desafiam nossa imaginação sociológica. É preciso compreender as relações se constroem com nossos parceiros dos BRICS e, na medida em que o conhecemos melhor, também aprender com eles.

Palavras-chave: Globalização; sociologia brasileira; BRICS; China.

Abstract: This article confronts some recent challenges to Brazilian sociology as it faces issues imposed by globalization and the transformation of Brazil's role in the world. New questions and actors arrive on the scene, and new research and teaching topics impose themselves. Countries that once seemed irrelevant to Brazil's development, especially China, present challenge for our sociological imagination. It is necessary to seek to understand our emerging relations with our BRICS partners, and in getting to know them better, learn from them.

Keywords: Globalization; Brazilian sociology; BRICS; China.

* Professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas, São Paulo, Brasil. Email: tomduyer@terra.com.br.

¹ O artigo é uma condensação de reflexões originalmente elaboradas em palestras e textos impressos ao longo dos últimos anos. Além dos textos na minha bibliografia, este texto é baseado em um texto introdutório (inédito) a dois livros da ANPOCS sobre os Brics e a seguinte série de reflexões; 2012. Dwyer, Tom. A China e o Brasil Mudanças e Permanências e Desafios para a Sociologia Brasileira, em: *Mudanças e Desafios*, Scalon, C., Rasia, J. M. e Sallas, A. L. (orgs). Rio de Janeiro, 7 Letras

Introdução

Octavio Ianni escreveu, sobre as teorias da globalização:

[...] cabe reconhecer que várias dentre elas continuam a conferir um papel relevante ao Estado-nação. Estão nesse caso: a interdependência das nações, o mundo sistêmico, a modernização do mundo e a aldeia global. Concebem o mundo como um todo composto de nações interdependentes, desiguais, reciprocamente referidas, polarizadas e lideradas pelas mais fortes, dominantes, avançadas, civilizadas, européias ou ocidentais (IANNI, 1997: 20).

Quando Ianni começou a refletir sobre a globalização, ele mal imaginava uma mudança da ordem mundial onde quatro grandes países em desenvolvimento passariam a ser vistos, sobretudo depois de uma grave crise financeira nos países desenvolvidos, como um novo eixo possível da economia mundial, nos termos da conceptualização elaborada por Jim O'Neill do banco Goldman Sachs em 2001.

Ou seja, uma vez mais, segundo Ianni:

a sociologia está ingressando na época do globalismo. Os desafios criados com a formação da sociedade global não só representam uma nova realidade como também criam novos desafios metodológicos e teóricos.

e Sociedade Brasileira de Sociologia. ISBN 978-85-7577-988-0 pp. 179-202; 2011. Dwyer, Tom. 'Relations between the BRICS: A Reflection from a Brazilian Sociological Viewpoint.' *Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences*. Vol. 4, no. 4, pp. 27-55; 2011. Dwyer, Tom. A China e os Desafios das Ciências Sociais Brasileiras no Cenário do Mundo em Processo de Globalização. In Ribeiro, G. L. et al. (orgs) "*As Ciências Sociais no Mundo Contemporâneo: Revisões e prospecções*" Brasília, Letras Livres e Editora da UnB. pp. 211-224; 2010. Dwyer, Tom. Jinzhuan'siguo' Shehuixue Zouxiang Shijie. (BRICs' Sociology to the world) in "*Chinese Social Sciences Today*" (<http://sspress.cass.cn/paper/10195.htm>).

Até mesmo alguns dos fundamentos epistemológicos da sociologia podem ser repensados ou inovados, quando a reflexão se depara com as configurações e os movimentos da sociedade global. Neste sentido é que o globalismo se constitui no novo emblema da sociologia (IANNI, 1997: 15-16).

Anos mais tarde, Michael Burawoy, atual presidente da Associação Internacional de Sociologia (ISA) escreveu:

as markets become global so sociology aspires to become global too, contributing to a global civil society, knitting together communities, organizations and movements across national boundaries... global sociologies are laboriously constituted from below out of particular national sociologies.... Building a global sociology from below is a daunting and precarious task. (Burawoy, 2010, 25)

Devido à globalização e à transformação do papel do Brasil no mundo, novos fatores externos já estão transformando a Sociologia brasileira. Novos interlocutores estão chegando, novos problemas, e novos temas de ensino e de pesquisa se apresentam. Países que pareciam ser totalmente irrelevantes para nosso desenvolvimento, agora passam a ser percebidos por muitos como altamente relevantes. Com isto, surge o desafio de desenvolver uma compreensão a respeito de nossas possíveis relações com nossos parceiros nos BRICS, e também de ver o que podemos apreender com eles. Até recentemente, muito poucos no Brasil perceberam que a ascensão da China teria profundas repercussões sobre o país; no começo, esta visão era compartilhada por diplomatas e homens de negócios sobretudo. Esses atores não tiveram nem a força, nem a capacidade de aumentar o grau de consciência geral sobre este fato. As ciências sociais também demoravam para reconhecer o papel da China e dos países BRICS.

Notas sobre os diálogos iniciais entre os BRICS

É sempre bom lembrar, ao abrir um novo campo de reflexão, que há alguns esforços pioneiros com os quais podemos aprender. Uma parte do premiado *Paradigmas do capitalismo agrário em questão* (ABRAMOVAY, 1992), foi inspirado no grande estudioso russo da agricultura Alexander Chayanov. O trabalho deste autor permitiu a Abramovay desenvolver uma reflexão inovadora sobre o papel do pequeno agricultor. Uma agricultura capitalista seria capaz de fornecer muitos produtos que as operações em grande escala, dirigidas a mercados de massa ou exportação, não podem fornecer a mercados urbanos. Ou seja, milhões de pequenos agricultores não seriam mais condenados a desaparecer frente ao poder avassalador do avanço do capitalismo agrícola, mas, com os estímulos apropriados, poderiam ter um papel importante na sociedade e na economia como um todo. Quase duas décadas depois, um primeiro livro de Ciências Sociais sobre as relações Brasil-Rússia foi organizado por Alexandre Zhebit (2009), da UFRJ. “O conhecimento da cultura aproxima os povos, cria uma base sem a qual é impossível realizar a parceria duradora na esfera política e econômica” (TYURDENEV, 2009: vii).

Os sociólogos indianos têm sido tradicionalmente pouco lidos entre nós, embora na Índia os escritos sobre desenvolvimento de Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado sejam conhecidos. Assim como a pedagogia dos oprimidos, de Paulo Freyre. Na história do Brasil, o livro *A Bahia e a Carreira da Índia*, de Amaral Lapa (1968), é um exemplo de um trabalho pioneiro que nos permite repensar os laços históricos do Brasil com a Índia. Um primeiro livro de Ciências Sociais foi editado em 2003, intitulado *Diálogos Tropicais – Brasil e Índia no Brasil*, os organizadores estão numa busca de quebrar a “dependência quase crônica – marcada pela colonialidade do poder – das percepções acadêmicas recíprocas, com relação aos espelhos europeus e norte-americanos (teorias, bibliografia e línguas)” que demarca a distância entre os dois países (LOUNDO; MISSE, 2003: 11-12).

Em tempos mais recentes, os estudos pós-coloniais têm trazido referências indianas às ciências sociais. Intelectuais indianos passaram a participar mais em congressos e publicações brasileiros; em 2005, por exemplo, Sujata Patel (2006) participou no congresso da SBS em Belo Horizonte.

Os textos pioneiros da coletânea dos escritos de Gilberto Freyre (2003), *China Tropical*, e o magnífico livro *A China no Brasil*, de José Roberto Teixeira Leite (1999), traçam caminhos inovadores para a reinterpretação da história das relações entre a China e o Brasil. No sentido de Hobsbawm: “localizar as raízes de nosso presente no solo do passado, e talvez sobretudo, ver o passado como um todo coerente e não [...] como uma montagem de tópicos isolados: a história de diferentes estados, da política, da economia, da cultura ou outros” (LEITE, 1999: 8). Teixeira Leite (1999: 11) observou, com muita propriedade na época, que “o nome China há de, por certo, suscitar noções confusas e de qualquer modo significar muito pouco a 99,99% de nós brasileiros, acostumados a associá-lo a um país nebuloso, tão desconhecido e quase tão remotos quanto Marte ou a Lua”. No livro *A China no Brasil*, o autor busca demonstrar que, além de “aborígene, lusitano... africano, indiano”, o Brasil também foi um país construído sob influência chinesa “em numerosos usos e costumes, em certos requintes da civilização material, em pormenores de arquitetura e artísticos; chinês enfim em muitas formas de pensar, viver, agir e sentir” (LEITE, 1999: 11).

Foi necessário esperar mais uma década para ver a publicação de livros oriundos das ciências sociais tratando das relações Brasil- China. “A China já está restaurada como o centro econômico dos mais relevantes do mundo. Logo, influenciará de forma enorme a economia e a sociedade da América Latina. [...] Dado o contexto, é importante melhorar nosso entendimento sobre as dimensões sócio-políticas e ambientais da expansão da China” escreveram os organizadores (FERREIRA; ALBUQUERQUE, 2013: 10). Outros livros relevantes são sobre a parceria estratégica entre os dois países (BIATO, 2010) e a coletânea *Brasil-China* organizado pelo Prof. Zhebit (2013), cujo subtítulo é “construindo os BRICS”.

Construindo uma sociologia dos e nos BRICS

Em Abril de 2010, na ocasião da celebração dos 40 anos do Instituto de Sociologia da *Chinese Academy of Social Sciences* (CASS), Li Peilin organizou uma discussão entre os presidentes e ex-presidentes das associações nacionais de sociologia dos países BRIC. O intuito de Li Peilin, diretor do instituto, era averiguar se, de fato, fazia sentido incentivar um intercâmbio acadêmico da China com o Brasil e com a Índia, para complementar o já existente entre Rússia e China.

Nesse encontro na CASS, o Brasil foi representado por dois ex-presidentes da SBS. José Vicente Tavares dos Santos e o autor deste artigo. Na ocasião, apresentei um *paper* no qual eu sugeria quatro direções para a pesquisa em ciências sociais sobre os países BRIC: (1) mapeamento, documentação e análise teórica dos conflitos entre os países BRIC e seus cidadãos; (2) a produção de uma análise comparativa dos diversos processos de desenvolvimento dos países BRIC; (3) mudanças nas perspectivas, valores e horizontes da juventude, assim como na visão dos jovens sobre os outros países BRIC, o que inclui a capacidade de absorver os signos e elementos da cultura desses países; e (4) reescrever a história.

Estas discussões têm levado a uma abordagem fértil, o que denomino Sociologia nos BRICS, onde se examinam processos sociais nas suas dimensões diacrônicas e sincrônicas em cada um dos países BRICS no intuito de produzir compreensões comparativas, e, ao mesmo tempo, de aprofundar nosso conhecimento e nossa capacidade de construir hipóteses de trabalho. Importa lembrar que, juntos, estes quatro países representam quase a metade da população mundial! O fato da África do Sul ter sido admitida mais tarde no clube adicionou ao significado econômico atribuído pelo fundador do conceito, Jim O'Neill, um sentido político e geográfico. Com a inclusão desse novo país fica mais difícil fazer generalizações, e aumenta bastante a complexidade do trabalho comparativo.

Sociologia dos BRICS

Do meu ponto de vista, estamos envolvidos em um diálogo científico que requer um alto grau de elaboração e compreensão; ao fazer isso, examinamos as palavras dos outros e buscamos construir uma relação juntos. E o próprio processo de construção desse diálogo é, ele mesmo, um objeto interessante de análise, por ser parte crucial na formação dos BRICS enquanto bloco político. A questão da comunicação é crucial no meu próprio trabalho de desenvolver uma sociologia dos BRICS. Minha percepção resulta de três tipos de atividades: (1) visitas constantes à China, conduzindo pesquisas em colaboração com colegas chineses, assim como recebendo delegações chinesas na minha universidade; (2) participação de diálogos internacionais patrocinados pela ISA, assim como de iniciativas relacionadas aos BRICS em congressos no Brasil, na Índia, na Rússia e na China; (3) a observação de fiascos administrativos ou políticos, os quais muitas vezes refletem diferenças mais profundas.

Conflitos e fiascos

Em Novembro de 2012, na cidade de São Paulo¹, mais de quatrocentas pessoas se reuniram no *Parlatino* do Memoria da América Latina – entre eles, duzentos representantes de mais de quarenta universidades chinesas, convidados a participar de uma feira educacional. Uma das iscas foi o fato de que estas instituições poderiam recrutar até cinco mil estudantes brasileiros dentro do programa “Ciências Sem Fronteiras”. A sessão de abertura estava repleta de oficiais do governo brasileiro, e ouvimos discursos sobre a importância das relações entre Brasil e China. O então ministro da Educação, Aloísio Mercadante, afirmou

²Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18245:brasil-e-china-intensificam-relacao-na-area-educacional-&catid=221. Acesso em: 3 mai. 2014.

que a educação era a principal ponte da diplomacia, e enfatizou a necessidade de consolidarmos uma parceria histórica com a China: “É fundamental o intercâmbio acadêmico e cultural de estudantes, tanto os daqui como os vindos de lá, de maneira tão estratégica como nas parcerias que já mantemos com os chineses no ramo da nanotecnologia, na agricultura, na inovação”.

Neste mesmo dia, enquanto eu caminhava pelos estandes, não havia um só estudante brasileiro! Na manhã seguinte, um de nossos assistentes de pesquisa da Unicamp percorreu o mesmo caminho e fez a mesma observação. Os educadores chineses, oriundos de um país em desenvolvimento ainda pobre, sobrevoaram meio mundo para encontrar estudantes em potencial, não entendiam o que se passava, e buscavam explicações! Senti-me extremamente constrangido.

Atualmente, apenas cento e noventa e três estudantes brasileiros foram contemplados com bolsas de estudo pelo programa Ciência sem Fronteiras para estudar na China². A oferta de 5.000 bolsas a alunos brasileiros foi baseada em qual critério? Qual diálogo com as universidades foi criado pelo governo brasileiro para garantir o cumprimento deste objetivo?

Os dois outros conflitos ocorreram na esfera de relações internacionais. Na ocasião da visita do Presidente Hu Jintao ao Brasil, em 2004, o Presidente Lula declarou oficialmente que reconheceria a China como um país de economia de mercado na Organização Mundial de Comércio³. Essa promessa foi

³ Disponível em: http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/bolsistas-pelo-mundo?p_p_id=mapabolsistasportlet_WAR_mapabolsistasportlet_INSTANCE_Y7eO&p_p_lifecycle=0&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column2&p_p_col_. Acesso em: 3 mai. 2014. Do total de 50,175 bolsas concedidas, somente 12 brasileiros estão na África do Sul, 4 na Rússia e 5 na Índia!

bombardeada no Brasil pela FIESP⁴. Desde então, “a frustração com o descumprimento do acordo foi um dos motivos do relativo esfriamento das relações sino-brasileiras, após um começo animado no governo Lula”; em uma entrevista coletiva, o diretor do departamento da América Latina do Ministério das Relações Exteriores da China, Yang Wanming, alertou que, “as palavras de Lula em 2004 se transformaram em letras mortas”⁵.

Certamente, o diálogo e o entendimento entre as partes se tornam mais difíceis ao examinarmos desastres que poderiam ser evitados, como nos casos do Ministro da Educação e do Presidente do Brasil. Se o então ministro Aloísio Mercadante fosse mais cauteloso, e menos fanfarrão, ele certamente teria feito uma contribuição muito mais construtiva para o intercâmbio universitário, assim como para a construção de um diálogo mais sólido com um parceiro dos BRICS.

Um outro exemplo de um fiasco diplomático ocorreu quando a China e a Rússia decidiram não apoiar as pretensões brasileiras, indianas e de outros relativas à obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU). Esta decisão foi uma grande decepção para o governo brasileiro e, ao que consta, poderia ter sido evitada. O Brasil se aliou à Índia, ao Japão e à Alemanha para reivindicar o assento no Conselho de Segurança. Porém, sabemos hoje, a China enxerga a eventual admissão do Japão como uma humilhação, inclusive com possíveis repercussões para sua ordem interna. Teríamos que perguntar se não foi uma falta de preparo que levou o governo brasileiro a investimentos diplomáticos fadados ao fracasso?

⁴ Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2004/11/041112_jintao.shtml. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/presidente-chines-deve-cobrar-de-lula-reconhecimento-do-pais-asiatico-como-economia-de-mercado-3156076>. Acesso em: 30 mai. 2014.

⁵ Disponível em: <http://joaocarlos.net.br/2011/07/china-cobra-do-brasil-reconhecimento-como-economia-de-mercado/#sthash.SpP2dUS4.dpuf>. Acesso em: 30 mai. 2014.

O importante é tirar lições destes três desastres que solapam a confiança mútua e tentar evitar incidentes graves no futuro, assim contribuindo para construir relações mais sólidas.

Estudar a globalização

Para ser útil e operacionalizável, parece-me necessário fazer referência a uma definição restrita e científica do conceito globalização. Boaventura de Souza Santos (2005: 89) se aproxima de uma definição simples ao escrever: “O sistema mundial em transição é muito complexo porque constituído por três grandes constelações de práticas – práticas interestatais, práticas capitalistas globais e práticas sociais e culturais transnacionais – profundamente entrelaçadas segundo dinâmicas indeterminadas”. Michel Wieviorka (2008) desenvolveu uma ideia ainda mais simples, porém de grande alcance, ao fixar seu olhar em três processos que ele conceituou como sendo relativamente autônomos uns dos outros: (1) comércio, (2) relações supranacionais, (3) trocas de informação. Todos envolvem “uma intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991: 69).

Sociologia dos BRICS

Ianni sugeriu que era possível analisar a globalização a partir de óticas fornecidas pelas escolas clássicas da Sociologia: funcionalismo, marxismo e teoria weberiana. No resto desta seção, tratarei dados que reflitam as mudanças nas funções de um regime económico e as interações dos cidadãos e organizações na medida em que constroem os BRICS, o primeiro funcionalista, o segundo mais próximo de um espírito Weberiano.

Comércio

Para muitos, o aumento dos fluxos comerciais são a mola propulsora da globalização, para mim esse é apenas um dos fatores, porém o mais comentado. Uma sociologia dos BRICS propõe-se a estudar as relações comerciais entre os países, e eventualmente os conflitos associados a estas relações.

Entre 1990 e 2010 o comércio FOB bilateral do Brasil com o mundo aumentou 637% em dólares americanos. Porém, o comércio com os países BRICS aumentou mais: 735% com a África do Sul, 10.132% com a China, 4.104% com Índia e 1.297% com a Rússia (após 1993). Esses crescentes fluxos comerciais entre os países são o ponto do iceberg do fenômeno BRICS. Em 2009, o aumento na demanda indiana por açúcar e álcool aumentou os preços no Brasil. Em 2010, a China teve um impacto muito forte sobre o preço do aço brasileiro. Ainda nesse mesmo ano, a China representava quase 15% de comércio exterior bi-lateral brasileiro (DWYER, 2011: 37-8).

A dimensão comercial é a melhor estudada das três dimensões da globalização. Na sua teoria dos “sistemas mundiais”, Wallerstein postula que a antiga relação “centro – semiperiferia – periferia” não seria eterna na economia global. Hoje, assistimos a ascensão da China e devemos voltar a Arrighi (2008) para compreender o que está em jogo. Há uma enorme mudança no fluxo de comércio mundial em que a China assume um lugar central e se especializa na manufatura dos mais diversos produtos. Em outros textos já apontei que um dos resultados dessa mudança rápida é que existe uma agenda brasileira em relação aos países BRICS: a) como competir? (em alguns casos, sobretudo relacionados à China, liderados por segmentos da FIESP, como barrar?); b) como cooperar e reunir forças com os chineses?

Embora essas perguntas não se limitem à China, o país é hoje alvo de grandes preocupações no Brasil. A resposta à primeira pergunta leva a uma agenda de proteção (proposta por segmentos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)), de inovação (Embrapa, Coteminas), de educação a de

desenvolvimento. Essas questões estão sendo estudadas em diversas universidades, incluindo a Unicamp, UFRGS, FAAP, UFRJ, e no IPEA. Os embaixadores chineses entrevistados por Biato Jr. (2010) sempre bateram na mesma tecla: o Brasil precisa inovar para poder competir com a China.

Alguns setores exportadores de produtos manufaturados brasileiros batem em outra tecla: é preciso reduzir o custo Brasil, melhorar a infraestrutura, reduzir impostos em cascata, reduzir os custos e as incertezas associadas às leis trabalhistas etc. Ontem a redução as taxas de câmbio e de juros estavam sendo citadas como medidas necessárias para colocar o país em melhores condições de competir, hoje a falta infraestrutura, a excessiva burocratização, a falta de confiança e a necessidade de uma abertura econômica. Durante uma pesquisa de campo em Xangai em junho de 2011 entrevistados brasileiros relataram que havia conflitos em potencial em torno da estratégia de defesa comercial do país. Entendo que as solicitações de salvaguardas feitas na Organização Mundial de Comércio (OMC) por industriais brasileiros (algo que envolve apenas 10% de todas nossas importações da China) não enfrentam resistência chinesa. O governo Chinês entende que nossas indústrias precisam de tempo para se ajustar, para se tornarem competitivas. Porém as salvaguardas são por tempo limitado. Em alguns casos, nossos capitalistas imaginam que as regras da OMC são “para inglês ver” e que podem esticá-las *ad infinitum*, o que não é o caso.

Vemos conflitos não apenas entre os representantes de interesses brasileiros e chineses e, em menor grau, com os outros BRICS, mas também entre frações dos capitalistas brasileiros. Um conflito típico e bastante visível colocava em oposição a indústria envolvida na manufatura doméstica de sapatos a outros segmentos da mesma indústria que usam componentes importados. Nesse contexto, emergem novas articulações entre atores sociais. Por exemplo, o Conselho Empresarial Brasil-China é um contrapeso a grupos que se opõem à crescente presença de produtos manufaturados chineses em terras brasileiras.

Também existem esforços de cooperação com os parceiros dos BRICS que são visíveis na busca por *joint ventures*, por investimentos, e nas tentativas de acrescentar valor aos produtos hoje exportados como *commodities*. Embraer, Petrobrás, Vale, Inbrev, Marcopolo, Weg, Embraco são algumas dentre as empresas de capital brasileiro ativas em grandes países em desenvolvimento, empresas da China, Rússia, Índia e África do Sul também atuam em economias emergentes, inclusive no Brasil. Nas faculdades de administração, começa-se a estudar casos de êxito e de fracasso nestes mercados e também há oferta de cursos de língua.

Hoje, no Brasil a desindustrialização se generalizou, a mineração e o agribusiness se fortaleceram mas não parece existir uma visão amplamente compartilhada sobre o futuro. Uma coisa é certa, o país terá que abandonar sua pretensão de ser um país industrial que “produz tudo” e fazer um esforço de pesquisa e inovação para descobrir as áreas (fora a área agrícola e a mineração) nas quais tem vantagens comparativas na economia mundial se quisermos continuar a ser um país com um setor industrial de peso. O fracasso das políticas industriais destes últimos anos torna urgente esta discussão. No século XXI, teremos que desenvolver uma nova visão e novos produtos, não apenas em relação à China e aos outros parceiros BRICS, mas também em relação ao mundo.

Relações supranacionais

Deng Xiaoping disse que “assim como não poderá haver o século do Pacífico sem a China, não poderá haver o século da América Latina sem o Brasil”. Na visão do diplomata Oswaldo Biato Jr., “para a China, a aproximação com o Brasil sempre foi almejada pela importância do Brasil dentro da América Latina, onde representa, dadas as dimensões físicas, de sua economia e população, às quais se agrega um relativo avanço tecnológico, o maior e mais avançado país da região” (BIATO, 2010: 17).

A partir de 2009, uma iniciativa mais ambiciosa foi lançada – os Fóruns dos líderes dos BRICS. A Declaração de Sanya⁶, produto do fórum de 2011, merece a atenção de todos. A depender de seus desdobramentos em atividades práticas, a Declaração ocupará a atenção de especialistas em Relações Internacionais e, espero, em Sociologia. O documento é claro ao apontar o desenvolvimento de iniciativas de cunho político e social.

Ao empregar a palavra “supranacional” estou indicando uma área de atuação que vai além das tradicionais “relações internacionais”, incluindo certos “práticas interestatais” (SANTOS, 2005) que permite incluir outras relações de poder entre organizações que se articulem na esfera internacional. Vou mencionar três tipos:

1. Cooperação internacional entre ONGs, tais como, *Human Rights Watch*, *Greenpeace*, *Anistia Internacional*, *Transparência Internacional*, entre outras. Aqui, todo um espaço se abre, onde atores não governamentais buscam suprir as deficiências da ação dos Estados-nação. Os papéis destes órgãos variam conforme o país: na China, sua singularidade é a de serem auxiliares do Partido-Estado, tendo, por isso, pouca autonomia de ação, enquanto na Índia, Rússia e África do Sul sua autonomia é maior. Convém mencionar que a SBS e as associações científicas nacionais de Sociologia da China, Rússia, Índia e África do Sul desenvolvem relações de cooperação desde 2010. Um primeiro livro, sobre estratificação social nos países BRIC, foi lançado em mandarim em Pequim (LI *et al*, 2011) e em inglês, em Cingapura (LI *et al*, 2013). Um segundo livro, sobre “sociologia da juventude nos países BRIC” deve ser lançado em inglês no decorrer do ano de 2015.

2. Não podemos fechar nossos olhos às organizações supranacionais clandestinas, que se especializam no tráfico de drogas, no contrabando e na espionagem industrial. Parece-me uma hipótese plausível a de que, com o aumento geral dos

⁶ Disponível em: www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emitados-pelos-chefes-de-estado-e-de/sanya-declaration-iii-brics-summit/view.

contatos entre o Brasil e os países BRICS, haverá uma crescente atuação dessas organizações. Depois da prisão do “maior contrabandista” do Brasil, Lao King Chong, duas tríades chinesas começaram a enviar suas equipes da China para “intimidar, ameaçar, assaltar, e se necessário matar qualquer um que deixar de pagar a propina de proteção ou quem tenta impedir sua atuação” (GLENNY, 2009: 283). Um outro tipo de crime internacional acontece na internet. Os fabricantes dos programas antivírus Norton patrocinaram um *survey* em quatorze países com mais de sete mil usuários de internet, 65% do total dos entrevistados tinham sido vítimas de um tipo ou outro de cibercrime: enquanto a porcentagem de vítimas de vírus ou *malware* nos EUA era de 73%, na China alcançava os 83% e, no Brasil e na Índia, 76% (NCR, 2010). Em 2007, a Forbes considerou que os quatro países com mais cibercrimes eram os EUA, era de 73%, na China alcançava os 83% e, no Brasil e na Índia, 76% (NCR, 2010). Em 2007, a Forbes considerou que os quatro países com mais cibercrimes eram os EUA, China, Brasil e Rússia, nessa ordem⁷. Ou seja, os países BRICs compartilham a mesma forma de criminalidade, que se gerou de maneira espontânea, e sem nenhuma comunicação entre um país e outro.

3. Existe também a chamada ‘economia das sombras’. As entrevistas que conduzi em Xangai em Julho de 2011 revelavam as práticas de cadeias de exportadores chineses e de importadores (brasileiros e às vezes representantes da diáspora chinesa) no Brasil, que formam redes informais de comércio e que, com a ajuda de agentes do Estado nos dois países e também no Paraguai, formam complexas redes que operam em uma escala internacional. Rosana Pinheiro Machado (2011) fez uma análise antropológica premiada dessas cadeias do Sul da China até o eixo Paraguai-Brasil. O crime organizado é também uma atividade internacionalizada, porém toca as relações entre os povos de maneiras diferentes.

⁷ Disponível em: http://www.forbes.com/2007/07/13/cybercrime-world-regions-tech-cx_ag_0716cybercrime.html.

Não tenho notícias nem sobre os “desvios” de membros de outras comunidades dos países BRICS em São Paulo.

Os escritos de Sun Liping (2008) sobre a transição ajudam a entender o que está acontecendo: um exportador copia a prática de outro, bem-sucedido, e, dessa maneira, as exportações aumentam ao longo do tempo. Agentes do Estado e a iniciativa privada na China fazem parte dessa cadeia, assim como no Brasil. Parte da imigração chinesa para o Brasil é resultado dessas cadeias complexas, sendo também, em certos casos, a sua causa. A imigração ilegal emprega o método de “tentativa e erro” e também é um jogo de gato e rato; organizações patrocinam e agentes públicos brasileiros facilitam a imigração (seja com vistos concedidos em Suriname e outros países vizinhos, ou com passaportes brasileiros concedidos àqueles que nunca haviam posto os pés no país (para uma observação perspicaz, ver HAUTER, 2008: 177-8).

Tais ações, por serem classificadas como ilegais no Brasil, geram conflitos que não vazam para o espaço público, a não ser através de denúncias. De um lado, fabricantes ou importadores brasileiros, de outro lado, chineses vítimas de extorsão por agentes do Estado no Brasil.

Trocas de informação

A terceira dimensão da globalização que vou examinar são as crescentes trocas de informação, muitas vezes chamadas de “fluxos,” entre os países: televisão ao vivo, cinema, artigos na imprensa, aviação, turismo, migrações, intercâmbios de vários tipos que acabam aproximando as pessoas de diferentes nacionalidades. Uma questão-chave é: como compreender e ser compreendido pelos outros? Outra questão é: como transformar os fluxos de informação – que acontecem em um mundo saturado de sinais – em comunicação? (WOLTON, 2009).

Na medida em que vivemos mais com os outros (por causa do turismo e da imigração, por exemplo), temos mais informações sobre eles. Este fato não garante que nos comuniquemos melhor

com o outro. Ao contrário, aumenta a sensação das diferenças, acentuando possibilidades de conflito. Por essa razão, é importante refletir sobre o estatuto da informação. Fluxos de informações são retrabalhados dentro de matrizes culturais no local de recepção, processo realizado em função das qualificações, valores, gostos, interesses e orientações dos receptores, muitas vezes os primeiros receptores são “intermediários culturais” que agem de modo a filtrar e retransmitir sua versão das informações disponíveis à população, que por sua vez, reinterpreta as informações apresentadas.

Migração internacional

O estudo do fenômeno migratório é fundamental para entender as relações entre os países. Dispomos de dois estudos, um sobre chineses no Brasil e outro sobre brasileiras em Pequim-China (VÉRAS, 2008; PORTO, 2014). O Brasil recebeu grandes números de migrantes russos ao longo da primeira metade do século 20, porém recebeu pouquíssimos indianos e africanos do sul.

Em relação à imigração: sabemos das centenas de gaúchos que migraram para o sul da China a fim de ensinar os chineses a fazer sapatos. Os gaúchos comemoram o carnaval, que aparece na televisão nacional. Os caracteres chineses para “carnaval” significam “dias de loucura”. Dispomos de dois estudos sobre migração, um sobre as mulheres brasileiras em Pequim (PORTO, 2014) e outro no qual se demonstra que a imigração chinesa ao Brasil não apenas enriqueceu a culinária, mas também contribuiu para espalhar academias de Kung Fu, a cozinha e a medicina chinesas em algumas partes do país (VÉRAS, 2008). A tese de Vêras constitui uma valiosa fonte de dados e reflexão sobre a imigração chinesa no Brasil e complementa o trabalho já citado de Machado (2009).

Quando ocorrem explosões sociais, os imigrantes arriscam-se a virar pólvora. Na década de 1930, casas de chineses foram queimadas no México, e o fenômeno se repetiu quando do caos que se seguiu à queda do presidente Suharto, na Indonésia, e

na Espanha houve conflitos recentes envolvendo espanhóis e chineses. Existe uma percepção de que imigrante chinês é ilegal e se envolve com contrabando (o “maior contrabandista do país” é o título reservado para um chinês!⁸). No Brasil, lemos sobre tortura e assassinatos de cidadãos chineses por agentes policiais. Sabemos pouco sobre como esses eventos afetam os ânimos da comunidade de imigrantes chineses no Brasil, ou ainda como eles afetam a imagem do país na China (BIATO, 2010: 335; DGABC, 2003; BRAGA, 2008).

Considero imprescindível estudar todas as formas de conflito que envolvem turistas ou imigrantes, porque é no conflito que se revelam sentidos da ação social entre os dois povos.

Intercâmbio de Informações – O Exemplo da Cooperação Científica

O intercâmbio de informações acontece em um grande número de áreas. Aqui vou tratar só uma destas áreas aquela que é para nós, pesquisadores, uma área de intercâmbio vital – a cooperação científica. Fornecerei algumas informações a respeito, antes de especular sobre o futuro da sociologia brasileira.

A cooperação científica bilateral do Brasil, tanto com a Rússia como com a China, vem crescendo desde o final do regime militar. A cooperação científica com a Rússia é regulada por uma declaração conjunta dos Ministérios de Relação Exteriores de ambos os países, assinada em 1997, concentrada no uso pacífico do espaço, da energia, da tecnologia militar, e uma área de alcance que é tanto tecnológica quanto científica.

Atualmente, a cooperação bilateral com a China gira em torno dos biocombustíveis e da agricultura, e acordos foram assinados em diversas áreas como: engenharia florestal, hidroelétricas, materiais novos e engenharia biológica; e acordos

⁸ Cf. <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2004/06/01/ult1807u6326.jhtm>>. Acesso em: 7 de maio de 2011.

foram igualmente assinados nas áreas de saúde e energia nuclear. Porém, a mais importante e duradoura das cooperações com a China tem sido na área do programa aeroespacial, iniciado na década de 1980, que resultou no lançamento do primeiro satélite no programa *China-Brazil Earth Resources Satellite* (CBERS) em 1999, e outros após esse.

No ano de 2003, o Ministério de Ciência e Tecnologia da Índia assinou um acordo de cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) contemplando principalmente as áreas de biotecnologia, oceanologia, materiais e tecnologias de construção, e metrologia.

Durante o regime militar, o Brasil travou contatos secretos com a África do Sul, em torno de uma possível cooperação nuclear⁹ Mais recentemente, a “Declaração de Brasília” identificou a área de Ciência e Tecnologia como uma das principais áreas para incrementar tanto a interação como a cooperação trilateral, e sua implementação deve ser guiada pelos ministérios da Ciência e Tecnologia da Índia, do Brasil e da África do Sul (IBSA) por meio de encontros anuais com o objetivo de estabelecer modalidades de cooperação, identificando áreas. Temos, portanto, uma agenda de pesquisa que poderia ser absorvida pela sociologia da ciência, que envolve a reconstrução da história dos acordos entre nossos países, a comparação com acordos feitos com os países desenvolvidos, a avaliação dos casos de sucesso, assim como dos conflitos surgidos nos processos de cooperação. Tendo em vista que, em teoria, a atividade científica não seja dominada pelos interesses comerciais, seria interessante estudar as barreiras de comunicação entre cientistas engajados em acordos de cooperação científica para aprendermos sob quais condições e sob quais circunstâncias relações de confiança são construídas. Tais pesquisas, situadas no escopo da “sociologia dos BRICS”, poderiam contribuir para futuras gerações nas áreas de ciências, negócios e governança, uma

⁹ Disponível em: <http://www.wilsoncenter.org/publication/brazil-south-africa-nuclear-relations>. Acesso em: 3 mai. 2014.

vez que ofereceriam um aprendizado acerca dos sucessos, erros e limites encontrados no passado.

Porém, sabemos que o campo das ciências é dominado por relações de poder. Ao olhar para o passado e examinar a agenda de cooperação científica entre os BRICS, vemos que o governo brasileiro não apresentou grandes esforços para apoiar pesquisas relacionadas às ciências sociais. Tendo em vista que a globalização é um processo que inclui, também, a esfera cultural, uma vez que o desenvolvimento tecnológico e científico é entrelaçado à cultura, aos valores e à mudança social, esta falta de apoio aparece como um extraordinário silêncio. O ônus deve ser assumido por nós, cientistas sociais. Precisamos convencer aqueles no poder de que temos algo a contribuir.

Intercâmbio científico – Passos concretos na criação de uma Sociologia nos/dos BRICS

Até recentemente, o intercâmbio entre cientistas sociais dos nossos países era extremamente limitado. No congresso da SBS, em 2007, na cidade de Recife, houve uma mesa redonda sobre os BRICS, para a qual foram convidados representantes do Brasil, Rússia, China e África do Sul. Neste encontro, travou-se uma troca interessante sobre dados sincrônicos e diacrônicos de cada país, com ênfase tanto na dimensão qualitativa quanto na quantitativa, empregando conceitos sociológicos, demográficos e políticos para transmitir informações básicas necessárias para dar início a comparações entre os países. Uma das apresentações ressaltou o aumento do intercâmbio entre os cinco países e foi sugerido que tais intercâmbios seriam um espaço fértil de pesquisa. A discussão não apenas provocou o público a pensar sobre o Brasil com novas fontes de referência, mas também sugeriu novos objetos de estudo.

No ano de 2009, o então presidente da Sociedade Chinesa de Sociologia, Li Peilin, ministrou uma palestra na conferência da SBS no Rio de Janeiro (LI e LI, 2011); ele também visitou o IBGE e o IPEA e se convenceu de que uma pesquisa comparativa entre o

Brasil e a China poderia enriquecer a Sociologia chinesa com novas perspectivas. Desde 2004, sigo convicto de que é necessário abrir a sociologia brasileira para a China. O nível técnico das pesquisas sociológicas chinesas é muito alto. Porém, é necessário prestar muita atenção ao fato de que os contextos, perspectivas e sistemas de relações sociais e políticas centrais são muito diversos – a China não é um país para amadores! Mas minha aposta era no caráter fundamental da construção de um diálogo científico bilateral entre a China e o Brasil. Nenhum país do mundo hoje pode se permitir a desconhecer a China, a sociologia brasileira não poderia pensar processos globais sem incorporar conhecimento sobre o país que passaria a ser nosso maior parceiro comercial.

A atenção crescente dada aos BRICS insere o diálogo Brasil-China dentro de um campo comunicacional muito mais complexo. Em 2013, sociólogos da China, Índia e África do Sul vieram à Unicamp, e depois foram ao Congresso da SBS em Salvador para discutir o conteúdo e encaminhamento de um livro e outras publicações sobre “sociologia da juventude nos países BRICS”. Os resultados deste diálogo serão publicados em breve.

Estratificação Social nos países BRIC

Em julho de 2010, as associações de sociologia dos países BRIC realizaram uma sessão integrada no Congresso Mundial de Sociologia da *International Sociological Association* (ISA) em Gotemburgo, na Suécia. O resultado foi um engajamento de pesquisadores em uma agenda baseada no segundo item apresentado acima. Pouco mais de um ano depois, em Outubro de 2011, o primeiro fruto desse encontro amadureceu: um livro sobre estratificação social nos países BRIC foi publicado com o título de *Jin Zhuan Guo Jia She Hui Fen Ceng: Bian Qian Yu Bi Jiao*. A CASS organizou um fórum para discutir o conteúdo e para desenvolver planos para o futuro; Celi Scalon, presidente da SBS e organizadora da contribuição brasileira, liderou uma delegação de seis brasileiros, e uma delegação russa do mesmo tamanho

também estava presente. O livro de mais de 800 páginas na sua versão em língua inglesa compreende um estudo comparativo de estratificação social nos países BRIC, e Li Peilin escreveu, em sua introdução:

A razão pela qual estou disposto a desprender tempo e energia organizando este livro comparativo sobre as estruturas sociais nos países BRIC, e na expansão da pesquisa comparativa Sino-Russa para um projeto comparativo muito maior entre os quatro países BRIC, é porque eu realmente acredito que este livro será de grande influência após sua publicação. Esta influência não é somente resultado do conteúdo dos artigos, mas também é fruto do impacto da ascensão dos BRIC na economia e política globais.... a análise de mudanças sociais estruturais, especialmente das mudanças nas estruturas de estratificação social dos países BRIC, é uma perspectiva sociológica única no estudo e na análise de questões sociais. Esta perspectiva única nos ajudaria a alcançar um maior entendimento do crescimento econômico e do desenvolvimento social nas potências econômicas emergentes. Esta perspectiva especial também nos ajudaria a desvendar o mistério de como estas potências emergentes, tão distintas em termos de história, geografia, cultura, língua, religião, etc., poderiam compartilhar objetivos em comum e poderiam agir em conjunto sob certas circunstâncias. De qualquer forma, são exatamente estas mudanças profundas nas estruturas sociais que determinarão o futuro destes países e que, ademais, irão moldar a paisagem socioeconômica do mundo no futuro (LI et alii, 2011).

Em 2013, o livro foi publicado em inglês pela *World Scientific Publishing Co.* de Cingapura sob o título de *Handbook of Social Stratification in the BRIC Countries* (LI et alii, 2013). Toda essa iniciativa foi “autogerida”, uma vez que representantes de cada associação de sociologia dos quatro países BRIC organizaram a contribuição de autores especialistas, com recursos financeiros

limitados e sem que nenhum contrato de pesquisa ou convênio fosse assinado. No lançamento do livro em Pequim, no ano de 2011, pesquisadores acordaram em avançar a pesquisa com um segundo projeto (já mencionado) que corresponde ao terceiro item sugerido na reunião de Pequim em 2010: “a sociologia da juventude nos países BRIC”.

Entender os BRICS

O Brasil e os outros países BRICS estão desenvolvendo rapidamente relações de comércio, relações supranacionais e de trocas de informação, e, com isso, podemos prever a necessidade de travarmos um entendimento mútuo entre as nações, especialmente ao enfrentarmos a realidade de que inúmeros conflitos podem surgir como produto destas relações. Nós simplesmente sabemos muito pouco sobre eles, assim como eles sabem muito pouco sobre nós. Temos exemplos, do passado, de esforços para uma possível cooperação, que servem de material para uma reflexão sociológica acerca das interações, no passado e no presente, entre os países. Se os BRICS pretendem de fato se estabelecer enquanto uma associação de potências no cenário mundial, precisarão se apoiar nas suas populações, na sua relevância econômica e geográfica, no diálogo e no mútuo entendimento.

No campo da sociologia internacional, o impacto do reconhecimento da sociologia dos/nos BRICS a longo prazo depende da ambição teórica e da capacidade de ajudar a interpretar o mundo – e nossas interações – de uma outra maneira. Ao conhecermos melhor os trabalhos dos sociólogos dos outros países, ao entendermos melhor os processos sociais em curso nos outros países, propostas de pesquisas devem surgir, permitindo-nos a produção de conhecimento com novas ambições teóricas.

Igualmente, será preciso formar alunos capazes de montar o quebra-cabeça das ciências sociais em construção nos/dos BRICS e, com isso, elaborar teoria. Penso que existe uma alta probabilidade de inovação entre uma nova geração de pesquisadores bilíngue

(ou mesmo poliglota), de tradutores e intérpretes especializados em ciências sociais e nas culturas e nas línguas nativas dos BRICS. A civilização brasileira (RIBEIRO, 1995) é uma tese bem conhecida dos leitores brasileiros. É interessante observar que, na tese de doutorado de Vêras sobre migração chinesa ao Brasil, um dos entrevistados raciocinava a partir da ideia do que o Brasil representa uma nova civilização ainda em fase de maturação:

Então o fato de o Brasil ser um país com várias etnias diferentes, e com uma história relativamente curta... se temos 500 anos de história, eu vivi 10% dessa história.... Então me permite ter uma visão bastante objetiva, não tanto subjetiva, do país... Eu acho que o país está evoluindo, eu acho que o país vai levar mais três ou quatro gerações para ser um país realmente [...] um país com sua identidade, com suas regras muito bem definidas (VÉRAS, 2008: 199).

Além de uma Sociologia dos BRICS – uma hipótese russa

No encontro anual da ANPOCS, em 2013, foram organizadas seis mesas redondas sobre as Ciências Sociais nos países BRICS. Os participantes apresentam interpretações sobre processos em curso em seus próprios países, com referências específicas em: desenvolvimento, políticas públicas, justiça social, inclusão social, poderes emergentes e transformações no sistema internacional. O que houve foi uma salutar abertura interdisciplinar, que aproximou cientistas sociais dos cinco países, propondo uma série de discussões de interesse comum a todos, e a criação de uma base para cooperação no futuro. Porém, existe uma outra possibilidade, fornecida pela estimulante reflexão de Boris F. Martynov, vice diretor do *Latin American Institute* da Academia de Ciências Russas, sobre o papel dos países BRICS numa ordem mundial em degradação. “China, Índia, Brasil, Rússia e, em menor grau a África do Sul, são detentores de enormes territórios, numerosas populações, economias significativas e potências energéticas e

ecológicos extensas. Demostram uma grande influência cultural e civilizacional sobre países vizinhos e regiões conexas. Falando sobre tal influência, vale assinalar que civilizações não dizem respeito apenas à economia e à política, mas o que atua na formação de realidades globais mediante a política e a economia. Isso é cultura. É nosso arcabouço cultural que se pode descobrir mais semelhanças entre a ‘grande China’, a ‘grande Rússia’, a ‘grande Índia’ e o ‘grande Brasil’ este último e seu entorno latino-americano, do que entre a China, o Brasil, a Índia e a Rússia, como Estados nacionais com seus interesses, amiúde contraditórios. Vale a pena, ao nosso ver, falar não em ‘países gigantes emergentes’, mas em ‘civilizações emergentes’ do mundo contemporâneo, que eles representam. Justamente esta característica diferencia de uma maneira peculiar os BRICs do assim chamado ‘segundo escalão’ dos estados emergentes, como o México, e o Paquistão, a Indonésia e outros, cuja ascensão potencial não afetará de forma substancial a textura política mundial” (MARTYNOV, 2009: 89-90).

Martynov, então, extrapolou bastante a ideia original de O’Neill. O conceito BRIC agora é visto a partir de um significado também cultural.

Poderia considerar-se em relação a isso que para os BRIC, enquanto ‘civilizações ascendentes’, é inerente uma busca comum, talvez intuitivo, por um modelo alternativo de desenvolvimento, fundamentado na afirmação de uma multipolaridade na política global, no equilíbrio na economia e comércio e nas tentativas de aplicação dos elementos de justiça social na política doméstica. Parece que a conjuntura econômica e a política global contribuem cada vez mais para alcançar esses objetivos.... De acordo com essa ideia, uma sinergia civilizacional, ou seja, uma fusão do público e do privado, do visionário e do pragmático, dentro da visão de ‘entusiastas dos BRICs’, é capaz de criar o mundo uma consciência criativa que impulsionaria os países gigantes a ocuparem a vanguarda de mudanças maduras e ajudá-los a ocuparem posições mais

notáveis no areópago mundial (MARTYNOV, 2009: 91).

No fim de seu ensaio de rara perspicácia, o autor olha para o futuro mencionando (entre outros) dois vetores em torno dos quais os BRICs poderiam se unir:

a certeza gradualmente acumulada da imprescindibilidade de se reconsiderar a base valorativa da existência humana em detrimento do ilimitado consumismo, extremo individualismo e moralismo relativista e... orientação fundamental para a criação de uma nova cultura global, pela qual se dá mais valor ao ambientalismo, ao coletivismo e a a espiritualidade (MART-NOV, 2009: 103).

Ao que acrescentarei a ideia compartilhada por sociólogos nos países BRICS, e muito explícita no diálogo China-Brasil, sobre a necessidade de questionar as desigualdades sociais e seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento humano e social.

E, dentro deste enorme desafio intelectual, sociólogos e outros devem buscar, onde quer que estejam, pensar os patamares de suas disciplinas. Importante é organizar agendas de pesquisas comparativas, assim como intercâmbios científicos significativos, e construir um amplo diálogo interdisciplinar com todos os setores, para responder a necessidade de dar inteligibilidade e sermos, como nação, capazes de confrontar os mais importantes desafios intelectuais impostos pela ascendência dos BRICS – e desenvolver uma resposta – na prática e na teoria – à pergunta: como viver juntos?

References

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.

- ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim – origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BIATO JUNIOR, O. *A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: origens e perspectivas (1993-2006)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.
- BRAGA, R. “Quatro policiais presos por morte de comerciante chinesa”. *O Globo*, 30/10/2008, p. 1B.
- BURAWOY, M. “Facing an Unequal World: Challenges for a Global Sociology” In: BURAWOY, M.; CHANG, Mau-kuei; HSIEH, Michelle Fei-yu. (Org.). *Facing an Unequal World: Challenges for a Global Sociology*. Taipei: Institute of Sociology, Academia Sinica Council of National Associations of the International Sociological Association. v. 1, 2010, p. 3-27.
- DGABC. “Polícia pede prisão de agentes acusados da morte de chinês”. *Diário do Grande ABC*, São Paulo, 06/09/2003. Disponível em: <www.achanoticias.com.br/noticia_pdf.kmf?noticia=1255614>. Acesso em: 7 mai. 2011.
- DWYER, T. 2011. Relations between the BRICS: A Reflection from a Brazilian Sociological Viewpoint. *Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences*. Vol. 4, n. 4, pp. 27-55.
- FREYRE, G. *China Tropical*. São Paulo e Brasília: Imprensa Oficial do Estado e Editora da Universidade de Brasília, 2003.
- GIDDENS, A. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GLENNY, M. *McMafia: A journey through the global criminal underworld*. New York : Vintage Books, 2009.
- HAUTER, F. *Planète chinoise*. Paris: Carnets Nord, 2008.
- LAPA, J. R. do A. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo e Companhia Editora Nacional, 1968.

- LEITE, J. R. T. *A China no Brasil: Influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileiras*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- IANNI, O. "A Sociologia numa época de globalismo". In: FERREIRA, L. (org.) *A Sociologia no horizonte do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- LI, P. e LI, W. "O status econômico e as atitudes sociais dos trabalhadores migrantes na China", In DWYER, T. *et al* (orgs). *Consensos e Controvérsias*. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Sociologia e Tomo Editorial, 2011, p. 31-49.
- LI, P.; SCALON, C.; GORSHKOV, M. K.; SHARMA, K. *et al* (orgs). *Jin Zhuan Guo Jia She Hui Fen Ceng: Bian Qian Yu Bi Jiao*. Pequim: Chinese Academy of Social Sciences, 2011.
- LI, P.; SCALON, C.; GORSHKOV, M. K.; SHARMA, K. (orgs). *Handbook of Social Stratification in the BRICs countries*. Singapore: World Scientific Publishing, 2013.
- MACHADO, R. P. *Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2011.
- MARTYNOV, B. F. "Os BRICs e a ordem mundial em degradação". In ZHEBIT, A., 2009, pp. 83-103
- NCR. *Norton Cybercrime Report – The Human Impact*. 2010. Disponível em: http://us.norton.com/theme.jsp?themeid=cybercrime_report. Acesso em: 29 jan. 2012.
- PATEL, S. "Para além de um pensamento binário: Questões para uma Sociologia auto-reflexiva", in PORTO, M. S. G.; DWYER, T. *Sociologia e Realidade: Pesquisa social no Século XXI*. Brasília: Editora da UnB, 2006, p. 37-50.
- PORTO, A. C. P. *Chega de Samba: Estratégias de recriação da identidade pelas brasileiras em Pequim*. 2014. Tese. Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

- RIBEIRO, D. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, B. S. *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- SUN, L. "Societal Transition: New issues in the field of the sociology of development". *Modern China*, vol. 34, no. 1, 2008a, pp. 88-113.
- TYURDENEV, V. "Palavra do embaixador da Rússia no Brasil Vladimir Tyurdenev". In: ZHEBITt, A. (org), 2009, p. V-VIII.
- WIEVIORKA, M. *Neuf leçons de sociologie*. Paris: Robert Laffont. Chapter 2, 2008.
- WOLTON, D. *Informar n'est pas communiquer*. Paris: CNRS Editions, 2009.
- ZHEBIT, A. (org). *Brasil-Rússia: História, política, cultura*. Rio de Janeiro: Gamma, 2009.
- _____. (org.). *Brasil-China: construindo os BRICS*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2013.

Recebido em 09/06/14.
Aprovado em 14/07/14.

E SE A ÁFRICA NÃO EXISTISSE? OCTAVIO IANNI, GLOBALISMO E A NATUREZA RECALCITRANTE DO OBJECTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

*Elísio Macamo**

Resumo: Este artigo debate a tensão entre o real e o possível constitutiva da forma como as ciências sociais, e especificamente a sociologia, produzem conhecimento sobre o mundo social. Sua produção teórica e conceitual normaliza o real criando um processo que pode inviabilizar e até mesmo silenciar outros mundos possíveis, sacrificados para que este que existe exista. A questão que se coloca ao refletir a respeito o conhecimento produzido sobre a África é: não será a visibilidade do que existe função do que é votado ao esquecimento, à morte epistemológica e metodológica? O desafio para o qual esse artigo se volta é o da aplicação de conceitos desenvolvidos em diferentes contextos no estudo de realidades sociais diferentes para o conhecimento de outra realidade social, pois sua aplicação sem prestar atenção ao grau de dependência desses conceitos em relação ao contexto e para a sua inteligibilidade pode desfigurar o que se pretende caracterizar com o conhecimento. A questão que se levanta aqui é de saber, na verdade, o que conta como conhecimento, especialmente como conhecimento sobre a África.

Palavras-chave: Globalização; África; Octavio Ianni.

Abstract: This paper discusses the tension between the real and the possible which is held to be constitutive of the way in which the social sciences, more specifically sociology, produce knowledge about the social world. Their theoretical and conceptual production normalizes the real. In this way a process is created which stands in the way of, or even silences other possible worlds which are sacrificed so that the one which exists can exist. This raises the following question as far as knowledge produced on Africa is concerned: is the visibility of what exists not a function of what is forgotten, condemned to methodological and epistemological death? This article takes up the challenge of reflecting on the use of concepts developed in different contexts in the study of different social realities to achieve knowledge of another social reality, since using them without any regard to the extent to which those concepts rely on context and produce the conditions of their own intelligibility can misrepresent what that

* Professor da Universität Basel, Baselileia, Suíça. E-mail: elisio.macamo@unibas.ch. Gostaria de agradecer os comentários valiosos de Iolanda Évora e de Diogo Valença que me ajudaram a melhorar o argumento do presente texto.

knowledge is supposed to describe. The question, therefore, is in fact what counts as knowledge, especially what counts as knowledge of Africa.

Keywords: Globalisation; Africa; Octavio Ianni.

Introdução

É de bom tom fazer uma vênia aos anfitriões no início duma reflexão sobre o impacto do pensamento dum grande cientista social brasileiro, Octavio Ianni. Melhor vênia que uma boa citação não pode haver. Não é de Octavio Ianni, mas sim de Joaquim Nabuco, outro grande pensador brasileiro. Apesar de tudo. Foi extraída da sua grande obra *O Abolicionismo* (2000) e reza:

Em primeiro lugar, a parte da população nacional que descende de escravos é, pelo menos, tão numerosa como a parte que descende exclusivamente de senhores; a raça negra nos deu um povo. Em segundo lugar, o que existe até hoje sobre o vasto território que se chama Brasil foi levantado ou cultivado por aquela raça; ela construiu o nosso país. Há trezentos anos que o africano tem sido o principal instrumento da ocupação e da manutenção do nosso território pelo europeu, e que os seus descendentes se misturam com o nosso povo. Onde ele não chegou ainda, o país apresenta o aspecto com que surpreendeu os seus primeiros descobridores. Tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo, absolutamente tudo que existe no país, como resultado de trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar. Por esses sacrifícios sem número, por esses sofrimentos, cuja terrível concatenação com o progresso lento do país faz da história do Brasil um dos mais tristes episódios do povoamento da

América, a raça negra fundou, para outros, uma pátria que ela pode, com muito mais direito, chamar sua. Suprima-se mentalmente essa raça e o seu trabalho, e o Brasil não será, na sua maior parte, senão um território deserto, quando muito um segundo Paraguai, guarani e jesuítico (NABUCO, 2000:10).

Há, nestas palavras de sentido tão profundo, um tom algo condescendente que incomoda, a voz confiante de quem se faz advogado do enteado da história, a voz de quem pode falar em nome de... e o faz. O jogo de espelhos que é a inclusão e exclusão do escravo do “nós” sujeito da história, o agenciamento e a passividade no trabalhar e ser feito trabalhar e, finalmente – por enquanto – a ambiguidade do descendente que é parte do povo, mas também algo exterior. São as contradições do tempo e as dificuldades que lhes são inerentes de produzir uma narrativa coerente que não esteja constantemente a negar a inteligibilidade do próprio enunciado. Mas as palavras de Joaquim Nabuco valem por outras razões. “Suprima-se mentalmente essa raça e o seu trabalho, [...]”, escreve ele na última parte da citação, “[...] e o Brasil não será, na sua maior parte, senão um território deserto [...]”. É na verdade aqui onde começa o relato que este artigo pretende fazer. É o relato da abordagem contra-factual, do “e se não tivesse sido assim?”. E se não tivesse havido escravos? Joaquim Nabuco coloca essa questão de forma retórica, pois ele sabe que houve escravos, que esses escravos fizeram o Brasil. Ele sabe mais do que isso. Sabe que a possibilidade de imaginar um Brasil diferente depende, aliás vive da realização dum Brasil real alegremente alheio à história que o constituiu. A pergunta retórica inviabiliza-se por si própria. Se não tivesse havido escravos não teria havido um lugar de enunciação a partir do qual se poderia interpelar o que eles produziram. O Brasil cego à história que o constitui só é possível nesses moldes. Fora desses moldes resta apenas a possibilidade, mas uma possibilidade que não se esgota na redução das alternativas a um Paraguai “guarani e jesuítico” – soa a insulto! – pois a inteligibilidade deste último depende também do Brasil que se realizou. Realizar no sentido de existir como entidade histórica.

É fácil depreender, a partir desta incursão pelo Brasil, o que a pergunta colocada no título deste ensaio significa. Se a África não existisse, a África não existiria. Essa é a resposta. Mas é insuficiente por duas razões. Primeiro, a África existe, portanto a possibilidade de sua não-existência encerra algo de alguma utilidade. Segundo, se não existisse a pergunta, não seria possível ou teria de ser colocada de outra forma. Esta tensão entre o real e o possível é constitutiva da forma como as ciências sociais, e em particular a sociologia, produzem conhecimento sobre o mundo social. O seu aparato teórico e conceitual normaliza o que existe, isto é dá-o por adquirido. Mas nesse processo de normalização ele inviabiliza, senão mesmo silenciar, outros mundos possíveis, os mundos sacrificados para que este que existe exista. Não obstante, uma pergunta que as ciências sociais raramente colocam, salvo honrosas exceções que encontram abrigo epistemológico em abordagens construcionistas cujo precursor, na sociologia, foi Simmel com a sua famosa pergunta sobre como a sociedade é possível, é a de saber que zonas de penumbra são criadas pela iluminação do que existe. Não será a visibilidade do que existe função do que é votado ao esquecimento, à morte epistemológica e metodológica, por assim dizer, à sorte do trabalho de bastidores tornado invisível pelos holofotes que preferem fazer jorrar a sua luz sobre o palco?

A sociologia de Octavio Ianni, lida (no sentido de ler!) a partir dum lugar ambíguo de enunciação, um lugar feito pelo cruzamento da formação em ciências sociais e da consciência de ser africano e pertencer, por isso, a um mundo de sombras que tenta enxergar a partir da penumbra, é uma longa reflexão sobre o desafio epistemológico que a relação entre as ciências sociais e o real representa. Quando ele convoca a ideia da “era da globalização” para falar duma ruptura histórica que recria o mapa do mundo e, por via disso, coloca as ciências sociais perante o desafio de elas também recriarem o seu objecto e os seus procedimentos ele está a abordar a difícil relação entre as ciências sociais e a realidade (IANNI, 2004). Há alguma hipérbole no seu apelo, sobretudo quando declara desnecessário o ensejo de imaginar como poderia ser o mundo para se poder estudá-lo, ostensivamente porque ele

“[...] já é uma realidade social, complexa, difícil, impressionante e fascinante, mas pouco conhecida” (IANNI, 2004). Parece um truque retórico, mas pode também ser um tiro que sai pela culatra, pois a existência do objecto não é necessariamente anterior à imaginação. E aqui voltamos a Joaquim Nabuco e à possibilidade dum Brasil sem os elementos que o constituíram. Essa perspectiva contra-factual descreve o mundo da imaginação que intima os termos que permitem a interrogação e, curiosamente, a própria constituição conceitual do objecto.

Na verdade, é justamente aqui onde reside o problema que a sua sociologia da globalização aborda, uma sociologia, diga-se, assente na identificação da sociedade global como seu objecto. O desafio, como Octavio Ianni ele próprio reconhece, não consiste em desistir da imaginação, mas sim de se interrogar porque este objecto sempre presente – a sociedade global – escapou durante tanto tempo às ciências sociais. Octavio Ianni tem um palpite. Ele responsabiliza o nacionalismo metodológico que imperou – e continua a imperar, acrescente-se – nas ciências sociais. Esse nacionalismo metodológico assentou na ideia do Estado-Nação como o quadro legítimo dentro do qual o vocabulário conceitual das ciências sociais e seu enquadramento teórico tornam o fenómeno social intelegível. Octavio Ianni tem o mérito inegável de ser um dos pioneiros na problematização deste pressuposto metodológico sob o pano de fundo da identificação dum objecto que se torna cada vez mais incontornável, a saber a sociedade global. Já antes dele haviam outras abordagens chamado atenção a esta omissão. Destaque vai naturalmente para as várias formas que as abordagens influenciadas pela economia política marxista assumiram, merecendo menção especial a teoria do sistema-mundo com a sua ênfase na dimensão estrutural do capitalismo. No seu livro sobre as teorias da globalização (Ianni, 2001) Ianni debruça-se sobre estas outras abordagens que ele descreve como estando inseridas no âmbito do que chama de geo-história. Ele escreve à propósito que “[C]om [Immanuel] Wallerstein e [Fernand] Braudel estamos no âmbito da geo-história. As realidades locais, provinciais, nacionais, regionais e mundiais são vistas como simultaneamente

espaciais e temporais. Envolvem relações, processos e estruturas sociais, econômicos, políticos e culturais, mas sempre focalizados em sua dinâmica geo-histórica” (IANNI, 2001: 41).

Ianni movimenta-se no mesmo campo desbravado por estas abordagens, mas ao contrário delas ele procura nos processos que elas põem a descoberto elementos que lhe permitam colocar questões de ordem metodológica, questões que lhe permitam re-inventar a linguagem através da qual se possa dar conta da verdadeira dimensão do objecto que se torna cada vez mais visível. É nesta ordem de ideias que ele sugere o seguinte:

À medida que se desdobram os significados geo-históricos da teoria das economias-mundo, em suas implicações empíricas e metodológicas, logo se evidenciam as continuidades e as rupturas entre o nacional e o mundial, o próximo e o remoto, o passado e o presente, o espaço e o tempo. É como se o horizonte aberto pela globalização em curso no final do século XX abrisse possibilidades novas e desconhecidas sobre as formações sociais passadas, próximas e distantes, recentes e remotas. Uns buscam continuidades e rupturas, outros descontinuidades e multiplicidades, no curso da geo-história, do contraponto espaço-tempo. É como se muito do que é passado adquirisse novo sentido, ao mesmo tempo que outro tanto do que também parece passado tomasse significado de presente. Realidades e significados que pareciam irrelevantes, secundários, esquecidos ou escondidos, reaparecem sob nova luz. E tudo isso porque a ruptura geo-histórica que desvenda a globalização do mundo, no final deste século, renunciando configurações e movimentos do século XXI, revela-se não só um evento heurístico, mas uma ruptura epistemológica (IANNI, 2001: 51).

Esta ruptura epistemológica torna-se necessária porque, por um lado, o quadro oferecido pelo nacionalismo metodológico se afigura inadequado para dar conta do objecto que cada vez mais se insinua, a saber a sociedade global. A ruptura consiste

precisamente na necessidade de abandono do quadro nacional, pois o lugar privilegiado que a modernidade lhe havia confiado como pedra angular para a explicação do fenómeno social se assemelha cada vez mais a um terreno movediço:

A formação da sociedade global reabre a problemática da modernidade em suas implicações filosóficas, científicas e artísticas. No âmbito da globalização de coisas, gentes e idéias, modificam-se os quadros sociais e mentais de referência. Tudo que é evidentemente local, nacional e regional revela-se também global. As relações, os processos e as estruturas característicos da globalização incutem em praticamente todas as realidades preexistentes novos significados, outras conotações. Na medida em que se dá a globalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório, desenvolve-se simultaneamente a sociedade global, uma espécie de sociedade civil global em que se constituem as condições e as possibilidades de contratos sociais, formas de cidadania e estruturas de poder de alcance global. Nessa mesma medida, desenvolvem-se as relações e os processos característicos da globalização, formam-se as estruturas do poder económico e político também característicos da globalização (IANNI, 2001: 205).

Octavio Ianni poderia ter sido mais explícito. Se não fosse o seu aparente horror ao que poderia ter sido, Ianni poderia ter argumentado que, na verdade, a sociedade global sempre existiu. Ela começou a existir a partir do primeiro contacto entre gente de quadrantes diferentes. Ela existiu, naturalmente, como potencial e intimação, mas sempre esteve lá e pela sua existência tornou possível a História que mais tarde, de forma gloriosa, iria fazer a ruptura não tanto com a sociedade nacional, mas sim com a sua negação. Quando ele escreve, ainda que com razão, que “O paradigma clássico das ciências sociais foi constituído e continua a desenvolver-se com base na reflexão sobre as formas e os movimentos da sociedade nacional. Mas a sociedade nacional está

sendo recoberta, assimilada ou subsumida pela sociedade global, uma realidade que não está ainda suficientemente reconhecida e codificada. A sociedade global apresenta desafios empíricos e metodológicos, ou históricos e teóricos, que exigem novos conceitos, outras categorias, diferentes interpretações” (IANNI, 2001: 237), trata esse paradigma clássico com a suavidade própria de quem vê o mundo a partir da periferia e, portanto, tem paciência, apesar de tudo. A verdade mais provável é que o tratamento das formas e dos movimentos da sociedade nacional serviu para fechar os olhos à sociedade global que se constituiu no próprio momento de constituição da sociedade nacional. Isto vale sobretudo para as ciências sociais europeias que se constituem no contexto da própria afirmação da Europa no mundo e, por conseguinte, são a celebração dum provincianismo bem específico que se reproduz justamente na subalternização da sociedade global.

Nestas circunstâncias é importante repensar o momento de ruptura que torna visível essa sociedade global. Ianni afirma:

[...] [É] no âmbito da sociedade global, com sua economia política, dinâmica sócio-cultural, historicidade complexa e contraditória, é no âmbito dessa sociedade que se concretizam as possibilidades do pensamento global. O que era fantasia, metáfora ou utopia, quando o pensamento se propunha pensar o mundo, equacionar a razão universal, imaginar o cosmopolitismo, diagnosticar as contradições universais, mergulhar nas opacidades do real, quando se forma a sociedade global, tudo isso pode adquirir outro significado, novas possibilidades. Nesse sentido é que a emergência da sociedade global permite repensar a dialética da história esboçada por Marx; ou a teoria da racionalização generalizada sugerida por Weber. Talvez se possa dizer que sem Weber e Marx, fundamentalmente mas não exclusivamente, não é possível pensar, em toda a sua abrangência e complexidade, a sociedade global que se forma no limiar do século XXI. Outra vez, no entanto, isto não significa que se torna possível a transferência ou

adaptação pura e simples de conceitos, categorias, interpretações. Pode-se afirmar que as obras de Marx e Weber constituem duas matrizes excepcionalmente fecundas para pensar-se configurações e movimentos da sociedade global. Pensar, compreender e explicar essa sociedade, tanto em suas singularidades e particularidades como nos horizontes da história universal (IANNI, 2001:256).

É importante repensar esse momento de ruptura e concluir, lamentavelmente, que aqui neste trecho Ianni pode ter estragado tudo. As possibilidades do pensamento global sempre foram concretas e não se impuseram necessariamente como resultado do tecido complexo da sociedade global. A “dialética da história esboçada por Marx” e “a teoria da racionalização generalizada sugerida por Weber” elas próprias, e por opção dos seus autores, preferiram inflectir na direção da celebração do nacional e integração do global na identidade do semelhante. Marx e Weber viram o global anunciando-se no local, mas preferiram destacar o segundo e relegar o primeiro ao segundo plano. Não foi Marx que achou oportuna a colonização da Índia pela Inglaterra na medida em que só assim a história – na sua irresistível dialética – poderia seguir o seu curso normal? Eis um pensamento global concreto que se afirma pela negação do local. Não foi também Weber que exaltou as qualidades da ética protestante sem se interessar pelos efeitos práticos do espírito do capitalismo nas sociedades que caíram sob a alçada das potências coloniais europeias? Aqui está mais um pensamento global concreto que, tal como em Marx, não teve que esperar pela emergência da sociedade global para se articular. A sua articulação, e nos moldes em que aconteceu, inviabilizou um pensamento global de verdade.

É sobre estas coisas que fala, irada, Raewyn Connell (2006; vide também SONTAG 1999 a bater na mesma tecla), uma socióloga australiana, ao constatar que três grandes teóricos sociais importantes, nomeadamente Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e James S. Coleman não dispensam nas suas grandes obras qualquer atenção que seja a momentos importantes na constituição da outra

parte do mundo. Giddens não diz nada sobre o colonialismo, apesar de todo o palavreado sobre a modernidade; Coleman, de tanto enebriado que está pela teoria da escolha racional, chega até a sugerir que seja, para o escravo, racional aceitar a sua condição de escravo em troca de continuar vivo...; e Bourdieu, o único dos três teóricos considerados que viveu e pesquisou num país africano, na circunstância, na Argélia, não diz nada sobre a guerra anti-colonial que acontecia enquanto ele pesquisava¹. Só despidas da pretensão do enunciado universal a partir de lugar nenhum é que “as obras de Marx e Weber constituem duas matrizes excepcionalmente fecundas para pensar-se configurações e movimentos da sociedade global”.

Uma maneira de pensar a ruptura é lançar um olhar de relance à forma como o nacionalismo metodológico construiu, pela omissão, os outros e tentar reconstruir a partir daí uma verdadeira sociologia da sociedade global. O caso africano pode ser emblemático pela forma como a África, paradoxalmente, se torna visível não tanto pelo esforço de trazer o continente e suas culturas à luz para serem vistas, quanto pela aporia em relação ao seu lugar no contexto das coisas. Na verdade, a África tem o privilégio de se constituir na sua própria negação, de existir apesar de não ser prevista a sua existência. A África partilha a mesma sina com aquela raça que trabalha, no Brasil, e que doou gratuitamente, segundo Joaquim Nabuco, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, etc. à que faz trabalhar.

¹ Mais estranho ainda, no caso de Bourdieu, é de fazer um reparo em relação a uma fotografia bem tirada em razão duma boa iluminação pelo facto de ela ter sido tirada numa casa sem telhado. Ele faz esse reparo, mas olvida um aspecto crucial. A casa não tinha telhado porque ele foi explodido pelas tropas francesas quando correram com os donos... (vide CONNELL, 2006:256).

Da invenção de África

Em 2000, o cientista político britânico provocou grande celeúma nos meios africanistas com um texto (KITCHING, 2000) em que afirmava categoricamente que os Estudos Africanos podem ser deprimentes². O artigo gerou muita controvérsia – e de certeza aumentou a depressão de Gavin Kitching – mas houve também outras abordagens do mesmo assunto. Paul Tiambe Zeleza, por exemplo, um historiador do Malawi, publicou o que pareceu uma longa acusação da economia política dos “estudos africanos” (ZELEZA, 2000) que consistia na ideia de que atitudes paternalistas em relação à África impediam uma melhor compreensão do continente. Fazendo justiça ao título da sua obra³, Zeleza defendeu a ideia de que o conhecimento que se fazia passar por descrição académica da realidade social do continente não passava dum artefacto que resultava da combinação de interesses políticos e pessoais sem grande pertinência científica. Zeleza exagerou na exposição, mas a essência do que queria dizer é fundamental. Há um certo sentido em que o estudo de África constitui um desafio não somente à nossa capacidade, como cientistas sociais, de tornar a realidade social africana intelegível, mas também aos nossos sentimentos mais profundos sobre o que realmente faz o conhecimento de alguma coisa. O que acentua o desafio é algo notado por Octavio Ianni, ainda que pouco problematizado por ele, e que consiste na dificuldade de aplicar conceitos desenvolvidos em contextos específicos na elucidação de outros contextos sem a mesma história e sem a mesma geografia de conhecimento.

² Kitching referia-se ao facto de os quadros teóricos usados para descrever e analisar a política em África não darem muita importância à responsabilidade que os próprios africanos deviam assumir pelo continente. Esta omissão, segundo Kitching, teria ajudado a perpetuar uma atitude paternalista colonial que apenas via nos africanos crianças que não podiam ser responsabilizadas pelas suas acções. Foi justamente esta ausência duma atitude adulta de assumir responsabilidades que ele considerou particularmente deprimente.

³ “Manufacturing African Studies” (ZELEZA, 2000).

O problema, para que fique registrado desde logo, não é que a aplicação deste tipo de conceitos constitua em si um problema. É claro que não. O problema é não ter em conta o facto de que a aplicação de conceitos desenvolvidos em contextos diferentes no estudo de realidades sociais diferentes sem prestar atenção ao grau de dependência desses conceitos em relação ao contexto e para a sua inteligibilidade pode desfigurar o que se pretende caracterizar com o conhecimento. A questão que se levanta aqui é de saber, na verdade, o que conta como conhecimento, especialmente como conhecimento sobre a África.

Ao longo dos anos surgiu um programa de pesquisa⁴ sobre estudos africanos que vinculou os pesquisadores desta área de estudo à ideia de que o conhecimento sobre a África estaria irremediavelmente ligado a uma descrição linear do progresso. Uma boa parte dos debates sobre se este conhecimento representa o continente africano de forma justa ou não não passa, na verdade, duma expressão de desconforto em relação a este tipo de concepção quase teleológica. As discussões sobre o assunto têm dado muito destaque à capacidade evidenciada por esse conhecimento de recuperar e preservar elementos essenciais duma cultura africana ou de afastar os africanos cada vez mais da sua própria identidade cultural. A ideia dum progresso linear evoca, desde logo, o conceito de história, o qual nos estudos africanos tem aparecido como pano de fundo que determina o que os africanos podem ser. A verdade, porém, é que ao invés de processo a história pode ser um contexto dentro do qual os africanos podem ser vários tipos de gente (vide HACKING, 2002), sendo que o desafio analítico consistiria em determinar em que circunstâncias certas identidades são activadas e outras reprimidas, isto é como os africanos se tornam africanos e como as suas identidades persistem ou se transformam.

A ideia emprestada a Imre Lakatos, nomeadamente a ideia de “programa de pesquisa” como um conjunto dinâmico de teorias que procuram tornar intelegível uma determinada classe de fenómenos – neste caso a realidade social africana –

⁴ Peço esta expressão emprestada a Imre Lakatos (vide mais adiante).

(LAKATOS, 1978) é pertinente para os meus propósitos neste texto sobre Octavio Ianni. Os estudos africanos – tal como os estudos latino americanos – podem ser entendidos como um conjunto de suposições sobre como produzir conhecimento sobre a África. É possível descrever os estudos africanos como um conjunto de proposições teóricas sobre uma ideia mais ou menos comum e que consiste essencialmente na elaboração da diferença entre África e Europa, mas também no desiderato de através do conhecimento produzido tornar a África cada vez mais igual à Europa. No seu interessante livro sobre a invenção da sociedade primitiva, Adam Kuper (1988), o antropólogo britânico, descreve muito bem a morfologia deste programa de pesquisa.

Kuper sugere que o interesse antropológico por África no século XIX nasceu do desiderato de explicação do progresso europeu e do desenvolvimento de instituições como o Estado. Esse desiderato, mais do que as especificidades do continente africano, é que explica os termos mobilizados para o estudo do continente africano. A África, para recuperar uma afirmação do antropólogo holandês Johannes Fabian (1983), tornou-se no passado do presente europeu na medida em que se passou a estudar a África para se entender a evolução europeia. Neste sentido, o núcleo duro do programa de pesquisa sobre a África baseou-se numa oposição fundamental na base dos processos sociais africanos, oposição essa que consistia no contraste entre tradição e modernidade. A crença consistia um pouco na ideia de que uma ciência progressista seria capaz de reconciliar estes opostos através do estudo de processos de transformação e mudança social. É assim que a antropologia do século XIX se centrou na natureza primitiva de formas sociais africanas; foi pelas mesmas razões que o projecto colonial também revelou preocupação com a civilização dos indígenas através da sua integração numa economia monetária; o mesmo vale para a preocupação da sociologia, mais tarde, com a modernização – e não tanto a modernidade – e, já agora, a crença actual na necessidade de a África se desenvolver. Cada um destes elementos constitui uma peça no mosaico que faz o núcleo duro do programa de pesquisa sobre a África. Tem sido na base deste programa

de pesquisa que os que estudam a África se têm dotado duma heurística positiva através da qual eles reclamam a capacidade de tornar a África intelegível. Essa heurística vem em forma de instruções sobre o tipo de fenómenos merecedores de atenção para que se mantenha a tensão entre proposições teóricas e a realidade empírica. Na verdade, podemos até arriscar um palpite, nomeadamente o palpite segundo o qual a remoção das noções de transformação e mudança do programa de pesquisa sobre a África constituiria a derrocada de todo o edifício intelectual construído em torno de África. E a razão dessa derrocada estaria no facto de a sua plausibilidade depender tanto dum projecto de regeneração dum continente⁵.

Na verdade, é neste ponto onde parece pertinente voltar a estabelecer a ponte com Octavio Ianni. Há um pensamento global em acção neste processo todo, um pensamento global concreto que se funda numa exigência teleológica que arrasta tudo quanto não se submeta à disciplina do igual. Nas discussões sobre as formas mais apropriadas de se estudar assuntos africanos tem se notado o problema de se não estudar a Europa no seu devido contexto histórico e, por conseguinte, o equívoco que tem sido a abordagem de conceitos como descrições empíricas e não, como devia ser, como instrumentos que ajudam na compreensão de fenómenos⁶. Na verdade, são muitos os que já chamaram atenção para este problema que consiste na aplicação de esquemas conceituais pouco apropriados para realidades sociais que resistem às categorias analíticas que são subjacentes a esses esquemas. Alguns pesquisadores como o filólogo e filósofo originalmente do Congo – agora naturalizado americano – Valentin Y. Mudimbe (1988) articularam estas representações com uma vontade ocidental de poder sobre a África. A sua crítica incidiu na forma como

⁵ Jack Goody (2006), o antropólogo britânico, sugere argumentos semelhantes para criticar os problemas metodológicos subjacentes a este tipo de abordagens.

⁶ O cientista social ugandês, Mahmood Mamdani, aborda esta questão quando fala da “história por analogia” (MAMDANI, 1996).

o conhecimento sobre a África reclama inocência em relação ao contexto histórico, político e económico que o tornou possível. Um olhar sobre a sociologia permite ver os verdadeiros contornos dos problemas aqui apontados.

A forma mais óbvia de definir a sociologia consiste em dizer que ela estuda a sociedade. Embora óbvio, o significado profundo do estudo da sociedade tem estado no centro de discussões calorosas em torno da essência da disciplina. Algumas posições colocaram a sua ênfase em procurar saber o que se entende por sociedade como objecto da sociologia. Trata-se duma estrutura que age sobre os indivíduos, ou de indivíduos que produzem a estrutura através da sua acção social? Os termos deste debate foram estabelecidos por Max Weber (1980) e Émile Durkheim (1988) com a sua respectiva ênfase na acção social e nos factos sociais. Desde então, fazer sociologia tem sido, no fundo, alinhar com uma destas duas posições. A tentativa monumental de Talcott Parsons (1967; 1964) de produzir uma síntese deu a impressão de a sociologia ter alcançado um consenso em torno desta problemática tão importante. Com efeito, a suposição segundo a qual a ausência de constrangimento externo, isto é uma situação em que os indivíduos seguem os seus próprios interesses, conduz quase que inevitavelmente ao caos, enformou uma boa parte da teorização do social e do trabalho empírico. É assim que o famoso problema da ordem – segundo a formulação inicial de Parsons – se tornou no principal problema da sociologia, o que teve consequências analíticas de grande importância para o estudo de África. Na verdade, o programa de pesquisa sobre a África, sobretudo a partir dos anos cinquenta – sob a influência de teorias da modernização – radicado, como estava, na caracterização da “sociedade africana” como sendo tradicional encontrou eco na maneira como o problema da ordem foi abordado na sociologia. A ideia de que a sociologia estuda a sociedade moderna e industrializada projectou teoricamente uma nêmesis tradicional, contemporânea mas geográfica e culturalmente distante. A emergência da sociologia foi o momento de invenção da sociedade (Macamo, 2010), isto é uma entidade empírica coerente que poderia ser

conceitualmente recuperada ao mesmo tempo que poderia ser objecto de intervenção política (no sentido de política social).

A sociologia na Europa do século XIX constituiu em certa medida uma resposta à procura de comunidade perante rápidas mudanças sociais. Os termos sob os quais esta procura se concretizou enfatizaram diferenças fundamentais entre um sentido de comunidade baseado no estatuto e na interação imediata e outro baseado no contracto e na interdependência funcional. Estas diferenças inventaram a sociologia como o estudo da sociedade industrializada moderna relegando tudo quanto não coubesse nesse quadro descritivo a um campo diferente – por exemplo, à antropologia social. É importante salientar que quer a sociedade moderna, quer a sociedade tradicional são tipos-ideais. Não obstante, dado o programa de pesquisa sobre a África que assentava, como vimos mais acima, na ideia dum progresso linear perdeu-se de vista a ideia de tipo-ideal e passou-se à crença na ideia segundo a qual sociedade tradicional e sociedade moderna seriam, na verdade, descrições correctas de sociedades realmente existentes. Esta crença foi responsável pelas abordagens normativas no estudo de África. Com efeito, entendendo-se a sociedade europeia como o resultado bem conseguido da transição da tradição para a modernidade passou-se a usar o modelo europeu, no estudo de África, como padrão na base do qual se poderia mensurar a capacidade de cada sociedade corresponder ao tipo-ideal. É assim que a história desaparece do estudo sociológico de África e se remete as sociedades rotuladas de tradicionais ao passado sem nenhuma capacidade de transformação senão pela mão benevolente da Europa.

Estranhamente, a sua inclusão no processo de modernidade – e não de modernização – vai ser vista essencialmente não como uma ruptura, mas sim como um processo de desintegração social. A forma como os administradores coloniais responderam a essa suposta desintegração não será diferente da forma como os estudos africanos abordam o continente. Da mesma forma que os primeiros tentam preservar a sociedade tradicional como o veículo

mais importante para assegurar a estabilidade a longo prazo⁷, os estudiosos de África vão se desdobrar na tentativa de representar a realidade social africana como desvio duma norma curiosamente parecida com as representações que a Europa faz de si própria. O paradigma da modernização que percorre como uma tempestade algumas disciplinas das ciências sociais nos anos sessenta e continua a exercer o seu fascínio ainda hoje no seio daqueles que fazem políticas de desenvolvimento foi, na verdade, uma resposta a este diagnóstico. A questão não é tanto se conceitos desenvolvidos na Europa são adequados para dar conta da realidade africana, quanto os aspectos da vida social que ficam no centro da definição do objecto da sociologia, por exemplo. Com efeito, no contexto da sociologia é mais a preocupação com o problema da ordem, preocupação essa que resulta duma concepção normativa da sociologia – ela também resultado das condições epistemológicas que viabilizam o projecto sociológico como estudo da sociedade moderna e industrializada – que é responsável pelas limitações do estudo de África.

Conclusão

Octavio Ianni levantou o véu sobre uma grande mentira. Essa mentira consistiu na ideia de que seria possível construir um conhecimento válido do mundo que, ao mesmo tempo, recusasse esse mundo. Responsabilizar o nacionalismo metodológico por esta mentira foi um grande passo rumo à reposição da verdade. O segundo passo, o que está a ser dado de forma titubeante um pouco por todo o lado na chamada colonialidade do saber (LANDER, 2005) ou nas epistemologias do Sul (SOUZA SANTOS; MENESES, 2010) tem que ser dado com mais vigor. Essa será a melhor maneira de honrar a presciência dum grande sociólogo brasileiro. É claro que ele podia ter feito a sua revolta de forma

⁷ Vide a discussão sobre a mão de obra feita por Cooper (1996), Macamo (2002) e Vail e White (1980).

diferente usando recursos locais. Ao invés de convocar Marx e Weber, ou de implicar com Wallerstein ou Braudel, ele podia também ter respondido à provocação de Nabuco:

Tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo, absolutamente tudo que existe no país, como resultado de trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar. Por esses sacrifícios sem número, por esses sofrimentos, cuja terrível concatenação com o progresso lento do país faz da história do Brasil um dos mais tristes episódios do povoamento da América, a raça negra fundou, para outros, uma pátria que ela pode, com muito mais direito, chamar sua.

É nestes reparos sábios que se revela a beleza da análise contra-factual. O Brasil que poderia não ter sido se... é o Brasil que existiu por conta da recusa de quem se equipou pesadamente da aura epistemológica ocidental para fazer guerra ao pensamento global concreto.

Esse pensamento global tão bem vislumbrado por Octavio Ianni na sua construção da sociedade global nasceu no momento em que se criou o vínculo entre a raça que trabalha e a que faz trabalhar. Foi um vínculo global. Fez a África atravessar o Atlântico para com o seu suor tornar fecunda uma “terra de ninguém” – outra grande mentira – e permitir que a riqueza assim gerada fosse alimentar a arrogância de quem sabe ter a história do seu lado porque ele é quem a conta. Impedir que o pensamento global fosse concreto passou a ser a condição de possibilidade dessa sociedade global, na verdade, uma farsa bem urdida e protegida pelo nacionalismo metodológico que conta a história de sucesso, e fantástica, dum canto do mundo que teimou, e sempre teima, em reclamar existência autónoma e independente de tudo. Foi

esta farsa que urdiu o problema da ordem e estabeleceu um vínculo intelectual entre a Europa e o Resto, um vínculo baseado na forte convicção segundo a qual as formas sociais dos outros constituiriam uma aberração da norma.

A preocupação da sociologia com o problema da ordem encaixou perfeitamente no programa de pesquisa sobre a África por ter proporcionado a este último uma heurística na base da qual se definiu a realidade social africana como sendo essencialmente diferente, vivendo tempos diferentes, a um ritmo também diferente. A reacção da intelectualidade africana às representações de África tenderam sempre a enfatizar as pressuposições racistas na base das abordagens usadas para dar conta do fenómeno social africano. Na verdade, o problema não foi tanto o racismo quanto o etnocentrismo, o mesmo, por acaso, que cimentou o nacionalismo metodológico tão oportuna e acertadamente criticado por Octavio Ianni. O etnocentrismo, contudo, não é o principal problema. O problema é da história, em dois sentidos. O primeiro sentido consiste na premissa segundo a qual o enquadramento do estudo de África numa perspectiva de progresso linear só era possível ao preço da banalização do contexto, logo, de tudo quanto poderia ter conferido uma inteligibilidade local ao fenómeno social. O segundo sentido consiste em privar a Europa da sua própria historicidade uma vez que ela é construída como sendo a reafirmação perene do fim da história.

Octavio Ianni salvou a Europa de si própria. Falta agora, para os que ficaram e querem ser seus seguidores, pensar uma nova sociologia que seja capaz de produzir um vocabulário que não silencie os outros, mas sim permita ao pesquisador entender como os indivíduos dão sentido às suas vidas, como recolhem os estilhaços duma história madrastra para viverem vidas sãs. A sociologia da sociedade global é uma sociologia plural, uma sociologia que desenvolve os instrumentos conceituais e analíticos necessários à descrição interpretativa da forma como os enteados da história – e somos todos, africanos, asiáticos, europeus e americanos – se envolvem com os seus mundos. Haverá sempre o perigo de essencialização do enteado da história. O remédio contra

isso é a procura duma linguagem mais objectiva bem consciente do facto de a sociedade global ser, no fundo, uma ilusão que joga às escondidas com os nossos conceitos enquanto os indivíduos pegam em qualquer ensejo para serem o que querem ser. A sociologia da sociedade global produz conceitos para melhorar a nossa capacidade de... produzir conceitos, e nunca para ilustrar empiricamente conceitos estrangeiros.

Bibliografia

- CONNELL, R. Northern theory – The political geography of general social theory. In: *Theory and Society*, 35, 2006, pp. 237-264.
- COOPER, F. *Decolonization and African Society – the Labor Question in French and British Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- Durkheim, E. *Les règles de la méthode sociologique*. Champs: Flammarion, 1988.
- FABIAN, J. *Time and the Other. How Anthropology Makes Its Object*. New York: Columbia University Press, 1983.
- GOODY, J. *The Theft of History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- HACKING, I. *Historical Ontology*. Harvard: Harvard University Press, 2002.
- IANNI, O. *Teorias da Globalização*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2001.
- _____. *Enigmas da Modernidade Mundo*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.
- _____. *Pensamento Social no Brasil*. São Paulo: EDUSC, 2004.
- KITCHING, G. “Why I gave up African studies” in: *African Studies Review & Newsletter* vol. XXII, 1 (June), 2000, 21-26.

- KUPER, A. *The Invention of Primitive Society – Transformations of an Illusion*. London: Routledge, 1988.
- LAKATOS, I. *The Methodology of Scientific Research Programmes: Philosophical Papers Volume 1*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- LANDER, E. (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2005.
- MACAMO, E. Negotiating Modernity – From Colonialism to Globalization. In: Macamo, E. (ed.). *Negotiating Modernity – Africa’s Ambivalent Experience*. Dakar: CODESRIA/Zed Books, 2005, pp. 1-18.
- MAMDAMI, M. *Citizen and Subject – Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Kampala: Fountain Pub, 1996.
- MUDIMBE, V. Y. *The Invention of Africa – Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge*. London: James Currey, 1988.
- NABUCO, J. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- PARSONS, T. *The Social System*. New York: The Free Press, 1964.
- _____. *The Structure of Social Action*. New York: The Free Press, 1967.
- SONTAG, H. R. How the sociology of the North celebrates itself. *ISA Bulletin* 80, 1999, pp. 21-25.
- SOUZA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- WEBER, M. *Wirtschaft und Gesellschaft*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1980.
- ZELEZA, P. T. *Manufacturing African Studies and Crises*. Dakar: CODESRIA, 2003.

Recebido em 03/06/14.

Aprovado em 12/07/14.

GLOBALISATION AND INDIVIDUALISATION IN LATE MODERNITY: A THEORETICAL INTRODUCTION TO THE SOCIOLOGY OF YOUTH¹

*Frédéric Vandenberghe**

Resumo: O artigo oferece uma análise programática de algumas das principais teorias da modernização, da globalização e da individualização na modernidade tardia, conectando essa análise à sociologia da juventude. O texto se divide em quatro partes: a primeira provê um panorama dos debates sobre a modernidade, distinguindo várias posições no seio destes (clássica, anti, pós e neo); a segunda parte propõe um quadro de referência multidimensional para a análise da globalização, o qual integra seus aspectos econômicos, políticos e culturais em uma narrativa coerente; a terceira parte apresenta as teorias da sociedade de risco, da modernização reflexiva e da individualização reflexiva de Ulrich Beck e Anthony Giddens; finalmente, a última parte costura todos os fios da análise em uma teoria sociológica da juventude, do pós-materialismo e dos novos movimentos sociais.

Palavras-chave: Globalização; modernização; individualização; novos movimentos sociais; juventude.

Abstract: This article provides a programmatic analysis of some of the main sociological theories of modernization, globalization and individualization in late modernity and connects the analysis to the sociology of youth. The article is divided in four parts: The first part gives an overview of the debates about modernity and distinguishes various positions within it (Classic, anti, post and neo); the second part proposes a multi-dimensional framework for the analysis of globalization that integrates the economic, political and cultural aspects into a coherent narrative; the third part presents the theories

* PhD in Sociology at École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, France. Post-doctoral degree at Istituto Italiano Firenze (Firenze, Italy), University of Humanistic Studies (Netherlands) and University of California, Berkeley (United States of America). Professor and researcher at Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: frederic@iesp.uerj.br.

¹ The text was originally written in 1998 in English. It was translated and published in Italian, but the manuscript itself remained filed in my

of the risk society, reflexive modernization and reflexive individualization of Ulrich Beck and Anthony Giddens; finally, the last part ties together all the strands of the analysis in sociological theory of youth, postmaterialism and new social movements.

Keywords: Globalization; modernization; individualization; new social movements; youth.

There's no sociology of youth without 'sociological imagination'. With some exaggeration, we could say that C.W. Mills's *Sociological Imagination* (MILLS, 1959) represents the sociological counterpart of Kant's *Critique of Pure Reason*. In the same way as the empirical reality can only be understood thanks to the mediation of the categories of understanding, the tribulations of contemporary youth can only be understood if their everyday life is seen against the larger socio-historical background of late modernity. Uncoupled from this socio-historical background, the sociological analysis of youth risks to remain stuck in the ethnographic description of life histories and lifestyles, or even worse, in the thoughtless manipulation of statistical correlations and regressions. In order to overcome this empiricist tendency

personal archives till Danilo Arnaut invited me to publish it in *Idéias*. By sheer coincidence, and independently from Danilo, Carusa Gabriella proposed to translate the text, which will almost simultaneously appear in Portuguese in *Revista Mediações*. I thank both Danilo and Carusa for their solicitude. I have tried to update the text a little bit, but not to relocate and adapt it to the Brazilian context. If the text still has any value after all these years, it is, I suppose, because, like Anthony McGrew's text of 1992 which inspired me (as well as Beck, 1997), it proposed an organising framework for the analysis of globalisation and individualisation in late modernity. the local or the local and the global, to use more current language, can be meaningfully interconnected in such a way that youth is no longer seen as a marginal 'subject', in the double sense of being a historical actor without power and a specialised area of research which is cut off from the cutting edges of sociological theory.

towards the fetishist accumulation of brute data, which only make sense as post-positivist philosophers well know because they are “overdetermined” by theory, I will be concerned in this article with the outline of a theoretical framework for the analysis of youth. Eventually, this theoretical framework, which is among others inspired by Ulrich Beck and Anthony Giddens’ overlapping theories of late modernity, will allow us to see how Mills’s categories of the personal and the socio-historical, or the local or to bring the ‘marginal subject’ back to the center of social life and of sociological theory, I propose to reconnect the sociology of youth to the sociology of social change in general and of late modernity in particular. The article is divided in four parts. In the first part, I present a quick overview of the theories of modernity which have succeeded each other since the birth of sociology in the nineteenth century. The succession of the theories of modernity, which is mnemonically indicated by the prefixes classic, anti-, post-, neo- and late-, offers a kind of knowledge-political preamble to a synthetic theory of late modernity. This theory of late modernity forms the background for the analyses of the dual processes of globalisation and individualisation, which are respectively analysed in parts 2 and 3. The main idea which underlies and connects the analyses of globalisation and individualisation together is that a critical sociology of late modernity has to be multi-dimensional (VANDENGERGHE, 1997-1998). It cannot content itself with a structural analysis of global domination but has to indicate possible forces of emancipation as well. In the same way as a macro-sociology of the system needs to be complemented with a micro-analysis of the life-world, the analysis of the economically driven processes of globalisation has thus to be augmented with an analysis of the emancipatory processes of individualisation, which are going on at the same time in the local life-worlds and which could potentially inflect the processes of globalisation in the direction of a post-materialist order of sustainable development

which is both socially sensitive and ecologically responsible.² At this point, youth will be brought in. In part 4, I will analyse the situation of youth in late modernity and show how the double process of globalisation and individualisation affect the transitions to adulthood and life-politics. Youth will thus not be considered as a biological category but first as a sociological one, defined in terms of status transitions, and then as a cultural and political one, defined in generational terms as an instantiation of the new social and cultural movements which struggle for the normative orientations that determine the direction of social development.

1. Modernity: Classic, Modern, Anti, Post, Neo and Late

Sociology emerged in the long nineteenth century (1789-1914) with the advent of modernity and cannot be uncoupled from it. Given that sociology is reflexively tied to modernity and that modernity is intrinsically associated with socio-cultural dynamism and the 'creative destruction' of the remnants of the past (BERMAN, 1982), it is no surprise that the analysis of social change has been one, if not the central topic of sociology. The disciplinary distinction between anthropology, understood as the study of 'societies without history' (Levi-Strauss), and sociology, understood as the study of modernity, may (and must) be overhauled, but it nevertheless makes the link between historicity, social change and modernity explicit. Looking back at the history of sociology, which can also be read as a theoretical transcription of social change of the last two centuries, we can distinguish at least five distinctive theoretical-cum-ideological

² By using the subjunctive, I want to indicate and explore the potential of counterfactual developments grounded in the life-world. Needless to say, the counterfactual mode of thinking has mainly a heuristic and deontological function: extrapolating from the present to the future, it points to what could and should happen if certain circumstances which are not realised at the present were actually realised

periods of theorising about social change³: (i) the classic theory of modernity, as formulated by the 'founding fathers' of sociology; (ii) the post-war theory of modernisation and its ideological inversion in the anti-modernization theory of the sixties and the seventies; (iii) the post-modern theory of the eighties, (iv) the neo-modern theory of democratisation and, last but not least, (v) the sociological theory of late modernity, which I consider a critical synthesis of the aforementioned theoretical strands. (Since the turn of the millennium, the world is in turmoil. The conjunction of geopolitical, economic and technological revolutions is changing the contours of the world as we know it. Although I now think that the social changes are so momentous to warrant affirmations that late modernity has now reached its course and that we are facing the emergence of a new civilization (VANDENBERGHE, 2014, pp. 265-329), I do not pretend to be able to decipher the current conjuncture. I even doubt that sociology, steeped as it is in the nineteenth and twentieth century, is particularly well placed to propose an ontology of the present. Those are transitional times. Like of most of us I am in the fog. To be cautious, I therefore ask the reader to consider my analysis as an analysis of the recent past – valid till 2007 perhaps, but not beyond).

(i) Classic: In the classic period (1840-1933), each of the founding fathers of sociology – Emile Durkheim, Karl Marx, and Max Weber – presented a 'discontinuist interpretation of modern history' according to which the advent of modernity represents such a significant break with the past that the societies which

³ Those successive periods of theorising about modernity can be indicated by the mnemonic device of the 5 prefixes: Classic-, anti-, post-, neo- and late- (ALEXANDER, 1994). In so far as the succession of theories also reflects socio-historical change, the prefixes are not only meant to refer to historically variable modes of reading but also to change of socio-historical modes of being. The main advantage of such a double conceptualisation of modernity along an interpretative and a socio-historical axis is that it allows for the juxtaposition of modes of reading and modes of being. Adopting this perspective, one can thus not only offer, say, a post- (or anti-)modern reading of classic modernity, but also a classic (or late) modern reading of postmodernity.

emerged in the West in the eighteenth and nineteenth century are really and radically distinct from all prior forms of social order (GIDDENS, 1985: 31-34; 1990: 1-6). Although they don't agree about the specifics and identify different processes of modernisation, respectively functional differentiation, commodification and rationalisation (CROOK, PAKULSKI and WATERS, 1992: 2-9), we can nevertheless be confident that the processes of long-run social change which they describe are largely complementary and that their analyses of modernity converge in a grand empirical narrative of historical social change. In this grand narrative, the relative autonomisation of functionally differentiated social structures, like the market economy or the bureaucratic administration of the state, and the progressive erosion of tradition and the natural bonds of solidarity, appear as the distinguishing characteristics of the 'Great Transition' towards modernity.

Combining a general theory of modernisation with a critical diagnosis of the ambivalence of modernity, the founders of sociology considered the general diffusion and generalisation of the purposively rational or strategic mode of action from the economic sphere to all other spheres of life as the main culprit of the pathologies of modernity (HONNETH, 2000: 11-69). Indeed, without too much hesitation, we could even say that sociology was from its very beginning involved in a combat against the theoretical and practical hegemony of utilitarianism (CAILLÉ, 1988: 24-32). Contesting the spread of utilitarian individualism, the classical tradition of sociology was engaged in a political attempt to reinvigorate and defend an ethically inspired 'institutional individualism' (Durkheim), which is able to combine the freedom of modernity with the solidarity of the past.

Notwithstanding those commonalities, it should however be noted that Durkheim and Mauss's diagnosis of the pathologies of modernity differed significantly from that of their German counterparts. If Weber and Marx were above all concerned with the potential loss of personal freedom, Durkheim and his nephew put more stress on the loss of community and solidarity. In the first case the autonomisation of the functionally differentiated social

structures, systemically constraining the individuals from without and imposing a strategic mode of action on them, was seen as a threat to the autonomy of the individual (alienation); in the second case, the predominance of strategic action was seen as linked to the dissolution of solidarity (anomie).

(ii) Anti: Giving an optimist twist to the classic interpretations of modernity, the theory of modernisation which emerged in the post-war period and of which Talcott Parsons (1966, 1977) is one of the main representatives presented an evolutionary view of social change. According to Talcott Parsons (and a few others like-minded spirits, such as Daniel Lerner, Marion Levy, Alex Inkeles, S.N. Eisenstadt, Walt Rostow and Clark Kerr), all modernising societies were destined to follow a similar path of non-revolutionary incremental change and to undergo a steady but stepwise linear process of increased general adaptation ('adaptive upgrading') through functional differentiation and integration of their subsystems which allows the system to control more and more successfully its environment. From this evolutionist and slightly teleological perspective, all societies were seen as moving and converging towards the high degree of industrialisation, secularisation and democratisation which Parsons saw exemplified in the United States of the sixties. Modernisation theory offered not only an analytical framework but in so far as it excluded alternative pathways to modernity it was also a justification of the *status quo*.

Due to a change in the intellectual and ideological climate, modernisation theory was largely rejected in the later sixties, both on empirical and ideological grounds (KNÖBLE, 2001). The new generation of critical theorists came to consider Parsons' unilinear and teleological interpretation of world history as a thinly veiled ideology of the *status quo* and American imperialism. While dependency theory rejuvenated the old Leninist argument that the prosperity of the capitalist societies is purchased at the expense of the impoverishment of large areas of the remainder of the world (COCKROFT, FRANK and JOHNSON, 1972), Barrington Moore argued that dictatorship and not democracy was spreading throughout the world (MOORE, 1966). As a result, Parsons' 'world

growth story' was dropped as an ideologically laden Eurocentric grand narrative, and eventually his theory of evolution and modernisation came to be replaced by a Marxist theory of revolution and counterrevolution. Some of Parsons' critics even went so far as to reject the process of modernisation as such. The members of the Frankfurt School, for instance, simply inverted the optimism of modernisation theory: industrialisation does not lead towards democracy and freedom, but towards increased domination and alienation of the masses.

(iii) Post: Later onwards, in the eighties, when the revolutionary enthusiasm of the seventies had vanished, post-modernism emerged on the academic scene. The post-modernists radicalised the Frankfurt School critique of instrumental reason and seemed to give up the project of modernity altogether. Post-modernism is however an ambiguous and essentially contested concept. In order to clarify its meaning and to avoid confusion between the different brands of 'post-ism', I propose to categorically differentiate postmodernism (a), post-modern social theory (b), and post-modernity (c). Those terms are not equivalent, but occur in the three different but overlapping discursive contexts of cultural theory, philosophy, and sociology in which the so-called 'post-modern turn' is said to have taken place.

(a) Post-modernism: The debate about post-modernism plays an important role in the field of cultural theory, aesthetics and architecture (CONNOR, 1989, HARVEY, 1989: Part 1, LASH, 1990: Part 2, JAMESON, 1991). Here the debate revolves around distinctions between modernism and post-modernism in the arts. Modernism represents the culmination of the process of social differentiation and autonomisation in which the aesthetic sphere, and each of its sub-fields (painting, sculpture, literature, theatre, architecture, film, etc.), follow their own immanent laws (e.g. *l'art pour l'art*, the house as a machine for living, etc.). Innovation and formal rationalisation are the norms of the modernist avant-garde. Postmodernism reacts against this autonomisation of the cultural sphere and pleads for its dedifferentiation so that the

'Great Divide' between high art and popular art can be overcome and that the cultural sphere can be reconnected to the life-world, even to the point that the life-world itself, invaded and colonised by commodified products of an anti-auratic mass-culture, becomes an aspect of post-modern culture.

(b) Post-modern social theory: The discourses of the post-modern also appear in the field of philosophy and social, psychological and cultural theory as well (HABERMAS, 1985, DEWS, 1987, BEST and KELLNER, 1991). Post-modernists criticise the rationalist assumptions of modern philosophy and social theory - ranging from the philosophical project of Descartes, Kant and Hegel to the social theories of Marx, Durkheim, Weber and Habermas, whom they often conceive as the arch-modernist whose work deserves to be deconstructed. Post-structuralist philosophers like Lyotard, Derrida, Deleuze, Baudrillard, Vattimo and a few others, inspired by Saussure, Nietzsche and Heidegger, variously criticise modern theory for its search for a foundation of knowledge, for its universalising and totalising claims, and above all for its fallacious rationalism and logo- (if not phallo) centrism. They also provide a critique of representationalism and the modern belief that theory mirrors reality, adopting instead the relativist position of feminist and post-colonial standpoint theory, possibly combining it with a deconstructive hermeneutics which argues that all cognitive representations of the world are historically and linguistically mediated.

(c) Post-modernity: Discourses on post-modernism also appear in sociological and political economic discourses that claim to identify a basic epochal transition from modernity to a new stage of history (HARVEY, 1989: Part II and III, SMART, 1992, WEBSTER, 1995). Analysing the growing predominance of the media and information technology, the growth of the service – and the knowledge sector, and the changes in the regime of capital accumulation, several analysts have advanced the claim that we now have reached a new stage in history beyond modernity (if not beyond history altogether) and that we now live in a new sort of

society which they variously label as post-modern, post-industrial or post-Fordist.

(iv) Neo: Since the fall of the Berlin wall, modernisation theory has somehow returned with a vengeance (SZTOMPKA, 1993: 129-141). The protracted "third wave of democracy" (Huntington), which started in Western Europe in the 1970's (Portugal and Spain), continued in Latin America (Brazil, Argentina, Chile) and Eastern Europe (Poland, Germany, Hungary) in the 1980's and finds its provisional conclusion in the Middle East following the 'Arab spring', shows that the old liberal themes of Parsons's modernisation theory have neither lost their political actuality, nor their ideological force. The free market, the rule of law and above all parliamentary democracy are not just ideologies of the status quo, as the anti's claim, nor metanarratives which have to be deconstructed, as the post-modernists claim, but provided that they are adequately reformulated in a neo-functionalist framework, they can be seen as so many 'evolutionary universals' which the democratic revolutions aimed to institutionalise by means of the ballot. Extrapolating from the East to the West and beyond, we can see that the revolt of the 'really existing individuals' against communist regimes (in Eastern Europe) and military dictatorships (in Western Europe and Latin America) have opened new perspectives of a global and coordinated democratic struggle for the realisation and institutionalisation of post-materialist values. The new social movements, which have emerged in the struggle against authoritarian regimes, fighting successful revolutions not for socialism but for democracy, solidarity and the defence of the life-world, were animated by the radical appeal of democracy. The revival of the eighteenth century concept of civil society, understood as a self-regulating public sphere which mediates between the private sphere on the one hand and the state and the market on the other hand (COHEN and ARATO, 1992), is linked to the post-materialist re-evaluation of universalism. In so far as universalism is no longer considered as something which is essentially repressive, but as a value that animates the democratic struggle which the new transnational social movements wage both

against the state and the market, we can indeed say that we are witnessing a gradual shift from post- to 'neo-modernism'.

(v) Late: The notion of late modernity is used here as synthetic signifier of a sociological theory of the global present which aims to bring home the harvest of the classic, anti, post and neo-modernisation theories. The theory of modernity, which dialectically overcomes the limits of each of the preceding theories, is meant as a general framework of guidelines for the analysis of the dual processes of globalisation and individualisation, which will be presented in part 2 and 3 of the article and which form the backbone of the analysis of the sociology of youth, which will be presented in part 4.

– Inspired by the classic project of sociology, the theory of late modernity aims to critically sift through the theories of Marx, Durkheim and Weber in order to update them and thus to make them relevant for the present time. With the benefit of hindsight, we can now see that the radicalisation of modernity has led to a situation which the founding fathers had not foreseen. First of all, they did not anticipate that the compression of time and space would lead to a global world in which the social processes are economically, politically and culturally interconnected. Secondly, they were somewhat too optimistic about the prospects of industrialism and did not anticipate the ecological limits of economic growth. Thirdly, although the founding fathers agreed in their critique of utilitarianism and insisted on the necessity to reinvigorate the social tissue, neither Durkheim, who stressed the threat of anomie, nor Marx and Weber, who were more concerned with the threat of alienation, did envisage the possibility that anomie and autonomy would be brought together in the ethics of the post-materialist youth and the politics of the new social movements.

– Although the sociological analysis of late modernity is definitely post-Marxist in inspiration, the prefix 'late' is intentionally used here as kind of tribute to neo-Marxist analyses of 'late capitalism' (ADORNO, 1972). The series of crises that have

plagued the semi-periphery of the world system since the 1980's have by now reached the center of the system. The subprime crisis of 2007-2008, which morphed into a fiscal crisis when it reached Europe, shows that capitalism is not as secure as it once seemed. Although industrial capitalism is now spreading worldwide, as was anticipated by Marx and Engels in the *Manifesto of the Communist Party*, the sociology of late modernity unmask the claim that there is no functional alternative to the free market as part and parcel of the neo-liberal ideology and its attack on the welfare state. Critically analysing the radical economic, political and cultural transformations which societies worldwide are undergoing, it aims to explore the possibility of the emergence of transnational new social movements that would challenge the social consequences of the neo-liberal hegemony.

– The sociology of late modernity is definitely not a postmodern sociology. Relinquishing the attractions of postmodern social theory, it works instead towards a sociological account of postmodernism and postmodernity. The sociology of late modernity agrees with the postmodernists that contemporary mass culture is essentially postmodern, but against them, it links the postmodernist regime of signification to the post-Fordist regime of accumulation and sociologically decodes postmodernism as the cultural expression of late modernism. The sociology of late modernity categorically rejects the antifoundationalist and antisystematic trust of postmodern social theory. However, in so far as it transforms postmodern social theory from a resource into a topic of sociological analysis, it transposes the scepticism of the postmodern philosophers to the life-world in order to 'refunctionalise' the postmodern critique of authority into the fulcrum of a social critique of the politics of industrial society.

– As the postmodernist interpretation of the world as a local, privatised and fragmented place gives way to an analysis of the economic forces that shape the global world and of the political forces that seek to reshape it, the theory of late modernity willingly follows neo-modernisation theory by placing democracy back on the agenda. The discussion of reflexive modernisation,

individualisation, youth and the new social movements, which I will present in the last part of this article, is in line with this shift and conceived as a humble contribution to it.

2. Economic, Political and Cultural Globalisation

2.1 What is globalisation?

Post-modernism was the fad of the eighties. Since the beginning of the nineties, globalisation theory has become an increasingly influential paradigm, even to the point that it can be considered as the 'successor to the debates on modernity and postmodernity' (FEATHERSTONE and LASH, 1995: 1). Globalisation refers to the social processes of 'time-space compression' (HARVEY, 1989: 240) in which the 'constraints of geography on social and cultural arrangements recede and people become increasingly aware that they recede' (WATERS, 1995: 3). As time and space become separated from local contexts and standardised by maps and clocks, individuals are able to communicate with each other across temporal and spatial distances. The world 'shrinks' as it were. Continuous and instantaneous interconnections between distant locations transform the latter into nodes of a single network. 'The intensification of worldwide social relations, says Giddens, link distant localities in such a way that local happenings are shaped by events occurring many miles away and vice versa' (GIDDENS, 1990: 64). As the local and the global become dialectically intertwined, local actions and global structures become mutually implicated in such a way that local actions reproduce or transform the global structures in which they are embedded and by which they are increasingly conditioned. Transposed from the metatheoretical realm to the socio-historical realm, structuration or the dialectical interplay between action and structure (GIDDENS, 1984) thus takes on a global dimension. In the same way as every individual speech act presupposes the social institution of language and contributes to its reproduction or

transformation, every local act is potentially conditioned by global structures and implicated in their transformation or reproduction. The important points to stress here are that this dialectic between the local and the global is not one- but two-sided, and that it can have far reaching social and political implications: global structures do affect local actions but in so far as the former presuppose the latter and are dependent on them, local actions can have a significant impact on global structures.

The analysis of the multiplicity of linkages and interconnections that transcend the nation-states which make up the emerging modern world system has recently been brought to the centre stage of the social sciences thanks to their attempts to theorise globalisation (FEATHERSTONE, 1990; MCGREW, 1992; ROBERTSON, 1992; FEATHERSTONE, LASH and ROBERTSON, 1995; WATERS, 1995; AXFORD, 1995; ALBROW, 1996; MCGREW, 1997; BECK, 1997, 1998a, b). Although some debate is still going on about the periodisation of the onset of the global shift, all protagonists of the globalisation debate seem to agree that the scope (or 'stretching') and the intensity (or 'deepening') of the processes of inter- and transnationalisation have so significantly increased in the last quarter of the century that a global civilisation is now on the verge of emerging. Objectively, the economic, political and cultural subsystems are interconnected and interdependent as never before; subjectively, we are increasingly conscious of the world as a whole. As media products circulate in an international arena, humanity is able to observe itself in its globality. Somewhat more speculatively, speaking like the old Hegel, we could refer to the objective side as "globalisation an sich" and the subjective side as "globalisation für uns" and argue that the current interconnection between things and people trigger a global process of morphogenesis in which society, culture and personality are all transformed at the same time, leading to "globalisation an sich und für uns".

On the map, the boundaries between countries are as clear as ever. And yet a closer look at contemporary economic, political and cultural interconnections reveals that those boundaries have

become largely porous and permeable, at least in the West and for the elites, as the phenomenon of globalisation is by no means experienced uniformly across the globe or across class. Immense 'flows of capital, money, goods, services, people, information, technologies, policies, ideas, images and regulations' (LASH and URRY, 1994: 280) transcend individual nation-states and dissolve their borders. Borders become so to speak optional, though, unfortunately not for immigrants. Locally bound with their feet to the ground, individuals can think, dream, read, invest, and communicate globally without the least being hindered by borders. Thinking globally is no longer a privilege of diplomats, astronauts and bankers. For young people, who are brought up with and socialised by TV and the internet, society is from the very beginning experienced as a 'world society' without borders, which does not mean that place loses its importance, but that even without knowing it, their stream of consciousness has a global dimension.

Arguably, globalisation processes are driven forward by the economy. The entire globe is now operating within the framework of a single capitalist world-economy. The economic flows of capital, labour, commodities, information and images cross the borders without major control (see 2.2). The expansion of the capitalist world market is accompanied by the decline of the nation-state and its power to control the flow of goods, people, information and various cultural forms. Relations between non-governmental actors like international organisations, transnational corporations and transnational social movements now supplement intergovernmental relations between nation-states (see 2.3). In addition to the development of a capitalist world-economy and a shifting system of nation-states, the rise of global culture is an especially salient feature of contemporary globalisation. Global culture is ambiguous, however: it involves the worldwide diffusion of capitalist cultural products and the spread of the consumerist ideology as well as the local interpretation and indigenisation of those global cultural products (see 2.4). Global cultures and cultural products permeate local ones, colonising them as much

as providing them with forces of resistance against colonisation. In any case, global culture makes individuals reflexive: confronted with a plurality of possible lifestyles and life forms, they have to choose, produce and cobble together their own biographies. And given that they choose consciously and that the local is dialectically intertwined with the global, the aggregation of private life choices can have far reaching political implications, as we will see later when we analyse the role of youth and social movements.

2.2 Economic Globalisation

Although the impact of the forces of globalisation is most strongly felt in the domain of economics, it is important to consider the process of globalisation as a multidimensional phenomenon and to avoid reducing it to its sole economic dimension. Globalisation is not just about the expansion of free trade and competition in a global market but involves a process of overall social change whereby the local and the global are mutually implicated. Those economists who stress the economic dimension of globalisation at the expense of its other dimensions, such as the political, ecological, cultural, civil societal and legal ones, do not see the political and ideological implications of their analyses. In so far as their models systematically ignore the extra-economical conditions of the free market, they endorse and performatively reinforce the neo-liberal ideology according to which the laws of the free market actually represent the only possible mode of global governance. However, if one adopts the political and sociological perspective and submits the economist's laws of the global market to a defetishising critique, one sees that those laws are only able to systemically regulate and coordinate a multiplicity of local actions on the condition that they are left to be free and that no social and political factors impinge on the closure of the economic system. The analysis of those extra-economic conditions of the autopoietic closure of the economic system defetishises the laws of the market and reveals that neo-liberalism is not simply an economic doctrine but involves a political project. Indeed, as Bourdieu says,

neo-liberalism is a scientific program of knowledge converted into a political program of action which aims to create the conditions of the realisation of its 'theory' through the methodical destruction of the collective structures which are able to hinder the logic of the pure market' (Bourdieu, 1998:109).

In so far as neo-liberalism only recognises individuals, the political realisation of its economic theory involves the systematic atomisation of the social, that is the reduction of collective structures to exploitable individuals strategically competing for scarce resources. As a result of the dismantling of the collective structures, individuals, and especially the younger ones whose wages are individualised and whose working times are flexibilised, become so to speak a variable and exploitable input factor of the economic system.

Although the idealtype of a truly globalised free market economy has not yet been realised in practice (HIRST and THOMPSON, 1996), the 'myth of globalisation' is constantly invoked by the 'transnational capitalist class' (SKLAIR, 1991: 70-72, 133-137) as a weapon in its struggle for profits to flexibilise the process of production and to deregulate the labour market. The argument is always the same: in order to remain competitive on an international scale, the marginal productivity of labour has to be increased, and this, as we shall see, can only be done in 3 ways: by reducing labour costs, which implies the dismantling of the welfare state (1), by substituting capital equipment for workers, which means the introduction of new technology (2), and by re-engineering the workplace, which involves the flexible rationalisation of the organisation (3). In all cases, the likely result of the implementation of neo-liberal policies is highly skewed in the direction of a global 'dual society' with record benefits for the winners of globalisation – the 'globals' who are mobile-, and mass un – and underemployment for the losers – for the 'locals' who are confined to their quarters (BAUMAN, 1998:6-26). Inequality increases, so does exploitation, and what appears as a non political

shift to market governance amounts in fact to a politicisation of society which is masked by an appeal to the irresistible forces of the global market. Although the effects of economic globalisation affect people of all ages, it is clear that young people are especially vulnerable to the capitalist strategies of global flexibilisation of the workforce. Continually faced with the prospect of unemployment, they extend their studies, become flexible, work in the periphery of the labour market, accept low wages and variable working hours, and end up blaming themselves if they cannot secure a stable position on the labour market.

(1) Dismantling of the welfare state: Multinational enterprises and transnational corporations organise their production, marketing and distribution on a global basis. Their activities are predominantly geared to increase their profitability and to maximise their international competitive position. In so far as national subsidiaries operate in the context of an overall corporate strategy, national labels literally lose their signification and become fetishes, in the Marxist sense of the word, disguising the transnational accumulation of capital and the international division of labour in the idiom of national control and territorial sovereignty (APPADURAI, 1990: 306-307). Organised within the framework of the international division of labour, production is split into fragments and assigned to whichever part of the world that provides the most profitable combination of capital and labour. Production is thus delocalised, and plants are installed where labour costs are minimal. The result is not only that the multinationals are in a position to play nation-states against each other and to bargain for fiscal incentives, subventions and infrastructural opportunities, but also that they put the national governments under pressure to dismantle the welfare state and to abolish social rights and guarantees. Transnational capital has thus become genuinely footloose, but at the same time it is undermining democracy and welfare state: delocalising its production, it creates massive unemployment at home but refuses to pay for it. All this is happening without discussions in parliament, without decisions by the government and without changes of the law, amounting

thus to what Beck calls a 'global subpoliticisation' of society, 'politicising society through a depoliticisation of the state' (BECK, 1997: 176).

(2) Introduction of new technology: In 1974, Daniel Bell forecasted the coming of the 'post-industrial society', of a society which is driven by the 'axial principle' of knowledge and dominated by the service economy. Comparing the industrial society, which is dominated by manufacturing, to the post-industrial one, Bell identifies five major changes (BELL, 1974: 14-33): i) The sources of innovation are increasingly derivative from scientific research and technological development. ii) While the development of science and technology stimulate economic growth, technological growth itself is now controlled and systematically planned. iii) A relative shift of emphasis has occurred from the production of goods to the provision of human and technical services. iv) This has led to a change in the occupational structure, which is indicated by the growth in numbers and influence of a professional and technical class. And finally, v) the most senior of the service workers become the ruling class of the new society. They rule because they control theoretical knowledge and plan future development. Bell is rather optimistic about the growth of employment opportunities in the post-industrial society. According to his forecast, the service society will create a never-ending supply of new job opportunities in services aimed at fulfilling the new needs that more wealth generates.

By now, Bell's optimistic prognosis has turned largely sour. Jeremy Rifkin (1995) indicates that in the past, when new technologies have replaced workers in a given sector, new sectors have always emerged to absorb the displaced labourers. Today, however, all three of the traditional sectors of the economy – agriculture, manufacturing and service – are experiencing technological displacement, with the result that the white collar occupations that constitute the service sector are now themselves being automated and made redundant.

The only new sector, says Rifkin, is the knowledge sector, made up of a small elite of entrepreneurs, scientists, technicians, computer programmers and consultants. While this sector is growing, it is not expected to absorb more than a fraction of the hundreds of millions who will be eliminated in the next several decades in the wake of revolutionary advances in the information and communication sciences (RIFKIN, 1995: xvii).

3) Flexible rationalisation of the workplace: Theorists of the French Regulation School like Aglietta, Boyer and Lipietz contend that by the mid-1970's the Fordist regime of capital accumulation became unsustainable (LASH and URRY, 1987; HARVEY, 1989; BOYER and SAILLARD, 2002). Due to overaccumulation, the fourth Kondratieff or long wave of economic growth swung down, and by 1973 the world-economy had entered into a serious crisis. The main problem with the Fordist model of mass production, which was organised around the conveyor belt, was rigidity. The mass production of standardised goods, the centralised nature of decision making and the simplification of the labour tasks, leading to a deskilled, unmotivated labour force, made it unable to accommodate rapidly to changing market demands. The post-Fordist model reverses those characteristics (CROOK, PAKULSKI and WATERS, 1992: 167-196; WEBSTER, 1995: 135-162). In order to adapt to a ceaseless change in market demand, it constantly designs new and diversified products. Driven by knowledge and information, it is essentially a post-industrial mode of production, which moves away from standardised mass-production of similar goods to small batch production of diversified commodities. This shift from an 'economies of scale' (producing large numbers of standardised products in order to finance high levels of capital investment) to an 'economies of scope' (producing the widest possible range of commodities) goes together with, and is made possible by, a radical flexibilisation of the organisation of production along the lines of the Japanese model ('Toyotism').

First of all, the assembly line disappears and is replaced by teamwork. The production process is divided into a number of stages, each organised around a team of workers. Workers are qualified, multi-skilled, and rotate from one task to another. As extreme specialisation of the worker which characterised Fordism is replaced by flexible specialisation, workers are reskilled so that they can adapt to a wide range of tasks yet have the capacity to produce an expandable range of highly specialised products.

Secondly, decision making is decentralised and the hierarchy is flattened. The centrally controlled, vertically integrated and bureaucratically organised structures of command are replaced by a horizontal flow of information between all of the elements of the network involved in the production process. As a result of the flattening of the traditional organisational pyramids, middle managers, which were responsible for co-ordinating the flows up and down the organisational ladder, become largely superfluous and are forced to join the growing ranks of the unemployed.

The extreme form of managerial decentralisation is reached when corporations vertically disintegrate and subcontract with outsiders for the provision of as many as possible of the company's requirements. Combined with the strategies of wage flexibility (individualisation of wages, uncoupled from corporatist agreements between the employers and the unions), labour flexibility (fixed-term contracts) and time flexibility (part-time work), this strategy of outsourcing fits well with the global corporate strategy of 'downsizing'. By increasing the competition for scarce jobs among the members of the reserve army, it pushes pressures on the wages and so increases the flexibility of the corporations to remain competitive in the global economy, but at the same time this strategy of 'flexploitation' (BOUERDIEU, 1998: 99) 'disorganises' capitalism to such an extent that the 800 million human beings who are actually unemployed or underemployed in the world might very well signal the definite end of a societal form which is based on work and the utopia of full employment (OFFE, 1985a: 129-150).

2.2 Political Globalisation

As a result of the multiplication and intensification of economic, political and cultural linkages and technological interconnections across boundaries, the nation-state tends to lose the importance it once had. It is increasingly reduced to being one possible organisational form among others. Accordingly, the classic theory of the "nation-state society" (ALBROW, 1996: 118), which erroneously identifies nation-states and societies has to be discarded. Although the global processes should not be exaggerated to represent either a total eclipse of the nation-state or the simple emergence of an integrated world society, the processes of globalisation nevertheless seem to justify the abandonment of the implicit postulate of 'methodological nationalism', which characterises classic sociology, and to require a refocussing of the sociological project - away from society and the nation-state towards the emerging world society. Such a redirection of the sociological project involves a creative cooperation between the disciplines of sociology, international political economy and international relations. If international relations, understood as the international branch of the political sciences which traditionally focusses on the diplomatic relations between states, and international political economy, understood as the branch of international relations which is concerned with the analysis of the ways in which international politics shapes or is shaped by the global economy, can contribute to sociology by adding an international dimension to it, I like to think that sociology can for its part enrich the discipline of international relations thanks to its analysis of the dialectical interplay between action and structures and the importance it attaches to social movements in the transformation of social structures. This presupposes, however, that the nation-state is no longer considered as the unit of analysis but that international networks and linkages between people across boundaries are analysed as the basis of the emergence of transnational social movements which could challenge the actual drift of globalisation by calling for a radical overhaul of its underlying premises. In

other words, in a sociological perspective of political globalisation, transnational social movements are considered as transformative forces which mediate between the local life-worlds and the global system. By internationally coordinating the moral pressure on the national political systems, by means of what Habermas calls 'transnational domestic politics' (HABERMAS, 1998a: 78), they call for the instauration of supranational bodies of governance, or appeal to the existing ones, to regulate, domesticate and ultimately reorient the process of globalisation in the post-materialist direction of a socially, politically, morally and ecologically justifiable democratic order of 'humane governance' (FALK, 1995). The point is not to establish a world government which would re-regulate the deregulated economies but to force the national governments to take into account the demands for humane governance which come from the transnational interconnected life-worlds in such a way that the social functions of the welfare state, which so far have been executed by the nation-states and which the processes of economic globalisation are undermining, can be guaranteed by supranational instances. Given that the European Union is not just a unified market but involves a political and a social project as well, it makes sense to project the idea of a democratically legitimated supranational welfare state as the end state of the process of European unification (BOURDIEU, 1998: 66-75, HABERMAS, 1998b: 134-156).

Nowadays, politics can no longer be conceived as an insulated national social activity. The traditional distinction between domestic and international politics becomes blurred and, eventually, it has to go. Accordingly, the state-centric assumptions of the traditional theory of international relations, which privileges the territorial sovereignty of the nation-state and takes the nation-state as the primary unit of analysis, have become under serious strain (ROSENAU, 1990). The reasons for this withering of state-centrism can be sketched out in the following argument (HELD, 1991: 205-209; 1995: 89-96). With the increase in global interconnectedness, the borders between states become permeable and states increasingly lose the capacity to generate policy instruments able to control

the transactions of people, goods and services, technology, money and information within and beyond its borders. The power of the state is further reduced by the growth in scale and numbers of international and transnational actors and processes. Transnational corporations, for instance, are often larger and more powerful than national governments. Many of the traditional areas of state responsibility (such as defence, communications and economic management) must therefore be co-ordinated on an international or intergovernmental basis. Accordingly, states have been obliged to surrender their sovereignty within larger political units (e.g. EU, Asean), multilateral treaties (e.g. Nato, Opec) or international organisations (e.g. IMF, World Bank). The result has been the emergence of a system of global governance with its own policy development and administration, which redefines and further curtails the power of states. This provides the basis for the potential emergence of a regional supranational state (e.g. the EU) with coercive and legislative power. Although such a transnational government is more necessary than ever, if only to regulate the financial markets and control the transnational corporations, it does not exist yet. The financial crisis shows, however, that the prospects for the emergence of transnational government that would be able to regulate the markets and end the neo-liberal hegemony of corporations and financial markets, are rather dim. At the moment (2014), it is not even clear whether the European Union will be able to survive.

2.3 Cultural Globalisation

One does not have to be a historical materialist to see that the worldwide spread of capitalism necessarily affects the cultural superstructure. Mass culture has indeed become a commodity and nothing but a commodity. The cultural industries have only aim: to sell, and what sells best is lowbrow amusement. It is sufficient to switch on the TV at prime time to be convinced of that. In any case, the use value of the cultural products has become secondary; what counts is their exchange value and the accumulation of

capital. In this regard cultural products are not significantly different from other commodities. According to Horkheimer and Adorno (1948), the very processes of production in the culture industry are modelled on Fordist factory production. Everything is standardised, streamlined, co-ordinated and planned to the last detail. All products are mediocre and look alike. But in order to hide the abstract identity of mass-produced cultural commodities, the culture industry tries to serially differentiate them by stamping them with an air of originality.

While Adorno and Horkheimer derive the homogenisation of cultural products from the 'commodification thesis of culture', Herbert Schiller (1969) embeds the commodification thesis in an analysis of the global political economy of the media and presents it in the form of 'the Americanisation thesis of culture'. The communication and information sectors are oligopolistic and to a large extent controlled by American conglomerates, which pursue their corporate strategies in a global arena. Schiller argues that the American system of broadcasting, which is thoroughly permeated by the commercial interests of the transnational media conglomerates, has served as a model for the development of broadcasting systems elsewhere in the world, especially in the Third World. Given the huge costs involved in the domestic production, American TV programmes have been massively imported in the developing countries. The result of this 'cultural dumping' is a 'global electronic invasion' which massively infuses the culture-ideology of productivism and consumerism in indigenous cultures and puts them so to speak under an 'electronic siege' which seriously threatens the cultural integrity of weak societies. By literally colonising the local life-worlds with Western cultural products ("Californication"), the global system of communications, which is privately owned and concentrated in the hands of a few transnational conglomerates, imposes uniform standards of media and consumerist models of life, undermining the local cultures and leading thus to the Americanisation of indigenous cultures.

However convincing the arguments of the neo-Marxist may sound, they are nevertheless one-sided, and doubly so. Firstly, they do not sufficiently take into account the extent to which the socio-economic move to post-industrial Fordism is correlated with a cultural move to post-modernism (i), and secondly, they fail to consider the local reception of global culture and do not see that as soon as Western cultures are brought into new societies they tend to become indigenised in one or another way (ii).

(i) Contemporary mass culture is indeed more and more commodified, but that does not mean that it is standardised and homogenised. To the contrary, commodification leads to diversification and heterogenisation. Today's mass culture is pluralist, heterogeneous, fragmented and diversified – or postmodernist, to say it in one word which summarises it all. In so far as the post-modernisation of culture is linked to its commodification, post-modernism and its 'figural regime of signification' has itself to be analysed and understood in the framework of economic globalisation and the correlated shift from the Fordist to the post-Fordist regime of accumulation (LASH, 1990: 37-52, 172-198).

Lash and Urry have demonstrated that the cultural industries were 'post-Fordist avant la lettre' (LASH and URRY, 1994: 123). Even in the heyday of Fordism, the cultural industries were driven by innovation and design intensive. Confronted with a crisis of overaccumulation, the other sectors of the industry have followed the post-Fordist track of the culture industries since the seventies. What is increasingly being produced and consumed nowadays are not material objects but semiotic objects or signs. The design of consumer products becomes more and more important. As a result, objects are increasingly aestheticised and emptied out of their material content. The aesthetic form trumps the material content. Use value becomes secondary, and at the end, everything happens as if it is now the exchange value which induces the use-value. Even more, according to Baudrillard, the exchange value simply absorbs the use value, becomes self-

referential and turns into a simulacrum, that is into a copy without an original (BAUDRILLARD, 1972; 1985). Although Baudrillard's influential theory of 'hyperreality' playfully, and at times, cynically exaggerates the extent of the dematerialization of reality, there can be no doubt about the fact that the 'spectacularisation' (Debord) of commodities indeed characterises contemporary consumer culture. In this sense, Jameson is right when he defines post-modernism as the 'cultural logic of late capitalism' (JAMESON, 1991).

(ii) The thesis of American cultural imperialism is problematic. Not so much because competing media centres have emerged in Europe, Latin America and Asia, but because it stays at the global level of a political economical analysis of the transnational media conglomerates and fails to take into account the local processes of interpretation of the globally diffused media messages. It assumes that *Dallas* and *Dynasty*, for instance, are everywhere interpreted in the same way and does not see that cultural messages which directly emanate from 'the USA' are differentially received. Analysing the dialectal hermeneutics of the global diffusion and localised reception of cultural messages, John Thompson rightly stresses that 'the appropriation of media products is always a localised phenomenon, in the sense that it always involves specific individuals who are situated in particular social-historical contexts, and who draw on the resources available to them in order to make sense of media messages and incorporate them into their lives' (THOMPSON, 1995: 174). The globalisation and the localisation of cultural messages are thus not exclusive. The trend towards homogenisation and heterogenisation coexist; they are complementary and interpenetrative. Globalisation does not mean delocalisation but presupposes relocalisation in the same way as the homogenisation of culture goes hand in hand with its indigenisation. To overcome the opposition between globalisation and localisation, homogenisation and heterogenisation, Robert Robertson has coined the concept of 'glocalization', understood as the global institutionalisation and construction of local particularisms (ROBERTSON, 1995).

Nowadays, even the multinationals take the local characteristics into account in their global marketing strategies. Goods and services are tailored and advertised in such a way that they tune in with the local traditions. And the local products are themselves increasingly marketed and exported to the West. Diversity sells. Western brands are exported to the Third World and exotic products from the Third World are imported in the West. The impact of non-western cultures on the West should not be underestimated. It is enough to think about phenomena like 'Thai boxing by Moroccan girls in Amsterdam, Asian rap in London, Irish bagels, Chinese tacos and Mardi Gras Indians in the Unites States' (NEDERVEEN PIETERSE, 1995: 53) to underscore the point. As a result of the bi-directionality of transnational flows, the opposition between the cultural centre and the periphery tends to loose its usefulness.

In any case, culture should no longer be conceived as territorially bounded, stemming from a socialisation process that is localised. The lessons from the cultural and postcolonial studies movement (Spivak, Bhabha, Gillroy, Hall, etc.) should be heard, and endorsed: culture is plural, cultures evolve, are interconnected, interpenetrate and mix. The relativist vision of cultures as a mosaic of well defined bounded units of equal value has to be dynamised and dialecticised into the vision of a 'leaky mosaic in which cultures run over their edges and flow into one another' (FRIEDMAN, 1995: 85). Cultures mix and interpenetrate. A 'hybridisation' and 'creolisation' of culture ensues which is not simply 'multi-cultural' but rather 'intercultural'. In a world where the local and the global are intertwined, culture becomes 'glocal' as well. As local cultures are interconnected with the global, they become 'subcultures, as it were, within the wider whole' (HANNERZ, 1990: 237).⁴ As a result

⁴ This does not mean that globalisation might not lead to the strengthening of local cultures and identities. Indeed, the recent rise of virulent micro-nationalisms and religious fundamentalisms points in that direction, but those attempts to strengthen local cultures and particularistic identities should themselves be interpreted in terms of a resistance to globalisation which is not unaffected by it (HALL, 1992: 291-314).

of this intercultural hybridisation, imagination takes on a global flight as well. Individuals, and especially young individuals who live in an imaginary global world, consider a plurality of variations of 'possible lives' (APPADURAI, 1998).

3. Reflexive modernisation and Individualisation

3.1. Reflexive modernisation

So far I have mainly stressed the structural determinants of the global economic, political and cultural changes which societies worldwide are undergoing. Although the political and the cultural systems follow their own laws and cannot simply be reduced to a mere epiphenomenon of the economic system, it is clear that the development of the former is influenced by the development of the latter. From this perspective, even the emergence of a global culture, which is created as we have seen through the increasing interconnectedness of varied local cultures, cannot be disconnected from the processes of economic globalisation. However, if we don't want to end up with a one-dimensional picture in which global structures are seen to overdetermine local actions, the structural perspective of a political economy of flows has to be augmented and corrected by a more voluntaristic perspective which stresses the increasing power of individuals vis-à-vis social structures. Even more, if we want to conceive the possibility of a counter-hegemonic challenge of neo-liberal capitalism, we have to reverse the picture and try to show that global structures are increasingly dependent on local actions and that the coordination of local actions, which are reflexively directed against the global system, can possibly lead to its transformation. In order to accomplish such a reversal, I will draw on the theory of reflexive modernisation as

Anthony Giddens, Ulrich Beck and Scott Lash have developed it (BECK, GIDDENS and LASH, 1994)⁵.

The concept of 'reflexive modernisation' was first introduced by Ulrich Beck in his influential book on the risk society (BECK, 1986, part III). In this book, which appeared in the wake of the Chernobyl disaster and which has exercised a large influence not only in the coteries of German social theory but in the larger German public sphere as well, Beck gives a critical-ecological twist to Daniel Bell's celebration of the advent of the post-industrial society. The catchword 'risk society' is intended as an epochal construct which refers to a developmental phase of modern society in which ecological hazards and risks become so prominent that they alter, and eventually undermine, the modern arrangement of industrial capitalist society that has generated them. As the 'social production of wealth' is systematically linked in the risk society to the 'social production of risks', the old politics of the distribution of 'goods' (income, jobs, social security) of the industrial society gives way to a new politics of the distribution of 'bads' (hazards and risks) (BECK, 1986: 25-27). As a result, the risks, which are induced and introduced by modernisation itself, become one of the main themes of private and public discussions. Compared to the dangers of industrial society - they just happen -, the risks of the risk society are socially manufactured and predicated on the awareness of a potential threat, whose occurrence can be predicted and whose likelihood can be statistically predicted, even if one can no longer be insured against it. Indeed, nowadays, ecological risks are catastrophic in their potential. The environmental dangers posed by large-scale nuclear or chemical accidents and genetic engineering entail the possibility of the self-annihilation of the human species. Moreover, modern risks are not spatially limited in

⁵ Beck's theory of reflexive modernisation is a general theory of modernity that contains and integrates three theoretical projects under a single umbrella: the theory of the risk society, the theory of individualisation and the theory of cosmopolitanism, which was worked out later in a trilogy and falls beyond the remit of this article.

their effects but threaten entire societies and are potentially global in their reach. Like toxic clouds, radioactivity transcends spatial borders and makes no discrimination between classes. Risks, however, escape sensory perception and exceed our imaginative capabilities. It is the scientists who detect risks, it is they who define the thresholds of acceptable and thus *ipso facto* accepted risks, and it is they who propose remedial solutions. Risks are thus discursively mediated and socially constructed by the scientific experts. And as the experts are increasingly contested by counter experts, for instance those of Greenpeace or Friends of the Earth, the political implications of the scientific management of risks become visible, not only to the experts themselves but also to the larger public.

At this point, it becomes clear that Beck's sociology of the risk society is basically a political sociology of knowledge which aims to update the German debate of the sixties about technocracy by giving it a post-modernist twist. Not that Beck is a post-modernist. He is too much a Habermasian for that, as can be glanced from his will to reflexively continue the project of modernity and his call for an 'ecological Enlightenment' (BECK, 1991: 117-139). But he picks up the arguments about epistemological insecurity, the absence of foundations of knowledge and the deconstruction of logocentrism, and transposes them from the abstract level of post-modern social theory to everyday life. People have become increasingly sceptical about the promises of scientific and technological progress. They do not hesitate to openly contest the scientific experts. In any case, they no longer take their expertise at face value. As a result of this move from a 'critical theory of society' to a 'theory of social self critique' (BECK, 1993: 54), the pessimism which surrounded the old debate about technocracy can now be replaced by cautious political optimism. Now that the dangers of industrial society begin to dominate public, political and private debates the project of technocracy is publicly unmasked as a political project and the 'relations of definition', which take the place of the relations of production of industrial society, are revealed for what they really are, namely 'relations of power' which scientifically legitimatise

the potentially disastrous politics of the risk society (BECK, 1988: 211-216, 220-226). The enemy is thus still the same – technocracy – but now that he has so to speak become public, he has to publicly legitimise his technocratic project as a political project. And given that this political project potentially leads to catastrophes, it is no longer accepted at face value but is more and more contested by the population at large, with the result that politics and morality are gaining primacy over scientific reasoning.

Although *Risk Society* is mainly concerned with the ecological consequences of industrial society and has not much to say about the social consequences of economic globalisation, his arguments can easily be extended to it. Indeed, it could be argued that in the same way as the population at large has become sceptical about the scientific experts, it has also started to question the expertise of neo-classical economists who scientifically legitimise the neo-liberal politics of financialisation that led to a global crisis. The result of popular challenges of neo-liberalism is a massive repoliticisation of the economy which denaturalises the laws of the market and shows that in the same way as the scientific experts are blind to ecological risks of the industrial cult of productivity, the economists are blind to the social risks of financial capitalism.

According to Beck, the ecological crisis is not just a crisis of the environment but a genuine social crisis, which reveals the cracks in the foundations of industrial capitalist society. At the end of the twentieth century, industrialisation and formal rationalisation have become problematic. Beck argues that the advance of industrial modernisation ends up by creatively undermining modernisation itself, leading thus to the advent of a 'second modernity' in which the damaging consequences of rampant industrialism become a topic of public concern. Reversing the doom scenario of the Frankfurt School's *Dialectic of the Enlightenment*, he argues that the successes of industrial capitalism do not lead to a hopeless integration of all possible resistance to the *status quo*, but that they unleash a new kind of crisis of legitimation in which ecological crises now take over the role which Habermas once ascribed to the economic crises of late capitalism (HABERMAS, 1975). Indeed, confronted

with the BSE crisis, global warming and the possibility of a nuclear winter, people become increasingly sceptical about the promises of scientific progress as such. The technocratic ideology, which represents the technological counterpart of the economic doctrine of *laissez-faire* (FREITAG, 1989: 62), loses its credibility. As a result of this challenging of the authority of science and technology, the 'technological veil' (Marcuse), which fetishistically misrepresents political decisions as technical decisions, is torn apart. People become conscious of the fact that the ecological dangers are socially manufactured and that even natural catastrophes are the result of men's intervention in and social tinkering with nature. Confronted with the consequences of the politics of industrialisation, industrial society becomes reflexive, which is to say that it becomes a theme and a problem for itself.

This self-thematisation and self-problematisation of industrial society is at the centre of Beck's theory of reflexive modernisation (BECK, 1991, 180-194; 1993: 35-69; 1995: 11-30; BECK, GIDDENS and LASH, 1994:1-13). The main idea of this theory is that the pursuit of industrial modernity undermines the systemic foundations of industrial modernity itself and leads to a 'modernisation of modernisation' which opens up the way to an alternative and ecologically enlightened modernity. This is the case because the accumulation of perverse consequences of industrial modernisation produces systemic threats that cannot be dealt with and assimilated in the system of industrial society, and eventually, as people become increasingly aware of it, it destroys it. Once more Beck reverses the industrial fatalism of the Frankfurt School: more formal rationalisation does not lead to an increase of reification, but eventually to its decrease. Two steps can be distinguished in this process of dereification. Firstly, the autonomous logic of the reified system unintentionally but systematically creates consequences which threaten the survival of the system and which cannot be resolved within the system (e.g. solving the ecological crisis which is created by scientific and technological control by a scientific and technological control of its effects or solving the problem of mass employment while pursuing the neo-liberal policy of globalisation).

Secondly, confronted with the risk of self-annihilation of the system, people become aware of the systemic causes of this risk, ring the alarm bell, submit the system to a systematic critique and call for fundamental political changes of the system. And as the crisis of the system passes from the system to the life-world, the system itself becomes increasingly dependent on the legitimations of the life-world. The 'iron cage of modernity' breaks open. Actors do not simply reproduce the structures, but call for their transformation. The classic dialectic of actions and structure is loosened, if not reversed. The structures themselves become the object of social processes of debate and change. Confronted with the social and ecological effects of a technocratically implemented policy of global economic growth, people become suspicious of the political system as such, withdraw from it, and retreat to the life-world, where they develop alternative forms of life which are not without possible political consequences for the larger system.

3.2. Reflexive Individualisation

The theory of reflexive modernisation does not replace Habermas's morally inspired analysis of the legitimation crisis of late capitalism (HABERMAS, 1975), but supplements it with an ecological dimension. The 'basic contradiction' between the operation of late capitalism and the logic of democracy remains, but it can no longer be justified from the point of view of post-conventional morality. Individuals no longer accept the social and ecological price which the members of the industrial capitalist societies pay for the policy of economic growth and call for a democratic, yet radical transformation of their foundations. Both theories basically formulate a theory of the political effects of a morally induced legitimation deficit which industrial capitalist societies face when they are judged according to the post-materialist criteria of post-conventional morality. Sociologically speaking, they both presuppose that individuals are set free from social structures to such an extent that they are able to distance themselves reflexively from the traditions and conventional modes

of thought and judgement in which they have been socialised to critically think for themselves. In other words, 'reflexive modernisation' presupposes 'reflexive individualisation'.

The individualisation thesis, as it has been advanced by Beck (BECK, 1986: 205-219; 1995: 31-41) and Giddens (GIDDENS, 1991), advances the (Simmelian) claim that under the conditions of high modernity (young middle class) individuals are increasingly set free ('freigesetzt') both from cultural constraints, such as religion, tradition, conventional morality and the unconditional belief in the validity of science, and structural constraints, such as class, status, nation, gender and the nuclear family.⁶ As the binding force of inherited forms of social life is dissolved, individuals can reflect on the implications of cultural and structural processes and thereby choose which of them they become involved in. The result, of course, is that self-identity becomes a reflexively organised endeavour. What was once inherited by tradition and taken for granted requires now a conscious decision by the individual. Identity is no longer ascribed but achieved. As Peter Berger says: "What previously was fate now becomes a set of choices. Or: destiny is transformed into decision" (BERGER, 1979: 16). Indeed, confronted with a plurality of life-worlds and lifestyles, individuals must now produce, stage and cobble together their biographies themselves. Biography thus becomes, as Berger said well before Beck and Giddens, a "designed project". This design includes identity. "The individual not only plans what he will do but also plans what he will be" (BERGER, BERGER and KELLNER, 1974: 74).

The core assumption of the individualisation thesis is that as (young middle class), individuals are set free from structural

⁶ For documentation on and discussion of the individualisation thesis, see also Beck and Beck-Gernsheim, 1994 and Heelas, Lash and Morris, 1996. Beck and Giddens present the process of individualisation as process which affects everyone in late modernity. In the last part of this article, I will analyse the material conditions of reflexivity and restrict the scope of the individualisation thesis to the young middle classes.

and cultural constraints they have to reflexively design their own biographies. Reformulated in terms of the classic opposition between agency and structure (and culture), which is now displaced from a methodological to a socio-historical issue, we could say that individualisation implies that agency is set free from structure (and culture). However, individualisation is a highly dialectical process in so far as it is due to structural and cultural constraints that agency frees itself from structural and cultural constraints. Indeed, processes of reflexive individualisation do not occur in a social vacuum but are the consequence of a radical transformation of (i) the cultural conditions (detraditionalisation, cultural globalisation and scientificisation of conduct) and (ii) the structural conditions (the labour market) of late modernity.

(i) Cultural conditions: Our world is a post-traditional world in which the Parsonsian model of a smooth and well integrated complementarity between the social, the cultural and the personality systems has been dissolved by the 'institutionalisation of reflexivity' (SCHELKY, 1965). The elements of the cultural system are no longer simply, almost automatically, introjected but, as Schelsky had already noted at the end of the fifties, cultural traditions become reflexive and become the subject of discussion. And as they are submitted to discussion, their validity is necessarily weakened, because traditions only retain their binding force if their pretensions are not questioned but accepted at face value.

Moreover, in a global world, local cultural traditions are no longer insulated from other cultural traditions, but they start to mix and to interpenetrate. And as they do so, the local cultures necessarily lose their binding force and become optional. One can live like a Rastafari in São Paulo and like a Paulista in Ethiopia. The global diffusion of the mass media and the pluralisation of lifestyles they celebrate only increases the optional character of cultural models.

Add to this the fact that we are increasingly dependent on abstract or expert systems of knowledge, that our every day actions increasingly incorporate expert knowledge of the most different sorts and that this expert knowledge is essentially plural

and fallible, contestable and contested, and it becomes clear that the radical doubt which characterises post-modern theory now permeates the life-world as well.

The combined result of detraditionalisation, cultural globalisation and the scientificisation of everyday life is that individuals are confronted with a wide range of available models of conduct and that they have no other choice but to choose for themselves which of them they are going to follow. And given that there are no guarantees that the choice is the right one, this choice is necessarily a risky one.

(ii) Structural conditions: The capitalist labour market is and remains the central institution of contemporary societies. According to Beck, it is also the main engine which drives the process of the reflexive individualisation of life-forms forwards (BECK, 1986: 115-160; BECK and BECK-GERNSHEIM, 1994: 43-60). This is the case in so far as one's chances on the labour market are systematically linked to prolonged education, frequent mobility and increased competition, each of which brings about individualisation in its own way. Education replaces traditional modes of thinking by more universalistic and reflexive ones; social and geographical mobility dissolves the primary bonds of sociability and forces one to interpret one's own destiny as a personal destiny; and competition for scarce positions leads to isolation from one's equals. Moreover, the processes of economic globalisation have induced a radical flexibilisation of the labour market with massive unemployment, a spectacular rise of fixed-term and widespread economic insecurity as a result. Although this economic insecurity is systemically induced by the processes of economic globalisation, it is interpreted by the individuals as a personal failure. This, together with the fact that the importance of work as a source of self-identity has declined, explains why a sense of class consciousness and class solidarity no longer prevails.

This dissolution of collective consciousness and solidarity cannot be compensated, however, by a retreat to the traditional family. This road is barred as well, not only because the entrance of women in the labour market is linked to the same processes

of individualisation, but also because the emancipation of women has largely dissolved the traditional institution of the nuclear family. Now that women earn their own income, they are no longer dependent on their husband and can experiment with non traditional forms of intimate relations, such as cohabitation, living-apart-together, bi- and homosexual relations, single motherhood etc. Confronted with a plurality of post-conventional alternatives to the nuclear family, individuals are thus forced to choose for themselves which option they will pursue (BECK and BECK-GERNSHEIM, 1990).

It has often been assumed that this liberation of the (young middle class) individuals from structural and cultural constraints leads to an atomisation of society where anomie is rife and autonomy impossible. However, against both the critics on the left, who argue that individuals are only liberated from society to be recuperated by society and manipulated by the market, and the right, who lament about the moral decline of the West, without indicting the free market, I would like to defend the heuristic claim that anomie and autonomy do not necessarily exclude each other, but can and actually do include each other. I do not deny that individualisation and anomie can go together, but anomie can only be interpreted as a serious threat to the individual and society if it is seen against the backdrop of the well integrated nomic order of the past. However, in a post-traditional society this nomic order does no longer exist. People have to choose for themselves which models of conduct they will follow. This is not without risk for the individuals concerned or for society at large, but there are empirical indications that the demise of traditional values does not lead to nihilism but rather to an increased emphasis on the quality of life and democratic political institutions. Indeed, Inglehart's 'theory of intergenerational value change' (INGLEHART, 1977) has now been empirically confirmed. The historically unprecedented degree of economic security experienced by the post-war generation in most industrial societies has led to a gradual shift from 'materialist values' (emphasising economic and physical security above all) toward 'post-materialist priorities' (emphasising self-expression,

autonomy and the quality of life). Nowadays, materialists and post-materialist are about equally numerous, whereas in 1970 materialists still outnumbered post-materialists by nearly four to one. Inglehart's recent analysis of the World Value Surveys, which provide data from 60.000 respondents of 43 societies representing 70% of the world population, consistently confirms his thesis that a 'post-modernist' shift in general and a 'post-materialist' one in particular have occurred in the last 35 years, especially among the younger cohorts of Western societies (INGLEHART, 2008). The confidence in religious, political and scientific authority is declining; yet at the same time individuals bring a growing mass desire for participation and self-expression. In political participation, the emphasis is shifting from voting for traditional parties to more active and issue-specific forms of mass participation. In economic behaviour, emphasis is shifting from maximising one's job income toward a growing insistence on interesting and meaningful work. In sexual norms and family life, traditional norms have been replaced by greater flexibility for individual choice in sexual behaviour with a particularly dramatic increase in the acceptance of sexual behaviour outside marriage and of homosexuality. In the realm of ultimate values, the declining confidence in churches is accompanied by an increase in spiritual concerns with the meaning and purpose of life. These data thus convincingly show that we are not so much witnessing a loss of values as a conflict between materialist and post-materialist values.

4. Youth and Social Change in Late Modernity

4.1. Youth – Sociologically Defined

The study of youth provides an ideal opportunity to examine the relevance of the theories of social change in late modernity. If the processes of globalisation, reflexive modernisation and individualisation have fundamentally changed the contours of modern societies, as Giddens and Beck claim, we would expect

to find strong evidence of these changes among young people. And indeed we do. If we define youth not in biological terms as a physiological phase, commencing in puberty and ending with sexual maturity, or in psychological terms as a phase of personal life extending through the different phases of adolescence and post-adolescence, but as a social category, framed by particular institutions, especially education, the labour market and the family, and social acts, such as getting educated, leaving home, finding a job and forming a family (FORNÄS, 1995: 3), we can conceive of youth as a relatively extended phase of transition between childhood and adulthood which is marked by three status transitions (GALLAND, 1995), namely the professional transition (leaving full-time education and entering the labour market), the domestic transition (attaining relative independence from the family of origin) and the housing transition (moving away from the parental home).

Up until the 1970's, the life course of young people was highly structured along the lines of class and gender and relatively standardised. For young working class males the thresholds of the status transitions tended to coincide in such a way that completion of studies was usually closely followed by commencement of working life, which in turn led to leaving home and living as a couple. Whereas middle class males might put off the thresholds that mark the status transitions indefinitely, keep their options open and change their path as they went go along, women might skip the occupational stage, leave their parent's home to marry and move in with their husband. In the last decades, structural changes in society have led to a deconstruction of the labour market and cultural changes to a detraditionalisation of the patterns of behaviour. Those changes have affected the relationships of young people with family and friends, their experience in education and labour, and their ability to become established as young adults to such an extent that transitions have been significantly extended, if not postponed altogether, and the life course destandardised and individualised. Metaphorically, the standard biography of yore, described in terms of status transitions, can be viewed in terms of

railway journeys (FURLONG and CARTMEL, 1997: 6-7). Within the school, young people join trains which are bound for different destinations. The trains they board are determined by social class, gender, ethnicity and educational achievement. Once the train journey has begun, opportunities to switch destinations are rather limited. The changes in the last twenty years, which have led to a replacement of the standard biography by a reflexively orchestrated and individualised 'choice biography' can best be described in terms of the wholesale closure of the railways. With the absence of trains, the journey is now undertaken by car, giving thus the drivers the opportunity to select their route from a vast array of alternatives. Given the flexibilisation of the labour market, one is tempted to add with Frank Coffield that the life course of a significant number of young people who cannot afford a car and have to rely on privatised public transport now also consists of 'long periods waiting in the rain at the bus stop for transport of any kind to arrive' (COFFIELD, 1997:45).

The destandardisation and individualisation of the life course of young people does confirm Beck and Giddens's individualisation thesis. Yet, at the same time, the individualisation thesis tends to obscure that the process of neo-liberal globalisation has seriously affected the life chances of people and that the social relations of inequality have remained stable over the years. Although the collective material foundations of social life have become more obscure, they nevertheless continue to provide powerful frameworks which directly constrain the life chances and indirectly the lifestyles of the majority of the population. In theory, everyone has the chance to reflect on his or her life and to freely choose his or her lifestyles and life course; in practice, however, reflexivity remains largely a prerogative of the young white male members of the middle classes. As Bauman says: "It is the individual responsibility for choice that is equally distributed, not the individually owned means to act on the responsibility" (BAUMAN, 1997: 196).

The problem with Beck and Giddens is that they largely ignore the class-, race-, gender- and age bases of reflexivity. The

kinds of reflexive practices heralded by them presuppose that basic material interests are satisfied so that individuals can distance themselves from their immediate needs and the sensuous world to reflect on social structures. In this way, the social determination of social structures is broken and individuals can decide which ones to act on, which to ignore, which to oppose, and so on. The adoption of a Bourdieusian perspective (BOURDIEU, 1979) allows us see that his capacity to stand outside relations and to reflect on them is not universal but part of the class habitus which is associated with the academic and intellectual middle classes. Moreover, in so far as the relation between the satisfaction of material needs and the capacity of reflection is not an immediate one but reflects the conditions that prevailed during the socialisation process, we could argue with Inglehart (1971) that the processes of reflexive individualisation are characteristic not of all ages but mainly of the younger cohorts. Using once more the transport metaphor, we could summarise the discussion of the individualisation thesis by saying that the private car has indeed replaced public transport, but that class, race and gender still significantly determine the trajectory of the life course of young people. What Beck and Giddens thus fail to realise is that 'the type of the car (e.g. a Porsche or a Skoda) which young people have been allocated at the start of the journey remains the most significant predictor of the ultimate outcome' (FURLONG and CARTMEL, 1997: 7).

Looking in more detail at the 'structured destructure' of the status transitions that define youth as a social category, we can see that the deferral of the changes in the life course which intervened in Europe in the last decades are primarily induced by the global economic shift towards a post-industrial flexibly organised labour market (CAVALLI and GALLAND, 1995, FURLONG and CARTMEL, 1997). With a sharp decline in demand for unqualified minimum-aged school leavers, young people from all social classes are now remaining in full-time education until a later age. High education is becoming a mass experience rather than the preserve of a small elite. These changes have led to a protraction and diversification of transitions from school to

work. Yet, in so far as labour market positions can still be fairly accurately predicted on the basis of social class (via educational performance), those transitions remain highly stratified. New forms of 'flexploitation' have reduced job security and many of the least qualified young people remain trapped on the labour market periphery and are vulnerable to periodic unemployment. The crises and the unprecedented high levels of unemployment (up to half of the youngsters between 16 and 24 are unemployed in Greece, Portugal and Spain) have only accentuated the tendencies. In spite of the economic recovery, the situation is even worse in the United States (WACQUANT, 2009). There's no safety net, and the marginalisation and criminalisation of the young black 'underclass' has advanced to such a deplorable level that there are actually more young blacks in prison than in higher education. Reduced to the role of an 'oversized police precinct' (BAUMAN, 1998:120), the state does no longer aim to re-educate the young delinquents. They are 'dumped' and 'stocked' en masse in privatised prisons.

Along with the protraction of the school to work transition, there has been an extension to the period in which young people remain in a state of semi-dependency. In Southern Europe, most of the young individuals tend to continue to live with their parents till they hit their thirties and marry swiftly after leaving the parental home. In Northern Europe, young people tend to leave the parental home earlier and are increasingly likely to spend time living in intermediate households before they set up their own household. In any case, the domestic transition is not necessarily followed by the housing transition. This tendency to protract and defer the domestic and housing transitions, which is notable across the classes and genders, is part of a general process of the 'gentrification' of lifestyles and life courses.

Incorporating elements of working class cultures in middle class ones and vice versa, the class divisions are culturally blurred. However, even if the distribution of lifestyles has become more democratic, the distribution of the life chances has remained as hierarchical as ever.

The distinction between life chances, which are directly determined by economic capital and indirectly by culture, and lifestyles, which are indirectly determined by money and directly by cultural capital, allows us now to specify the range of the individualisation thesis and to clear up the paradox of late modernity. In spite of the economic downshift, there's no reason to assume that capitalism is going to enter into its final decline. It may well take another 20 to 30 years for a new, stable regime of accumulation to emerge, but everything indicates that capitalism is there to stay. The 'causality of the probable', which delimits the possible social trajectory of a given individual and determines his or her life chances, remains largely overdetermined by class position. Yet, subjectively, class consciousness has waned, if not disappeared altogether. Rather than blaming the system or look for collective solutions, individuals blame themselves for their insecurities and seek solutions on an individual basis. In this sense, late capitalism equals capitalism without Marxism. The disappearance of class consciousness is enhanced and stimulated by commodification of culture and the commercialisation of lifestyles, which systematically blur all social divisions (class, gender and ethnicity), masking the privileges of the young people from the middle classes and creating thus the pseudo-Nietzschean illusion that everyone can be what he or she is.

4.2 New Social Movements

Notwithstanding the persistence of unequal social relations, the old politics of the labour movement are now completely out of synch with reality. The revolutionary overthrow of capitalism may still appear on pamphlets of the extreme left, it is no longer on the agenda. Thanks to the neo-corporatist arrangement between the state, the employers and the unions, the class conflict has progressively been institutionalised. Since the seventies, the neo-corporatist arrangement has come under serious strain. If economic and political globalisation has eroded the traditional powers of the state from above, the anti-corporatist mood of the

post-materialists and the neo-liberal backlash have attacked the state from below (OFFE, 1985b: 817-825; CROOK, PAKULSKI and WATERS, 1992: 83-105). The breakdown of the neo-corporatist arrangement and the post-materialist value-shift have made the paradigm of traditional politics increasingly inadequate to understand the political complexion of late modernity. Unions and political parties are still important of course, but outside the corporatist system new social movements (NSMs), such as the feminist, ecopax, and youth movements, have emerged which challenge the existing system and compete with the power elites for the shaping power of the political. Although those NSMs are extra-parliamentary or extra-institutional forces that emanate from the life-world, they are still political forces in so far as they aim to redirect and transform not only the political system as such, but the larger economic and social system as well. As long as we have not overhauled the old paradigm of politics, their political significance will inevitably escape us, as we will go on looking for the political “in the wrong place, on the wrong floors and on the wrong pages of the newspapers (BECK, GIDDENS and LASH, 1994: 18).

If we now compare the elite-directed politics of the working-class or labour movement, which was the paradigmatic ‘old’ social movement, with the elite-challenging politics of the NSMs, we can notice important differences with regard to the location (i), the class determination (ii), the aims (iii) and the organisation (iv) of political processes and movements (COHEN, 1985; CALHOUM, 1993; MELUCCI, 1996)

(i) The politics of the NSMs are ‘movementist’ rather than ‘statist’ in orientation. Located within civil society, they tend to bypass the state and are little concerned to challenge the state directly. Unlike the old labour movement, which was utopian in orientation and sought to remake the whole of society through overcoming existing relations of production, NSMs are predominantly defensive in orientation. They accept the democratic state and the market economy and do not try to abolish them, but attempt to domesticate and to transform them democratically in such a way that money and power do not undermine the

communicative, expressive and emotional infrastructures of the life-world.

(ii) Actors involved in the NSMs do not view themselves in terms of a socio-economic class. Given that the processes of reflexive individualisation have weakened, if not dissolved, the collective class consciousness and solidarity, political economic identities have lost their salience and are being replaced by a mixture of ascriptive identities (like race, age or gender) and expressive identities (like sexual orientation or identification with various lifestyle communities). In this sense, Dubet is right when he states that social movements are 'movements of individuals' (DUBET, 1994: 186), but he forgets to specify that the actors primarily come from the younger segments of the 'new middle classes'. This is not because the youth or the middle-classes experience a class- or age-specific powerlessness, but because they identify most with the post-materialist values which the NSMs appeal to (EDER, 1993: 158-184).

(iii) In contrast to older social movements, the NSMs are primarily social or cultural in nature and only secondarily, if at all, political. Their concern is less with political power than with the cultural sphere, their focus being not on material interests but on moral values and expressive life-styles. Criticising the productivist model of the working class movement, they bring forward a variety of other issues which are grounded in aspects of personal life (sexuality, ethnicity, ecology), are concerned with the democratisation of structures of everyday life, or focus on the expressive forms of communication and the defence of the integrity of the life-world. They aim to bring about social change through changing values, developing new life-styles and challenging the identities of social actors.

(iv) The NSMs abandon the organisational mode of the labour movement. Instead of forming unions or political parties of the socialist, social democratic or communist type, they focus on grass-roots politics and insist that the organisational forms and styles of movement practice must exemplify the values the movement seeks to promulgate. Consequently, many NSM's

are committed to direct democracy, a non-hierarchical structure and informal networks. Organised around specific issues, membership of the movement is shifting and numbers fluctuate, with participants joining and then disengaging as the political context and their personal circumstances change. In this sense, NSM's represent "hidden networks" of informal relations which can remain latent to "become visible whenever collective actors confront or come into conflict with a public policy" (MELUCCI, 1989: 70). Circumventing the routines of election and lobbying, they take recourse to direct action and novel tactics.

Towards the end of the millennium, new forms of protest have emerged on the scene and taken on a global facture. Spawned by the revelation of hidden project of the WTO to radically liberalise international trade, the "Battle of Seattle" of 1999 marked the emergence of the anti-globalization movement and opened up a new chapter in the history of the new social movements. Distracted by the sequels of 9/11, the Global Justice Movement slowly petered out at the same time as it got institutionalised in the World Social Forum. What remained, however, were a myriad of coalition movements, direct action mobilisations, massive use of social media and new tactics of protest (such as the infamous black block tactic). The Arab Spring, Occupy in the USA, Los indignados in Spain and the protests in Brazil are so many instances of a moving field of social forces. Worldwide, contentious politics has entered into a new phase. The times are ripe for new NSM's.

4.3 Youth – Culturally Defined

Having outlined the main characteristics of the NSMs, I would now like to conclude this article by some considerations on the importance of the youth and of youthfulness in those movements. Following Dilthey and especially Mannheim (MANNHEIM, 1964), I would like to present a conflictual and cultural definition of youth, which ties youth to the formative influences of the *Zeitgeist* to which one is responsive, and to insist that the conflict of generations can be as influential as the class

conflict. However, to take the reflexivity of late modernity into account, I think that we should not so much focus on the influence of the actual *Zeitgeist* of one's adolescent years, as Mannheim does, as on the actual influence of the life-forms and life-styles of the youth to which one is responsive. Youth is linked to a certain openness of the mind which expresses itself through the fact that the individual consciously and selectively orients him or herself to the alternative life-styles of the youngest cohorts. In so far as youthfulness goes together with a self-evident refusal to blindly follow the traditional injunctions and a wish to continually stay tuned to and experiment with the possibility of change, one can be still be young at 40 in the same way as one can be old at 25. What matters is that one sympathises with and orients oneself to the experimental fractions of the young cohorts, not that one biologically belongs to them.

Under conditions of reflexive individualisation, individuals are set free from the traditional binding norms and attachments of the past. Religion, tradition and conventional morality lose their force and class, status, nation and the nuclear family their attraction. Consequently, the young individuals are cognitively and normatively disoriented and search for new social bonds. But for most of them the return to the security of the past is largely forsaken.⁷ Their parents are a product of the sixties and they themselves have largely grown up in situation of relative socio-economic security. In so far as basic values reflect the conditions that prevailed during one's pre-adult years, it comes as no surprise that Inglehart's theory of the intergenerational value change is empirically confirmed: young people are even more inclined toward post-materialist values than their parents (INGLEHART, 1997: 131-159). Halpern confirms these findings when he notes

⁷ For most of them, because confronted with an 'erosion crisis' (Ziehe) and 'ontological insecurity' (Giddens), a minority of young people hark back to the securities of the past. Some become conventional, others straightforward fundamentalists, and some are drawn to racist and neo-fascist countermovements.

that young people are generally more tolerant, have less respect for traditional values and wish more self-determination and self-responsibility (quoted by WILKINSON, 1997: 90). Those differences between the young and their parents do not result from the fact that people become less tolerant when they grow older but from an acceleration of the intergenerational shift towards post-materialism. It remains to be seen whether the economic crisis will cause a dent in the long trend to postmaterialism. The preliminary data of the world value survey (2006-2013) are inconclusive. The massive presence of young people in street protests may, however, be interpreted as a violent rejection of materialist values and neo-liberal politics of austerity.

Young people are generally more critical and more political than their parents. They are very sensitive to moral issues and refuse to accept the unacceptable, such as racial discrimination, ethnic cleansing, violation of human rights, sexual abuse and the organised irresponsibility towards the environment. They sympathise with the poor and the excluded and join voluntary associations to care for them and to help them survive. They do no longer accept the hypocrisy of the politicians and tend to reject politics, not politics as such but the rituals of the institutionalised party-politics. 'What appears at first sight to be political apathy in fact represents a profound cultural revolution' (COHEN, 1997:181). Young people increasingly withdraw from society but this withdrawal is not without political implications. The apparent de-politicisation of the state goes together with a re-politicisation, or better, to use Beck's terminology, with a 'subpoliticisation' of society (BECK, 1993: 149-171; BECK, GIDDENS and LASH, 1994: 13-23). Subpolitics means shaping from below, challenging the system from within its margins, trying to influence politics and to change the rules of its game by changing values and developing countercultural life-styles. Subpolitics is thus "life politics" (GIDDENS, 1991: 214-231), a politics not so much of life chances but of lifestyles which concerns "disputes about how (as individuals and as collective humanity) we should live in a world where what used to be fixed either by nature or tradition

is now subject to human decisions" (GIDDENS, 1994: 14-15). Life-politics does not eliminate the "emancipatory politics" that are concerned with life-chances, but it supplements the struggle against exploitation, inequality and oppression with a struggle for morally justifiable forms of life that promote the self-actualisation and self-determination which young people value most. Indeed, the young cohorts of post-materialists are most sympathetic to life-politics, but there are good empirical indications that they do not want to abandon the results of the emancipatory politics of the past (INGLEHART, 1990: 7-12, 248-288). They are less attracted to the Marxist interpretation of society, and although they do not favour an expansion of the welfare state, they do not support the neo-liberal attack on the welfare state either, as they are very much aware that a return to laissez-faire capitalism would undermine their post-materialist aspirations and bring a renewal of the class conflict. At times, they are attracted by anarcho-communism, but this fully consonant with the instable balance between despair and utopia that characterises social upheaval in times of transition. Therefore, if transnational social movements were to emerge to contest the social and ecological effects which the globalisation of the politics of industrial capitalism entails, we could expect to find the young cohorts at their forefront.

References

- ADORNO, T. W. 'Spätkapitalismus oder Industriegesellschaft?', pp. 354-370 in *Gesammelte Schriften* 8. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1987.
- ALBROW, M. *The Global Age. State and Society beyond Modernity*. Cambridge. Polity Press, 1996.
- ALEXANDER, J. C. 'Modern, Anti, Post and Neo: How Social Theories Have Tried to Understand the 'New World' of 'Our Time'', *Zeitschrift für Soziologie*, 23, 3, 1994, pp. 165-197.

- APPADURAI, A. 'Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy', pp. 295-310 in FEATHERSTONE, M. (ed.), *Global Culture. Nationalism, Globalization and Modernity*. London: Sage, 1990.
- APPADURAI, A. 'Globale ethnische Räume. Bemerkungen zur Entwicklung einer transnationalen Anthropologie', pp. 11-40 in BECK, U., *Perspektiven der Weltgesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998.
- AXFORD, B. *The Global System. Economics, Politics and Culture*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- BAUDRILLARD, J. *Pour une critique de l'économie politique du signe*. Paris: Gallimard, 1972.
- BAUDRILLARD, J. *Le miroir de la production ou l'illusion critique du matérialisme historique*. Paris: Galilée, 1985.
- BAUMAN, Z. *Postmodernity and its Discontents*. Cambridge: Polity Press, 1997.
- BAUMAN, Z. *Globalization. The Human Consequences*. Cambridge, Polity Press: 1998.
- BECK, U. *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine Andere Moderne*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986.
- BECK, U. *Gegengifte. Die organisierte Unerantwortlichkeit*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1988.
- BECK, U. and BECK-GERNSHEIM, E. *Das ganz normale Chaos der Liebe*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1990.
- BECK, U. *Politik in der Risikogesellschaft. Essays und Analysen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991.
- BECK, U. *Die Erfindung des Politischen. Zu einer Theorie reflexiver Modernisierung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1993.
- BECK, U. and BECK-GERNSHEIM, E. (Hgs.). *Riskante Freiheiten. Individualisierung in modernen Gesellschaften*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1994.

- BECK, U., GIDDENS, A. and LASH, S. *Reflexive Modernisation. Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*. Cambridge: Polity Press, 1994.
- BECK, U. *Die feindlose Demokratie. Ausgewählte Aufsätze*. Leipzig: Reclam, 1995.
- BECK, U. *Was ist Globalisierung? Irrtümer des Globalismus - Antworten auf Globalisierung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997.
- BECK, U. (Hg.). *Politik der Globalisierung*. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1998a.
- BECK, U. (Hg.). *Perspektiven der Weltgesellschaft*. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1998b.
- BELL, D. *The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*. London: Heinemann, 1974.
- BERGER, P. *The Sacred Canopy. Elements of a Sociological Theory of Religion*. New York: Doubleday, 1969.
- BERGER, P., BERGER, B. and KELLNER, H. *The Homeless Mind. Modernization and Consciousness*. New York: Vintage Books, 1974.
- BERGER, P. *The Heretical Imperative*. Garden City: Doubleday, 1979.
- BERMAN, M. *All that is solid melts into air. The Experience of Modernity*. London: Verso, 1982.
- BEST, S. and KELLNER, D. *Postmodern Theory. Critical Interrogations*. New York: Guildford Press, 1991.
- BOURDIEU, P. *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.
- BOURDIEU, P. *Contre-feux. Propos pour servir à la résistance contre l'invasion néo-libérale*. Paris: Liber-Raisons d'agir, 1998.
- BOYER, R. and SAILARD, Y. (eds). *Théorie de la régulation. L'état des savoirs*. Paris: La découverte, 2002.

- CAILLÉ, A. *Critique de la raison utilitaire. Manifeste du Mauss*. Paris: La Découverte, 1988.
- CALHOUN, C. 'New Social Movements of Early Nineteenth Century', *Social Science History*, 17, 3, 1993, pp. 385-427.
- CAVALLI, A. and GALLAND, O. (eds.). *Youth in Europe*. London: Pinter, 1995.
- COCKROFT, J., FRANK, A. and JOHNSON, D. *Dependence and Underdevelopment*. Garden City: Anchor Books, 1972.
- COFFIELD, F. 1997, 'Always the Trainee, Never the Employee? Increasingly protracted transitions in the UK', pp. 45-62 in Cavalli, A. and Galland, O. (eds.). *Youth in Europe*, London: Pinter.
- COHEN, J. 'Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements', *Social Research*, 52, 4, 1985, pp. 663-716.
- COHEN, J. and ARATO, A. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press, 1992.
- COHEN, P. *Rethinking the Youth Question. Education, Labour and Cultural Studies*. London: Macmillan, 1997.
- CROOK, S., PAKULSKI, J. and WATERS, M. *Postmodernization. Change in Advanced Societies*. London: Sage, 1992.
- DEWS, P. *Logics of Disintegration. Post-Structuralist Thought and the Claims of Critical Theory*. London: Verso, 1987.
- DUBET, F. *Sociologie de l'expérience*. Paris: Seuil, 1994.
- EDER, K. *The New Politics of Class. Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*. London: Sage, 1993.
- FALK, R. *On Humane Governance. Toward a New Global Politics*. Cambridge: Polity Press, 1995.

- FEATHERSTONE, M. 'In Pursuit of the Postmodern', *Theory, Culture and Society*, 5, 2/3, 1988, pp. 195-215.
- FEATHERSTONE, M. (ed.). *Global Culture. Nationalism, Globalization and Modernity*. London: Sage, 1990.
- FEATHERSTONE, M. and LASH, S. 'Globalization, Modernity and the Spatialization of Social Theory', pp. 1-24 in FEATHERSTONE, M., LASH, S. and ROBERTSON, R. (eds.). *Global Modernities*. London: Sage, 1995.
- FORNÄS, J. 'Youth, Culture and Modernity', pp. 1-11 in FORNÄS, J. and BOLIN, G. (eds.). *Youth Culture in Late Modernity*. London: Sage, 1995.
- FREITAG, M. 'La nature de la technique et le problème normatif posé par son émancipation contemporaine dans le technologisme et le technocratisme', *Société*, 4, 1989, pp. 5-94.
- FRIEDMAN, J. 'Global System, Globalization and the Parameters of Modernity', pp. 69-90 in Featherstone, M., Lash, S. and Robertson, R. (eds.). *Global Modernities*. London: Sage, 1995.
- GALLAND, O. 'Introduction. What is Youth?', pp. 1-6 in CAVALLI, A. and GALLAND, O. (eds.). *Youth in Europe*. London: Pinter, 1995.
- FURLONG, A. and CARTMEL, F. *Young People and Social Change. Individualisation and Risk in Late Society*. Buckingham: Open University Press: 1997.
- GIDDENS, A. *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity Press, 1984.
- GIDDENS, A. *The Nation-State and Violence. Volume two of a Contemporary Critique of Historical Materialism*. Cambridge: Polity Press, 1985.
- GIDDENS, A. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990.

- GIDDENS, A. *Modernity and Self-Identity. Self and Society in the Late Modern Age*. Cambridge: Polity Press, 1991.
- GIDDENS, A. *Beyond Left and Right. The Future of Radical Politics*. Cambridge: Polity Press, 1994.
- HABERMAS, J. *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1975.
- HABERMAS, J. *Der philosophische Diskurs der Moderne. Zwölf Vorlesungen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985.
- HABERMAS, J. 'Jenseits der Nationalstaats? Bemerkungen zu Folgeproblemen der wirtschaftlichen Globalisierung', pp. 67-84 in BECK, U. (Hg.) 1998a, *Politik der Globalisierung*. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1998a.
- HABERMAS, J. *Die postnationale Konstellation. Politische Essays*. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1998b.
- HALL, S. 'The Question of Cultural Identity', pp. 273-316 in HALL, S., HELD, D. and MCGREW, T. (eds.). *Modernity and its Futures*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- HONNETH, A. "Pathologien des Sozialen. Tradition und Aktualität der Sozialphilosophie", pp. 11-87 in *Das Andere der Gerechtigkeit. Aufsätze zur praktischen Philosophie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000.
- HANNERZ, U. 'Cosmopolitans and Locals in World Culture', pp. 237-251 in FEATHERSTONE, M. (ed.). *Global Culture. Nationalism, Globalization and Modernity*. London: Sage, 1990.
- HEELAS, P., LASH, S. and MORRIS, P. (eds.). *Detraditionalization. Critical Reflections on Authority and Identity*. Oxford: Blackwell, 1996.
- HELD, D. 'Democracy, the Nation-State and the Global System', pp. 197-235 in Held, D. (ed.). *Political Theory Today*. Cambridge: Polity Press, 1991.

- HELD, D. *Democracy and the Global Order. From the Modern State to Cosmopolitan Governance*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- HIRST, P. and THOMPSON, G. *Globalisation in Question. The International Economy and the Possibility of Governance*. Cambridge: Polity Press, 1996.
- HORKHEIMER, M. and ADORNO, T.W. (1948). *Dialektik der Aufklärung*. Philosophische Fragmente. Frankfurt am Main: Fisher, 1986.
- INGLEHART, R. *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles*. Princeton: Princeton University Press, 1977.
- INGLEHART, R. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- INGLEHART, R. *Modernization and Postmodernization. Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- INGLEHART, R. "Changing Values among Western Publics from 1970 to 2006", *West European Politics*, 31, 1-2, 2008, pp. 130-146.
- JAMESON, F. *Postmodernism or, the Cultural Logic of Late Capitalism*. London: Verso, 1991.
- KNÖBL, W. *Spielräume der Modernisierung. Das Ende der Eindeutigkeit*. Weilerswist: Velbrück Verlag, 2001.
- LASH, S. and URRY, J. *The End of Organized Capitalism*. Cambridge: Polity Press, 1987. LASH, *Sociology of Postmodernism*. London: Routledge, 1990.
- LASH, S. and URRY, J. *Economies of Signs and Space*. London: Sage, 1994.
- MANNHEIM, K. 'Das Problem der Generationen', pp. 509-565 in *Wissenssoziologie. Auswahl aus dem Werk*. Berlin: Luchterhand, 1964.
- McGREW, A. 1992, 'A Global Society', pp. 61-153 in Hall, S., Held, D. and McGrew, A. (eds.). *Modernity and its Futures*. Cambridge: Polity Press, 1992.

- McGREW, A. (ed.). *The Transformation of Democracy? Globalization and Territorial Democracy*. Cambridge: Polity Press, 1997.
- MELUCCI, A. *Nomads of the Present. Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society*. London: Hutchinson, 1989.
- MELUCCI, A. *Challenging Codes. Collective Action in the Information Age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MILLS, C.W. *The Sociological Imagination*. Oxford: Oxford University Press, 1957.
- MOORE, B. *The Social Origins of Dictatorship and Bureaucracy*. Boston: Beacon Press, 1966.
- NEDERVEEN PIETERSE, J. 'Globalization as Hybridization', pp. 45-68 in Featherstone, M., Lash, S. and Robertson, R. (eds.). *Global Modernities*. London: Sage, 1995.
- OFFE, C. *Disorganized Capitalism. Contemporary Transformations of Work and Politics*. Cambridge: Polity Press, 1985a.
- OFFE, C. 'New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics', *Social Research*, 1985, 52, 4, 1985b, pp. 817-868.
- PARSONS, T. *Societies. Comparative and Evolutionary Perspectives*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.
- PARSONS, T. *The Evolution of Societies*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1977.
- ROBERTSON, R. *Globalization. Social Theory and Global Culture*. London: Sage, 1992.
- ROBERTSON, R. 'Glocalisation: Time-Space and Homogeneity-Heterogeneity', pp. 25-44 in Featherstone, M., Lash, S. and Robertson, R. (eds.). *Global Modernities*. London: Sage, 1995.
- ROSENAU, J. 1990, *Turbulence in World Politics. A Theory of Change and Continuity*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

- SCHELSKY. 'Ist die Dauerreflexion institutionalisierbar?', pp. 250-276 in *Auf der Suche nach der Wirklichkeit*. Düsseldorf: E. Diederichs Verlag, 1965.
- SCHILLER, H. *Mass Communications and American Empire*. Boston: Beacon Press, 1969.
- SKLAIR, L. *Sociology of the Global System*. London: Prentice Hall, 1991.
- SMART, B. *Modern Conditions, Postmodern Controversies*. London: Routledge, 1992.
- SZTOMPKA, P. *The Sociology of Social Change*. Oxford: Blackwell, 1993.
- THOMPSON, J. *The Media and Modernity. A Social Theory of the Media*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- VANDENBERGHE, F. *Une histoire critique de la sociologie allemande. Aliénation et réification*. Vol. 1: Marx, Simmel, Weber, Lukacs. Vol. 2: L'Ecole de Francfort et Habermas. Paris: Editions de la Découverte, 1997-1998.
- VANDENBERGHE, F. *What's Critical about Critical Realism? Essays in Reconstructive Social Theory*. London: Routledge, 2014.
- WACQUANT, L. *Punishing the Poor: The Neoliberal Government of Social Insecurity*. Durham: Duke University Press, 2009.
- WATERS, M. *Globalization*. London: Routledge, 1995.
- WEBSTER, F. *Theories of the Information Society*. London: Routledge, 1995.
- WILKINSON, H. "Kinder der Freiheit. Entsteht eine neue Ethik individueller und sozialer Verantwortung?", pp. 85-123 in BECK, U. (Hg.). *Kinder der Freiheit*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997.

O LUGAR SISTEMÁTICO DA DOCTRINA DO DIREITO NA OBRA DE ARTHUR SCHOPENHAUER

*Felipe dos Santos Durante**

Resumo: Este artigo tem como objetivo delimitar o lugar sistemático da doutrina do direito no sistema filosófico de Arthur Schopenhauer. A partir da explanação do conceito de egoísmo (*Egoismus*), será derivado o conceito de injustiça (*Unrecht*) e, pela sua negação, o conceito de justiça (*Recht*). A partir dos conceitos de injustiça e de justiça a doutrina do direito poderá ser exposta e também o seu lugar sistemático.

Palavras-chave: Ética; Justiça Temporal; Doutrina do Direito; Estado; Arthur Schopenhauer.

Abstract: This article aims to show the systematic place of philosophy of right in Arthur Schopenhauer's own philosophical system. This place will be demonstrated from the explanation of the concept of egoism (*Egoismus*), the concept of wrong (*Unrecht*) and his negation, the concept of justice (*Recht*). Finally, the philosophy of right and his systematic place in the philosophical system will be elucidated.

Keywords: Ethics; Temporal Justice; Doctrine of Right; State; Arthur Schopenhauer.

* Doutorando em Filosofia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas, São Paulo, Brasil. Bolsista FAPESP. E-mail: xfelipedurantex@gmail.com.

A Doutrina do Direito (Rechtslehre) ou Justiça Temporal (zeitliche Gerechtigkeit)

É possível notar, ao longo da obra schopenhaueriana a utilização do conceito de Justiça (*Gerechtigkeit*) em três registros: (i) a Justiça como Virtude (*freiwillige Gerechtigkeit*),¹ (ii) como Justiça Temporal (*zeitliche Gerechtigkeit*), e (iii) como Justiça Eterna (*ewige Gerechtigkeit*). A primeira ocorrência para o uso da Justiça pode ser entendida como um certo grau no desvelar o Véu de Maia, um certo olhar através do princípio de individuação que faz com que o indivíduo abdique em parte de seu egoísmo, fazendo menor distinção entre si mesmo e os outros. O segundo tipo de justiça afirma-se como tal quando a ação realizada para evitar uma ação injusta refere-se ao futuro (*Zukunft*); ela tem no Estado seu dispositivo, seu meio para efetivar-se, podendo, assim, retaliar e punir. Por fim, a justiça eterna rege o mundo. O segundo tipo de justiça, a justiça temporal, é aquele pelo qual se interessa o nosso trabalho e será objeto de análise desse texto.

O mundo como representação é a manifestação de uma essência una e indivisa, a vontade. Todos os problemas inerentes à metafísica dos costumes² têm como fonte a afirmação e a negação

¹ Essa distinção é bem notada por Annette Godart-van der Kroon no seu artigo Schopenhauer's Theory of Justice and its Implication to Natural Law. Contudo, os tradutores de língua portuguesa não chegaram a um consenso sobre a melhor tradução para o termo *freiwillige Gerechtigkeit*. Alguns traduzem por justiça espontânea, outros por justiça livre, outros, ainda, por justiça voluntária. Utilizaremos o termo de justiça voluntária, mas tendo em mente que esse tipo de justiça se refere à justiça enquanto virtude cardinal.

² Nas preleções de Berlim, os objetivos da ética são esclarecidos pelo então professor Schopenhauer: cabe a ela mostrar que (i) não existe nenhuma doutrina do dever, que (ii) não existe nenhum princípio ético universal, e que (iii) não existe um dever incondicionado. Em suma, o ponto de partida da ética schopenhaueriana já delineia um horizonte necessariamente antikantiano. Concomitantemente com esses três objetivos, a ética trata, necessariamente, de dois problemas capitais: (i) a liberdade e a sua relação com a necessidade, e (ii) o significado ético da conduta humana, i.e., o fundamento da moral. Nesse

da vontade de viver, cujos graus constituem o núcleo, a base, e a qualidade de todo comportamento imoral, amoral e moral. A afirmação da vontade de viver manifesta no plano fenomênico dá origem ao egoísmo, que, como sabido, é a motivação amoral predominante dos indivíduos. Isso significa que, por sermos todos fenômenos de uma vontade única que luta contra si mesma na pluralidade do mundo como representação, acabamos por instaurar relações antimorais entre os indivíduos. E não é a instrução nem a reflexão, i.e., não é de forma racional que se alcança a moralidade, pois, como sabido, o querer não pode ser ensinado (*velle non discitur*) (SCHOPENHAUER, 2005: §55, 381; SCHOPENHAUER, 1911-1942: §55, I 347).

O Egoísmo, o Conflito Interno da Vontade e a Guerra de Todos contra Todos

Schopenhauer justifica a hostilidade entre os indivíduos a partir de duas perspectivas: (i) a perspectiva ética, ao mostrar que cada um quer tudo pra si, o egoísmo prático, e (ii) a perspectiva epistemológica, ao mostrar que o sujeito do conhecimento é o sustentáculo do mundo, o egoísmo teórico.

Em *O Mundo como Vontade e Representação*, Schopenhauer recorda um aspecto de sua filosofia que fora explicado no segundo livro dessa sua obra magna, ao mesmo tempo em que enuncia a análise do egoísmo como forma de entender a luta contínua entre os indivíduos, como forma de entender a guerra de todos contra todos:

ponto é possível diferenciar o que Schopenhauer entende por ética – o conjunto de objetivos e problemas supracitados – e o que ele entende por metafísica dos costumes – que seria um conceito mais abrangente que o de ética e incluiria em seu conteúdo programático toda a filosofia moral, afirmação e negação da vontade de viver, inclusive a doutrina da redenção.

Recordemos do livro segundo que na natureza inteira, em todos os graus de objetivação da Vontade, existe necessariamente uma luta contínua entre os indivíduos de todas as espécies, e, justamente aí, exprime-se um conflito interno da Vontade de vida consigo mesma. Nos graus mais elevados de sua objetivação, como qualquer outra coisa, esse fenômeno se expõe em distinção mais acentuada e, por conseguinte, pode ser mais bem decifrado. Tendo em vista esse fim, queremos primeiro perquirir em sua fonte o EGOÍSMO, como ponto de partida de toda luta. (SCHOPENHAUER, 2005: §61, 425-426; SCHOPENHAUER, 1911-1942: §61, I 391. Grifos no original).³

Entre os seres dotados de entendimento, os animais e os homens, o egoísmo é tido como a motivação fundamental, porque ele pode ser entendido como um ímpeto para existência – uma existência desejada incondicionalmente – e para o bem-estar, o que o identifica com a afirmação da vontade de vida.

Apenas no tempo e no espaço há pluralidade, uma vez que o princípio de individuação torna plural – fragmentado e dividido – o que em-si é uno e indiviso: a vontade aparece em toda parte na multiplicidade de indivíduos, não como coisa-em-si, mas como fenômeno. O princípio de individuação permite que a vontade se manifeste de igual modo em número infinito de fenômenos de maneira plena e íntegra. O grau mais elevado de objetivação alcançado pela vontade é o homem, e é no homem que o egoísmo pode se manifestar de forma plena. O indivíduo é o sujeito cognoscente, e, enquanto tal, é o portador da totalidade do mundo

³ No original: „Wir erinnern uns aus dem zweiten Buch, daß in der ganzen Natur, auf allen Stufen der Objektivation des Willens, nothwendig ein beständiger Kampf zwischen den Individuen aller Gattungen war, und eben dadurch sich ein innerer Widerstreit des Willens zum Leben gegen sich selbst ausdrückte. Auf der höchsten Stufe der Objektivation wird, wie alles Andere, auch jenes Phänomen sich in erhöhter Deutlichkeit darstellen und sich daher weiter entziffern lassen. Zu diesem Zweck wollen wir zunächst dem Egoismus, als dem Ausgangspunkt alles Kampfes, in seiner Quelle nachspüren“.

objetivo, ou seja, o indivíduo acaba por se considerar o centro do mundo, como possuidor e mantenedor de toda realidade; toda a natureza e todos os indivíduos externos a ele não existem senão em virtude de sua representação. Dessa forma, nada pode ser mais importante para ele do que ele mesmo.

Contudo, Schopenhauer não considera o egoísmo uma conduta estritamente má; antes, deve-se entendê-lo como uma conduta moral indiferente,⁴ uma espécie de destino inescapável, um ponto de vista natural, não sendo nem bom nem mau, mas um atributo predominante e recorrente dos indivíduos. O egoísmo nada mais é do que o desejo de ser e continuar sendo. Exatamente aquilo que é a afirmação da vontade. O ser egoísta busca continuar existindo e, se possível, em melhor situação; ele é aquele que considera a afirmação de si fundamental, querendo conservar o seu próprio eu nas melhores condições possíveis. Se for preciso, pode até prejudicar o outro, mas prejudicar o outro não é para o egoísta um fim em si mesmo: é apenas um meio para obter o seu fim.

Enquanto cada homem busca avidamente assegurar sua existência nas melhores condições possíveis, perseguindo seus fins pelos meios que julga adequado, certamente os meios de realização do seu querer entrarão em conflito com o querer e os meios de realização do querer de outro indivíduo. Tem-se, assim, uma sobreposição das esferas de afirmação da vontade dos indivíduos, i.e., a concorrência, e a colisão de interesses. Dessa forma, o ser egoísta é responsável pelo conflito interno da vontade conseguir atingir temível manifestação no mundo como representação, engendrando a luta entre os indivíduos, a guerra de todos contra todos.

⁴ Segundo Schopenhauer, o egoísmo produz ações moralmente indiferentes. Cf. SCHOPENHAUER, 2001b: §16, 138; SCHOPENHAUER, 1911-1942: §16, III 680). Egoísmo e valor moral excluem-se um ao outro.

A Relação do Egoísmo com a Injustiça e o Injusto

As conexões que Schopenhauer traça entre egoísmo e injustiça indicam que o egoísmo não é somente uma motivação indiferente ou neutra, mas está necessariamente conectado com a origem da guerra de todos contra todos. Schopenhauer escreve:

Já examinamos a primeira e a mais simples afirmação da Vontade de vida, a simples afirmação do próprio corpo, vale dizer, a exposição da Vontade via atos no tempo, na medida em que o corpo, em sua forma e finalidade, expõe essa mesma Vontade espacialmente, e não mais. Semelhante afirmação se mostra como conservação do corpo por meio do emprego de suas forças. (SCHOPENHAUER, 2005: §62, 428; SCHOPENHAUER, 1911-1942: §62, I 393-394).⁵

E, no sentido do egoísmo consistir na afirmação do próprio corpo, Schopenhauer completa:

– Ora, na medida em que a Vontade expõe aquela AUTOAFIRMAÇÃO do próprio corpo em inumeráveis indivíduos, um ao lado do outro, essa autoafirmação, em virtude do egoísmo inerente a todos, vai muito facilmente além de si mesma até a NEGAÇÃO da mesma Vontade que aparece em outro indivíduo. (SCHOPENHAUER, 2005: §62, 429; SCHOPENHAUER, 1911-1942: §62, I 394. Grifos no original).⁶

⁵ No original: „Es ist bereits auseinandergesetzt, daß die erste und einfache Bejahung des Willens zum Leben nur Bejahung des eigenen Leibes ist, d.h. Darstellung des Willens durch Akte in der Zeit, in so weit schon der Leib, in seiner Form und Zweckmäßigkeit, denselben Willen räumlich darstellt, und nicht weiter. Diese Bejahung zeigt sich als Erhaltung des Leibes, mittelst Anwendung der eigenen Kräfte desselben“.

⁶ No original: „– Indem nun aber der Wille jene Selbstbejahung des eigenen Leibes in unzähligen Individuen neben einander darstellt, geht er, vermöge des Allen eigenthümlichen Egoismus, sehr leicht in einem Individuo über

Para Schopenhauer, o egoísmo leva à invasão dos limites da afirmação da vontade alheia. Essa invasão pode ocorrer por (i) ferimento / dano / lesão (*Verletzung*), (ii) por destruição do corpo de outrem ou (iii) quando ocorre a imposição de uma vontade particular a uma vontade alheia – que é negada e passa, então, a servir à vontade impositiva,⁷ e pode afetar a pessoa (*Person*), a liberdade (*Freiheit*), a propriedade (*Eigentum*), e a honra (*Ehre*).⁸ Essa afirmação da vontade para além do próprio corpo, mediante a negação da vontade de outrem, é definida por Schopenhauer como *injustiça* (*Unrecht*).

Quem sofre injustiça – quem tem a vontade negada por uma vontade estranha – sente esta invasão na esfera de afirmação do próprio corpo – a primeira e mais básica afirmação da vontade de viver. Mas é importante ressaltar que em uma certa perspectiva o praticante da injustiça também está sendo injusto consigo mesmo, uma vez que a vontade dele e a vontade da vítima são, em essência metafísica, a mesma vontade: vítima e carrasco são uma só e

diese Bejahung hinaus, bis zur Verneinung desselben, im andern Individuo erscheinenden Willens“.

⁷ Cf. SCHOPENHAUER, 2005: §62, 429; SCHOPENHAUER, 1911-1942: §62, I 394.

⁸ Aqui temos uma pequena discrepância entre formulações: somente no escrito SFM, do ano de 1840, Schopenhauer inclui a invasão dos limites da afirmação da vontade que correspondem à liberdade como uma das possibilidades de ocorrência da injustiça. (Cf. SCHOPENHAUER, 2001b: §17, 150-151; SCHOPENHAUER, 1911-1942: §17, III 689-690). Na formulação elaborada em *Parerga e Paralipomena*, datada do ano de 1851, a liberdade não é mencionada como uma categoria passível de ser afetada de forma a ser configurada uma injustiça. (Cf. SCHOPENHAUER, 2000, Capítulo 9 – Sobre a doutrina do direito e a política, §121, 241; SCHOPENHAUER, 1911-1942, Kapitel 9 – Zur Rechtslehre und Politik, §121, V 264). Em última instância, o ataque à pessoa, à liberdade, à propriedade e à honra parecem se configurar como ataques à esfera de afirmação da vontade do indivíduo. Como parece estranho, a partir dessa perspectiva de interpretação do conceito, desconsiderar um elemento tão importante como a liberdade, decidiu-se por manter a formulação feita em *Sobre o Fundamento da Moral* por considerá-la a mais completa.

mesma coisa; é a vontade dilacerando-se; é a vontade cravando os dentes na própria carne. O carrasco (praticante da injustiça) apreende isso através de um sentimento de difícil compreensão e explicação, a saber, o *remorso* (*Gewissensbiss*) ou *injustiça cometida* (*ausgeübten Unrechts*).

O sentimento de remorso é uma espécie de confissão involuntária do praticante da injustiça do seu ato; um sentimento turvo de que aquilo que está sendo considerado como diferença, devido ao princípio de individuação, é, no fundo, identidade; trata-se do conhecimento turvo do fato de que a injustiça praticada é cometida contra si mesmo; é o conhecimento, ainda que confuso, do fato de que a vontade crava os dentes na própria vontade.

Por mais que o indivíduo esteja envolto no princípio de individuação, segundo Schopenhauer, no mais íntimo de sua consciência o indivíduo tem o pressentimento de que o mundo empírico é mero fenômeno, aparência.⁹ Quem pratica a injustiça sente que quem sofre a injustiça é igual a ele em essência, sente que o outro e ele são ambos um esforço de autoconservação, e que ele, o praticante da injustiça, nesse caso, é mais forte.

Esse sentimento do injusto é a consciência moral (*Gewissen*), que também é conhecida por foro íntimo e por tribunal interno, e é justamente a tomada de consciência do sentido ético da ação praticada pelo indivíduo pelo próprio indivíduo: “o saber do homem sobre aquilo que fez” (SCHOPENHAUER, 2001b: §8, 87; SCHOPENHAUER, 1911-1942: §8, III 640.);¹⁰ pode ser

⁹ Cf. SCHOPENHAUER, 2005: §65, 465; SCHOPENHAUER, 1911-1942: §65, I 431.

¹⁰ No original alemão: “Es ist das Wissen des Menschen um Das, was er gethan hat”. Sobre a consciência moral ser a tomada de consciência do sentido ético da ação, pode-se ler em: “Mas, a partir de nossa exposição não mítica porém filosófica da justiça eterna, queremos agora passar à consideração que lhe é aparentada do significado ético da ação e consciência moral, que não passa do mero conhecimento sentido desse significado” (SCHOPENHAUER, 2005: §64, 456; SCHOPENHAUER, 1911-1942: §64, I 422). No original alemão: “Aber von unserer nicht mythischen, sondern philosophischen Darstellung der ewigen Gerechtigkeit wollen wir jetzt zu den dieser verwandten Betrachtungen der

entendida como um tipo de conhecimento (*Erkenntnis*), porém um conhecimento não teórico, um conhecimento sentido, uma espécie de sentimento, podendo ser entendida como a expressão emocional sensível do conhecimento que temos do significado moral de nossas ações.

O enfoque dado pela consciência moral à ação refere-se ao seu significado interno. Para aquele que cometeu a ação injusta ela significa uma censura moral que indica a veemência da concreção do egoísmo em um corpo que invadiu os limites de afirmação da vontade de outro corpo.

A partir da exposição do conceito de injustiça e da argumentação desenvolvida, é possível afirmar que tal conceito aparece com precedência ontológica frente ao conceito de justiça. Isso significa que a injustiça é um conceito originário e positivo, e isso porque ela é sentida imediatamente, manifestando-se por si mesma, sendo natural e fundamentada na experiência.¹¹ Ela também é a condição de inteligibilidade do conceito de justiça (*Recht*).

O estabelecimento dos limites existentes entre afirmar a própria vontade e o negar a vontade de outrem fornece, em referência a uma simples e pura determinação moral, todo o domínio das possíveis ações injustas ou justas:

Na escala dos distintos graus de força com que se manifesta a vontade de viver no indivíduo humano, os conceitos de justiça e injustiça constituem um *ponto fixo* (como o ponto de congelamento dos termômetros), a saber, o ponto onde a afirmação da própria vontade se torna negação da vontade alheia, isto é, o ponto no qual a vontade revela o grau de sua intensidade e, igualmente, o grau de confusão do

ethischen Bedeutsamkeit des Handelns und des Gewissens, welches die bloß gefühlte Erkenntniß jener ist, fortschreiten”.

¹¹ Cf. SCHOPENHAUER, 2001b: §16, 138-139; SCHOPENHAUER, 1911-1941: §16, III 680-681. Grifo nosso; Cf. SCHOPENHAUER, 1911-1942: §62, P. 434, I 399.

conhecimento imerso no *principium individuationis*, através do agir injusto. (SCHOPENHAUER, 2001a: 101; SCHOPENHAUER, 1911-1942: X 162. Grifos no original).¹²

Estes dois termos – injustiça e justiça – podem ser considerados determinações *morais*, uma vez que se referem à conduta humana enquanto tal, ao valor dessa conduta, à íntima significação dessa conduta em si (*die innere Bedeutung dieses Handelns an sich*).¹³ O significado íntimo de cada ação da conduta humana em si demonstra-se claramente à consciência moral pelo fato de (i) a prática da injustiça ser acompanhada de uma dor interior (*einem inneren Schmerz*) e (ii) do praticante da injustiça, enquanto fenômeno, ser diferente de quem a sofre, mas em-si – em essência metafísica –, idêntico ao sofredor. Para quem sofre a injustiça, essa significação se expressa no fato (iii) deste sofredor estar dolorosamente consciente da negação de sua vontade e que, (iv) sem praticar injustiça, ele pode se defender de todas as maneiras daquela negação imposta, caso lhe seja possível. Segundo Schopenhauer, “qualquer selvagem saberia reconhecer o justo e o injusto”, (SCHOPENHAUER, 2001a: 102; SCHOPENHAUER, 1911-1942: X 163)¹⁴ por meio da sensação de aprovação ou desaprovação despertada no observador, ou por meio da sensação de remorso ou de injustiça cometida pelos envolvidos na ação.

¹² No original alemão: “Nämlich auf der Skala der höchst verschiedenen Grade der Stärke mit welchen der Wille zum Leben in menschlichen Individuen sich offenbart, sind die Begriffe Recht und Unrecht in fester Punkt (wie der Eispunkt auf dem Thermometer), nämlich der Punkt, wo die Bejahung des eigenen Willens zur Verneinung des fremden wird: d. h. auf diesem Punkt giebt der Wille den Grad seiner Heftigkeit, und zugleich den Grad der Befangenheit der Erkenntniß im principio individuationis an, durch Unrecht-Thun”.

¹³ Cf. SCHOPENHAUER, 2005: §62, 436; SCHOPENHAUER, 1911-1942: §62, I 402.

¹⁴ No original alemão: „Alle Wilde nämlich kennen Recht und Unrecht“.

Por serem determinações morais, os direitos derivados dos conceitos de injusto e de justo podem ser denominados naturais, no sentido de que não estão definidos por convenções humanas nem são instituídos pelo Estado, mas existem de maneira inata – valem por si e em si –, e são universais e imutáveis – pois valem para todos os indivíduos, em qualquer localidade, e em qualquer época. Assim, o direito natural (*Naturrecht*) é estabelecido por Schopenhauer como *direito moral* (*moralisches Recht*). Dessa forma, a argumentação schopenhaueriana constrói no seio da moral o seu conceito de direito, subsumindo-o ao conceito de moral, e subvertendo a tradição que remonta a Christian Thomasius e, principalmente, Kant.¹⁵

Apesar dos conceitos de justiça e injustiça serem de fato válidos para o estado de natureza, e o direito moral deles derivado também o ser, a validade do direito moral não se dá em todos os casos para cada indivíduo, permanecendo latente – um direito que não se efetiva –, e, assim, não é eficaz no sentido de impedir que a violência impere. Justo e injusto valem ali apenas como conceitos morais para o autoconhecimento, para a consciência moral (*Gewissen*) de cada um.

Assim, pode-se afirmar que a doutrina moral do direito se refere à parte ativa da dinâmica de esferas de afirmação da vontade no mundo considerado pela faceta da representação, o agir (*Tun*), não à parte passiva, a forma pela qual as vontades são afetadas, o sofrer (*Leiden*). Esse só é considerado pela moral de maneira indireta, a saber, tendo em vista provar que as medidas tomadas com a finalidade de evitar o sofrimento de uma injustiça de modo algum sejam consideradas e confundidas com a prática da injustiça.

¹⁵ Christian Thomasius (1655-1728) foi um dos primeiros pensadores a retirar o direito da esfera da moral e da ética. (Cf. FASSÒ, 1979, 170). Kant também opera com essa distinção, o que é motivo de duras críticas provenientes de Schopenhauer ao filósofo de Königsberg. Deve-se atentar para o fato de que toda argumentação schopenhaueriana, no que tange à fundamentação da doutrina do direito, é um esforço em subsumir o conceito de direito, novamente, à esfera da ética e da moral.

O Papel Sistemático da Doutrina do Direito na Obra Schopenhaueriana

O homem, por ser um organismo mais complexo, possui necessidades mais complexas: a partir da complexidade do corpo humano e da complexidade de consciência humana (a razão), o homem pode refletir acerca da sua situação de penúria no estado de natureza e pode procurar soluções para superá-la. Pelo cálculo da razão o Estado é concebido, e pelo contrato social ele é instituído. Não se trata de uma vinculação a uma concepção utilitarista, visando o bem como finalidade, pois o bem não é a finalidade do Estado; evitar o injusto, instaurando a ordem social é o modo pelo qual se tornou possível vencer o egoísmo animal destrutivo. Mas essa vitória não é um ultrapassamento mesmo do egoísmo, é apenas a limitação egoísta do egoísmo.

A justiça temporal tem sua sede no Estado, e a doutrina do Estado refere-se, enquanto conjunto dos dispositivos institucionais e normativos de combate aos atos injustos, à pura doutrina do direito, que tem no justo e no injusto por natureza seu padrão objetivo de medida; e o justo e o injusto referem-se aos limites da afirmação da vontade de viver. Essa forma de conceber o Estado faz com que essa instituição não possua nenhum status moral nem função ética, diferindo e sendo até mesmo contrária à forma pela qual foi concebida pela tradição contemporânea a Schopenhauer, conhecida por idealismo alemão.

Recordemos o motivo fundador do Estado e o objetivo dessa instituição na letra do filósofo:

No Estado, portanto, reconhecemos o meio pelo qual o egoísmo, servindo-se da faculdade de razão, procura evitar as suas próprias consequências funestas que se voltam contra si, e, assim, cada um promove o bem-estar geral, porque dessa forma assegura o seu bem-estar particular. (SCHOPENHAUER, 2005: §62, 447; SCHOPENHAUER, 1911-1942: §62, I 413).¹⁶

¹⁶ No original: „Wir haben also im Staat das Mittel kennen gelernt, wodurch

Schopenhauer especula sobre como seria se fosse possível o Estado cumprir de forma plena seus objetivos, i.e., como seria se o Estado se realizasse de forma plena. A resposta que ele dá profere que cada vez mais seria possível dominar a natureza e, com isso, todo o mal seria extinto, instaurando-se, assim, algo parecido com um reino utópico.¹⁷ Mas, fugindo à utopia, nosso autor considera que, além do Estado sempre se encontrar distante de tal fim, mesmo se esse fosse alcançado, ainda nos restariam outros inumeráveis males e a vida manteria sua essência de sofrimento. E, se os males fossem erradicados, o tédio ocuparia o lugar deles. O autor ressalta: as disputas e discórdias entre os indivíduos nunca são totalmente suprimidas pelo Estado. Mas, supondo que o Estado alcançasse plenamente o seu fim, que todos os males fossem superados, que os indivíduos vivessem em completa harmonia, qual seria o prognóstico de Schopenhauer? O denominado filósofo do pessimismo responde: “[...] o resultado seria a efetiva superpopulação de todo o planeta, cujo mal só uma imaginação audaciosa poderia agora tornar presente”. (SCHOPENHAUER, 2005: §62, 447-448; SCHOPENHAUER, 1911-1942: §62, I 414).¹⁸

A especulação schopenhaueriana nos revela e apresenta interessantes fatos e indícios. A justiça temporal se produz no elemento mesmo do egoísmo, e pelo fato dela ser empírica, i.e., fenomênica, ela não pode ser mais que pura ilusão. As precauções contra o egoísmo não podem ser completamente eficazes porque elas são apenas aparência, elas não melhoram moralmente o ser, nem extirpam seus desejos em cometer injustiças. Tão logo a ameaça do castigo ou a promessa da recompensa sejam afastadas do indivíduo, os atos injustos já retornam à ordem do dia. Viver

der mit Vernunft ausgerüstete Egoismus seinen eigenen, sich gegen ihn selbst wendenden schlimmen Folgen auszuweichen sucht, und nun Jeder das Wohl Aller befördert, weil er sein eigenes mit darin begriffen sieht“.

¹⁷ Vale lembrar que para Schopenhauer a monarquia constitucional hereditária tripartida se aproxima da forma de governo mais perfeita.

¹⁸ No original: „[...] das Resultat seyn, dessen entsetzliche Uebel sich jetzt nur eine kühne Einbildungskraft zu vergegenwärtigen vermag“.

é tornar-se aquilo que se é, e o caráter egoísta é a mais frequente configuração da concreção da vontade num corpo. Nesse contexto, a justiça temporal não pode, dessa forma, ser plenamente realizável. Ela se realiza na medida em que também é um não alcance de seu fim último e pleno.

O Estado, enquanto organização do egoísmo coletivo, e o direito, enquanto forma pela qual se torna possível impor limites às manifestações desse egoísmo, não podem ser considerados o ultrapassamento desse egoísmo mesmo. Antes, são medidas de asseguramento da existência social, são a afirmação da diferença entre um indivíduo e o outro, um enredamento persistente no princípio de individuação; isso significa que viver no Estado é viver no seio do egoísmo coletivo organizado.

Conceitos como direito e moral, nucleares nesse ponto da argumentação do filósofo da vontade, só são passíveis de serem entendidos em sua totalidade quando colocados um em relação com o outro: a justiça temporal, i.e., a retaliação (*Vergeltung*), o Estado, seria o elemento relacional entre a moral – o conceito sempre positivo, que é referido ao ato, à parte ativa – e o direito – o conceito negativo, que é referido ao sofrer, à parte passiva. A justiça temporal seria o elo entre esses dois conceitos na medida em que relaciona o interior – a dimensão da experiência interna do indivíduo, o ser, o esse, o caráter, o sentimento de prática da injustiça – com o exterior – o agir, o *operari*, a motivação, o sentimento de sofrer injustiça. O conceito de consciência moral (*Gewissen*) mostra, aqui, sua centralidade ao possibilitar a delimitação e a articulação da doutrina pura do direito com a ciência política, permitindo a determinação da base teórica do Estado e do sistema penal, bem como o seu escopo, e a sua forma de atuação.

O Estado é, por sua vez, o elo entre os âmbitos da vontade e da representação, e intermedeia as relações entre os indivíduos no mundo empírico, assimilando e utilizando o reverso da pura doutrina do direito. Dessa forma, a doutrina do direito ocupa o status nuclear da ética schopenhaueriana, como a forma pela qual é possível conter as desvantajosas consequências da natureza egoísta humana.

Contudo, a justiça temporal de alguma forma é falha: por depender das instituições humanas, por ser suscetível ao acaso e ao engano. Nesse aspecto ela pode ser considerada oposta à justiça eterna. Talvez, a passagem da justiça temporal para a justiça eterna possa ser entendida como a passagem do registro do direito para o registro da moralidade. Contudo, essa é uma outra questão, para um outro debate.

Bibliografia

- CARTWRIGHT, D. Historical dictionary of Schopenhauer's philosophy. In: *Historical dictionaries of religions, philosophies, and movements*, n. 55; Oxford: Scarecrow Press, 2005.
- FASSÒ. *Historia de la filosofía del derecho* v. II, tradução de José F. Lorca Navarrete. Madri: Ediciones Pirámide S.A., 1979.
- GODART-VAN DER KROON, A. *Schopenhauer's theory of justice and its implication to natural law*. in: *Jahrbuch der Schopenhauer-Gesellschaft* 2003. Band 84. Frankfurt am Main: Verlag Königshausen & Neuman Würzburg, 2003, p. 121-145.
- SCHOPENHAUER, A. *Arthur Schopenhauers sämtliche Werke; hrsg. Von Paul Deussen*. Munique: R. Piper, 1911-1942.
- _____. *The world as will and representation*, 2º Tomo; Tradução E.F.J. Payne. Nova York: Dover Publications, 1966.
- _____. *Parerga and Paralipomena – Short philosophical essays*; Translated from German by E. F. J. Payne – volume two. Oxford: Clarendon Press, 2000.
- _____. *Metafísica de las costumbres*; introdução, tradução e notas de Roberto Rodríguez Aramayo. In: *Coleção Clássicos de la Cultura*; Madri: Editorial Trotta SA, 2001.
- _____. *Sobre o fundamento da moral*. Tradução Maria Lúcia Mello Oliveira Cacciola. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *O mundo como vontade e como representação*, 1º Tomo; Tradução, apresentação, notas e índices de Jair Barboza. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Recebido em 28/09/13.

Aprovado em 02/05/14.

A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ANTE A INSTALAÇÃO DE UMA HIDRELÉTRICA NO RIO URUGUAI (BRASIL): UMA DISCUSSÃO ENTRE O LEGAL E O LEGÍTIMO

*Humberto José da Rocha**

Resumo: As obras de grande escala são propostas por empresas públicas e privadas através do argumento da utilidade pública e de premissas legais. As populações dos locais onde essas são instaladas se organizam em movimentos sociais que reivindicam a legitimidade de seus direitos. Nessa relação conflitiva, analisamos como a criminalização dos movimentos sociais tende a suplantar o binômio legal/legítimo estabelecendo uma assimetria nas relações de poder em favor dos proponentes dessas obras. A fundamentação teórica dialoga com a pesquisa empírica sobre o caso da instalação de uma hidrelétrica na bacia do Uruguai, no Sul do Brasil.

Palavras-chave: Criminalização; Legalidade; Legitimidade; Obras de Grande Escala.

Abstract: The large scale works are proposed for public and private companies through the public utility argument and legal premises. The populations of the places where these are installed are organized in social movements claiming the legitimacy of their rights. In this conflictive relationship, we analyze how the criminalization of social movements tends to supplant the legal/legitimate binomial establishing an asymmetry in power relations in favor of the proponents of these works. The theoretical foundation dialogues with the empirical research about the case of a hydroelectric installation in the Uruguay basin, in the south of Brazil.

Keywords: Criminalization; Legality; Legitimacy; Large Scale Works.

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Chapecó, Santa Catarina, Brasil. Email: <humbertojosedarocha@yahoo.com.br>.

As obras de grande escala e os protestos no Brasil

As intensas manifestações populares ocorridas em 2013 em diferentes partes do país já fazem parte de qualquer cronologia sociopolítica que se tente para o Brasil. Uma das marcas principais desses protestos é a pluralidade na qualidade das demandas e no perfil dos manifestantes.

Analisando o quadro de demandas que animaram esses protestos, verificamos que as obras de grande escala estão entre os principais motivos, juntamente com as questões do transporte público e da corrupção, carros-chefes das mobilizações. No tocante às obras de grande escala, este quadro foi intensificado em 2007 através de iniciativas governamentais como o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) prevendo obras de infraestrutura (transporte, energia, abastecimento). A decisão de que o Brasil sediaria a Copa do Mundo de Futebol (2014), anunciada no mesmo ano e a escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos (2016), ocorrida em 2009, deram novo impulso às obras de grande escala no Brasil.

Os projetos que compõem esses três blocos de obras assumem a distinção de “obras de grande escala” em virtude de características específicas de tamanho e temporariedade implicadas nas suas construções. Em virtude da sua envergadura, reconfiguram os locais não só geográfica, mas socialmente, devido ao intenso movimento de pessoal e equipamentos presentes temporariamente nesses lugares. Outro aspecto importante neste tipo de obra é que pela sua envergadura, “articulam interesses locais, regionais, nacionais, internacionais e transnacionais” (RIBEIRO, 1987), sendo que no Brasil, essas alianças se materializam por meio das Parcerias Público-Privadas (PPP) que originam Sociedades de Propósitos Específicos (SPE), que têm sua criação em virtude da obra que pretendam instalar e operar¹.

¹ Nos termos da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, a qual estabelece as normas gerais para as Parcerias Público-Privadas (PPP) no Brasil.

Embora essas obras de grande escala constem de projetos carregados de justificativas para sua concretização – especialmente a da utilidade pública –, é recorrente a natureza conflituosa que tem marcado os projetos recentes, o que pode ser verificado em obras dos três blocos mencionados, PAC, Copa e Olimpíadas. As obras do PAC, em maior número e de natureza diversa, têm no caso da usina hidrelétrica de energia (UHE) Belo Monte, em instalação no rio Xingu, no estado do Pará (Amazônia brasileira), a expressão mais notória do conflito entre os seus propositores e as populações locais, especialmente os indígenas. Todavia, é digno de registro que a mobilização social decorrente dessas obras é anterior às iniciativas recentes do PAC e dos megaeventos esportivos. Movimentos sociais como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), promovem mobilizações ante as obras de grande escala, especialmente as hidrelétricas, atuando em todo o país desde a década de 1970, embora recentemente, tenham adquirido maior visibilidade em decorrência das mencionadas iniciativas empresarias, especialmente o mencionado caso de Belo Monte.

Maria da Glória Gohn (2012) apresenta um resgate da história dos movimentos sociais no Brasil que remonta ao século XVIII quando das lutas pela independência. No caso das obras de grande escala, assinalamos a criação da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) em 1979, decorrente da instalação da UHE Itá, em Santa Catarina, como marco para a nossa análise (GOHN, 2012: 121). Embora sejam conhecidas as mobilizações decorrentes de hidrelétricas como Sobradinho e Itaparica (rio São Francisco, no estado de Pernambuco), na década de 1970, Tucuruí (rio Tocantins, no estado do Pará) e Itaipu (rio Paraná, no estado do Paraná), na década de 1980, foi a partir da UHE Itá que o movimento social se articulou de forma sistemática.

A região da bacia do rio Uruguai apresenta uma geografia que enfatiza o argumento da vocação brasileira para a exploração da hidreletricidade, tendo em vista a abundância fluvial e o relevo de predomínio planáltico que confere aos rios a declividade que facilita os projetos hidrelétricos. Além da exploração hidrelétrica

empreendida inicialmente pela ELETROSUL, a região também é marcada pela atividade agroindustrial a partir de grandes empresas do ramo, como a Sadia e a Perdigão, por exemplo. Este fator, ao passo que alavancou o desenvolvimento econômico da região, trouxe problemas sociais na mesma proporção, sendo que no final da década de 1970 a “crise da peste suína”, aliada ao anúncio de dezenas de hidrelétricas a serem instaladas na região promoveram uma histórica mobilização social a partir de segmentos de igrejas, universidades e sindicatos rurais, refletindo na formação da CRAB, que mais tarde tomaria proporções internacionais tornando-se o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) (ROCHA, 2013: 111).

Ante esse quadro, este artigo se propõe a discutir a relação conflituosa entre os propositores das obras de grande escala e os movimentos sociais contrários a essas mesmas obras, especialmente no que diz respeito à criminalização das ações de protesto. Além da revisão bibliográfica acerca do tema, nossa discussão fundamenta-se, sobretudo em pesquisa de campo que realizamos quando do doutoramento em ciências sociais, sendo que o resultado foi publicado recentemente (ROCHA, 2013). Nossas pesquisas tiveram sequência por ocasião de um projeto de pesquisa que realizamos no âmbito do P&D 3936-003/2007 da ANEEL, intitulado “Avaliação dos resultados e proposição de modelo de elaboração de programas de remanejamento da população atingida por empreendimentos hidrelétricos”. Em julho de 2011, realizamos uma pesquisa de campo para a realização de entrevistas semiestruturadas bem como testar a viabilidade de um *survey* específico para o desenvolvimento do referido projeto. Os entrevistados foram selecionados a partir do conhecimento empírico acumulado por ocasião da pesquisa de doutorado, desenvolvida desde 2007 sobre o tema na bacia do Uruguai.

Dos resultados qualitativos e com o aprimoramento do *survey*, retornamos para outra pesquisa de campo durante o mês de janeiro de 2012. Nessa ocasião, contamos com a participação de mais dezessete alunos de graduação e pós-graduação das Universidades Federal de Pelotas (UFPEL) e da Fronteira Sul (UFFS)

que realizaram entrevistas quantitativas (*survey*) com 632 famílias remanejadas pelas hidrelétricas de Itá, Machadinho, Barra Grande, Campos Novos e Foz do Chapecó, sendo que os dados foram trabalhados quantitativamente através do programa SPSS. Na mesma oportunidade, podemos aprofundar a pesquisa qualitativa repetindo algumas realizadas anteriormente e entrevistando outros militantes, sendo esta a modalidade da pesquisa que fundamenta a análise deste artigo.

Este trabalho está estruturado de forma a apresentar, primeiramente, numa perspectiva teórica fundamental, a criminalização sob a luz do binômio legal/legítimo. Disto, seguiremos apoiados em pesquisa empírica que realizamos em uma dessas obras de grande escala², através do que buscaremos apresentar os argumentos dos propositores dessa obra, evidenciando a sua legalidade. Em seguida, apresentamos os argumentos dos movimentos sociais, em que prepondera a legitimidade, de forma a contrapor com o que foi apresentado na seção anterior. Disto, encaminhamos as nossas considerações finais. De maneira geral, procuramos demonstrar como a criminalização representa um ponto de desequilíbrio nas relações de poder na instalação dessas obras de grande escala, de forma que a reciprocidade entre legalidade e legitimidade tende a ser suplantada em favor de um dos grupos, o que pode representar, no limite, a concretização desses projetos alheamente aos argumentos contrários.

A criminalização sob a luz do binômio legal/legítimo

As referências às obras de grande escala neste trabalho correspondem a um projeto de Estado³ fundamentado legal

² A UHE Foz do Chapecó (855 MW) é uma hidrelétrica que integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instalada no rio Uruguai, entre os municípios de Alpestre (RS) e Águas de Chapecó (SC).

³ Neste caso seguimos a perspectiva de Poulantzas (1981), em que o autor enfatiza a “seletividade” do Estado.

e economicamente através das parcerias público-privadas. Sagrando-se vitoriosa no leilão para a concessão de uso de bem público, a respectiva Sociedade de Propósito Específico (SPE) busca inserir o projeto na região determinada, num movimento apoiado na legalidade, mas que precisa obter também a legitimidade para seguir adiante. Dito de outra forma, a legalidade sobre a qual o projeto se baseia paralelo à legitimidade em relação às populações locais que podem estar sendo atingidas pelo referido projeto (SCHERER-WARREN, 2005: 84).

O binômio legalidade/legitimidade envolve aspectos políticos, jurídicos e morais, e, fundamentalmente, envolve relações de poder. Paulo Bonavides defende que “o poder legal representa por consequência o poder em harmonia com os princípios jurídicos, que servem de esteio à ordem estatal”. Logo, segundo o autor, “o conceito de legalidade se situa assim num domínio exclusivamente formal, técnico e jurídico”. Complementarmente, o mesmo explica que “a legitimidade é a legalidade acrescida de sua valoração”, sendo que, neste conceito, “entram as crenças de determinada época, que presidem à manifestação do consentimento e da obediência” (BONAVIDES, 2011: 120-121).

Com base nisso, o binômio legal/legítimo se mostra crucial à nossa análise tendo em vista a relação entre esses aspectos. O projeto de uma obra de grande escala, legalmente constituído, precisa de legitimidade perante a sociedade para ser executado, ao passo que as demandas entendidas como legítimas por determinados grupos locais (indenizações, por exemplo), precisam encontrar amparo legal para serem atendidas.

A relação recíproca entre a legalidade (direito) e legitimidade (moral) no Estado Democrático de Direito acontece pelo uso do direito para “distribuir os pesos da argumentação e institucionalizar caminhos de fundamentação abertos a argumentações morais”. Isto permite que o direito e a moral “procedimentalizada” acabem por controlar-se mutuamente (HABERMAS, 2003: 218). Todavia, ao transportar as considerações deste binômio para o caso em análise, onde a legalidade é o referencial dos propositores enquanto

a legitimidade fundamenta o argumento primeiro dos atingidos, percebemos uma assimetria importante.

Ao adentrar no campo legal para se fazer valer, os argumentos tidos como legítimos são enquadrados institucionalmente de forma “metódica” (em correspondência com a lei em vigor), “objetiva” (mediante prova concreta), “social” (no sentido da distribuição dos papéis) e “temporal” (em relação aos prazos) (HABERMAS, 2003: 219). Logo – mesmo que Habermas não apresente suas considerações sob esta perspectiva –, no que diz respeito à nossa análise, é possível evidenciarmos a assimetria desta relação tendo em vista que enquanto os argumentos morais conferem legitimidade aos processos judiciais, na contramão, esses procedimentos legais, podem acabar por desvirtuar o essencial da argumentação moral.

Por ocasião de uma obra de grande escala, os dois agentes sociais apresentam, em certa medida, argumentações legais e legítimas. Os propositores buscam legitimar sua posição com base na suposta “necessidade”⁴ da obra, buscando apoio da opinião pública. Os movimentos sociais, sem serem definitivamente contrários à suposta “necessidade” da obra em questão, enfatizam a legitimidade de suas demandas através dos direitos das minorias tendo em vista a sua “condição de atingido”⁵. Nesse sentido, é pertinente outra consideração em referência ao entrelaçamento de direitos individuais e bens coletivos tendo em vista que, nesses casos, tende a aumentar “a suspeita de que o choque entre essas preferências valorativas, não racionalizáveis, privilegie os interesses mais fortes” (HABERMAS, 2003: 213).

Mesmo que essa assimetria seja explícita, vale à pena trazermos para a discussão as colocações de Boaventura de

⁴ No caso das obras do PAC, especialmente as hidrelétricas, a necessidade de energia.

⁵ Em outra oportunidade (ROCHA, 2010) explicamos que a “condição de atingido” por uma obra de grande escala corresponde a uma construção social que se dá segundo variáveis (política, economia e cultura) a serem observadas em cada caso específico.

Sousa Santos no que se refere às possibilidades de enfrentamento de grupos desfavorecidos em busca de uma emancipação. Mesmo diante da ilegalidade que possa limitar a expressão da legitimidade das demandas expressas através das manifestações públicas, com base no que chama de “sociologia das emergências”, ele aponta para a possibilidade de substituição de um vazio do futuro por um futuro de possibilidades. Essa substituição vai da utopia à concretude através do que o autor chama de “atividades de cuidado”, sendo que a emancipação pode passar por essas mobilizações sociais (SANTOS, 2002).

Essa emancipação que tem sua trajetória da utopia para a realidade passa em algum momento pela legalidade, porém, não tem necessariamente todo o seu caminho trilhado sobre ela. Sobre a possibilidade de emancipação pelo viés judicial, Boaventura de Sousa Santos (2003) explica que a recorrência ao direito formal implica na compreensão de que este, além das prerrogativas técnicas como as apresentadas acima, pertence a um horizonte político mais vasto. Disto, considerando que o legal e o ilegal são condicionados pelo direito, podemos considerar algumas práticas de manifestação tidas como ilegais – ocupação de canteiros de obras ou interdição de vias públicas – como “um meio de lutar por uma legalidade alternativa”, que, embora não esteja em plena concordância com a legislação vigente, pode significar um caminho para uma emancipação – via direito – para aqueles grupos que estão à margem no que tange à “legalidade” das suas demandas (SANTOS, 2003).

Então, sob a luz dessa reciprocidade legal/legítimo, no momento em que o legítimo defendido pelos movimentos sociais e expresso nas manifestações públicas choca-se com o legal que ampara os propositores dessas obras de grande escala, a criminalização tem constantemente ocupado lugar de destaque na discussão. Do ponto de vista jurídico, o “crime” se configura através de um “fato típico” que precisa ser composto por uma “conduta” de ação ou omissão humana, em que seu “resultado” modifique o mundo exterior. Se a relação de “causalidade” entre

a conduta e o resultado encontrar correspondência exata na lei, então esta será “tipificada” como “criminosa” (MIRABETE, 2003).

Não obstante a prerrogativa técnica do Direito mereça lugar de destaque na nossa análise, tendo em vista que pretendemos uma discussão sociológica envolvendo o Direito – e não uma discussão essencialmente jurídica –, se nos restringirmos apenas à perspectiva de que o “crime é a concreção de uma conduta legalmente definida como tal, já não poderemos investigar a criminalidade como um fenômeno social, mas apenas enquanto definida normativamente” (ANDRADE, 1997: 219-220). Portanto, nos parece mais proveitoso analisarmos o aspecto criminal da nossa discussão seguindo a linha da “criminologia crítica”, segundo a qual, o termo “criminalização” encontra fundamento nas teorias do *labelling approach* (que numa tradução aproximada podemos chamar de “abordagem rotulante”) e do “conflito”, a partir do que a criminalização envolve uma construção que não pode ser entendida apenas do ponto de vista dos criminosos, mas de uma etiquetagem ou rotulagem desses, o que tende a corresponder aos interesses dos grupos mais poderosos (BARATTA, 2002).

Então, utilizando um caso concreto para operacionalizar as ideias expostas até aqui, temos um quadro onde os movimentos sociais, apoiados na legitimidade de suas demandas, “lutam por uma legalidade alternativa”, como referencia Santos (2003). Nesse sentido, a principal forma de luta continua sendo a pressão popular, tanto que ações de mobilização social, como passeatas, acampamentos nas vias de acesso e ocupação de canteiros de obras, por exemplo, têm sido percebidas nos diferentes locais de conflito.

Em resposta a esses movimentos de pressão popular, os propositores buscam o embasamento legal procurando tipificar as ações desses movimentos sociais nos diferentes locais de conflito como “crimes”. Dentre as tipificações mais recorrentes verificamos: “Dano”, “Esbulho possessório”, “Furto simples e qualificado”, “Sequestro e Cárcere Privado”, “Formação de Quadrilha”, “Incitação ao crime” e “Apologia ao crime”, tudo previsto no Código Penal Brasileiro (MNDH, 2006: 14-15).

É neste momento em que a criminalização representa o choque – e o desequilíbrio – entre o legal e o legítimo. Então, é importante que compreendamos a criminalização segundo as duas perspectivas distintas, o que buscaremos apresentando a visão dos propositores e em seguida os argumentos dos movimentos sociais acerca de uma mesma obra de grande escala.

A legalidade evocada pelos propositores

As obras de grande escala envolvem seus propositores e os movimentos sociais sob uma perspectiva conflitiva onde o choque entre o legal e o legítimo reflete na criminalização das ações de manifestação pública. Disto, partimos para a análise de um caso concreto de forma a dar voz às duas partes – seguindo os parâmetros jurídicos – sendo que nesta seção apresentaremos a posição dos propositores de uma dessas obras, a dizer, uma usina hidrelétrica que compõe o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

A UHE Foz do Chapecó é uma usina hidrelétrica com potência de 855 MW que foi instalada no rio Uruguai na altura dos municípios de Águas de Chapecó (SC) e Alpestre (RS). A referida obra de grande escala teve seu projeto executado entre os anos de 2001 e 2010 e provocou o remanejamento de aproximadamente três mil famílias em decorrência do alagamento para a formação do reservatório (ROCHA, 2013). A obra foi executada por uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que reuniu o governo federal (Furnas), uma holding brasileira (Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL) e o governo do Rio Grande do Sul (Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE-RS).

Dentre as falas que colhemos quando da pesquisa de campo, mostrou-se contundente a manifestação de um diretor adjunto da Sociedade de Propósito Específico (SPE) responsável pela obra. Perguntado sobre eventuais medidas de “criminalização” dos movimentos sociais no caso da obra em questão, o diretor nos explicou em entrevista que

esse termo [criminalização] foi criado [pelo movimento social] para agir junto aos direitos humanos no sentido de que nós estaríamos perseguindo-os de alguma forma. Na realidade não é isso. Me diga uma coisa: se você vai lá e implanta um marco [topográfico], protegido por lei, e daí os caras vão lá e derrubam. Daí se faz um Boletim de Ocorrência (BO) e se volta lá pra plantar o marco, daí, vão lá algumas pessoas e ameaçam o pessoal da empresa que está fazendo o seu trabalho. Isso está correto?

As palavras do entrevistado além de corroborarem a natureza conflitiva da questão, ratificam a dicotomia legal/legítimo, tornando nítido que os propositores buscam encampar a legalidade para “tipificar” as ações dos manifestantes. Nessa perspectiva, questionamos o diretor da empresa a respeito do significado que a criminalização – ou, medidas para garantir o trabalho da empresa, conforme defendeu o entrevistado – pode representar enquanto inibidora da resistência organizada mediante o acionamento judicial dos movimentos sociais contrários às obras de grande escala. Sobre este aspecto o entrevistado procurou apresentar sua posição ilustrando:

Então, está lá a pessoa, no ato, vai lá, arranca um marco [topográfico], ameaça os trabalhadores, em alguns casos até botam fogo em máquinas. [...] São fatos que ocorreram e o Boletim de Ocorrência (BO) aponta o nome do sujeito, pois o Movimento [Social] não tem CNPJ para ser acionado. Não se trata de criminalizar um Movimento. Todas as ações contra essas pessoas é por algum fato ocorrido, testemunhado, daí se cita nominalmente. Nunca é contra o MAB, até porque, juridicamente ele não existe, mas os fatos apontados em BO são verídicos, testemunhados, e daí, contra aqueles que cometeram.

A explicação do diretor, que conta com mais de três décadas de experiência no campo das obras de grande escala, segue na linha da legalidade para assinalar a dificuldade de acionamento

judicial do movimento social devido à sua forma de organização desinstitucionalizada, atuando como movimento de massa e sem registro cartorial. Legalmente, o argumento é preciso, todavia, precisa ser contraposto com a possibilidade de que, nesses casos, “a criminalização não é individual, é sempre coletiva. O castigo de um militante não é pessoal e individual, mas é parte de uma criminalização geral dos movimentos que lutam pela emancipação social” (BUHL; KOROL, 2008: 12).

Na mesma linha, mas retomando a ideia da análise conjuntural, é importante levar em conta que, nesses casos, a “violência de grupo e a institucional são consideradas apenas em relação a ações de pessoas individuais, e não no contexto do conflito social que elas expressam”. Dessa forma, as atenções – seja da polícia, da mídia, da comunidade – recaem não só sobre os militantes processados, mas sobre esses em relação ao movimento social, que acaba sendo o “criminoso em evidência”. Então, se não for considerado o contexto do suposto crime, mas apenas o crime e o criminoso em si, corre-se o risco de se cair na armadilha simplificante da “descontextualização e despolitização sociais”, em favor de quem acusa (ANDRADE, 2003).

Para além do alvo do processo de criminalização, que seja individual, sobre o militante, ou institucional, sobre o movimento social – embora este não constitua pessoa jurídica –, no que diz respeito à parte que acusa, baseado na legalidade, outro ponto se mostra importante na discussão. Sendo que as Parcerias Público-Privadas (PPP) originam Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) reunindo sobre a mesma pessoa jurídica instituições privadas e estatais, em que medida esta aproximação entre a empresa que propõe e o Estado que julga, pode influenciar no aspecto judicial, sobretudo, no tocante à criminalização?

Com base no caso concreto, além da ocupação do canteiro e o arrancamento de marcos topográficos, enquanto estratégias de pressão popular, o movimento social promoveu outras manifestações no local da obra. Um episódio digno de nota se deu quando os manifestantes obstruíram vias de acesso ao canteiro de

obras em julho de 2008. Segundo informações da Polícia Militar⁶, “assim que o MAB bloqueou o acesso, o Comando do 2º Batalhão de Polícia Militar deslocou cerca de 40 policiais militares para o local”. Dentre os policiais deslocados, estavam o “Pelotão de Patrulhamento Tático, Canil e Cavalaria”, que, ainda segundo a polícia, permaneceram no local até a retirada dos manifestantes, o que acabou acontecendo após o agendamento de uma reunião entre o movimento social e a empresa, marcada para acontecer dois dias após a manifestação.

O pronto atendimento ao caso, para além da eficiência policial, chama a atenção para a relação Estado/Empresa/Movimento Social. Nesse sentido, o “Relatório de Atividades Realizadas”, publicado pelos propositores ainda quando do início das obras, menciona o repasse de recursos provenientes da empresa para um Quartel da Brigada Militar do Rio Grande do Sul⁷, sediado no município de Alpestre (RS). Conforme o referido documento, a empresa “repassou recursos para a instalação de um quartel da Brigada Militar do Rio Grande do Sul na comunidade Dom José, que se localiza próxima ao canteiro de obras”. Ainda segundo o Relatório da empresa, “os recursos foram utilizados na compra de viatura, mobília e equipamentos, bem como na reforma do prédio utilizado”, chegando ao valor de R\$ 130 mil (FCE, 2007: 3-5).

Ao questionarmos o diretor adjunto da empresa sobre o repasse de recursos para a polícia regional, especialmente no caso mencionado no Relatório, o entrevistado indagou:

Eu perguntaria assim: como você vê o fato de chegarem mais de 2000 operários numa cidadezinha dessas? São pessoas de todo o Brasil, com diferentes culturas

⁶ POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA (PM/SC). Disponível em: <www.pm.sc.gov.br/website/rediranterior.php?act=1&id=3741>. Acesso em: 25 nov. 2012.

⁷ No Estado do Rio Grande do Sul (Brasil), a Polícia Militar (PM) recebe o nome de Brigada Militar (BM).

que vão para um lugar pequeno, interiorano, precisa segurança ou não precisa? Daí você chega no governo e tem o problema do efetivo, da falta de recursos. Então, nós temos que fazer alguma coisa, já que nós causamos isso. [...] Se foi repassado uma viatura ou alojamento para a polícia, isso não vai resolver o problema em caso de uma invasão do canteiro, por exemplo, nesse caso é preciso efetivo de fora, não é isso que vai resolver.

A afirmação do diretor acerca do repasse de recursos à polícia, tendo em vista que a segurança pública ficou comprometida com o aumento populacional decorrente dos trabalhadores da obra, é plausível. Todavia, é preciso analisar a questão para além da relação direta de causa e consequência. Tendo em vista que as obras de grande escala são construídas a partir de Parcerias Público-Privadas (PPP) que originam Sociedades de Propósitos Específicos (SPE), onde, embora o Estado seja acionista minoritário, chega a financiar 80% do projeto – sem mencionar os fundos de pensão que também participam como acionistas –, causa estranheza o repasse de recursos por parte dos propositores para instituições disciplinares como a polícia.

Considerando que o monopólio da violência seja atribuição do Estado, a partir do momento em que acontece uma aproximação entre o estatal e o privado, assim como ocorreu no caso em questão, faz sentido a ponderação de que essas articulações possam significar, no limite, a “privatização do monopólio da violência” (FON FILHO, 2008: 82). Na mesma linha e sob a perspectiva aqui tratada, é complementar a ideia de Faria (1989) ao indagar se as Parcerias Público-Privadas, não poderiam ser tomadas sob a forma de um processo de “publicização do privado e reprivatização do público” numa suposta “estratégia de despolitização dos conflitos e de sua posterior repolitização” em favor dos grupos mais poderosos na relação conflituosa (FARIA, 1989: 30).

A República brasileira passou por momentos de repressão acentuada em períodos como o Estado Novo (1938-45) e o Regime Militar (1964-85), não constituindo novidade a repressão.

Porém, no contexto atual, essa ação não tem um condutor claro e específico como nos períodos citados anteriormente. No que concerne à questão da criminalização dos movimentos sociais ante essas obras de grande escala, ocorre que o próprio Estado (também proponente dessas obras) é quem media o conflito entre as empresas e os movimentos sociais no campo judicial. Disto, mesmo sob a consideração da independência entre os poderes estatais, não seria descabido especular sobre uma suposta posição privilegiada dos propositores das obras em relação aos seus opositores.

Sem que se determine a medida da influência desta parceria no trâmite judicial, esta sobreposição nos papéis reflete no fato de que a empresa, ao repassar recursos à polícia – mesmo que a obra conte com a participação do Estado –, propicia um ambiente de desconfiança sobre as ações policiais envolvendo essas obras de grande escala. Disto, a hipótese de “criminalização” dos movimentos sociais ganha consistência podendo ser entendida como estratégia dos propositores diante de um oponente que tem nas manifestações de pressão popular sua principal forma de ação.

A legitimidade reclamada pelos movimentos sociais: os *negros* do século XVIII e os *atingidos* do século XXI

Em boa parte das obras de grande escala que fazem parte tanto do PAC, podem ser identificadas mobilizações contrárias por parte dos movimentos sociais. Em todas as manifestações de vulto a força policial foi movimentada amparada no ideário legal ao passo que os movimentos sociais firmam suas demandas na legitimidade reclamada a partir das externalidades produzidas por essas obras.

Retomando ao caso que fundamenta empiricamente a nossa discussão, é exemplar o episódio envolvendo uma família que era proprietária de uma área de três hectares e arrendatária de outros pedaços de terra também na área do futuro canteiro de obras, onde desenvolviam atividades agrícolas. Em entrevista que fizemos com o agricultor, o mesmo relatou que

na época quando tudo começou lá, quando começaram os trabalhos nos começamos também com o movimento junto, sendo adversário do consórcio. Então eles [FCE] me botaram polícia em cima, levei algum processo. Me botaram na cadeia, [...] não desisti, foi feito a busca e apreensão na minha propriedade, me acusaram de bandido, de [formação de] quadrilha, que eu tinha roubado e tudo. Não acharam nada! [...] Eu fui liberado agora, [...] mas eu ainda tenho uns cinco, seis, processo [na época da entrevista, em 2011].

Na media em que avançamos em nossa pesquisa de campo, a repetição da estratégia de pressão popular de integrantes de movimentos sociais foram seguidas de forma sistemática por ações de criminalização movidas pelos propositores da obra. Este cenário em muito lembrou o caso estudado por Thompson (1987) sobre os “Senhores e caçadores” da Inglaterra do século XVIII. Não obstante a diferença de contexto, lembramos que, naquele caso, os camponeses resistiram de forma organizada (“os negros”) contra “cercamentos” restritivos impostos pela coroa sobre seu modo de vida. O enquadramento criminal daqueles como “quadrilhas” que atentavam contra um projeto que restringia o território com o apoio estatal, sugeriu-nos ponderações sobre o perfil dos acusados (negros do século XVIII e os *movimentos sociais* do século XXI) e a ação do poder instituído (Coroa inglesa daquela época e o Estado brasileiro atual).

Quanto aos acusados, enquadrados como “quadrilha” no século XVIII, o termo poderia se aplicar legalmente a qualquer grupo, “desde uma sociedade beneficente até um grupo de parentesco ou o salão literário de Fagin, que saísse fora da lei” (THOMPSON, 1987: 250). Na atual legislação brasileira, o Art. 288 do Código Penal criminaliza a ação de “mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes”, sobre o que é prevista a pena de “um a três anos”, aplicada em dobro se a suposta “quadrilha ou bando” agir armado (BRASIL, 1941). Disso, a primeira ponderação cabível é a de que, assim como os negros do século XVIII, mesmo que as ações dos atingidos acusados no século

XXI apresentem traços legais de “quadrilha”, para além do ponto de vista jurídico, o que precisa ser levado em conta é que este foi o recurso encontrado pelos mesmos num sentido “retributivo” ante “uma autoridade que ameaça sua economia, suas lavouras e seus direitos agrários costumeiros” (THOMPSON, 1987: 77).

Esta relativização da criminalização dos atingidos encontra outra situação análoga no caso inglês, no que se refere ao perfil individual dos acusados. Naquele caso, os acusados que acabaram sendo enforcados, em pouco se diferenciavam dos demais camponeses senão pelo fato de, “por má sorte ou pior avaliação, terem sido apanhados nas redes da lei”. Thompson idealizou que se tivesse sido retirada “uma amostra casual de sete homens”, para avaliar seu perfil criminológico, provavelmente o resultado seria muito parecido em relação aos demais, de forma que, se a resistência daqueles pudesse ser caracterizada como uma “subcultura criminoso, toda a Inglaterra plebeia entraria nessa categoria” (THOMPSON, 1987: 250). Analogamente, com base em nossa pesquisa empírica sobre o caso concreto, analisando a vida pregressa dos atingidos criminalizados de que tivemos ciência, não encontramos indícios contundentes que os qualifique como perigosos, de forma que – em caso de condenação – a resistência ante a forma como foi inserida a referida obra de grande escala seria o “fato” que os teria iniciado na “vida criminoso”.

Nesse sentido, duas outras falas de atingidos criminalizados ajudam a ilustrar esta hipótese. Em entrevista que colhemos com outro agricultor que tinha sua propriedade na área do futuro canteiro de obras, o mesmo nos relatou o seguinte:

tu acredita que eles disseram que eu fiz uma quadrilha de bandido? Mas eu quero que tu saia agora daqui e vá perguntar de um por um na casa do pessoal aqui e peça se eu algum dia fiz alguma coisa pra alguém. [...] Eles chegaram na minha casa, nunca tinha vindo polícia aqui, e entraram e mexeram nas coisa. Eles pegaram uma espingarda véia que o polícia quis abrir ela e teve que desnucar na perna, porque não abria, tava tudo enferrujada, ninguém usava, aquilo lá eu tinha porque

tá com nós desde os véio [avós] lá. Mas eles pegaram e disseram que eu tava ilegal com a minha espingarda.

Em outra entrevista que fizemos na mesma área do futuro canteiro de obras, outro agricultor relatou o cumprimento de um mandato de busca e apreensão realizado na sua propriedade:

Uma noite nós tava dormindo em casa a polícia chegou pra fazer uma busca. O piá [menino] que tava ali em casa foi olhar pelo buraco da corrente da porta e o polícia já gritou lá de fora: “é a polícia”! [...] Eu lembro que o polícia mexeu nas coberta da cama do outro piá com o cano da espingarda. Entraram, vasculharam e sabe o que que eles prenderam? Uma motosserra véia do finado pai que eu trouxe aqui pra tentar fazer funcionar. Pois tu acredita que eles queriam nota [fiscal] da motosserra? [...] Daí foram e queriam levar o motor da trilhadeira que não tinha nota [fiscal]. Eu disse que podiam levar porque eu não tinha nota dessas coisa que é tudo ainda do tempo do pai. O motor eles acabaram não levando, daí me chamaram pra pegar a motosserra lá na delegacia. Mas daí eu disse: “se ela tava ilegal, pois que agora pra mim ela tá mais ilegal ainda, podem prender ela aí”. E não fui atrás. Porque daí na verdade o ladrão mesmo foi eles, tu não acha?

Com base nas entrevistas realizadas, é possível estabelecer um perfil predominante entre os atingidos criminalizados em função do protesto ante esta obra de grande escala. Não se trata de apresentarmos esses agricultores como pessoas incapazes de qualquer ato violento, porém, é preciso analisar o caso a partir do contexto social em questão e não somente pelo aspecto técnico do direito. É possível que se recorrermos a região, provavelmente encontraremos muitos casos de porte ilegal de arma, equipamentos sem nota fiscal ou mesmo relações trabalhistas fora da legislação vigente. Porém, o que precisamos ter em vista é o modo de vida dessas pessoas que estabelecem essas práticas como estratégias de vida no meio rural, o que foi drasticamente alterado pela chegada

desta obra de grande escala que acabou instituindo uma lógica diferente para as relações sociais.

Outro ponto de nossa analogia recai sobre a ação do poder instituído, a dizer, a Parceria Público-Privada responsável pela obra. No caso inglês, a estratégia de criminalização “permitiu à Lei assumir, com seus mantos, a postura da imparcialidade: era neutra em relação a todos os níveis entre os homens, e defendia apenas a inviolabilidade da propriedade das coisas” (THOMPSON, 1987: 282). Transpondo a ideia para o caso atual, ratificamos a ideia da “criminologia crítica” segundo a qual as ações dos acusadores não se baseiam no contexto em que esses “crimes” são cometidos, que seja, a agressão ao modo de vida dessas pessoas, as indenizações aquém do que acreditam ser o justo, ou mesmo a negação dessas. O que é colocado em análise é exclusivamente o dano à propriedade privada, a partir do que, assim como defende o autor ao estudar o caso inglês, concordamos que por parte dos órgãos competentes, seja preciso fazer “alguma coisa”, no sentido de equacionar o problema, todavia, isso não implica na possibilidade de se fazer “qualquer coisa” (THOMPSON, 1987: 252), sobretudo a repressão aos que discordam da forma como é conduzida a obra.

Retomando o binômio legal/legítimo para assinalar que o segundo passa em determinado momento pelo primeiro, no caso concreto o movimento social recorreu à Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH). Através do registro de denúncia de violações dos direitos humanos na região da obra, foram apontados como supostos responsáveis “órgãos públicos, empresas, poder judiciário e policias militares”. Segundo a denúncia, sendo que essas violações se caracterizariam através de “ameaça, agressão física, intimidação e difamação contra indivíduos e grupos que promovem e protegem os direitos humanos” (SEDH, 2007). Disso, o órgão competente (SEDH) realizou visitas à região gerando um Relatório do qual destacamos as principais “conclusões” e “recomendações” a que chegou a Secretaria.

O Relatório concluiu que “os defensores dos direitos humanos” enfrentam processos civis e criminais decorrentes da própria violação dos seus direitos, sendo que a resistência diante

desta situação, encampada pelos movimentos sociais, segundo a mesma comissão, “representa um valioso aporte para a democracia brasileira” (SEDH, 2007). Reconhecida a violação denunciada pelo movimento social, a mesma Secretaria “recomendou” aos governos estaduais que melhorassem o treinamento das polícias em observância com as recomendações das Nações Unidas quanto aos Direitos Humanos. Ao governo federal, “recomendou” a “criação de mecanismos para supervisionar o desempenho dos seus órgãos” bem como os “atrasos na implementação dos programas sociais” pertinentes às obras. Para a empresa, a “recomendação” foi de “retirar as ações que propôs contra defensores de direitos humanos”, tendo em vista tratar-se “de problema social das populações atingidas e não mera questão jurídica ou caso de polícia”. Finalmente, em relação ao judiciário, foi “recomendada” a revisão “do seu posicionamento de agente punitivo e garantidor do direito de propriedade, passando a ter papel pró-ativo no sentido de garantir também a implementação de políticas sociais pelo Estado, previstas na Constituição” (SEDH, 2007).

O caso da obra de grande escala que tomamos como exemplo concreto bem como outras obras que integram o PAC e compõem Relatórios em nível nacional, corroboram o que foi dito aqui sobre o binômio legal/legítimo. Porém, analisando o conflito entre as duas lógicas, podemos dizer que, mesmo o movimento social recorrendo ao órgão legalmente competente (SEDH), os caracteres de “conclusões” e “recomendações”, embora condizentes com as denúncias, não chegam a exercer pressão sobre os propositores das obras, enquanto denunciados, o que reforça a possibilidade da legalidade suplantando a legitimidade fazendo da criminalização dos movimentos sociais um significativo fator de desequilíbrio nas relações de poder referentes aos projetos de grande escala no Brasil.

Considerações finais

O binômio legal/legítimo perpassa os processos de instalação de obras de grande escala. Os propositores reunidos em Parcerias Público-Privadas (PPP) encampam o caráter *legal* ao passo que os atingidos representados pelos movimentos sociais apoiam-se na *legitimidade* dos seus direitos ante as externalidades decorrentes dessas obras. Não tendo legalizado o que consideram legítimo, esses atingidos lançam mão de ações de pressão popular no intuito de chamar a atenção da opinião pública e pressionar os propositores para o atendimento das suas demandas. Por outro lado, as empresas detentoras da *legalidade* dos projetos procuram agregar a *legitimidade* dos mesmos para a sua concretização.

A criminalização representa o momento em que a reciprocidade entre o *legal* e o *legítimo*, necessária para ambos, sofre um severo desequilíbrio. A análise descontextualizada do judiciário sobre os casos tende a resumir todo o processo de instalação dessas obras apenas ao “fato típico” caracterizado como ação criminosa do atingido, desconsiderando a complexidade que abrange a resistência deste ante a agressão ao seu modo de vida. A sobreposição do público e do privado através das Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) torna nebulosa a ação de criminalização. Iniciativas como o repasse de recursos da iniciativa privada para instituições disciplinares como a polícia – mesmo justificado pelas circunstâncias das obras –, coloca em dúvida a ação policial num eventual conflito envolvendo os propositores que passam a aparelhar a polícia e os movimentos sociais que buscam resistir.

Nossa análise se concentrou no caso de uma obra de grande escala instalada no sul do Brasil, a UHE Foz do Chapecó. Todavia, o acompanhamento do andamento das obras que compõem o PAC e os megaeventos esportivos permite sugerir que a criminalização dos movimentos sociais representa uma estratégia sistemática na concretização dos projetos. As obras dos megaeventos esportivos espalhadas por todo o país, especialmente nas cidades que sediarão jogos da competição, também têm suscitado debate e mobilizações

sociais. Embora não tenham sido objeto da nossa análise, iniciativas como a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), que reúne comitês locais nas cidades sedes desse evento, especialmente o Comitê do Rio de Janeiro, cidade que ainda acumula experiências da preparação para os Jogos Olímpicos (2016), também são importantes pontos de análise. Nas principais manifestações organizadas nesses locais podem ser identificadas ações similares ao que foi apresentado no caso que abordamos.

As conquistas dos movimentos sociais ao longo da história não podem ser ignoradas. A tecnologia, as novas demandas e formas de associativismo têm permitido novas formas de mobilização. No que tange às obras de grande escala, uma ambiguidade inerente atrai interesses e grupos distintos onde na maioria das vezes não é simples o equilíbrio entre os ganhos de uns em decorrência das perdas de outros. A recorrência dos movimentos sociais aos órgãos de Direitos Humanos tem se mostrado, até o momento, insuficientes na tentativa de agregar legalidade à legitimidade dos direitos dos atingidos. A pressão popular tem sido alvo de ações legais movidas pelos propositores de forma a inibir as ações contrárias às obras. Nesse cenário, e por tudo o que apresentamos aqui, é que a criminalização dos movimentos sociais representa um elemento estratégico na assimetria das relações de poder na instalação de obras de grande escala.

Bibliografia

ANDRADE, V. R. P. *Sistema penal máximo versus cidadania mínima: códigos de violência na era da globalização*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

_____. *A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

- BARATTA, A. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Renavan: Instituto Carioca de criminologia, 2002.
- BONAVIDES, P. *Ciência Política*. 18. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.
- BRASIL. *Código de Processo Penal*. Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de Outubro de 1941.
- BUHL, K.; KOROL, C. (Orgs.). *Criminalização dos protestos e movimentos sociais*. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2008.
- FARIA, J. E. "O modelo liberal de direito e Estado". In: FARIA, J. E. (Org.). *Direito e justiça: a função social do judiciário*. São Paulo: Ática, 1989.
- FON FILHO, A. "Criminalização dos movimentos sociais: democracia e repressão dos direitos humanos". In: BUHL, K.; KOROL, C. (Orgs.). *Criminalização dos protestos e movimentos sociais*. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2008.
- FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S.A. *Relatórios de Atividades Realizadas: Melhorias na região do canteiro de obras*. Chapecó-SC, 24 jul. 2007.
- GOHN, M. G. *História dos movimentos sociais no Brasil: a construção da cidadania dos brasileiros*. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. (vol. 2)
- MIRABETE, J. F. *Manual de direito penal*. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – MNDH. *A criminalização dos movimentos sociais no Brasil: relatório de*

- casos exemplares. (Organizado por Rosiana Pereira Queiroz). Brasília: MNDH; Passo Fundo: IFIBE, 2006.
- POULANTZAS, N. *O estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- RIBEIRO, G. L. “¿Cuánto más grande mejor? Proyectos de gran escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos”. Buenos Aires, *Desarrollo Económico*, n. 105, Vol. 27, abr-jun 1987, pp. 3-27.
- ROCHA, H. J. *Relações de poder na instalação de hidreletricidade*. Passo Fundo: EDIUPF, 2013.
- _____. *A condição de atingido por barragem*. Anais do I Seminário Internacional e III Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis-SC, 11 a 13 de agosto de 2010.
- SANTOS, B. S. “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, 2002, n. 63, pp. 237-280.
- _____. “Poderá o direito ser emancipatório?” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra/Portugal, 2003, n. 65, pp. 3-76.
- SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- SEDH. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Relatório do Caso Foz do Chapecó*. Brasília, 29 de setembro de 2007.
- THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MITO, DIVERSIDADE E INTOLERÂNCIA REFLEXÕES E APONTAMENTOS A PARTIR DE CASSIRER E HABERMAS

*Rafael Rodrigues Garcia**

Resumo: Este texto expõe algumas reflexões sobre os desafios que pautam as discussões políticas atuais numa sociedade globalizada. Baseados nas obras de Ernst Cassirer e Jürgen Habermas, exploramos a necessidade de coesão e respeito à diversidade que estes autores discutem, respectivamente, a partir das noções de forma simbólica e agir comunicativo. Partindo da crise da razão que marca o fim da modernidade, tratamos da reflexão sobre os limites desse modelo de razão e o problema da unidade do conhecimento-de-si, que tem como um de seus efeitos a revitalização do pensamento mítico na esfera política. Em seguida tratamos de reflexões sobre o ressurgimento da influência da religião na esfera política, de sua legitimidade e dos desafios que isso representa para a convivência democrática tolerante. Por fim, faremos apontamentos sobre questões hoje em pauta nos debates políticos sobre tolerância e diversidade.

Palavras-chave: pensamento mítico; intolerância; diversidade; Cassirer; Habermas

Abstract: This paper shows some reflections concerning the challenges in the political discussions in the globalized society. Based in the works of Ernst Cassirer and Jürgen Habermas we inquire into the necessity of cohesion and respect to the diversity, discussed by these authors through the notions of symbolic form and communicative action, respectively. Beginning with the crises of reason at the end of modernity, we deal with the limits of this model of reason and the issue of the unity of self-knowledge, which has amongst its effects the revitalization of the mythic thought in the political sphere. After that we deal with considerations about the resurgence of the religion's influence in policy, its legitimacy and challenges to a democratic tolerant acquaintance. At last we present some remarks about issues concerning intolerance and diversity.

Keywords: mythical thought; intolerance; diversity; Cassirer; Habermas.

* Doutorando em Filosofia pela Universidade de São Paulo – São Paulo, SP, Brasil. Bolsista Capes. E-mail: <www.raroga@gmail.com>.

Introdução

Um ponto de convergência entre Cassirer e Habermas é a necessidade de repensar o conceito de razão que deve ser tomado como centro de articulação num mundo multicultural. Cassirer vive a crise da razão que emerge no limiar do século XX; Habermas reflete sobre ela na segunda metade do século. Ambos repensam a razão prática em termos que a impeçam de se identificar com a razão unificadora, identificadora e adversa, portanto, à diversidade. Cassirer recorre ao símbolo; Habermas, ao agir comunicativo. Com este, Habermas trata das ações orientadas para o entendimento mútuo, que pressupõe uma diferença significativa entre os interlocutores, mas que ao mesmo tempo possa ser referida a um denominador comum, ou seja, uma atividade racional que não se orienta instrumentalmente em relação ao mundo e, por isso, faz-se capaz de exercer a necessária mediação entre os interlocutores. Este agir comunicativo pode ser aproximado da noção cassireriana de *forma simbólica* que, em linhas gerais, substitui o conceito estreito de razão derivada do modelo de ciência natural da modernidade pelo símbolo, mais adequado à compreensão dos fenômenos culturais.

Importante aqui é mostrar a centralidade da noção habermasiana para a construção de um modelo de democracia que não se pauta pela subsunção de uma das partes da relação de comunicação à outra, mas pela constatação da existência de uma diversidade concreta que deve ser considerada sem aniquilar uma das partes e sem, de outro lado, cessar a interação, do mesmo modo que faz a teoria das *formas simbólicas* em relação a cada *forma* em particular. A questão de fundo que aqui trazemos sob o pretexto da crise da razão é também aquela que nos leva a pensar nos efeitos nefastos de uma razão concebida estreitamente ou reduzida a instrumento. Dessa estreiteza (cientificista/tecnicista) temos uma postura que desqualifica determinadas manifestações do espírito ao passo que elege outras como modelo. Daqui emergem respostas igualmente intolerantes, como aquelas que as religiões fundamentalistas que tentam desqualificar a razão por completo

e, sem perceber, instauram um clima mítico. De sua redução a instrumento, perdemos o contato com o mundo da ética e do direito, bem como com o da intersubjetividade em sentido próprio. Os efeitos disso são a fragmentação social e decadência da esfera pública e, dela, a intolerância.

Crise da razão

A obra de Cassirer remonta ao neokantismo da Escola de Marburgo, do qual se afasta ao longo de sua trajetória intelectual. A marca desse afastamento é o próprio projeto da *Filosofia das formas simbólicas*, que expressa a limitação do método transcendental da Escola de Marburgo tal qual concebido por Hermann Cohen. Para Cassirer, não era mais possível insistir no conceito de razão que articulava sob si a totalidade dos fenômenos e lhes imprimia sentido e valor. Essa razão, centralizadora e marcada fortemente pela influência da atividade científico-matemática, não é capaz de dar conta adequadamente de todos os fenômenos da existência humana em sua tendência e dinâmica específicas e não pode senão submetê-los ao seu próprio crivo. O paradigma para as ciências humanas proposto pela Escola de Marburgo, ainda sob a batuta de Cohen era ainda por demais logicista – lembremos que este grupo também era conhecido como a escola do Idealismo Lógico. Cassirer, em sua juventude, procura levar o paradigma da Escola até suas últimas conseqüências, procurando adequar suas premissas aos então recentes avanços da lógica empreendidos por Frege e Russell, o que é feito na obra publicada em 1910, *Conceito de substância e conceito de função* (CASSIRER, 1910: cap. I). Anos mais tarde, no texto de abertura do primeiro volume da *Filosofia das formas simbólicas*, Cassirer alude a essa questão, apontando a necessidade que sentiu de mudar os horizontes de sua investigação:

O presente texto constitui o primeiro volume de uma obra cujos esboços iniciais remontam às investigações que se encontram resumidas no meu livro *Conceito de Substância e Conceito de Função*. Estas pesquisas

diziam respeito, principalmente, à estrutura do pensamento no campo da matemática e das ciências naturais. Ao tentar aplicar o resultado de minhas análises aos problemas inerentes às ciências humanas, fui constatando gradualmente que a teoria geral do conhecimento, na sua concepção tradicional e com as suas limitações, é insuficiente para um embasamento metodológico das ciências do espírito. Para que o objetivo fosse alcançado, foi necessária uma ampliação substancial do programa epistemológico (CASSIRER, 1923: 1).

E é aqui que passamos, de fato, à especificidade do projeto das formas simbólicas e ao seu valor como reflexão sobre a crise da razão. Essa crise, que é a marca maior do fim da modernidade, é a crise da legitimidade da razão que decorre da própria exploração da razão empreendida pela modernidade. As pretensões epistemológicas e todas as demais que dela dependiam vieram abaixo, na esteira da ruína da metafísica, a primeira a cair.

N' *O discurso filosófico da modernidade* Habermas expõe o desenvolvimento da racionalidade moderna que posteriormente levaria à crise (HABERMAS, 1985: caps. IV-VI). Há um ponto que devemos aqui destacar: o processo de esclarecimento trouxe em seu bojo de um lado a fragmentação da razão no processo de autonomização que, depois de se livrar das amarras dos encantamentos míticos e miméticos, é interiorizada pela razão, já convertida e degradada em razão instrumental; e, por outro lado, esse mesmo processo de desencantamento alimentou secretamente sua força antagônica: o mito, arcabouço e repositório da coesão social. No primeiro caso, parece hoje haver unanimidade entre aqueles que estudam a modernidade sobre o fato de que sua própria lógica interna levou-a ao colapso da fragmentação que, no limite, conduziria à incomensurabilidade e, destarte, à cessação da possibilidade de diálogo entre domínios especializados distintos – paradoxalmente ao que se esperaria da razão como logos. Ao mesmo tempo, a redução da racionalidade à técnica embota sua

capacidade crítica, além de dissociá-la das suas incumbências não-utilitárias, mormente éticas e estéticas.

Com a assimilação naturalista entre pretensões de validade e pretensões de poder, com a destruição das faculdades críticas, concorre o aperfeiçoamento das culturas de *especialistas*, nas quais uma esfera articulada de validade proporciona uma especificidade às pretensões de verdade proposicional, de justeza normativa e de autenticidade, embora também uma vida própria esotérica, ameaçada, por sua vez, pela dissociação com a práxis comunicativa do cotidiano (HABERMAS, 1985: 162).

Os efeitos se fazem sentir no âmbito da razão prática, que não logra êxito na empreitada de substituir o poder unificador da religião. O anseio romântico pela nova mitologia é prova da percepção que já se tinha da fragmentação que eclodiu na virada do século XX. Nem estetização nietzscheana da filosofia e da ciência nem a ruptura dionisíaca do *principium individuationis* conseguiram alcançar o horizonte fora da razão com o qual conseguiria desmascarar toda a ideologia sem recair, à revelia, em outra. Ao fim e ao cabo, Nietzsche contribui para a destruição das faculdades críticas e, no afã de se desvencilhar da modernidade e superar a metafísica, põe em cena uma nova heteronomia. Heidegger, por seu turno, dissolve o que sobrava da razão em favor de um “pensamento essencial”, “mais rigoroso do que o conceitual” (1967: 353 *apud* HABERMAS, 1985: 194), que no intuito de resgatar o Ser coloca o sujeito numa posição de sujeição vazia. “A dimensão da inocultabilidade que precede a verdade proposicional, passa do projeto consciencioso do indivíduo, que cuida de sua existência, para um destino do Ser, anônimo, que exige submissão, que é contingente e que prejulga o curso da história concreta” (HABERMAS, 1985: 218).

A primazia da (auto-)reflexão, marca do sujeito moderno, é substituída na guinada hermenêutica existencial, e em seu lugar aparece a dimensão do mítico: “O acontecer do Ser pode ser apenas

experimentado com devoção e exposto em narrativas, não podendo ser alcançado nem explicado com argumentos” (HABERMAS, 1985: 215). Lembramos aqui que o significado primeiro de *mythos* é narração e remete à narrativa e ao acesso imediato, ou anterior às mediações da reflexão (razão discursiva). Heidegger busca resgatar o momento anterior ao estabelecimento da metafísica que cindiu o Ser do ente e pretende encontrar esse momento na palavra ressacralizada do poeta: “o sagrado, na qualidade do qual o Ser há de ser expresso na palavra do poeta, é considerado, tal como na metafísica, como absolutamente imediato” (HABERMAS, 1985: 215). No fim, a própria subjetividade é obliterada na noção de destino, num desenvolvimento cujo ápice é a identificação com o nazismo.

O mito na política

Para Cassirer, a perda da unidade do conhecimento, que foi obliterado à medida que as ciências se especializavam em esferas autônomas de valoração, tem por efeito derradeiro e mais pernicioso a crise do conhecimento-de-si do homem (CASSIRER, 1944: cap. 1). A crise da ciência é internalizada no próprio homem: cada ramo específico da ciência dava por si explicações com pretensões universalistas de resolver e desvendar a questão do homem, muito embora as respostas dadas por cada uma dessas ciências só fizessem reduzir os fenômenos a um único ponto de vista e, quando vistas em conjunto, confrontadas entre si, se mostravam incapazes de conciliação.

Nietzsche proclama a vontade de potência, Freud assinala o instinto sexual, Marx entroniza o instinto econômico. Cada teoria torna-se um leito de Procusto no qual os fatos empíricos são esticados para amoldar-se a um padrão preconcebido. [...] Teólogos, cientistas, políticos, sociólogos, biólogos, psicólogos, etnólogos e economistas, cada qual abordou o problema a partir de seu ponto de vista. Combinar ou unificar todos esses

aspectos e perspectivas particulares era impossível. E nem em cada um dos campos especiais havia um princípio científico de aceitação geral (CASSIRER, 1944: 41-2).

Chega-se aqui ao marco zero da fragmentação que caracterizará o final da modernidade. Toda a exposição histórica que Cassirer faz no capítulo inicial do *Ensaio Sobre o Homem* acerca do problema do autoconhecimento tem por fim a crise como a fragmentação do próprio homem, que não tem mais uma “orientação geral”, como teve no mito, na metafísica, na religião e na ciência moderna.¹ A crise que se iniciou com as ciências tornou-se então uma crise da própria racionalidade, da qual a racionalidade moderna é só um exemplo.

A tarefa da filosofia, nessa circunstância, seria a de combater a fragmentação que saiu da racionalidade e abalou toda a cultura, integrando cada uma das disposições específicas do espírito humano numa “unidade conceitual” mais ampla. Essa é a principal razão que faz Cassirer propor sua obra como uma “crítica da cultura”, caudatária, para o autor, da filosofia crítica de Kant. “A crítica da razão transforma-se, assim, em crítica da cultura” (CASSIRER, 1923: 22). É só a partir de um entendimento da dinâmica cultural, tomada como a totalidade das produções do espírito em suas tendências básicas de objetivação, que é possível manter a unidade ameaçada do próprio homem, e só nessa totalidade poderá o homem alcançar finalmente o conhecimento de si.

¹ Nesse ponto, o diagnóstico de Habermas não difere do de Cassirer. Para ele, as separações e autonomizações das esferas da vida do indivíduo “abrem o caminho à emancipação de dependências muito antigas, [mas] serão experimentadas simultaneamente como abstração, como alienação em relação à totalidade de um contexto de vida ético. No passado, a religião foi o selo inviolável posto sobre essa totalidade. Esse selo, não por acaso, rompeu-se” (HABERMAS, 2000: 122).

Tomada como um todo, a cultura humana pode ser descrita como o processo da progressiva autolibertação do homem. A linguagem, a arte, a religião e a ciência são várias fases desse processo. Em todas elas o homem descobre e experimenta um novo poder – o poder de construir um mundo só dele, um mundo “ideal”. (CASSIRER, 1944: 371)

Para resolver o problema da crise, Cassirer propõe uma “ampliação do programa epistemológico”, que é feita pelo deslocamento da categoria de razão para categoria de símbolo como o eixo de articulação dos fenômenos. Para o filósofo, o homem não é apenas um *animal racional*, mas um *animal simbólico* (CASSIRER, 1944: 50). E argumenta:

A racionalidade é de fato um traço inerente a todas as atividades humanas. A própria mitologia não é uma massa grosseira de superstições ou ilusões crassas. Não é meramente caótica, pois possui uma forma sistemática ou conceitual. Mas, por outro lado, seria impossível caracterizar a estrutura do mito como racional. A linguagem foi com frequência identificada à razão, ou à própria fonte da razão. Mas é fácil perceber que essa definição não consegue cobrir todo o campo. É uma *pars pro toto*; oferece-nos uma parte pelo todo. Isso porque, lado a lado com a linguagem conceitual, existe uma linguagem emocional; lado a lado com a linguagem científica ou lógica, existe uma linguagem da imaginação poética. (...) E até mesmo uma religião ‘nos limites da razão pura’, tal como concebida por Kant, não passa de mera abstração. Transmite apenas a forma ideal, a sombra, do que é uma vida religiosa genuína e concreta (CASSIRER, 1944: 49).

Em vez de apostar na articulação das formas simbólicas em torno do conceito de razão, tal como se pretendeu fazer a partir do diagnóstico de autonomização das esferas ao longo da modernidade, Cassirer insiste na diferença dessas formas simbólicas entre si. É preciso perscrutá-las em sua tendência

específica – assim, Cassirer traz à baila a abordagem tautegórica para o mito, em referência direta a Schelling, e a aplica às demais formas simbólicas: cada forma simbólica é uma explicação totalizante dos fenômenos; elas os articulam e, em sua ação, criam mundos. “Sob uma forma simbólica”, diz o filósofo, “deve ser entendida toda a *energia do espírito* através da qual um conteúdo mental de significado é conectado a um signo concreto, sensório e adere internamente a ele” (CASSIRER, 1923b: 79, grifo nosso, tradução nossa).

Fica evidente aqui que a noção de símbolo é mais adequada, dada sua flexibilidade e fluidez, para dar conta daquilo que anteriormente se atribuía à razão. Mas a principal vantagem obtida com essa rearticulação do caráter básico da atividade humana é poder manter um centro de articulação que dê unidade às manifestações do espírito humano e que garanta a cidadania da diversidade dessas manifestações. Cassirer pretende *unir-em-torno* do símbolo tudo aquilo que era *subsumido* à razão. E essa é a grande diferença: a razão opera em função da identificação, do *identificar*, e, portanto, subsume a totalidade a partir de si, ao passo que o símbolo congrega em torno de si e não impinge aos fenômenos uma forma em particular. A razão unifica; o símbolo diversifica. Ele é dotado da versatilidade que falta à rigidez da razão científica. Por conta disso, não se deve esperar dele a univocidade que esta tem como parâmetro. A filosofia da cultura deverá ser a investigação da diversidade cultural; “apreciamos a policromia e a polifonia da natureza do homem” (CASSIRER, 1944: 361).

Tal unidade [a partir do símbolo] não pressupõe uma homogeneidade dos vários elementos de que consiste. Nem tampouco simplesmente admite, ou sequer pede, uma multiplicidade e multiformidade de suas partes constituintes. Trata-se de uma unidade dialética, uma coexistência de contrários. (CASSIRER, 1944: 362)

Somente a partir do símbolo é possível tirar o homem do leito de Procusto.

As formas simbólicas se desenvolvem a partir do solo comum e indiferenciado do mito, que é a primeira forma de relação da consciência com o mundo. A primeira grande cisão na consciência é a que separa o indivíduo do mundo, ou da unidade da vida (CASSIRER, 1925): ela ocorre ao mesmo tempo para fora e para dentro do indivíduo, que apreende os limites do não-Eu e, por conseguinte, delimita o Eu em relação ao mundo que se faz objetivo. Esse é um processo gradual, que tem como um dos estágios intermediários a identificação do Eu com a tribo (no caso das sociedades totêmicas, por exemplo) e com os ancestrais.² A individuação com as características da modernidade é um fenômeno recente, segundo Cassirer, que aqui fala em perspectiva antropológica. É ao solo mítico que o filósofo remete a coesão social, baseado, sobretudo, em Durkheim e Malinowski (Cf. CASSIRER, 1944 e 1925).

As demais formas surgem em diferenciação e oposição à consciência mítica por um processo dialético semelhante ao da fenomenologia de Hegel, com duas diferenças centrais: 1. a primeira figura do espírito não é a consciência sensível, mas o mito, que corresponde a um degrau anterior na escada hegeliana. 2. a dialética do espírito de Cassirer não tende à forma da lógica, na qual se encontra o espírito absoluto e, por assim dizer, o fim da história. Manter a independência das formas simbólicas redundava em manter a dinâmica, o movimento, e isso coloca a cultura numa perspectiva distinta daquela imaginada para a civilização pela modernidade. Os ideais de paz perpétua e de espírito absoluto, *grosso modo*, são caudatários de uma idéia de razão que supõe haver um estado de perfeição, análogo à noção de verdade lógica. No campo da razão prática, é a justificativa da submissão das formas simbólicas à forma lógica (racional, em sentido estreito).

A tarefa da crítica da cultura é dar conta da dinâmica e dos conflitos provenientes da interação das formas simbólicas. Do ponto de vista da totalidade, a cultura forma um sistema harmônico, orgânico. Trata-se de uma harmonia dinâmica, não

² Ver especialmente CASSIRER, 1925: partes II e III.

estática. O surgimento de cada forma não figura um confronto pacífico, mas “um choque de poderes espirituais conflitantes.” (CASSIRER, 1944: 21) No detalhe, é possível notar a concorrência entre as formas simbólicas por hegemonia, da mesma forma que no interior de cada forma há um desenvolvimento dialético entre *reprodução* e *criação*; entre *tradição* e *inovação*.

Esse dualismo é encontrado em todos os domínios da vida cultural. O que varia é a proporção dos fatores opostos. Ora um fator, ora outro, parece preponderar. Essa preponderância determina em alto grau o caráter das formas isoladas e confere a cada uma delas a sua fisionomia particular. (CASSIRER, 1944: 365)

Nesse quadro, o mito e formas primitivas de religiosidade tangenciam o pólo estável da reprodução e da tradição; a linguagem, a arte e as formas mais maduras de religião se equilibram entre um extremo e outro, com ocasionais propensões a um lado ou outro; a ciência é a que mais se aparta do pólo da tradição e da reprodução. Vale notar como o processo de autolibertação é também um processo que leva da tradição, esta que priva e tolhe qualquer manifestação de liberdade individual, ao campo da criação, da construção simbólica do mundo – e nos abre caminho para a civilização. (CASSIRER, 1944: 50)

Tendo como pano de fundo as convulsões pelas quais passava a república de Weimar, o debate entre Cassirer e Heidegger em 1929 representou a vitória do misticismo irracionalista heideggeriano sobre a posição conciliadora e moderada de Cassirer. O debate é sintomático da situação vivida pela Alemanha do fim dos anos 1920 e é um bom exemplo da dilaceração que acometia o homem. Anos mais tarde, n’*O mito do Estado*, Cassirer se deterá em considerar o clima geral do período da República de Weimar, incluindo aí o papel desempenhado por Heidegger, em que o mito sobrepujou a razão. A argumentação de Cassirer consiste numa detalhada explicação da criação e do desenvolvimento dos *mitos políticos* do século XX, com atenção especial à raça totalitária, de Gobineau, ao culto do herói, de Carlyle e a uma interpretação da teoria do Estado de

Hegel (CASSIRER, 1946: caps. XV-XVII). Essas tendências, que têm suas raízes no século XIX, são apropriadas pela máquina nazista de modo a instaurar um ambiente verdadeiramente mitificado: os comportamentos são ritualizados mesmo para as atividades mais corriqueiras; a individualidade é obliterada e pouco a pouco a noção de responsabilidade é delida. A crise econômica somada ao orgulho ferido pela humilhação imposta no tratado que se seguiu ao fim da primeira guerra são o estopim que o mito precisava para conseguir irromper das trevas e novamente dominar a consciência. O inimigo que a razão julgava derrotado e exilado reaparece vigorosamente como um subproduto da crise da razão; assim como afirma a *Dialética do esclarecimento* (que Habermas subscrive), o mito é gestado no seio da racionalidade moderna. O regime nazista se vale do ambiente que encontra e o potencializa, apelando ao arcabouço emocional e não-racionalizado da cultura, de modo a deliberadamente engendrar e difundir o que Cassirer define como *mitos políticos*, noção com a qual marca a diferença entre a forma propriamente mítica de pensamento, aos quais não se pode atribuir autor nem deliberação técnica, e os mitos criados para viabilizar algum fim – no caso em questão, a coesão social sob a figura do herói, o líder, que poderia levar o povo alemão, ariano, a alcançar o que já estava traçado como seu destino desde sua origem e, dessa forma, resolver definitivamente os problemas que tal povo enfrentava. Assim, o *povo*, sob a tutela do líder, foi unido enquanto raça e enquanto partes de uma mesma origem e um mesmo destino – Carlyle; Gobineau; Hegel.

Se tentarmos decompor os mitos políticos contemporâneos nos seus elementos, descobriremos que eles não contêm qualquer aspecto inteiramente novo. Todos os seus elementos já eram bem conhecidos. A teoria de Carlyle do culto do herói e a tese de Gobineau sobre a fundamental diversidade intelectual e moral das raças humanas tinham sido discutidas frequentemente. Mas todas essas discussões permaneciam num plano meramente acadêmico. Para transformar as velhas ideias em fortes e poderosas

armas políticas era necessário qualquer coisa mais. Tinham de acomodar-se ao entendimento de um público diferente. Para esse fim era necessário um novo instrumento – não somente um instrumento de pensamento, mas também de ação. Tinha de ser desenvolvida uma nova técnica. Foi esse o último e decisivo fator. Para utilizar linguagem científica, podemos dizer que essa técnica teve um efeito catalítico. Acelerou todas as reações e deu-lhes o seu pleno efeito. Embora o solo viesse sendo preparado desde há muito para o mito do século XX, não teria produzido o seu fruto sem a utilização hábil da nova ferramenta técnica. (CASSIRER, 1946: 321)

Uma das conseqüências do predomínio da forma mítica na política é a potencialização de uma de suas qualidades mais características: a intolerância. O pensamento mítico, impermeável a argumentos e irredutível em sua posição, é talvez, e por si só, a força com potencial mais devastador dentre aquelas que compõem o conjunto da cultura. Tendo em mente que ele é a figura mais próxima da reprodução e da tradição (mais avessa à liberdade do espírito), percebemos que o seu ressurgimento como eixo de articulação numa sociedade complexa só pode acontecer a partir de uma espécie de interversão e hipóstase da racionalidade (em sentido amplo) que a faz abdicar como que instantaneamente da liberdade que a caracteriza em favor da segurança trazida pelo grillhão do mito. Cassirer não é exatamente otimista em relação às perspectivas da política em relação a isso. Nos parágrafos finais d'*O mito do Estado*, ele diz:

Está para além do poder da filosofia destruir os mitos políticos. Em certo sentido, o mito é invulnerável. É impenetrável aos argumentos racionais; não pode ser refutado por silogismos. Mas a filosofia pode prestar-nos outro serviço importante. Pode fazer-nos compreender o adversário. (CASSIRER, 1946: 341. Grifo nosso).

Talvez a assertiva de Cassirer não seja de todo pessimista. Para bem entendermos o que aqui está em jogo, basta considerar que a destruição dos mitos equivaleria a garantir a perpetuação de um estado de liberdade. Ora, estaríamos aqui reiterando a expectativa iluminista de um momento de pleno esclarecimento, uma vez que liberdade, autonomia e esclarecimento são termos indissociáveis. O que Cassirer diz aqui é apenas: não há um momento tal de plena vitória da razão sobre as forças míticas, seu oposto. Mas se a vitória está fora de questão, nem por isso estamos fadados à submissão ao poder do mito. O filósofo abre assim um caminho, característico da filosofia das formas simbólicas e, destarte, incumbência de uma filosofia crítica da cultura: *compreensão*.

Infelizmente não podemos contar com os desdobramentos dessa ideia feitos pelo próprio filósofo, que faleceu quando *O mito do Estado* estava em seus estágios finais de redação. Contudo, levando em conta o que foi aqui exposto, depreendemos que estes desdobramentos conteriam a defesa de um modelo político que se pautasse pela viabilização dessa compreensão entre formas diversas da cultura humana. Algo que apenas pode ser garantido por um sistema democrático. Podemos ainda dizer, *en passant*, que a atitude de *compreensão* do filósofo se articula com duas questões centrais: a necessidade de tornar possível o diálogo, por um lado, e a necessidade de evitar a intolerância, por outro. De certa forma, ambas as questões são interdependentes e se entrelaçam na problemática da obra de Habermas, quando este articula sua concepção de democracia dando primazia à noção de agir comunicativo.

A religião na esfera pública

A guinada de Habermas em direção ao debate sobre a influência das religiões nos sistemas políticos modernos foi, para muitos, surpreendente, pois que representa uma mudança profunda no paradigma da teoria política (em boa medida

weberiano) que vê o progresso social e a instituição democrática moderna como um processo atrelado à laicização do Estado e a democracia moderna como um produto da separação entre igreja e Estado, associado a ideais libertários iluministas. Assim, admitir que tal processo histórico não represente o caminho “natural” do desenvolvimento social, mas, contrariamente, talvez seja apenas “um caminho que foge à normalidade” (HABERMAS, 2005: 131), é algo de fato inesperado. Contudo, o aumento da influência política das religiões é um fato – e talvez o mais apropriado – que nos leva a refletir sobre os limites da própria democracia e de sua capacidade de dar lugar à pluralidade e ao diverso. Antes, porém, de tratar propriamente da questão do papel da religião nas sociedades contemporâneas, cabe um breve excursão sobre a noção de agir comunicativo, tal qual desenvolvida por Habermas.

Esta noção aparece na obra homônima *Teoria do agir comunicativo*. Vale ressaltar que a obra em questão tem uma temática que, partindo de outra perspectiva histórica, pode ser aproximada da filosofia das formas simbólicas, já esboçada aqui: a obra faz um apanhado do desenvolvimento da racionalidade moderna que culmina na redução desta à razão instrumental. Nessa perspectiva, a razão comunicativa surge da necessidade de recuperar a dimensão da razão que possibilita o entendimento mútuo, livre de dominação. Com essa ampliação de perspectiva Habermas não foge apenas do modelo weberiano. Simultaneamente, ele consegue rearticular o diagnóstico pessimista de Horkheimer e Adorno, segundo os quais a capacidade crítica foi esvaziada na medida em que a racionalidade recrudescer ao mero serviço da autoconservação. Diz Habermas:

Na modernidade cultural, a razão é despida definitivamente de sua pretensão de validade e assimilada ao puro poder. A capacidade crítica de tomar posição ante algo com um ‘sim’ ou um ‘não’, de distinguir entre enunciados válidos e inválidos é *iludida*, na medida em que poder e pretensões de validade entram em uma turva fusão. (HABERMAS, 1985: 161).

Dessa fusão brotam os problemas epistemológicos, já mencionados, que invadem os outros domínios da atividade humana ou, no léxico habermasiano, o mundo da vida, noção cara a Habermas para dar conta das suposições de fundo não-problematizadas e partilhadas intersubjetivamente.

Uma das grandes vantagens da noção de agir comunicativo é sua capacidade de congregar diversos discursos que concorrem no mundo da vida, além de, na mesma medida, problematizar seu ponto de partida e validade; em suma, criticá-los, mas de uma forma diferente daquela empreendida pela primeira geração da teoria crítica, pois que realizada do ponto de vista da filosofia da linguagem em vez da filosofia da consciência. Enquanto nesta última, reinante na filosofia (e na política) moderna, a dimensão da solidariedade é obliterada no renitente solipsismo cartesiano que não cessa de voltar à baila e que, do ponto de vista da razão prática, conduz à falácia do “atomismo social”, a razão comunicativa se apóia justamente na intersubjetividade, anterior à própria percepção de interioridade/individualidade, e, desse modo, parte do pressuposto da ação coletiva produtora de significado. Bem entendida, a ação comunicativa dá acesso apenas indireto ao mundo objetivo, mas permite o entendimento direto e, por este motivo, é imprescindível para a convivência e para o exercício político democrático³, este que deve se basear na deliberação. Com efeito, a própria definição de esfera pública em Habermas tem como eixo central a noção de razão comunicativa.

De volta, pois, ao problema do inesperado aumento da religião na política, que ocorre também em democracias consolidadas, ou seja, em sociedades nas quais a separação entre Estado e igreja já não é mais ponto de problematização, além daquelas que, ainda sem tal separação, parecem caminhar rumo ao desenvolvimento social com matiz democrático.

³ Com efeito, poderíamos mesmo concordar aqui com Aristóteles, salvaguardadas as diferenças conceituais aqui e lá, quando ele afirma que só a democracia é, com o sentido próprio do termo, política.

É importante dizer que esse ressurgimento da religião no meio político não tem uma única e mesma causa em todas as situações em que acontece. Se é verdade que, “desde os dias da Revolução Francesa, as forças de um tradicionalismo religioso que se auto-interpreta como contra-revolucionário” (HABERMAS, 2005: 130) são conhecidas, é também verdade que, mundo afora, o ressurgimento da religião no seio político aparece como resistência aos valores ocidentais em algumas sociedades do oriente médio, por exemplo, mas também como resgate tradicionalista dentro de determinadas configurações políticas ocidentais, ou mesmo como movimentos pioneiros de luta pelos direitos humanos. No Brasil, por exemplo, a religião vem aparecendo no debate político tanto com temas tradicionalistas e conservadores, como na luta pela manutenção da proibição do aborto e da união homoafetiva, quanto em lutas de bandeiras de esquerda, como a reforma agrária.

Entretanto, o que está aqui em questão é a capacidade que tem a religião, ou melhor, os cidadãos religiosos, de participarem efetivamente da vida política democrática. A questão fica clara quando lembramos que é uma característica marcante de toda religião apresentar-se como a instância de legitimação por excelência para todos os âmbitos da vida do fiel, valendo-se de justificativas de cunho metafísico. Do ponto de vista de uma democracia deliberativa, que supõe conciliação de interesses e, ainda mais importante, dado que estamos num ambiente pós-metafísico em cuja dinâmica os valores são legitimados pela própria concordância em relação a eles, o que se questiona é a capacidade de um cidadão religioso de se adequar a resoluções conflitantes com as premissas de sua doutrina, ou de agir segundo interesses do laico do Estado. Devemos lembrar que uma religião “se infiltra nos poros da vida cotidiana” (HABERMAS, 2005: 144), de tal sorte que “opõe-se, segundo o teor da objeção, a qualquer tipo de transposição de convicções políticas enraizadas na religião para *outra* base cognitiva.” (Ibidem) Em outras palavras, se analisamos uma religião a partir de seus fundamentos, e se apelamos a eles para entender a via de ação escolhida por um de seus adeptos, nela encontramos uma forte intransigência que não permite ao

fiel fazer concessões a outras formas de legitimação e, portanto, nem mesmo se presta ao debate. O mesmo se dá entre religiões de orientações diferentes, que não se dispõem a entrar em acordo entre si e, eventualmente, chegam a ser irreconciliáveis em pontos vitais de suas doutrinas, criando um clima de animosidade que cinde a sociedade.

Não é possível aplainar cognitivamente a concorrência entre doutrinas religiosas e visões de mundo [...] Tão logo, porém, tais dissonâncias cognitivas se infiltram nas bases da convivência dos cidadãos, regulada normativamente, a comunidade política se segmenta em comunidades religiosas e comunidades que adotam visões de mundo irreconciliáveis [...] (HABERMAS, 2005: 153-4).

Habermas não refuta a legitimidade da interferência da religião na política. Sua participação é válida na medida em que um regime democrático é composto de elementos diversos e deve dar vez e voz a todos eles. Contudo, visto que a religião e a razão (científica) constituem pólos opostos – e não raras vezes mutuamente excludentes – de configuração de visões de mundo, além de compartilharem tendências “totalizantes”, ou seja, a pretensão de serem, cada uma, a única cosmovisão plausível e principalmente por se colocarem como mutuamente indisponíveis para diálogo com seu lado oposto, Habermas se vê em posição de desenvolver “uma concepção [do papel político da religião] cuja finalidade principal consiste em mediar entre os dois lados discutindo as propostas revisionistas que atingem fundamentos da autocompreensão liberal.” (HABERMAS, 2005: 135) Trata-se aqui de aplicar a noção de razão comunicativa como meio de estabelecer um diálogo possível entre as partes interessadas. Para tanto, o filósofo deve analisar os pressupostos cognitivos necessários aos cidadãos – laicos ou religiosos – para que estes possam efetivamente cumprir o papel de civilidade que lhes é requerido. Tal análise tem de levar em conta, de um lado, as bases pré-políticas de um Estado democrático e, de outro, deve insistir

na tolerância como item indispensável para a convivência numa sociedade pluralista.

Podemos aqui partir do conceito de cooriginalidade, segundo o qual podemos conceber que os cidadãos sejam a um só tempo autores e destinatários das leis que seguem. Ora, é preciso lembrar que os cidadãos religiosos (em Estados seculares) “mesmo quando aduzem razões religiosas estão assumindo posição em sentido político” (HABERMAS, 2005: 147), o que significa que, de antemão, eles tomam como legítimo o Estado ao qual estão submetidos. Em alguns casos, percebemos como a história constitucional se liga à própria determinação da religião, que se desenvolve enquanto tal sob a proteção do Estado laico. O melhor exemplo disso é o dos Estados Unidos.

O poder do Estado, cuja postura quanto a visões de mundo era neutra, não tinha, em primeira linha, o sentido negativo de proteger os cidadãos contra imposições oriundas da consciência ou da fé. Ele deveria, ao invés disso, garantir para os colonos que tinham dado as costas à velha Europa a liberdade positiva de colocar em prática, sem restrições, sua respectiva religião. Por isso, até hoje em dia, qualquer uma das partes envolvidas numa discussão sobre o papel político da religião pode reiterar sua lealdade para com a constituição. (HABERMAS, 2005: 134).

O pressuposto cognitivo básico – e isso vale tanto para cidadãos religiosos quanto para seculares – é o de que haja respeito recíproco

como membros de sua respectiva comunidade política, dotados de iguais direitos, apesar de seu dissenso em questões envolvendo convicções religiosas e visões de mundo; sobre esta base de uma solidariedade de cidadãos do Estado, eles devem procurar, quando se trata de questões disputadas, um entendimento mútuo motivado racionalmente, ou seja, eles são obrigados

a apresentar, uns aos outros, bons argumentos.
(HABERMAS, 2005: 137).

Há duas questões a ressaltar aqui. A primeira é a de que o pressuposto cognitivo implica presumir no outro “racionalidade”: “Tal potencial [de intuições morais universais] faz do discurso religioso [...] um candidato sério a possíveis conteúdos de verdade.” (HABERMAS, 2005: 148-9) A segunda, a existência de uma aspiração de legitimidade em suas motivações: “uma vez que todos desejam os *mesmos* tipos de bens compartilháveis, podem [os cidadãos de orientação religiosa] assumir compromissos [com um Estado laico].” (HABERMAS, 2005: 153)

Sem o laço unificador de uma solidariedade [...] os cidadãos não conseguem entender-se como participantes, com iguais direitos, de uma prática comum que possibilita a formação da opinião e da vontade na qual *uns devem aos outros argumentos* para seus posicionamentos políticos. (HABERMAS, 2005: 154).

É notável a insistência de Habermas na necessidade de que os conflitos sejam solucionados por meio da argumentação. É por isso que é central em sua proposta a noção de tradutibilidade, que aparece como uma condição para a participação de religiosos na esfera pública. “Só valem como legítimas”, afirma Habermas,

as decisões que puderem ser tomadas à luz de argumentos acessíveis em geral, isto é, que são imparciais tanto para cidadãos religiosos como para não-religiosos, como também para cidadãos de orientações de fé distintas. O exercício de um poder que não consegue justificar-se de modo imparcial é ilegítimo porque, nesse caso, um partido estaria impondo sua vontade ao outro. Cidadãos devem apresentar, uns aos outros, argumentos porque

somente assim o poder político perde o seu caráter eminentemente repressivo. (HABERMAS, 2005: 139)

A acessibilidade ao público em geral (laicos ou de outras denominações religiosas) é condição para que as demandas religiosas façam parte das agendas institucionais, de modo a efetivar a influência que pretendem ter no processo político. Para tanto, a autopercepção religiosa precisa processar a dissonância cognitiva que conta contra ela (assimetricamente, já que não pesam para cidadãos seculares em geral). Esquemáticamente, Habermas pontua três mudanças de enfoque que as religiões devem adotar para pôr fim à dissonância: 1. Aceitar o fato do pluralismo religioso e refletir sobre si mesma a partir dele; 2. Aceitar os saberes seculares e o monopólio de especialistas a partir da determinação da relação destes com seus dogmas e; 3. Aceitar a primazia dos argumentos seculares na esfera política, mesmo nos campos do direito e da moral. Podemos reduzir toda a questão a um denominador comum: uma democracia efetiva é formada por múltiplos discursos e o discurso moral (que aparentemente é o mais comum às religiões) é apenas um deles. Insistir nesses pontos é insistir para que a religião mantenha-se em constante reflexão, ou supô-la. É nesse sentido que Habermas fala em processos de aprendizagem que se configuram quando da observância desses enfoques. Vale frisar que o mesmo é válido para a razão secular em relação aos conteúdos advindos da religião. “A compreensão perspicaz de cidadãos seculares, de que é preciso viver numa sociedade pós-secular *sintonizada epistemicamente* com a sobrevivência de comunidades religiosas”, diz Habermas,

depende de uma mudança de mentalidade cujas pretensões não são menores do que as de uma consciência religiosa que precisa adaptar-se aos desafios do entorno que se seculariza cada vez mais [...] Sem tal pressuposição cognitiva, não se pode exigir nenhuma expectativa normativa de um uso público da razão [...] Tal pressuposição significa que o etos democrático de cidadãos do Estado só pode

ser imputado simetricamente a todos os cidadãos se estes, tanto os seculares como os religiosos, passarem por processos de aprendizagem *complementares*. (HABERMAS, 2005: 158).

Aqui, de uma única tacada Habermas se põe na esteira da compreensão do esclarecimento de Kant, que o vincula a um processo que se dá pelo uso público da razão e reposiciona o papel da tolerância, tratado pelo mesmo iluminista, mas que aqui toma a forma da convivência numa sociedade plural.

Tolerância mútua exige, por isso, das próprias comunidades seculares 'fortes', o engate cognitivo de seu etos interno à moral da humanidade, a qual prevalece no entorno social e político. [...] O empurrão para a reflexão que as sociedades dotadas de uma pluralidade de visões de mundo esperam da consciência religiosa constitui, por seu turno, um protótipo para a configuração mental de sociedades multiculturais. Portanto, um multiculturalismo bem-entendido não constitui apenas uma via de mão única para a autoafirmação cultural de grupos que possuem identidade própria. Por outro lado, a coexistência, com igualdade de direitos, de diferentes formas de vida não pode levar a uma segmentação. Ela exige uma integração dos cidadãos do Estado – e o reconhecimento recíproco de suas pertencas a grupos subculturais – no quadro de uma cultura política compartilhada. A autorização para formar características culturais típicas exige, como condição preliminar, que os 'cidadãos da sociedade' se entendam – para além de qualquer tipo de fronteira subcultural – como 'cidadãos do Estado' de uma mesma comunidade política. (HABERMAS, 2005: 300).

Diversidade e tolerância

Por fim, cabe juntar as perspectivas de Cassirer e Habermas a partir do que aqui foi exposto. A fragmentação da racionalidade que marca o fim da modernidade teve como um de seus frutos o ressurgimento do mito no seio da sociedade e esse processo culminou no surgimento do regime político mais nefasto de que se tem notícia na história recente justamente no interior de um sistema democrático, o de Weimar. A intolerância e a comunicabilidade se tornaram impraticáveis e o próprio regime democrático – talvez por sua própria incapacidade de diálogo – foi aniquilado sem aparente resistência. A exposição histórica de Cassirer sobre os mitos políticos é também a história do distanciamento crítico dos elementos que estavam por sob o aparente progresso político. Isso nos põe a repensar a pretensão de “eternidade” de nossas aquisições culturais (ciência, artes, religião etc.). “Devemos sempre estar preparados para convulsões violentas que podem abalar o nosso mundo cultural e a nossa ordem social nas suas fundações”, diz Cassirer (CASSIRER, 1946: 342). E acrescenta:

Os poderes do mito foram desafiados e vencidos por forças superiores. Enquanto essas forças intelectuais, éticas e artísticas estão em pleno vigor, o mito está dominado e subjugado. Mas, apenas elas começam a afrouxar, o caos volta outra vez. O pensamento mítico ergue-se de novo e infecta toda a vida cultural e social do homem. (CASSIRER, 1946: 343)

A advertência de Cassirer nos parece plenamente atual. Quase um século depois do fim do regime nazista, presenciamos um aumento significativo de tendências fascistas mundo afora, além da assim chamada “guerra contra o terror”. Muitas dessas tendências são de matiz religioso e outras tantas, advindas de Estados laicos, se apoiam numa moralidade hipostasiada tipicamente mítico-religiosa que vem fazendo crescer a olhos nus o clima de intolerância. Tal intolerância, ainda, parece ser dirigida

a grupos isolados “eleitos” como plenamente desarrazoados e, destarte, grupos inaptos ao diálogo e ao entendimento pacífico – os muçulmanos, por exemplo. Em seu lugar, a alternativa propalada é a da intervenção violenta contra tais grupos, como se estes fossem a causa única dos males da sociedade – convertidos, miticamente, em bodes expiatórios – tal como o nazismo fez com todos os não-arianos.

A reação de tais grupos, quando são organizados, não é menos intolerante, posto que generalizam sua revolta contra um abstrato “ocidente” e identificam como problema, por vezes, o Estado laico e a própria democracia. Uma vez que a matriz religiosa esteja mais presente, o “combate” contra as “forças inimigas” ganha ares de dever religioso e, como tal, faz-se inquestionável – novamente, não há diálogo; a razão (comunicativa) não é chamada a participar, muito embora seja aqui que ela se faça indispensável. O risco óbvio é de um recrudescimento da fragmentação social e de um esfacelamento da esfera pública que colocaria novamente em xeque o projeto de uma sociedade cosmopolita.

Habermas é contundente em mostrar como o processo de globalização não será efetivado simplesmente por meio do estabelecimento de uma comunidade política de direito. Os processos de formação da vontade são imprescindíveis tanto quanto dependentes do próprio exercício democrático, balizado pelo agir comunicativo. É preciso ter sempre em mente que o exercício comunicativo não se finda, tanto quanto não se finda a disputa entre as formas simbólicas. A dialética da cultura é sempiterna na mesma medida em que o agir comunicativo demanda a possibilidade de problematização irrestrita.

O exercício democrático é a convivência com o diverso, ao qual nos unimos por meio de um sentimento de igualdade (enquanto seres humanos), de reconhecimento, que, em última instância, funda o direito e a ética. Estes pontos, entretanto, estão sempre sob a ameaça do arcabouço mítico – este que tende a ressurgir sempre que a sociedade encontra um problema para o qual não vislumbra solução racional. Nesse sentido, as crises econômicas que vivemos desde 2008 são fatores que contribuem

significativamente para o aumento das tendências nacionalistas de matiz fascista, que eventualmente extrapolam para discriminações de ordem étnica e racial. De todo modo, são ocasiões que, como tal, fazem sobressair as diferenças regionais em detrimento dos fatores de integração que possibilitariam a manutenção do diálogo e da compreensão. Para todas elas, a filosofia e as ciências sociais precisam manter a vigilância, pois é a elas que cabe neutralizar os mitos políticos e promover a tolerância, condições de possibilidade da democracia efetiva.

Bibliografia

CASSIRER, E. (1944) *Ensaio sobre o homem*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. (1923) *Filosofia das formas simbólicas* vol. I – Linguagem. São Paulo: Martins fontes, 2001.

_____. (1925) *Filosofia das formas simbólicas* vol. II – O pensamento Mítico. São Paulo: Martins fontes, 2004.

_____. (1946) *O mito do Estado*. São Paulo: Códex, 2003.

_____. (1923b) *Der Begriff der symbolischen Form im Aufbau der Geisteswissenschaft*. Ernst Cassirers Gesammelte Werke. Hamburg: Felix Meiner, 1998.

_____. (1910) *Substanzbegriff und Funktionsbegriff*. Ernst Cassirers Gesammelte Werke. Hamburg: Felix Meiner, 1998.

HABERMAS, J. (1985) *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. (2005) *Entre naturalismo e religião*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2007.

Recebido em 09/09/13.

Aprovado em 13/05/14.

“O SOL DA LIBERDADE PURA AQUI RELUZ CONTÍNUO”: A CONSTRUÇÃO DA IMPRENSA LUSÓFONA NA INGLATERRA (1808-1822)¹

*Luís Francisco Munaro**

Resumo: O estudo da imprensa periódica luso-brasileira na cidade de Londres entre 1808 e 1822 revela a necessidade sentida pelos elementos luso-brasileiros de instaurarem um dizer-suporte para significar o Reino Português diante do público inglês. O confronto com os jornais ingleses permitiu a solidificação e mesmo a definição de linhas profissionais para o funcionamento da imprensa em Portugal e Brasil. Além disso, forneceu dados importantes para pensar o papel dos intelectuais exilados para o fomento de uma esfera pública literária em língua portuguesa cujas bases de sustentação estavam protegidas pela constitucionalidade britânica.

Palavras-chave: história do jornalismo português; esfera pública burguesa; *The Morning Chronicle*; *Correio Braziliense*; Hipólito da Costa.

Abstract: The study of the Luso-brazilian periodical press in the city of London between 1808 and 1822 reveals the need felt by Luso-Brazilian elements to introduce one “support of telling” for Brazil before the English public. The comparison with the well-established English press allowed to solidify and even to define professional lines for the operation of the press in Portugal and Brazil. It also provided important data to think about the role of the press in exile for the promotion of a literary public sphere in Portuguese, whose support bases were established precisely on foreign soil protected by British constitutional history.

Keywords: history of portuguese journalism; bourgeois public sphere; *The Morning Chronicle*; *Correio Braziliense*; Hipólito da Costa.

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) – Boa Vista, Roraima, Brasil. E-mail: <luismunaro@yahoo.com.br>.

¹ Um esboço desse artigo foi apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Manaus – 2013).

O jornalismo é uma atividade fundamental para a configuração de práticas sociais modernas. Assim como formas modernas de urbanidade e conduta são profundamente afetadas pelo discurso dos jornais. Conforme a vida se voltava para o espaço público no início do século XVIII, aumentava a necessidade de dados precisos sobre o espaço e o tempo, de forma que o círculo de interdependências urbano pudesse se tornar cada vez mais eficaz. Os jornais, pelo tempo a que aludiam e pelo esforço de sociabilidade urbana de que faziam parte, ajudavam a conferir precisão ao calendário e passavam a adquirir um papel cada vez maior na estruturação do cotidiano do homem moderno. Como descreve Benedict Anderson, bastava a data no alto da página dos jornais para assegurar aos leitores a passagem dos dias, sintonizando todos dentro de uma mesma narrativa cujo desfecho era a realização nacional (ANDERSON, 1989).

Segundo Jürgen Habermas, a consolidação do jornalismo estava vinculada à redação regular de epístolas que forneceram uma autonomia cada vez maior para o redator diante do seu público leitor (HABERMAS, 2003: 35). Estas cartas dirigidas regularmente assumiram a representação dos afetos e necessidades do leitor transformado em correspondente imbuído do espírito liberal de entendimento.² O jornalismo epistolar, ao contrário da Gazeta de coloração oficial, começava a se aproximar do seu público a partir do pressuposto de que ele constituía um grupo ligado por interesses privados semelhantes. Isso começava a acontecer mais nitidamente no início do século XVIII, em Londres, quando Daniel Defoe, gênio criativo considerado também um dos precursores do ensaísmo jornalístico, lançou entre 1704 e 1713

² A partir disso, o autor acrescenta que “A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social” (HABERMAS, 2003: 42).

o periódico *Weekly Review*. À medida que anexava as cartas de seus leitores, Daniel Defoe também buscava detectar os seus gostos, ajudando a configurar uma esfera íntima de reflexões, independentes de qualquer autoridade externa à consciência individual. Iniciativas voltadas para o público doméstico já começavam a tocar em preocupações que remetiam à construção e organização do foro íntimo, lentamente convertido em foro privado. A expressão muito utilizada pelos jornalistas portugueses, “tribunal da opinião pública”, concernia ao grupo de pessoas privadas unidas em torno da representação de seus interesses.

A ideia de fórum representa com relativa clareza a pretensão do jornalismo. No caso do jornalismo luso-brasileiro, a possibilidade de realizar um fórum em língua portuguesa está aberta aos portugueses no início da migração de 1807, quando o Marechal francês Junot invadiu Portugal. Os portugueses deram origem em Londres a uma proffícua e movimentada comunidade de exilados políticos, que explorou ao máximo as possibilidades oferecidas pela liberdade de divulgação intelectual – inexistente em Portugal até a Revolução Liberal do Porto, em 1820. Os esquemas mentais do reformismo pombalino, que caracterizavam o que havia de mais *moderno* em Portugal, encontraram em Londres a imprensa diária e a esfera pública inglesa em pleno processo de ebulição. Nesse sentido, o que este texto busca perceber são os diálogos escritos e os contatos e atritos intelectuais movidos pelos portugueses emigrados, derivados, segundo eles, de uma má avaliação que a imprensa inglesa fazia de Portugal e do Brasil.

Em sua busca crescente por representatividade política, e como eco da comunidade de comerciantes exilados em Londres e no Brasil, a mentalidade lusófona foi responsável pela publicação de um amplo número de jornais, considerados aqui como um promissor fórum de doutrinas políticas. Estes jornais surgiram e se multiplicaram ao redor dos princípios iluministas esboçados por Hipólito da Costa e foram lentamente trabalhados para caberem dentro das especificidades luso-brasileiras. Dentre estes jornais cuja menção é mais importante, entre 1808 e 1822, cabe destacar: o *Padre Amaro* (1820-1826), escrito por Joaquim Ferreira de Freitas;

O Português (1814-1822) e *O Espelho* (1813-1814), por Bernardo da Rocha Loureiro; *O Campeão* (1819-1821), por José Liberato; *O Investigador* (1811-1819), por José Liberato, José Abrantes e Castro e Vicente Nolasco; e *O Correio Braziliense* (1808-1822), pelo brasileiro Hipólito José da Costa. Isso para não falar em jornais mais inexpressivos e temporários, como o *Argus* (1809) e o *Zurrague* (1821), pelo absolutista José Anselmo Correia, e a *Navalha de Figaró* (1821), cuja autoria ainda é desconhecida.

É preciso lembrar que esse processo de construção da imprensa lusófona no exterior se dá a partir do contato ativo com a imprensa inglesa e os espaços sociais ingleses disponíveis ao acesso estrangeiro. Frequentemente, os jornais portugueses roubavam temas dos periódicos ingleses, comentavam suas publicações e, no esforço contínuo de rebater as acusações britânicas, acabavam forjando um espaço próprio para a expressão da mentalidade portuguesa e também para o treinamento intelectual dos componentes da imprensa lusófona.

Os portugueses na imprensa inglesa

Com uma comunidade de leitores escassa, os jornais portugueses publicados no emigrado são todos mensais, com exceção do quinzenal *Campeão*, surgido às vésperas da Revolução Liberal de 1820, e do diário *O Espelho*, que sobrevive apenas alguns meses entre 1813 e 1814. No que diz respeito ao formato, esses jornais se parecem mais com os semanários ingleses, tais como *Edinburgh* e *Quarterly Review*, do que com os diários disponibilizados nas tavernas e mencionados por eles à exaustão, em especial *The Times* e *The Morning Chronicle* (NUNES; PEREIRA, 1993: 203). Estes dois não apenas são mencionados com frequência como também são procurados por leitores portugueses que almejam tornar públicos os seus comentários a respeito dos importantes acontecimentos em curso entre 1808 e 1822. Mais do que isso, os jornais ingleses tematizam constantemente Brasil e Portugal e ajudam a expandir a rede das sociabilidades portuguesas no estrangeiro. A edição do

Morning Chronicle de 29 de junho de 1808 noticia, por exemplo, a reunião de mercadores ingleses que buscam negociar com o Brasil. Na mesma edição está a carta de despedida do príncipe D. João aos povos portugueses, ao lado de uma lista de indivíduos que embarcaram para o Brasil. Tanto este jornal quanto o jornal *The Times* começavam, ao contrário dos incipientes periódicos lusófonos, a investir numa rede de correspondentes para ultrapassar as limitações inerentes às malas postais. Destarte, converteram-se, muitas vezes, eles mesmos em fornecedores de panoramas e argumentos para os jornais portugueses. O pioneirismo no investimento em redes de repórteres coube, segundo Ellis Wasson, ao jornal *Morning Chronicle*, que

teve, inicialmente, mais cuidado com este processo do que seus concorrentes. Foi o primeiro jornal a usar equipes de repórteres para registrar debates e durante anos a sua cobertura foi considerada superior à do *The Times*. Seus membros, por vezes, noticiaram que os discursos dos parlamentares whig foram baseados imediatamente no trabalho produzido por eles mesmos (WASSON, 2006: 76. Tradução nossa³).

A imprensa que se multiplicava em Londres também fazia um amplo trabalho de coleta de jornais estrangeiros, de onde retirava informações. As menções mapeadas vão desde a *Gazeta de Moscou* até a *Gazeta de Buenos Aires*. A metalinguagem tornou-se entre os jornais ingleses um esforço crítico que permitia aos próprios jornais refletirem os seus padrões impressos e incorporar novas posturas à sua práxis profissional. Desse longo inventário não escapa, evidentemente, a imprensa portuguesa. Quanto aos

³ Do original: “initially paid more care to this process than its competitors. It was the first paper to use teams of reporters to record debates and for years its coverage was considered superior to that of *The Times*. Its compositors were sometimes given the notes on which whig speeches were based immediately after delivery and worked directly from the”.

jornais portugueses no início do século XIX, o *Morning Chronicle* elencou os seguintes:

O *Portuguez Constitucional*, O *Patriota*, O *Liberal*, O *Mnemosine Constitucional*, O *Pregoeiro Lusitano*, O *Observador Constitucional*, impressos em Lisboa, juntamente com outros da Imprensa do Porto, já chegaram até nós, e confessamos que temos lido o seu conteúdo com prazer e espanto. Essa é a principal vantagem que se seguiu à "comoção forte e saudável" em que o português resolveu elevar-se diante de uma degradação que não podia mais ser suportada e promover uma reforma geral em todas as suas preocupações nacionais. Seus progressos neste importante trabalho sempre vão nos proporcionar sincera satisfação (*The Morning Chronicle*, 13 de novembro de 1820. Tradução nossa⁴).

O jornal aponta o estado de relativo desenvolvimento da imprensa em língua portuguesa na entrada dos anos 1820, quando o rompimento da censura surge como consequência da Revolução Liberal do Porto. A extensão da rede de periódicos portugueses utilizados em Londres chega também no Brasil. O jornal *Morning Chronicle* faz um esforço tão amplo de mapeamento que não deixa nem passar a "Gazeta da Bahia", o jornal *Idade d'Ouro* (Golden Age) escrito e editado por Diogo de Bivar, referindo-se à capitulação dos revoltosos pernambucanos diante das tropas governistas baianas em 1817:

⁴ Do original: "the *Portuguez Constitucional*, O *Patriota*, O *liberal*, O *Mnemosine Constitucional*, O *Pregoeiro Lusitano*, O *Observador Constitucional*, printed in Lisboa, together with others from the *Oporto press*, have already reached us, and we confess we have noticed their contents with delight and astonishment. Such is the primary advantage that has followed the 'strong and healthful commotion' on which the Portuguese resolved in order to raise themselves from a degradation they could no longer endure, and promote a general reform in the whole of their national concerns. Their further progress in this important work, it will always afford us heartfelt satisfaction to trace".

Do jornal brasileiro "Idade do Ouro", 30 de maio. Mil parabéns, mil glórias à Bahia e a todos os fiéis súditos de Sua Majestade Fidelíssima, o Rei, nosso Senhor! Mil parabéns, e mil glórias! E por quê? - Porque os soldados da Bahia foram Cipiões reais, não apenas no nome, mas em obras (*The Morning Chronicle*, 2 de agosto de 1817. Tradução nossa⁵).

O *Correio Braziliense*, outro coletor exaustivo de documentos e gazetas estrangeiras, também é mencionado pelo *Morning Chronicle* ao incorporar artigos sobre a educação na Espanha (4 de setembro de 1816). Mais sugestiva, contudo, é a menção a Hipólito da Costa, a única que conseguimos mapear nos extensos anos do *Morning Chronicle*, curiosamente depois do término de seu periódico. Hippolyto J. Da Costa, "esquire", é citado como membro do "British commercial life insurance company", situado em Cornhill, "para o seguro de vida e sobrevivência, doações para Crianças, anuidades imediatas ou diferidas, compra e venda de reversões e anuidades, etc. etc" (*The Morning Chronicle*, 3 de janeiro de 1823, tradução nossa). Pela amplitude da imprensa inglesa no período, é difícil perceber o real trânsito que a comunidade portuguesa tinha em suas páginas. Contudo, algumas indicações sugerem que Hipólito da Costa se tornou uma figura de algum reconhecimento público entre os ingleses. Em 1827, por exemplo, a revista de crítica bibliográfica *Quarterly Review* comenta o singular caso do *Correio*:

A publicação de um jornal português em Londres, destinado para a venda no Brasil, onde era proibido, poderia ter parecido apenas uma especulação fadada ao insucesso, mas, no entanto, ele progrediu; e despertou tanto interesse no Brasil e Portugal, que os

⁵ Do original: "From the brazilian journal "The Golden Age", may 30. A thousand congratulations, a thousand glories to Bahia, and to all the faithful subjects of his Most Faithful Majesty, the King, our Lord! A thousand congratulations, and a thousand glories! And why? – Because the soldiers of Bahia have been real Scipios, not merely in name but in deed".

ministros portugueses neste país [Inglaterra] que eram freqüentemente os objetos de ataque lá, consideraram recomendável a criação de um jornal rival em sua própria defesa [O *Investigador*] (VLL, 1829, 203, apud. REIS, 2007: 69. Tradução nossa⁶).

O esforço de mapeamento presente nos jornais ingleses está vinculado à própria curiosidade iluminista sobre o mundo. A tentativa de catálogo faz parte de registrar o conhecimento desenvolvido por povos de culturas um tanto quanto distantes da inglesa (CLARKE, 2004: 49). A disponibilidade destes jornais ingleses pode também ser considerada como resultado direto da Revolução Gloriosa, que tornou os projetos de liberdade típicos das reivindicações dos *philosophes* franceses um fator incorporado à própria constitucionalidade britânica (PORTER, 1994: 253). Essa constitucionalidade garantia a liberdade de reunião e trânsito de ideias e forneceu também fundamentos para a construção das sociabilidades intelectuais luso-brasileiras.

Mais do que isso, a organização da esfera pública na Inglaterra caracterizou desde cedo o amadurecimento de uma produção periódica regular destinada às pessoas privadas em detrimento daquela organizada, em última instância, em torno da sociedade de corte. E essa garantia constitucional tornou um imperativo organizacional da política a sua inserção criativa no debate impresso, ainda que, durante um bom tempo, os jornais tenham se negado a entrar decisivamente nas questões governamentais. O envolvimento da imprensa com a vida política se tornará mais comum a partir de meados do século XVIII, quando o lançamento do jornal *Morning Post*, em 1772, passa a demonstrar como os

⁶ Do original: "The publication of a Portuguese journal in London, intended for sale in Brazil, where it was sure to be prohibited, might have seemed a rash speculation, which could not possibly succeed, however, it did; and it excited so much interest both in Brazil and Portugal, that the Portuguese ministers in this country, who were frequently the objects of attack there, deemed it advisable to set up a rival journal in their own defence, and with the hope of superseding it".

jornalistas e editores jogavam com políticos e a importância de os ministros terem gazetas favoráveis aos seus posicionamentos ideológicos. A política se constituía e entranhava na vida dos cidadãos através de jornais. Ao mesmo tempo, o *Morning Chronicle* pode ser considerado pontapé inicial para o desenvolvimento do jornalismo enquanto uma prática profissional enraizada na urbanidade, isto é, como uma forma de escrita regular concernente à organização do espaço público – quando, antes, Addison e Steele e seu *Spectator* trataram mais decisivamente de organizar o ambiente doméstico e distingui-lo do público.

Aos jornais diários que pulularam em Londres é possível acrescentar as grandes revistas doutrinárias do começo do século XIX, *Edinburgh Review* e *Quarterly Review*, que ajudaram a dar contornos mais vivos e modernos aos partidos *Thory* e *Whig* (COOPER-RICHET, 2006: 413). A produção periódica voltada para temáticas políticas acompanhava a formação de partidos com ideologias razoavelmente bem definidas e cumpria um importante papel no delineamento do Estado Nacional Inglês. Para exemplificar a importância da imprensa nesse processo, vale lembrar que foi a articulação precoce dos setores monárquicos com alas mais progressistas da sociedade que garantiu a permanência do rei enquanto uma figura com papel simbólico importante na Inglaterra (HABERMAS, 2003: 46-7). Sua imagem estava conectada com o próprio conceito da nação inglesa e com a identidade política dos ingleses. E é essa imagem e busca que orientará a “defesa do caráter nacional” empreendida pelos jornalistas luso-brasileiros em Londres. Lentamente, contudo, o rei dos portugueses deixa de ser um taumaturgo e passa a ser revestido de aspectos mais modernos. Ele se torna o “primeiro cidadão” e, dessa forma, também pode ser criticado por atitudes consideradas inconsistentes.

Os portugueses contra a imprensa inglesa

Se, por um lado, há relativa dificuldade em mapear as referências britânicas à imprensa portuguesa, por outro, as

impressões que os portugueses têm da imprensa inglesa tornam-se muito mais nítidas, até por ela constituir referência e suporte para as publicações portuguesas. O ar propício para a liberdade de imprensa será visto com bons olhos pelos grupos recém-chegados de portugueses. Tanto nas *Cartas a Orestes* disponibilizadas no jornal *O Português* quanto nos longos panegíricos do *Correio Braziliense* a liberdade inglesa é exaltada e tratada como exemplar para o governo português no Brasil. Ao mesmo tempo, surgem as inevitáveis rugas entre os panfletistas da causa luso-brasileira com os periódicos ingleses, várias vezes acusados de tratar de forma incompleta os assuntos do Império luso-brasileiro. Sabemos que Hipólito da Costa atua como uma espécie de “observatório da imprensa”, criticando uma a uma as produções periódicas que têm como tema o Império. São fartos os exemplos de dissidências existentes entre os portugueses e os ingleses: paira um desconforto diante da submissão de Portugal à Inglaterra, e mesmo diante da ignorância que os ingleses mantêm com relação aos assuntos de Portugal. Loureiro exemplifica bem essa condição quando narra que,

Temos à vista um livro Inglês de geografia elementar, que foi impresso há dois anos: é escrito, como para instrução de meninos, em forma de perguntas e respostas; e quando chega a Portugal, faz-nos o seguinte elogio fúnebre: P – *Que conceito fazeis vós de Portugal?* – R. *É a potência mais abjeta da Europa.* Valhano Deus! (*O Português*, 1814, Vol. I: 35. Grifos no original).

Os portugueses, ao mesmo tempo, sentem-se inseguros diante da avaliação da imprensa inglesa. Ao controle do território português pela armada britânica e aos humilhantes Tratados de Comércio e Navegação de 1810, revela-se o conteúdo depreciativo que pulula nos jornais ingleses, sugerindo a subordinação e inferioridade dos portugueses. Algumas pistas sobre o posicionamento da imprensa inglesa diante dos portugueses recém-chegados são dadas pelo *Astro da Lusitânia*, em 1821:

Não ignoramos que os Ingleses [...] de todas as ordens e de todas as classes, têm insultado os Portugueses. Seus jornalistas nos chamam rebanhos de cabras [sic], bandos de ciganos. O autor da História dos Açores (além do intento de persuadir o seu governo que nos empolgasse aquelas Ilhas) depois de nos cobrir de opróbios, acrescentou que nós éramos os homens mais feios do Universo. E Sinval (redator do *Astro*) acabava por lembrar o célebre verso de Byron sobre o ‘Luso escravo’, ‘dentre os vis o mais vil’ (Apud. ALEXANDRE, 1992: 469).

O jornal *O Espelho*, publicado efemeramente por Rocha Loureiro entre 1813 e 1814, criticou vivamente um panfleto escrito por um “capitão de dragões ligeiros do exército inglês na Península”. O dragão ligeiro defendia que, em virtude da incapacidade de os portugueses administrarem seu território, os ingleses deveriam manter a posse dos Açores:

Os portugueses do Continente têm tão más qualidades como estes seus descendentes as têm boas: aqueles são universalmente sem polidez, brutais e ignorantes, feiamente atraído, e cruéis no último ponto, não perdoando nem a seu irmão se a morte deste lhe pode ser útil: seus corpos são magros, mal proporcionados; as feições irregulares e a cor baça: olham para o trabalho como baixo e indigno do homem; e por isso encarregam suas mulheres e escravos de todo trabalho necessário à vida (Apud. *O Espelho*, n. 6, 1813: 42).

A observação sobre inaptidão dos portugueses ao trabalho lembra, de fato, as características de uma sociedade de Antigo Regime, em cujo cerne os esforços da rotina eram vistos como degradantes. Rocha Loureiro rebate, não sem algum despreparo ao levar ao pé da letra todas as invectivas do “capitão de dragões ligeiros”, as suas acusações, defendendo até mesmo a formosura de fisionomia de certos elementos portugueses:

Também estais enganado, Senhor, na descrição que fazeis das feições, talhe e fisionomia dos portugueses: vós vistes um ou outro português que não mereceu à natureza senão um corpo débil e mal formado; e por aí julgastes da fisionomia dos Portugueses: que errado sistema de avaliar uma nação por indivíduos! Não é assim; os portugueses não têm na verdade os grandes corpos dos alemães; pois são de estatura pela maior parte ordinária; porém em geral são bem fornidos: não têm, como dizeis, as feições contrafeitas e torcidas, e têm regularidade e proporção as partes de seus corpos [...] (*O Espelho*, V. 1, 1813: 42).

Como acrescenta Fernando Egídio Reis – referindo-se mais especificamente ao jornal *Annaes* publicado na França sob a direção de Solano Constâncio entre 1815 e 1820 –, era sumamente importante aos portugueses no estrangeiro a modificação da imagem do país no contexto internacional. Os portugueses alegavam a falta de conhecimentos aprofundados dos ingleses sobre o homem português, o que construiria uma falsa imagem de país parado no tempo e tecnologicamente atrasado (REIS, 2007: 289). Destarte, uma real modificação da imagem do país só seria possível através da melhora sistemática da economia e cultura do Reino. Essa situação defensiva, contudo, não impede alguns dos jornalistas portugueses de contra-atacarem, argüindo a incapacidade de os jornais ingleses se afastarem de temas que tocam diretamente suas questões partidárias internas, acabando reféns dos sistemas partidários *Tory* e *Whig*. Como argumenta Joaquim Ferreira de Freitas:

Entretanto, os jornalistas ingleses não guardam (como também é justo e natural) a mesma neutralidade e moderação que nós guardamos; porque a questão lhes toca mais de perto, e porque não há questão de que se não aproveitem para ajudar as vistas dos seus diferentes partidos (*Padre Amaro*, Julho de 1822: 96).

Ao comentar a ênfase dada pela imprensa inglesa à *Regeneração Liberal* do Porto acontecida em 1820, Joaquim Ferreira de Freitas não a eximiu da crítica por atribuir um falso *status* de nobreza aos participantes das Cortes de Lisboa, inflando sua importância para além da realidade dos fatos – quer dizer, demonstrando total incapacidade crítica e mesmo puro proselitismo:

Os jornais ingleses têm feito muitas destas graças e ainda não vimos um só rejeitá-las. O abuso já vem de tempos atrasados: mas por isso mesmo que se fala em reforma de abusos, será preciso reformar este, antes que se veja qualquer dia da presente regeneração, alguma folha *liberal* dar-nos por aí um conde de José, um Marquês de *Fernandez*, e um Duque de *Thomaz*, como já nos deu um conde de *Carneiro*, e um intrépido redator do *Portuguez* o Cavaleiro *Rocha de Santa Verônica* (*Padre Amaro*, Julho de 1822: 95).

O importante a ser notado é o intenso fluxo discursivo no interior do qual se debate a imprensa emigrada. A difícil questão da definição do espaço nacional passava pelos diálogos com ingleses, brasileiros e espanhóis, todos eles igualmente munidos de órgãos de imprensa em Londres. Mas *os homens mais feios do universo* dedicariam, em seus jornais, poucas páginas para rebater as acusações que pipocam nos jornais londrinos. Estavam mais ocupados em combaterem uns aos outros e representarem condignamente os indivíduos financiadores que muitas vezes estão enraizados na própria sociedade londrina.

A janela privilegiada para se ter acesso aos diálogos que em geral ocorriam entre os portugueses e os jornais ingleses é o *Correio Braziliense*, que publicava a íntegra de algumas cartas recebidas pela imprensa londrina e se propunha a refutá-las. Bem como, ao seu tempo, se dispunha a corrigir os “erros crassos” cometidos pela mesma imprensa no que diz respeito à avaliação da situação política do Brasil. Nesse sentido, o jornal *The Times* publicava uma série de cartas do *Braziliano estabelecido em Londres*, que se dispunha a, segundo Hipólito, “refutar vários rumores, que

se têm propagado em algumas gazetas francesas e inglesas, sobre os negócios de Portugal, e entre outros um, de que Sua Majestade havia decretado afinal fixar sua residência no Rio de Janeiro” (*Correio Braziliense*, Vol. XXIV: 418-9). O papel desempenhado pelo *Braziliano* é no mínimo inusitado: ele criava a partir dessas cartas um espaço público de discussões sobre os negócios de Portugal no interior dos jornais ingleses. Depois dele surgiram vários escritos de portugueses e brasileiros nas gazetas inglesas, muitos deles com idéias que provocavam calafrios nos adeptos fervorosos de D. João – como, por exemplo, aquelas referentes à união de Portugal com a Espanha para a composição de um único reino. Uma carta anexada no jornal *Correio Braziliense* acusava o *Braziliano*, indiretamente, de ser o Conde de Palmela, embaixador português em Londres:

Lembra-se de que foi um dos que teve a baixeza de pedir a Bonaparte um rei. Sabem que foi quem privou os Portugueses do direito impagável que tinham de negociar no tráfico de escravatura ao Norte do Equador; e isto nas suas próprias possessões. Sabem que foi autor do célebre tratado de 22 de Janeiro de 1815 e da convenção adicional de 28 de Julho de 1817, em que se veem entre as muitas passagens, o seguinte, no art. 3 (Apud. *Correio Braziliense*, Vol XXIV: 647-8).

O jornal *Padre Amaro*, na mesma direção, refutou o otimismo do *Braziliano*, dizendo que suas afirmações se encontravam em franca contradição com as mensagens recebidas pelo seu correspondente particular (o ironicamente apelidado “juiz da vintena dos Arcos das Águas Livres de Lisboa”). E culpava o próprio governo pela inexistência de informações verossímeis (sobretudo no que dizia respeito ao retorno ou não do rei para Lisboa). O papel de esclarecer a “opinião pública”, então, recaiu sobre a própria imprensa inglesa (*Padre Amaro*, V. I, Abril de 1820: 269). Ademais, a revelação de que o *Braziliano* é na verdade Palmela é bastante inusitada. Em epístola a Thomás Antonio Vila-Nova, Palmela revelou ser o autor das correspondências destinadas ao jornal *The Times*:

Remeto incluso a V. Exa. um exemplar do jornal inglês intitulado Times, no qual mandei inserir, debaixo da firma já conhecida de *um brasileiro residente em Londres*, uma carta que me pareceu nas circunstâncias atuais bastante necessária, a fim de desmentir algumas falsidades que se haviam com malícia evidente feito circular nos periódicos ingleses e franceses, para desassossegar ainda mais os ânimos dos povos de Portugal. Espero que S. M. se dignará aprovar o conteúdo da sobredita carta, que não mandei publicar sem madura meditação, e na qual me parece que me restringi em todos os limites que a prudência exigia (*Correspondências e Despachos*, 1851: 108).

O Conde de Palmela sofre, nesse contexto, da acusação de ter entregado o Reino na mão de potências estrangeiras em virtude da má habilidade política. Tanto assim que, em 1820, quando ele retorna a Portugal com D. João é impedido de desembarcar pelo “governo revolucionário”. Já se alimenta na imprensa londrina, na qual Palmela toma parte, uma figuração negativa do próprio Palmela e vários outros elementos da nobreza portuguesa – característica fundamental da formação das esferas públicas. Sabe-se que desde pelo menos 1814 o conde participa dessa imprensa quando publica no jornal *O Investigador* fragmentos dos *Lusíadas* convertidos para o francês. A imprensa torna pública a associação de Palmela com o entreguismo político, num contexto em que qualquer medida que implique na perda da soberania nacional é severamente criticada. A verdade é que o *Braziliano* Palmela toma parte ativa no comentário desses acontecimentos internacionais de importância e a imprensa emigrada em Londres acaba sendo uma janela privilegiada através da qual podemos perceber como mudanças estruturais no Reino eram vistas e avaliadas pelos portugueses e brasileiros. A atividade do *Braziliano* foi tão freqüente que, quando finalmente estourou a Revolução do Porto em 1820, o seu silêncio foi logo notado no *Correio Braziliense*:

As notícias da revolução de Portugal foram publicadas nas gazetas Inglesas com algum estrondo, mas não

apareceu nenhum parágrafo do Brasileiro residente em Londres, nem para as contradizer, nem mesmo para as explicar ou suavizar; pelo que supomos que o tal Brasileiro já aqui não reside; ou estará enfermo; se isto é, damos-lhe os pêsames pelas suas moléstias; e lhe recomendamos que incumba alguém a que faça as suas vezes, escrevendo para os jornais Ingleses; por que decerto a revolução em Portugal não é bagatela que se deixe ficar no tinteiro (*Correio Braziliense*, 1820, Vol XXV: 335).

Os vários diálogos que tinham espaço em jornais londrinos levam-nos a outra conclusão importante: um estadista português escreve para um jornal inglês para publicar as suas idéias e persuadir a opinião dos seus compatriotas num momento decisivo da história de Portugal e Brasil. A opção pelos jornais em língua inglesa podia ser uma medida de precaução: ainda que se dispusesse, entre os emigrados portugueses, de contatos favoráveis, preferia-se a publicação de artigos na imprensa inglesa para evitar associação com um ou outro partido político. Os jornais, nesse momento, aderiam visivelmente a determinadas formas de pensar o Reino luso-brasileiro e os indivíduos que com eles se correspondiam, quando não queriam assumir o estigma de parcialidade, recorriam à imprensa britânica que, aparentemente, nada tinha a ver com o assunto.

O *Braziliano*, assim, escolheu o jornal *The Times* para se pronunciar sobre vários assuntos considerados de importância. Ele disse, por exemplo, justificando a sua escolha: “O vosso Jornal goza de tão extensa circulação que tenho julgado ser do meu dever entrar nestas circunstâncias” (apud. *Correio Braziliense*, Vol. XXIII: 453). Várias vozes dispersas defendiam a soberania portuguesa já que as gazetas inglesas estariam interpretando mal os manifestos portugueses e levando ao ridículo os seus representantes públicos. Hipólito da Costa tentou articular junto aos periódicos ingleses um conjunto de noções que possibilitaram situar aquela terra distante, o Brasil, que aparecia apenas como lugar em guerra ou depósito para a produção industrial inglesa, em uma entidade política

perceptível para os seus vizinhos londrinos. Empreendeu isso através de uma defesa pública na qual argumentou a soberania do trono português. Trata-se de um “dizer-suporte” que torna o Brasil algo imaginável para os europeus. Hipólito prosseguiu dizendo que “estas gazetas Inglesas e ainda mesmo jornais Portugueses sabem tanto destas matérias como os Bernardos entendem de Lagares de azeite” (*Correio Braziliense*, Vol. XVIII: 545). Ao mesmo tempo, o jornalista previu as intenções puramente comerciais da Inglaterra junto ao Brasil e alertou: “O motivo que se alega para o Governo Inglês se intrometa nisso não achamos seja o amor da justiça; mas sim o seu comércio no Rio-da-Prata, que dizem chegar a dois milhões esterlinos por ano, empregando também anualmente sessenta vasos” (*Correio Braziliense*, Vol XVIII: 454).

Ao já citado pioneirismo do *Braziliense* estabelecido em Londres seguiram-se vários outros escritores portugueses e espanhóis na imprensa em língua inglesa, entre os quais: *Philo Justitiae*, *Averruncus*, *Veritas*, *Um Portuguez amante de seu rey e de sua patria*. O diálogo se tornou mais intenso quando o primeiro desses escritores defendeu no jornal *The Times* a posse de Olivença pelos portugueses, tomada pelo Reino Espanhol durante o Congresso de Viena. Tanto portugueses quanto espanhóis, nesse sentido, pareciam não encontrar melhor meio de divulgação de suas ideias a respeito do dissídio do que a imprensa em língua inglesa. Essa etapa dos diálogos se tornou mais particularmente intensa quando Hipólito da Costa criticou a recém-promulgada Constituição Espanhola. Mas, agora, o lugar da argumentação espanhola se deslocava para um importante jornal espanhol: *O Espanhol Constitucional*. Comentando a escrita de *Veritas*, também no *The Times*, Hipólito constatou o que se tornaria um jargão historiográfico, a existência de um “Partido Espanhol em Portugal” que, lutando contra a soberania do Reino Português, defendia a necessidade de sua junção com a Espanha: “quando se considera que *Veritas* fala quase com autoridade; e certamente como pessoa bem informada dos negócios correntes em Portugal, já se acham bem claras insinuações, de que se está formando um partido

Espanhol em Portugal, e as insinuações tocam a coisa alta” (*Correio Braziliense*, Vol. XXI: 210).

Quanto ao *Investigador*, sua declarada falta de vontade de mexer no ninho de vespas da política lusitana até pelo menos 1814 se tornou, em alguns momentos, caricata: tudo faziam os escritores para manter a subserviência do jornal a D. Domingos e em geral às autoridades portuguesas. Mas também os *investigadores* rebateram as afirmações dos “gazeteiros ingleses” sobre o estado de degradação de Portugal, reivindicando a “coragem” de suas gentes e a “bravura” de seu exército diante de Napoleão. Havia uma tentativa constante de responder “gazeteiros ingleses” que tratavam com superficialidade a situação portuguesa: “falta [...] nexo aos discursos; e o juízo dos jornalistas são quase sempre temerários” (*Investigador*, Vol. II: 245). Comentando a obra *On the present state of portuguese army*, de Andre Halliday, que se refere ao parco papel cabido ao exército português durante a expulsão de Junot, os *investigadores* observam a negligência do autor quanto ao esforço militar português (*Investigador*, Vol. II, pp. 190-241). Trata-se, enfim, de defender o celebrado “caráter português” das invectivas da imprensa londrina:

O que nós podemos assegurar [...] é que sem recorrer à citação dos impropérios que continham vários Jornais Ingleses contra as tropas Portuguesas, nós devemos mui particular obrigação ao Exmo. Marechal Beresford pela ânsia que mostrou em aclarar e destruir as calúnias que do mesmo exército se escreveram para a Inglaterra, contra um dos batalhões de Caçadores Portugueses na primeira ação sobre o Coa (*Investigador*, Vol. II, 1811: 194).

Nas primeiras edições d’*O Campeão* notou-se também o intercuro com jornais ingleses, ainda que com a singela anexação de algumas cartas publicadas no *Times* (*Campeão*, Vol. I, Janeiro de 1820, p. 57). Esse caráter dialógico que a intelectualidade portuguesa manteve com o mundo anglófono ajuda a imaginar a amplitude e os meios ainda irregulares de divulgação de ideias dos

quais dispunham os portugueses. Quanto a Bernardo da Rocha Loureiro, também não se furta anexar em seu jornal vasto número de documentos traduzidos do *Times*, entre os quais projetos de cartas constitucionais e documentos sobre a escravatura (*O Português*, p. 113, p. 239, p. 543).

Percebe-se que as notícias e, depois, os diálogos, envolviam grupos cada vez mais alargados de interlocutores, que lembram, nos debates travados, a idéia de *República das Letras*. Eles se reuniam para discutir certas diretrizes referentes a várias construções nacionais em curso na Europa e América. Nesse sentido, o cosmopolitismo de Londres favoreceu o florescimento dessa imprensa aberta a discussões de repercussão internacional e os portugueses se movimentavam com liberdade cada vez mais alargada dentro, na maior parte das vezes, do tão propagandeado espírito da polidez, civilidade e reciprocidade iluministas, ainda que com as limitações da mentalidade ibérica.

Considerações Finais

Diante dos problemas estruturais enfrentados pelo Reino Português no início do século XIX surgiram indivíduos empreendedores ligeiramente desligados do mercantilismo ibérico. Dentre estes indivíduos, podem-se destacar os negociantes Antonio Martins Pedra e Custódio Pereira de Carvalho, acusados de financiarem diretamente escritos periódicos portugueses em Londres, onde buscavam fugir da esfera de ação de Napoleão Bonaparte. A aspiração desses comerciantes por informações e, sobretudo, sua necessidade de militância ideológica contra a situação de abandono do comércio português, pode ser considerada fundamental para a formação de um espaço público que, senão propriamente burguês, é construído a partir do exemplo bem sucedido da imprensa e dos espaços de discussão em Londres.

A necessidade de troca de informações, diante da emergência de um público rudimentar com tinturas liberais, tornou a Londres constitucionalmente livre um palco bastante adequado para a

atividade intelectual e intercâmbio de informações em língua portuguesa. Para tanto, exerceu influência a imprensa inglesa, que entrava, no começo do século XIX, na era dos grandes periódicos diários, a exemplo do *The Times* e *Morning Chronicle*, jornais que tematizavam constantemente Portugal e Brasil. Além desse contato bastante eloqüente com a imprensa inglesa, o intelecto português visitava outros espaços que Habermas situa como componentes da “esfera pública”, como os cafés ou tavernas. Sobre as tavernas, é possível dizer a *City of London Tavern* chegou a se tornar um espaço privilegiado para a entrada de elementos portugueses com ideias liberais, ao mesmo tempo em que afastou a presença de elementos da nobreza, como D. Domingos de Sousa Coutinho (MUNARO, 2013: 2).

Esse contato com o mundo inglês gerou uma série de conflitos de caráter ideológico na medida em que os ingleses argumentavam a incapacidade dos portugueses administrarem o seu próprio território. Através dos intensos debates intelectuais travados, os portugueses e brasileiros construíram uma série de projeções para a sua nação, ajudando, de quebra, a alimentar todo um processo de expressão jornalística em Portugal e Brasil. Como alega Lavina Madeira Ribeiro, sobre o papel “paternal” de Hipólito da Costa diante da esfera pública brasileira,

Sua ação jornalística reveste-se de significativa importância quando observada do ponto de vista da sua contribuição para a formação de um espaço público político brasileiro, com todas as regras e elementos que lhe são particulares e, dentro dele, para a legitimação da imprensa como instituição fundamental deste espaço. O apelo de transparência do Estado perante, seja como ele imaginou, o “povo”, a “sociedade em geral” ou segmentos esclarecidos desta, membros do estamento burocrático estatal, sua corte e realeza, deslocava formalmente o campo de legitimação de suas deliberações para o espaço público da sociedade civil, por mais indefinido e basculante que tenha sido o foco conceitual do público imaginado pelo autor. Ao fixar a legitimidade do Estado na “opinião pública”,

Hipólito da Costa consolidava, simultaneamente, o papel e localização da imprensa como instituição imprescindível neste processo (RIBEIRO, 2004: 52).

Hipólito, portanto, através de sua atividade pioneira em Londres, ajudou a fixar um espaço de trocas e interações simbólicas com forte senso crítico diante dos procedimentos estatais. De forma simplificada, pode-se dizer que ele treinou as “elites intelectuais jornalísticas” que se mobilizariam na esteira da independência brasileira, como nos expressivos jornais *Revérbero Constitucional Fluminense* e *O Malagueta* que, segundo Hipólito, “nem é destituído de instrução, nem lhe falta o bom raciocínio, e menos a boa linguagem (Vol XXVIII: 453, abril de 1822).

A alimentação dessa imprensa cosmopolita em Londres implica pensar num intenso processo de intercâmbio de ideias relativas à fabricação dos espaços nacionais. Um dos objetivos da imprensa em língua portuguesa é revestir de prestígio a combatida imagem do homem português diante da cada vez mais pejorativa imprensa inglesa. No debate que se trava, Hipólito da Costa e os portugueses são levados também a pensar os pressupostos de funcionamento da imprensa em Portugal e no Brasil, processo que nos permite perceber a importância dos jornais ingleses para o armazenamento e repercussão de temas importantes no Reino luso-brasileiro. O caso do diplomata Palmela, que escrevia constantemente para o *The Times* para a manifestação de suas preocupações políticas, demonstra como os jornais ingleses estavam presentes no seio dessa esfera pública portuguesa em processo de consolidação.

Enfim, esse fenômeno político que envolve jornais portugueses, brasileiros (a que se chama também, muitas vezes, de portugueses) e ingleses, demonstra como pode ser mais fácil compreender a formação da esfera pública lusófona partindo do papel que a constitucionalidade britânica ali desempenhou. Nesse sentido, pôde-se, no âmbito deste artigo, abrir a porta para uma importante interlocução ainda em processo de desbravamento sobre os suportes da esfera de representatividade pública em

língua portuguesa, a partir de sua intensa preocupação de reunir os elementos portugueses liberais e garantir que o Estado atuasse em favor dos comerciantes. E, destarte, para a reflexão da própria consolidação de uma modernidade luso-brasileira.

Bibliografia

- ALEXANDRE, V. *Os sentidos do Império*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1993.
- ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BRIGGS, A. *História Social da Inglaterra*. Lisboa: Presença, 1998.
- CLARKE, B. *From Grub Street to Fleet Street: An Illustrated History of English Newspapers to 1899*, Aldershot: Ashgate, 2004.
- COOPER-RICHET, D. "As grandes revistas literárias e políticas na formação das elites britânicas durante a primeira metade do século XIX". IN: DUTRA, E. F.; MOLLIER, J.-Y. (orgs.). *Política, nação e edição*. O lugar dos impressos na construção da vida política. São Paulo: Annablume, 2006.
- Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Hipólito José da Costa. Londres: W. Lewis. 1808-1822.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- MUNARO, L. F. "Fofocas, boatos e rumores: Do Correio Braziliense ao Padre Amaro em Londres (1808-1822)". Trabalho apresentado no Intercom Manaus – 2013. Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/norte2013/resumos/R34-0135-1.pdf> Acesso em Agosto de 2013.
- NUNES, M. F.; PEREIRA, S. A. S. M. "O Espírito de Cádiz em O Investigador Português em Inglaterra". IN: *Revista Cultura – História e teoria das ideias*. No. 7. 1993. p. 197-220.

- O Espelho*. Bernardo da Rocha Loureiro. Londres, 1813-1814.
- O Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal Literário, Politico, etc.*
Bernardo José de Abrantes e Castro, Vicente Pedro Nolasco da Cunha, Miguel Caetano de Castro e José Liberato Freire de Carvalho. Londres, 1811-1819.
- O Padre Amaro ou Sovela Politica e Literaria*. Joaquim Ferreira de Freitas. Londres, 1820-1828.
- O Portuguez ou Mercurio Politico, commercial e litterario*. João Bernardo da Rocha Loureiro. Londres, 1814-1822.
- PORTER, R. "Enlightenment London and Urbanity". IN: HEMMING, T. D.; MEAKIN, D. *The Secular City: Studies in the Enlightenment*. Exeter: Univeristy of Exeter, 1994.
- REIS, F. E. *Os Periódicos portugueses de emigração (1808-1822)*. As ciências e a transformação do país. Tese de doutorado apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 2007.
- RIBEIRO, L. M. *Imprensa e espaço público*. A institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1964). E-papers, 2004.
- The Morning Chronicle*. Londres, 1808-1822.
- VASCONCELLOS, J. J. R. *Despachos e correspondência do Duque de Palmela*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851.
- WASSON, E. A. "The Whigs and the press, 1800-50". *Parliamentary History*, v. 25, Part 1, 2006, p. 68-87.

Recebido em 02/09/2013.
Aprovado em 13/05/2014.

Paradoxos da modernidade: cultura e conduta na teoria de Max Weber, de Wolfgang Schluchter (Editora Unesp, 2011, 384 p.
Traduzido do inglês por Roberto Leal Ferreira)

Josué Pereira da Silva*

Wolfgang Schluchter, um dos principais estudiosos da obra de Max Weber na atualidade, brinda-nos neste livro com uma refinada análise de diversos aspectos da obra de Weber, a partir do tema-chave que lhe dá título: paradoxos da modernidade. O livro é formado por duas partes, com dois capítulos cada. A primeira é dedicada ao perfil político-filosófico de Weber ou núcleo normativo de sua teoria; a segunda trata de seu perfil histórico-sociológico, que seria o núcleo empírico. Assim, os quatro capítulos tratam, nesta ordem, das conhecidas duas vocações (ciência e política), da ética, do islamismo e do cristianismo ocidental. Além dos capítulos, há ainda uma pequena introdução, na qual o autor fala da estrutura do livro, e um epílogo panorâmico, onde ele analisa a estrutura da teoria de Weber a partir da sistematização conceitual deixada por aquele autor clássico no capítulo inicial de seu livro *Economia e Sociedade*.

É bom deixar claro que Schluchter não se limita a oferecer uma análise detalhada de como os temas anunciados nos quatro capítulos aparecem na obra de Weber, a situá-los tanto em relação ao contexto histórico da produção weberiana quanto em termos de suas relações com as tradições filosófica e sociológica, e mesmo a dialogar criticamente com outros estudiosos da sociologia

* Livre docente em Sociologia. Professor no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil. Email: josueps@unicamp.br

weberiana. Não, ele procura ir além de tudo isto, já que seu objetivo, como deixa claro no prefácio que escreveu para a edição brasileira, é desenvolver, a partir do legado sociológico de Weber, um programa de pesquisa próprio que seja, ao mesmo tempo, capaz de superar as lacunas da sociologia deste último e, também, de oferecer uma teoria sociológica apropriada para se lidar com os problemas do presente. No entanto, este último objetivo é apresentado por ele apenas de forma sintética no epílogo, deixando-o anunciado como tarefa a ser desenvolvida em um livro seguinte.

A seguir falarei brevemente de cada um dos quatro capítulos, sem qualquer pretensão de resumi-los. No capítulo 1, intitulado “Atividade e renúncia. Max Weber acerca da ciência e da política como vocações”, ele analisa as duas conferências no que se refere ao conteúdo temático de cada uma, mas também fala das controvérsias a respeito das datas em que foram produzidas por Weber, assim como da distância temporal – cerca de um ano – que as separa. Atividade e renúncia, associadas respectivamente à política e à ciência, são importantes para assinalar a posição de Weber em relação às necessárias virtudes que ele esperava do político e do cientista, em contraposição às posturas do “político” do “poder pelo poder”, que utilizava a política como meio para obter vantagens, e do “cientista” que usava a cátedra para fazer proselitismo.

Há uma conexão clara entre a discussão a respeito das duas vocações tratadas no primeiro capítulo com o tema das éticas, que é objeto do capítulo segundo. Neste último, intitulado “Convicção e responsabilidade. Max Weber acerca da ética”, Schluchter discute a controvertida distinção entre ética da convicção e ética da responsabilidade, mostrando a sua trajetória no que ele denomina as três fases da obra de Weber; além disto, ele especifica as subdivisões – positiva e negativa, por exemplo – de cada uma das éticas, e, principalmente, analisa as duas em termos de suas orientações para valores ou para o sucesso. É bastante ilustrativa, a esse respeito, a figura 2.1, na p. 144 do livro, na qual ele reconstrói a tipologia das éticas. Ali, podemos ver como ele aprofunda a compreensão das éticas, tornando cada vez mais específicas as contraposições entre

os tipos: éticas versus doutrinas prudenciais, éticas de princípios versus éticas de normas, éticas de princípio reflexivo versus éticas de princípios dogmáticos, éticas criticistas de princípio reflexivo versus éticas cognitivistas de princípio reflexivo; sem deixar, além disso, de realçar em cada uma delas, quando é o caso, os subtipos de convicção e de responsabilidade. Com isso, ele mostra como é preciso ir além da simples contraposição entre ética da convicção e ética da responsabilidade.

O capítulo 3, intitulado “Obstáculos à modernidade”, é dedicado à análise de Weber sobre o islamismo. Aqui, além da minuciosa reconstrução dos escritos, sabidamente inacabados, de Weber a respeito do islamismo e da interlocução crítica que Schluchter estabelece com outros intérpretes dos escritos de Weber sobre o tema, merece especial atenção sua reconstrução comparativa dos estudos de Weber sobre as religiões; deve-se ressaltar, em especial, o contraponto entre o islamismo primitivo, o judaísmo primitivo, o cristianismo primitivo – este último também reconstruído a partir de textos incompletos deixados por Weber – e o calvinismo; trata-se de uma chave importante para se entender a teoria de Weber sobre a modernidade, pois é dessa comparação que emerge o que Weber considerava peculiar na história do Ocidente. A propósito, uma longa (três páginas) e elaborada tabela que compara as quatro religiões, em seus diversos aspectos (ideias religiosas, estruturação dos interesses religiosos, organização religiosa, estratos portadores e resultados), é bastante esclarecedora e útil para situar o leitor no emaranhado e complexo mundo da sociologia weberiana das religiões. A mencionada tabela, encontrada nas páginas 224 a 226 do livro, realça tanto as diferenças, quanto as semelhanças entre as quatro mencionadas religiões; ao mesmo tempo, abre caminho para o tema desenvolvido no capítulo 4, que trata do “surgimento da modernidade”, e que tem por base a análise de Weber “acerca do cristianismo ocidental”.

É, pois, para o capítulo 4 que toda a reconstrução anterior conflui para chegar à tese da especificidade do desenvolvimento ocidental. Da mesma forma que nos capítulos anteriores, Schluchter empreende aqui uma criteriosa reconstrução da análise de

Weber, ao mesmo tempo em que dialoga criticamente com outros estudiosos e intérpretes de sua obra. Antes, porém, ele faz uma digressão sobre o método de Weber, na qual chama atenção para a distinção entre o “*espírito do capitalismo*” e “o capitalismo como *sistema econômico*”, ou seja, entre condições subjetivas e objetivas ou entre espírito e forma. Aqui vale recorrer a uma citação:

O capitalismo significa certo espírito e certa forma. Se o entendemos em termos relativo-gerais, são formados tipos ideais de caráter geral – conceitos de classe idealtípicos – que “destilam aquilo que é permanentemente o mesmo, com pureza conceitual” a partir do capitalismo. Se o entendermos em termos relativo-específicos, são formados tipos ideais de caráter individual, que ressaltam os traços característicos “de uma determinada época em contraste com outras épocas”, pelos quais “também se pressupõem aquilo que existe geralmente [...] como dado e conhecido” (p. 253-4).

Assim, Schluchter realça a preocupação de Weber com a natureza das ligações entre as mentalidades e os arranjos institucionais, como chave para explicar “o desenvolvimento singular do Ocidente”.

Daí, ele dirige a análise para o que denomina as “três grandes transformações” constitutivas da trajetória do Ocidente: as revoluções papal, feudal e urbana; o fundamento religioso da conduta burguesa; e o que chama de “nova casa da servidão”¹, isto é, aquela objetivação que faz com que, em lugar do homem, o ganho, o negócio, passe a ocupar o centro do palco. Com base na análise dessas três transformações, ele chega a uma definição do “capitalismo ocidental especificamente moderno”, a qual envolve três complexos de qualidades: a moderna empresa capitalista, a moderna ordem econômica capitalista e o espírito do capitalismo

¹ “Casa da servidão” é uma referência ao “nome dado na Bíblia ao Egito” (p.321, nota de rodapé 162).

moderno. E, assim, ele afirma que no modelo explicativo de Weber, espírito e forma, que não são antagônicos, entram em afinidade eletiva, favorecendo-se mutuamente e “permitindo um desenvolvimento desimpedido de quaisquer restrições espirituais” (p. 262). Por fim, podemos ver na figura 4.1, à página 324 do livro, denominada “aparelho conceitual básico de Weber”, um modelo sintético, que, tendo o ator como seu centro, articula ação e estrutura, como segue: do lado da estrutura, espírito e forma desdobram-se em constelações culturais, institucionais e de interesse (material ou ideal), que se encontram, no lado da ação, com as dimensões cultural-motivacional (interior), institucional-motivacional (exterior) e os modos de orientação – instrumental-racional, afetivo, ou axiológico-racional – para a estilização e a conduta da vida.

Schluchter conclui seu livro com um epílogo curto, porém denso, no qual dá atenção especial ao texto de Weber “Termos sociológicos fundamentais”, que conhecemos como capítulo primeiro de *Economia e Sociedade*. Aqui, Schluchter esmiúça o emaranhado conceitual weberiano e reorganiza-o, para mostrar de forma sintética toda a complexidade da teoria de Weber. Tudo isso, ele dispõe em três figuras, cada uma delas voltada para elucidar um aspecto da teoria. Na primeira delas, denominada “tipologia da orientação para a ação” (figura E.1, à p.328), podemos ver claramente como a metodologia (explicação observacional, explicação interpretativa e reconstrução) articula-se com teoria da ação, cuja arquitetura de conceitos é apresentada na segunda figura como “arquitetura dos termos sociológicos fundamentais” (figura E. 2, à p.329). Esta última mostra a disposição das dimensões instrumentais e normativas em relação aos conceitos de ação e ação social, relação social, ordem social e organização. A terceira figura, “tipologia da coordenação da ação” (E. 3, à p. 330), mostra sobretudo a sintonia entre o parágrafo 2 do texto de Weber, que trata de ação e ação social (i.e., relacionamento unilateral e significado subjetivo), e o parágrafo 4, que trata de regularidades no decurso da ação, ações sociais e relacionamentos sociais. A sintonia diz respeito à disposição dos respectivos desdobramentos: enquanto o parágrafo

2 se desdobra em ações de tipo tradicional, afetivo, instrumental-racional e axiológico-racional, o parágrafo 4 quase replica a mesma disposição com os termos uso, costumes, interesses e crença na validade.

Para concluir, duas observações. A primeira é que se trata de um livro denso e sofisticado; sua leitura é muito proveitosa, sobretudo para o leitor que já tem alguma familiaridade com a sociologia de Weber. Lendo-o, eu aprendi muito. A segunda refere-se ao programa de pesquisa de uma sociologia compreensiva, anunciado pelo autor no prefácio e apresentado sinteticamente no epílogo. Um programa de pesquisa que parte da sociologia de Weber, mas não se limita a torná-la mais acessível ao leitor; mais que isso, trata-se de uma reconstrução que, partindo de Weber, ambiciona ir além dele, apresentando uma teoria sociológica própria e adequada aos tempos atuais. O desdobramento disto, porém, como disse ainda no início desta resenha, é objeto de outro livro.

GREEN, Adam Isaiah (Ed.). *Sexual Fields: Towards a sociology of collective sexual life*. Chicago: Chicago University Press, pgs. 2014. 217

*Marcelo Augusto de Almeida Teixeira**

A Teoria dos Campos, de Pierre Bourdieu, poderia contribuir para o estudo das sexualidades contemporâneas por uma perspectiva sociológica? Por sua vez, estudar as sexualidades enriqueceria a teoria bourdiesiana? São questões postas nos artigos da coletânea “Sexual Fields: Towards a sociology of collective sexual life”, editada pelo sociólogo Adam Isaiah Green. Em comum aos artigos, a teoria dos “campos sexuais”: matrizes relativamente autônomas de relações e preferências eróticas em dado espaço e tempo, com suas próprias normas de julgamento e aceitação, que estruturariam os desejos, práticas e subjetividades sexuais de seus participantes, ao mesmo tempo em que são estruturadas por estes. Enfatizam-se então os aspectos coletivos dos desejos eróticos e das identidades sexuais, que seriam construídos pelos indivíduos em suas interações com outros, acentuando as interseções entre sexualidades, cultura, individualidade e estruturas sociais. A teoria dos campos sexuais tenta articular o construcionismo social com o suposto individualismo irredutível da atração sexual, ao entender que ao mesmo tempo em que o desejo erótico é construído coletivamente, também estrutura relações sociais.

Duas premissas são observadas durante a leitura: a primeira, reconhecimento da crescente autonomização da sexualidade na sociedade moderna e dos impactos sobre a vida sexual coletiva. A partir de processos macro-estruturais,

* Professor do Centro Universitário (UDF) – Brasília. Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília (UNB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. Email: marceloalmeidaarquiteto@gmail.com.

(por exemplo, o avanço do Capitalismo) a vida sexual coletiva produziria sua própria organização, suas hierarquias e princípios reguladores, se atomizando em mundos eróticos cada vez mais especializados, impondo desafios aos indivíduos em suas buscas por parcerias sexuais e em suas inserções dentro destes átomos de imaginários, desejos, práticas e identidades sexuais. A segunda premissa: o pressuposto de que a atração erótica seria ao mesmo tempo construída individualmente e socialmente, por meio de compartilhamentos coletivos de formas de atração sexual. Estes compartilhamentos tanto refletiriam quanto produziriam desejos específicos de distintos grupos, criando mundos eróticos nos quais os grupos encontrariam possibilidades de parcerias afetivo-sexuais e também socializariam os próprios objetos de desejo. Assim, a vida sexual coletiva tanto seria conformada em níveis micro (o corpo, o desejo erótico individual) quanto macro (mudanças sociais, tecnológicas, econômicas) e ainda perpassada por categorias como classe social, raça, gênero, orientação sexual e localização espacial.

Iniciando, Green apresenta contribuições do pensamento de Bourdieu e conceitos basilares para fundamentar a teoria dos campos sexuais. Ao entender a sexualidade contemporânea como resultado da autonomia de diferentes mundos eróticos, Green enxerga nos campos de Bourdieu arcabouço teórico útil e a tríade *habitus*, campos e capital como válida para o estudo das sexualidades contemporâneas. Assim como os campos bourdieusianos seriam arenas socialmente construídas com diversos graus de especialização, sobre as quais diversos princípios reguladores são sobrepostos ao mesmo tempo em que conformam posicionamentos de indivíduos dentro de dado espaço social, os campos sexuais também apresentariam especializações e distinções socialmente construídas de critérios de “desejabilidade” sob os quais indivíduos seriam posicionados. Nos campos sexuais os desejos são construídos coletivamente, formando “estruturas de desejo” que tanto são estruturadas por desejos individuais, quanto os estruturam. Ainda, os indivíduos são posicionados nestas estruturas de desejo de acordo com seu “capital sexual”, que seriam atributos que, ao mesmo tempo em que são corporificados

pelos indivíduos, são propriedades de dado campo sexual: os atores sociais são assim conformados tanto corporalmente quanto subjetivamente pelos campos, que por sua vez são conformados pelos corpos e subjetividades dos indivíduos. Desta maneira, nossas vidas sexuais coletivas tanto carregam nossas idiossincrasias individuais, quanto marcas das sociedades nas quais acontecem.

Green considera que os campos sexuais surgem ancorados no espaço, físico ou virtual, quando corpos procuram outros objetivando parcerias sexuais de acordo com uma lógica de desejo estruturada por idiossincrasias eróticas. Já o capital sexual seria constituído ao longo de três eixos: a aparência corporal, formas de afeto e estilo sociocultural. O primeiro indica corpos apreciados em dado campo; o segundo, formas valorizadas de afeto e interação entre os corpos e o terceiro a consideração de vestuários, posturas corporais, signos de classe social ou de subculturas. A combinação dos três eixos conformaria “moedas de capital erótico”, com a possibilidade da constituição de um “portfólio de capital erótico” ao longo de outros dois eixos: o do capital sexual e o do capital econômico-cultural. Este portfólio depende dos campos sexuais, nos quais os capitais serão valorizados diferentemente.

O habitus erótico é apresentado como uma construção a partir de predisposições do indivíduo em favor de específicas formas de parcerias e/ou subculturas sexuais. Estas predisposições individuais moldariam e condicionariam os atores em suas vidas íntimas, sendo aperfeiçoadas e internalizadas durante as interações dentro dos campos com suas estruturas de desejo. O habitus então se relaciona com a atração erótica que (ainda que subjetiva e individual) é socialmente construída em processos de socialização, imitação, assimilação e internalização pelos indivíduos, que poderiam ocorrer em dois níveis: como ato deliberado de aprendizagem das lógicas inerentes e/ou como internalização inconsciente das estruturas de desejo no habitus erótico, ambas tornando-se disposições independentes do próprio campo. Dessa maneira, o campo sexual surge por meio de processos sociais, nos quais desejos eróticos preexistentes são consolidados, socializados, praticados, aprendidos e transmitidos.

Para Green, a análise de um campo sexual deve ser acompanhada por estudos empíricos capazes de identificar os efeitos de suas estruturas de desejo, com quatro possíveis níveis de análise e suas combinações: o intrapsíquico (analisar de que formas o indivíduo desenvolve desejos eróticos por específicos corpos, contextos e interações, objetivando compreender a interface entre o indivíduo e a vida coletiva); o nível micro, (que seriam as interações que representam estruturações sociais; o nível meso, onde a estrutura sócio-sexual deve ser entendida em conjunto com possíveis configurações sócio-espaciais) e, por fim, o macro (onde se busca analisar processos políticos, sociais, econômicos, espaciais que porventura impactariam o desejo individual e coletivo). Estes níveis visam permitir ao pesquisador analisar sociologicamente o desejo sexual, a conformação de comunidades e identidades sexuais, fornecendo ferramentas empíricas e teóricas úteis.

Os demais artigos reforçam os conceitos basilares da teoria dos campos sexuais com contribuições relevantes: Weinberg & Williams, por meio do conceito de “corporificação sexual”, observam as implicações da corporificação do capital sexual por mulheres transexuais. No artigo de Peter Hennen, o autor problematiza o relacionamento temporal/histórico entre a formação de campos sexuais e específicas formas de capital sexual, resistência, poder e hierarquias. Em seguida, Matt Georges analisa as similaridades e divergências entre o pensamento de Bourdieu e Michel Foucault e como a obra do primeiro se endereçou à sexualidade. A conclusão de que o lócus social dos indivíduos influencia nas suas vidas sexuais coletivas, na percepção de si mesmos e dos outros participantes é apontada por Barry D. Adam e Adam Isaiah Green. O posicionamento do indivíduo no espaço (social e físico) é o tema do artigo de James Farrer e de Sonja Dale, onde analisam as “zonas de contatos etnosexuais” como campos de luta por status, reconhecimento, afeto entre diferentes grupos raciais, étnicos e nacionais. No último artigo, Jonh Levi Martin aponta para as possibilidades que o estudo dos campos sexuais apresenta para a própria teoria dos campos, sugerindo atitudes críticas e metodológicas. Recomenda recorrer a diversos métodos

para obtenção de dados, desde base biológica, estatística até experimental, para entender a formação dos campos, aliados com a observação participativa, o que considera fundamental. Para o autor, a teoria dos campos é um promissor caminho em direção a estudos mais sistematizados da interação humana, combinando o rigor, sistematicidade e reflexividade das ciências sociais com subjetividades da fenomenologia.

A teoria dos campos sexuais apresenta-se como ferramenta útil para os pesquisadores interessados sociologicamente na interação sexual humana. Entender o desejo erótico e a atração sexual como socialmente construídos, considerando as implicações fenomenológicas (tanto espaciais quanto as da interação face a face) na formulação dos desejos e na coletivização destes, aproxima as abordagens essencialistas e as construcionistas da sexualidade humana. Ao fornecer possíveis ferramentas metodológicas e teóricas, a teoria dos campos nos permite ver para além tanto das abstrações discursivas acerca da sexualidade quanto do determinismo biológico e químico. Desta forma, podemos também ir além das informações “objetivas” categorizantes da sexualidade humana que sociólogos criaram (FAUSTO-STERLING, 2000: 252) e entender que nossos desejos mais íntimos, nossos corpos mais desejados, nossas vontades mais viscerais ocorrem em um continuum desde nossas células, passando pelos nossos organismos, psique, interações pessoais, até processos culturais, históricos e econômicos e vice versa.

Bibliografia

FAUSTO-STERLING, A. *Sexing the body: Gender politics and the construction of sexuality*. Nova York: Basic Book, 2000.

Recebido em: 13/04/2014.

Aprovado em: 15/08/2014.

INTERVIEW WITH PROFESSOR ROLAND ROBERTSON

*Danilo Arnaut**

Professor Roland Robertson is one of the most known researchers who have contributed to the worldwide debate on globalisation. His work has been translated into around twenty languages (including German, Japanese, Chinese, French, Arabic, Russian, as well as Brazilian Portuguese), and it counts among the most influential references within the globalisation studies for decades. He is Distinguished Service Professor Emeritus of Sociology at the University of Pittsburgh (USA), and Emeritus Professor at the University of Aberdeen (Scotland).

This interview was kindly given by Professor Robertson via correspondence. Thus, instead of having the conventional question/answer format, the *Idéias* Journal will present the edited core parts of the correspondence between Professor Robertson and Danilo Arnaut, the interviewer.

DANILO ARNAUT:

Dear Professor Robertson,

31 May 2014

*As a member of the academic journal *Idéias*' editorial board, I am writing to invite you to contribute for our next special issue on the sociology of globalisation. This number is truly remarkable for us since it will represent a tribute to our dear professor Octavio Ianni (1926-2004), whose precursor works early introduced the globalisation's debate into*

* PHD Candidate at the University of Campinas. Member of *Idéias* editorial board.

Brazilian academic debates. Thus, we are inviting only very distinguished researchers to write about different problematics within this field of research. Until now, colleges such as Frédéric Vandenberghe (IESP), Luke Martell (Sussex), Elisio Macamo (Basel), Renato Ortiz (Unicamp), Thomaz Patrick Dwyer (Unicamp), and Jessé Souza (UFF) have already confirmed their participation.

We wondered whether you would be interested in being interviewed, since your work has been one of the most read and influential within the field of the sociology of globalisation in our research centres, and used to be very admired by our Professor Octavio Ianni. We are considering doing this interview by e-mail, and in English. Would it be OK for you? The interview has not a determined extent. Thus, please feel free to write as much as you like. Please, find enclosed (below) and attached (as a doc.) the questions we would like to ask.

The Idéias is an academic Journal of the Institute of Philosophy and Human Sciences (IFCH) of the University of Campinas (UNICAMP). It has been published since 1994 by the IFCH Press, and it is intended to publish original texts about advanced research within the fields of social sciences, history and philosophy. Its printing and distribution is entirely financed by the São Paulo government and so it has been accessible to a wide public for free. It can also be read online at: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias>.

*Yours sincerely,
D. Arnaut*

ROLAND ROBERTSON:

Dear Danilo Arnaut,

31 May 2014

Thank you very much for your email. I would be delighted and honoured to be interviewed by your journal, particularly since I had a great admiration for your wonderful professor Octavio Ianni. His work has been central in the development of the study of globalization.

Please give me some idea as to when you would expect to return my response to your very interesting questionnaire. Also, what do you regard as the maximum length of it?

I look forward to an early reply.

Incidentally, I only met Professor Ianni on two occasions, once in Sao Paulo, and once in Bielefeld. They were memorable encounters.

Very best wishes,
Roland Robertson

DANILO ARNAUT:

[...] Open questions:

1) Let us begin with the widely known concept of glocalisation. To a certain extent, it has become one of the most used notions within the sociology of globalisation and global phenomena. Could you tell us about this idea, especially the way you see it today, in the mid-2010's?

2) One of the most controversial aspects of your work is the use of the distinction between universal and particular dimensions, related to the ideas of Gesellschaft, on the one hand, and Gemeinschaft, on the other. In some degree, this kind of thought could be reminiscent of the Kantian judgment categories, for example. Well, could one observe a presence of some German thinkers in your reflexions on globalisation?

3) How do you understand the idea of an emergence of a global consciousness? What would be the relationship between it and the rise of global culture(s)?

4) You are certainly one of the most influential thinkers about the globalisation processes. Do you perceive particular tendencies within the studies on globalisation?

5) Please, feel free to add additional considerations.

ROLAND ROBERTSON:

You have invited me to respond to four sets of questions and also to add other related considerations. In summary, you have asked me about the increasing importance of the concept of glocalization; the importance of German thinkers in my writing about globalization and glocalization; my comprehension of the concept of global consciousness and its relationship with global cultures(s); and my observations on current trends in the study of globalization.

I find these to constitute an excellent starting point for providing you with my general reflections on globalization and glocalization studies at present. I should say at the outset, however, that I am presently involved in an ongoing debate about the more general theme of what we mean by global studies and the degree to which these are related to the issue of globalization/glocalization. The principal bone of contention is the degree to which, if at all, processes of globalization and glocalization are at the center of global studies. Both Manfred Steger and I have insistently argued that these processes are indeed central to the latter.

I am pleased to see that the concept of glocalization has become so widely influential, although its path to recognition and widespread acceptance has by no means been smooth. To this day there are some social scientists and historians who cast scorn on this neologism – apparently because they simply don't like neologisms. In any case, I must acknowledge the great overlap between my work with respect to this concept and the intellectual efforts of geographers, anthropologists and specialists in other disciplines, although it would seem that the sociological employment of the concept of glocalization has been the most prominent. A very interesting feature of this overlap is the fact that one of the major geographers in this area of study – namely, Erik Swyngedouw – derived much of his inspiration from precisely the same source as I did. Both Swyngedouw and I were independently inspired a great deal by the writings of people in the sphere of Japanese business studies. In my own case I happened to encounter an edition of the

Oxford Dictionary of New Words in 1991 that informed the reader that the word “glocalization” had become a major marketing buzz word. Since the issue of the relationship between the local and the global was becoming increasingly problematic I was therefore inspired by the Japanese term *dochakuka* – meaning, more or less literally, indigenize. To me one of the most striking thoughts that I had in the early 1990s concerning this idea was that what academics conceived of as a primarily theoretical matter was considered in a more or less purely pragmatic vein by business people. It was not the fact that this idea of the “easy” solution to the local-global problem was conceived by business people that attracted me but rather the thought that it was, perhaps, a theme in everyday life concerning any problems that arose from connecting the local to the global.

This, then, was the basis upon which I began to develop my first thinking about glocalization. As the 1990s wore on it became increasingly obvious to me that the local-global issue was more of a practical, or pragmatic, issue than what would usually have been called a theoretical one. This meant that even though I regarded myself as a global theorist I also thought of myself as a scholar who was theorizing about quotidian reality. For the last fifteen years or so I have been increasingly involved in attempt to invoke the concept the glocal and glocalization; interculturality; hybridity; translation; syncretisation; creolization; vernacularization; and yet others. I should say in this connection that my work has been greatly enhanced by collaborations with Richard Giulianotti and Victor Roudometof, while Robert Holton has done much to embed the notion of glocalization in the general study of globalization. In fact it is Holton who has cogently made the case for methodological glocalism.

In any case, it would appear that the concept of glocalization has penetrated or been adopted by a considerable number of intellectual fields concerned with the global-glocal relationship. I think, for example, of cybercultures; migration; organization and management; imperialisms; diasporas and transnational studies; food and cuisine; medicine and medical practice; music and the

arts; sport; language and so on. In fact, we are reaching the point where very little of the analysed or interpreted world has been untouched by the idea of glocalization. This general point has been brought home to me personally by the pathbreaking volume edited by Carol Gluck and Anna Tsing, *Words in Motion: Toward a Global Lexicon* (2009). This collection assembles a large range of circumstances in which the meaning of words change as they move from one locality to another. Also, "the world" itself changes as words move. This is a kind of double confirmation of the very idea of glocalization (even though this concept plays very little part in the Gluck-Tsing volume itself).

I turn now to your question about the influence of German thinkers on my work with respect to globalization, as well as glocalization. There is a great irony that arises in this respect, mainly because my relationship with the German intellectual tradition is highly ambivalent. I will provide you with a particular example in order to make this point. In 1992 I was invited to a conference in Darmstadt on Global Civilization and Local Cultures, the most interesting aspect of which was the way in which it was advertised. The promotion of this event was highlighted by the pictorial image of the local being erased by the global. This seemed to me to be particularly German and the paper that I presented was my original attempt to evoke the concept of the glocal at length. This, of course, ran against the grain of the dominant German way of thinking about such matters. I hasten to say, however, that there was another German tradition -- to be seen particularly in the writings of Karl Jaspers -- that adopted a much more global standpoint. But, even in this case, Jaspers' work has been assimilated into the project of what is usually called multiple modernities.

The latter project is particularly associated with the work of the major sociologist, Shmuel Eisenstadt and his German followers, some of whom have consistently stated -- or at least implied -- that the idea of multiple modernities has little to do with globalization or what we have come to call glocalization. My own thinking in this regard, insofar as the concept of multiple modernities is useful, is that it is a classic example of the way in

which the idea of glocalization comes into play. More specifically, more or less separate modernities – or processes of modernization – are surely applications or adaptations of the general idea of modernization. To take but one example, surely what is commonly called modernization in China has been adopted from “the West” and adapted to the Chinese context. (One should add that the fact that the USA “imposed” the easily accepted idea of modernization on Japan and South Korea undoubtedly made its acceptance in and adaptation to China much easier, if slower.)

You apparently think of the impact of German thinkers on my work as being centered upon the distinction between what you call “universal and particular.” Moreover, you connect this distinction to the old German binary of *Gesellschaft*, on the one hand, and *Gemeinschaft*, on the other. While it is perfectly accurate to note that I rely in my work a great deal on the universal-particular distinction, as well as the distinction between *Gesellschaft* and *Gemeinschaft*, I would argue emphatically that this is but a “German remnant” in my overall thinking about globalization. For a start, I certainly do not have any sympathy for the view that local cultures are being destroyed by an emergent global one -- quite to the contrary. In fact, as I have said, the whole point of my presentation in Darmstadt was to make fully explicit my thinking about globalization and that it particularly involved the interpenetration of the global and the local.

My view is that the notion of culture has to be, and indeed is being, thoroughly recast, reformulated. This can easily be seen in my ongoing attempts to consider the issue of global order in a manner that takes culture to be the primary feature of the human condition, in a special sense its infrastructure. It is only by taking old-style anthropology as the paradigm for present discussions of culture that we can continue to maintain a kind of culture-as-a-binding-agent perspective. In other words, we must not be limited to thinking of culture as a, by definition, matter of “the local.”

In any case, I do not see why you have made the observation that my use of these “German” distinctions is what you call “one of the most controversial aspects of (my) work...” Indeed, I am

not sure whether you find controversial my so-called German influences or, on the other hand, the use of the specific categories of the universal and the particular. And I do not see why these distinctions remind you particularly of “the Kantian judgment categories” – although the Kantianism of Georg Simmel does continue to influence my work greatly.

In spite of what I have just said, I am eager to acknowledge the very significant work of the German historian, Jurgen Osterhammel, particularly his magnum opus, *The Transformation of the World: A Global History of the Nineteenth Century* (2014). One of the most significant aspects of Osterhammel’s book is his rejection of the Enlightenment approach; his major objection to the latter being what he calls “European (or ‘Western’) smugness.” He seeks to relativize the “special path” of the Weberian West (p. xxi). Processes of relativization have for many years been central to my own work. In any case, this may well be the most appropriate point at which to mention the relationships between historians and sociologists with respect to the themes of globalization and glocalization. In spite of my having recently read that when a historian hears or reads the word globalization he, or she, reaches for his or her gun. I think that the present situation is more or less the opposite of this. In other words, leading historians of our day are increasingly eager to participate in – and indeed enhance --what is often called the global turn. Of contemporary historians Linda Colley (who is British) has made this point strongly in her recent comments on this development (“Wide-Angled,” *London Review of Books*, September 2013, pp. 18-19), noting also the cosmopolitanism of many American historians. I would also like here to mention briefly two excellent, but very different, explicit examples of the global turn among historians. The first of these is *Global Intellectual History* (1913), edited by Samuel Moyn and Andrew Sartori; the second being *Globalizing American Studies* (2010), edited by Brian Edwards and Dilip Gaonkar. In fact, the latter is a beautiful example of glocalization in the sense that it considers the study of the USA as it has been manifested in different national-intellectual traditions.

My thinking about the idea of global culture presently centers upon the distinction between connectivity and consciousness. In fact, I regard this as one of the most pressing problems in global analysis. I would guess that about nine out of ten contributions to the theme of globalization state that connectivity (or interconnectedness) is the pivotal and defining feature of globalization. I thoroughly resist this in the sense that I strongly maintain that consciousness is at the very least equal in its significance. Needless to say, the question immediately arises as to the difference between the two.

The primary question is whether it is possible for global consciousness to emerge simply out of connectivity? Just because sociocultural “units” are connected, or related, doesn’t necessarily mean that they are conscious of the whole or, better, that they are conscious of the whole to which they belong. Another consideration is that in order to co-exist or relate to another unit there must be an element of reflexivity on the part of the member units. It is in the realm of consciousness that reflexivity resides. Reflexivity, virtually by definition, involves consciousness of the other as well as of the self. Neither of these two characteristics is inherent in the mere notion of connectivity. Clearly this reflexivity is not in any way the same as the connectivity or the connectedness between two or more units. To put this yet another way, consciousness can be seen to involve a collective representation of the group, however small or large. I realise that this may appear to be somewhat elementary social science, but I fear that such “pedagogy” is sorely needed in light of the somewhat flippant way in which connectivity is said to by many to be the defining feature of globalization.

In fact, the very introduction of the concept of glocalization in itself does much to rectify the deficiencies involved in equating increasing connectivity with globalization. However, we have also witnessed in recent years an increasing tendency to use such phrases as “our globalized world.” The word globalized, if taken literally, suggests that there is an end point to the process of globalization. It implies that the world is now “dead”, that there is no more energizing “force,” no more dynamic, no more spirit – an

entropic end. Maybe in some latent or subconscious way strong advocates of the globalized world are thinking in apocalyptic mode and are, intentionally or not, subscribing to the theological idea of the end-time. However, it is crucial to note that the theory of glocalization allows us to confront this issue directly and, I believe, more satisfactorily.

If we view long-term change in the mode of glocalization, rather than globalization, we can see that the latter is self-correcting. Specifically, as “items” move from place to place, locale to locale, they inevitably have to adapt as they “move”. Until quite recently most theorists of globalization considered it to be a homogenizing force, whereas the glocalization perspective constrains us to consider the strong homogenization thesis to be impossible. Globalization as seen through the lens of glocalization is a heterogenizing force. This point cannot be too strongly emphasized.

When we employ the term global culture we are, I believe, dealing with a mixture of connectivity and consciousness. More specifically, we can readily speak of the emergence of global culture – or, preferably, the issue of the latter – with respect to the ideas that we have about not merely the world, planet earth, but its place in the cosmos, or universe(s). I should emphasize that nearly all societies, civilizations or regions are engaged, in one way or another, in contests – quite frequently, conflicts – concerning what might well be called the phenomenological definition of the world. To put this another way, how do we locate the world’s hermeneutical center? The very fact that there is so much contemporary tension concerning this is surely a sign of the crucial importance of culture. In fact, a number of world-systems theorists seem now to concede this crucial issue; even though Immanuel Wallerstein and his followers for long resisted the idea that culture was other than epiphenomenal. Now they agree that ideological conflicts constitute the battleground of the world-system. An excellent example of a region promoting the idea that it is or may become the center of the world is Oscar Guardiola-Rivera, *What if Latin America Ruled the World? How the South Will Take the North*

into the 22nd Century (2010). More conspicuously at present, there are the conflicts scattered around most of the world concerning Islamism and its opponents. (Needless to say, there is great conflict within the Islamic spheres themselves, particularly between the Shia and the Sunni branches thereof.)

The great prominence in intellectual discussion, as well as in much everyday discourse, of matters having to do with life beyond Earth and astrophysical issues, is leading rapidly to the relativization of human life on Earth. Moreover, the increasing significance of science fiction in popular culture increases the willingness, indeed eagerness, to consider earthly life as but a relatively small part of cosmic existence. We can then speak of global consciousness as having two more or less separate strands. First, there is the contest or conflict over the hermeneutical center of the world. Second, there is the shift from thinking of the world being “in itself” as opposed to being “for itself.” This is akin to Karl Marx’s distinction between a class simply “being there” as opposed to consciously demanding fundamental change of the world in relation to its environment(s).

More concretely I point to the great controversy concerning climate change and the presumed causes and consequences of this. In other words, the world becomes for-itself insofar as the majority of people on Earth – or at the very least its most powerful “leaders” – seek to fundamentally change the “habits” that have led to the situation in which it seems to be more than possible that the inhabitants of the planet will destroy it. Here again the theme of reflexivity becomes particularly relevant. In other words, we are increasingly pressed into reflecting upon the human condition as a whole. It is almost certainly no coincidence that this environmental problem has arisen at the same time as the exponential increase in curiosity, about other worlds. Of course, it is not simply a question of curiosity, since there is much concrete activity concerning space exploration, space travel, space tourism and, indeed, the possible/necessary human habitation of other planets.

In bringing this brief comment to a conclusion, I should emphasize that I have been involved in what we would now

probably call global studies since the mid-1960s, when I was particularly concerned with international stratification and structure of the world-as-a-whole; with the idea of global culture becoming increasingly prominent in my writing. Although it was only implicit at that time I can now see that I was, in effect, addressing the topic of globalization (and glocalization). Partly under the influence of Gustavo Lagos and Johan Galtung I tended to equate globalization with what was then (controversially) called modernization. It was not, however, until the early 1980s that I actually used the concept of globalization explicitly. This was in the journal, *Theory Culture & Society* – a journal with which, I must emphasize, I have had *no* connection for about ten years. Much of my ensuing work on globalization was an attempt to turn the writing of Wallerstein on its head. Unfortunately, as far as I was concerned, the beginning of my own explicit work on globalization more or less coincided with the eruption of the neo-liberal rhetoric concerning the same topic. Those were the years when neo-liberals, such as Anthony Giddens, Tony Blair, and Bill Clinton were parading the theme of the Third Way. Needless to say, I thoroughly rejected and still eschew this perspective.

I have persistently resisted the economic perspective that has dominated much of academic globalization theory, quite apart from the economism of neo-liberalism. On the contrary, my work on globalization and glocalization has been emphatically multidimensional. My insistence on multidimensionality has led, in part, to my being categorized as a cultural theorist of globalization. This is very misleading, even though I maintain that the cultural factor has been brought into prominence across the entire world by the operation of modern capitalism(s). Moreover, the concept of glocalization has derived in large part from the increasing prominence given to cultural phenomena in the latter. To this contention I add the observation that, even now, much of what passes for globalization analysis is, more often than not, Eurocentric or, at best, West-centric. An excellent example of Eurocentrism is the virtual obsession with the theme of cosmopolitanism in much of the writing of contemporary theorists, although this tendency is

being greatly resisted by an increasing focus on Asia, Africa, and Latin America.

At present I am engaged in the production of a revised edition of my *Globalization: Social Theory and Global Culture* (1992). This will involve elaboration of many of the thoughts that I have expressed above. I shall however refer much more than previously to the highly problematic issue of the condition and future of the nation-state. We live in an era when there is much talk about the decline of and/or undermining of the nation-state and emerging new forms of the state. Many observers insist that the nation-state is being undermined by globalization, whereas my argument is that we live in a time when nation-states – or at least states (without nations) – are on the rise, rather than in decline. Moreover, few sociologists or political scientists fully acknowledge that the nation-state – or simply the state – may be in a phase of transition. In fact, this summarises my own perspective. More specifically, the entire debate about multiculturalism, polyethnicity, and so on has a close bearing on the way in which national units are changing very quickly. This surely is the most appropriate way of thinking about this issue.

Roland Robertson, June 2014

Recebido em 26/06/14.
Aprovado em 14/07/14.



LISTA DE PARECERISTAS – v.5 - n.1 e 2 - 2014

Prof.^a Dr.^a Adair de Aguiar Neitzel (Univali)
 Prof. Dr. Alberto Ribeiro Gonçalves de Barros (USP)
 Prof.^a Dr.^a Ana Lucia de Godoy Pinheiro (UFPB)
 Prof.^a Dr.^a Ana Maria Dantas Soares (UFRRJ)
 Prof. Dr. Anderson Roberti dos Reis (UFMT)
 Prof. Dr. Andres Del Río (IESP - UERJ)
 Prof. Dr. Antonio Edmilson Rodrigues (Puc-Rio)
 Prof. Dr. Antonio Rufino Vieira (UFPB)
 Prof.^a Dr.^a Berenice Bento (UFRN)
 Prof.^a Dr.^a Brígida Reinoldi
 Prof. Dr. Canrobert Penn Lopes Costa Neto (UFRRJ)
 Prof. Dr. Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron (USP)
 Prof. Dr. Carlos Alvarez Maia (UFMG)
 Profa. Dra. Cláudia Regina Bovo (UFTM)
 Prof.^a Dr.^a Cristiane Maria Marinho (UECE)
 Prof. Dr. Daniel Veloso Hirata (UFF)
 Prof.^a Dr.^a Daniela Magalhães da Silveira (UFU)
 Prof.^a Dr.^a Danielly Silva Ramos Becard (UnB)
 Prof. Dr. Eduardo Garcia (FUNDACENTRO)
 Prof. Dr. Emmanoel de Oliveira Boff
 Dr.^a Erica Aparecida Kawakami Mattioli
 Prof. Dr. Felipe Gonçalves Silva (UFRGS)
 Profa. Dra. Fernanda Graziella Cardoso (UFABC)
 Prof. Dr. Fernando Lourenço (UNICAMP)
 Prof. Dr. Flamarion Caldeira Ramos (UFABC)
 Prof.^a Dr.^a Francesca Maria Nicoletta Bassi Arcand
 Prof.^a Dr.^a Francisca Verônica Cavalcante (UFPI)
 Prof. Dr. Frederic Vandenberghe (IESP – UERJ)
 Prof.^a Dr.^a Geisa Cunha Franco (UFG)
 Prof.^a Dr.^a Giulia Crippa (USP)
 Prof. Dr. Gustavo Levy Martinez (UFABC)
 Prof. Dr. Hippolyte Brice Sogbossi (UFS)
 Prof.^a Dr.^a Iara Vigo de Lima (UFPR)
 Prof. Dr. Isaías Batista de Lima (UFC)
 Prof.^a Dr.^a Izabel Cristina Ferreira Borsoi (UFES)
 Prof.^a Dr.^a Karla Denise Martins (UFV)
 Prof. Dr. Jair Lopes Barboza (UFSC)
 Dr. João Gomes
 Prof. Dr. José Rodrigo Rodriguez (FGV)
 Prof.^a Dr.^a Jussara Maria Rosa Mendes (UFRGS)
 Prof. Dr. Karl Heinz Efken (UNICAP)
 Prof. Dr. Konrad Christoph Utz (UFC)
 Prof. Dr. Leandro Pinheiro Chevitaese (UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a Leila Mezan Algranti (UNICAMP)
Prof. Dr. Lélío Luiz de Oliveira (USP)
Prof. Dr. Leonel Ribeiro dos Santos (Universidade de Lisboa)
Prof.^a Dr.^a Lígia Barros de Freitas (UFSCar)
Prof. Dr. Lorenzo Bordonaro
Prof.^a Dr.^a Lucia Maria Machado Bógus (PUC-SP)
Prof. Dr. Luiz Gonzaga Chiavegato Filho (UFSJ)
Profa. Dra. Maisa Cunha (UNICAMP)
Prof. Dr. Marcelo Silva de Carvalho (UNIFESP)
Prof.^a Dr.^a Marcia Regina Tosta Dias (UNIFESP)
Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado (UFMG)
Prof. Dr. Marko Synésio Alves Monteiro (UNICAMP)
Prof.^a Dr.^a Marta Araújo Pinheiro (UFRJ)
Prof. Dr. Martin Christoph Curi Spörl (UERJ)
Prof.^a Dr.^a Mônica Chaves Abdala (UFU)
Dr.^a Nathalie de Almeida Bressiani
Prof.^a Dr.^a Patricia Vargas Lopes de Araujo (UFV)
Prof. Dr. Paulo Alberto dos Santos Vieira (Unemat)
Prof. Dr. Paulo Renato da Silva (UNILA)
Prof. Dr. Pedro Feliú Ribeiro (UFPB)
Prof. Dr. Rafael Evangelista (UNICAMP)
Prof. Dr. Raúl Enrique Rojo (UFRGS)
Prof. Dr. Roberto Duarte Santana Nascimento (UNESP)
Prof. Dr. Roberto Goulart Menezes (UnB)
Prof. Dr. Rosalvo Schütz (UNIOESTE)
Prof. Dr. Rui Luis Rodrigues (UNICAMP)
Prof. Dr. Rúrion Soares Melo (USP)
Prof. Dr. Samir Haddad (Unirio)
Prof.^a Dr.^a Selva Lopéz Chirico
Prof.^a Dr.^a Silvana Nunes de Queiroz (URCa)
Prof. Dr. Simeão Donizeti Sass (UFMG)
Profa. Dra. Sonia Regina da Cal Seixas (UNICAMP)
Prof. Dr. Stefan Vasilev Krastanov (UFMS)
Profa. Dra. Suzana Pasternak (USP)
Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira (UFPB)
Prof.^a Dr.^a Vania Noeli Ferreira de Assunção (UFF)
Prof.^a Dra. Vânia Zikán Cardoso (UFSC)
Prof.^a Dr.^a Viviana Mónica Vermes (UFES)
Prof. Dr. Vladimir Fernandes
Prof. Dr. Walter Marcos Knaesel Birkner (UnC)
Prof. Walter Omar Kohan (UERJ)
Profa. Dra. Wanessa Asfora Nadler (UNICAMP)
Prof.^a Dr.^a Zelia Monteiro Bora (UFPB)